



Instituto Federal Catarinense  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
*Campus Camboriú*

**RICARDO FLORÊNCIO DOS PASSOS**

**EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL:  
REPRESENTAÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE PARA  
TERCEIRA IDADE (UATI/UFSC)**

Camboriú

2021

**RICARDO FLORÊNCIO DOS PASSOS**

**EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL:  
REPRESENTAÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE PARA  
TERCEIRA IDADE (UATI/UFSC)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Camboriú para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Orientador: Prof.<sup>(a)</sup>. Idorlene da Silva Hoepers,  
Titulação: Doutora em Educação.

Camboriú

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática do ICMC/USP, cedido ao IFC e  
adaptado pela CTI - Araquari e pelas bibliotecas do Campus de Araquari e Concórdia.

P285e      Passos, Ricardo Florêncio dos  
Educação, inclusão e envelhecimento populacional:  
representações dos idosos participantes da  
Universidade para Terceira Idade (UATI/UFSC) /  
Ricardo Florêncio dos Passos; orientador Idorlene da  
Silva Hoepers. -- Camboriú, 2021.  
199 p.

Dissertação (mestrado) - Instituto Federal  
Catarinense, campus Camboriú, Programa de Pós-Graduação  
Stricto Sensu em Educação, Camboriú, 2021.

Inclui referências.

1. Gerontologia Educacional. 2. Educação Não  
Formal. 3. Inclusão Social. 4. Universidade Aberta à  
Terceira Idade. I. Hoepers, Idorlene da Silva. II.  
Instituto Federal Catarinense. Programa de Pós-  
Graduação Stricto Sensu em Educação. III. Título.

**RICARDO FLORÊNCIO DOS PASSOS**

**EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL:  
REPRESENTAÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE PARA  
TERCEIRA IDADE (UATI/UFSC)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo curso de Mestrado em Educação do Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú*.

Camboriú (SC), 20 de outubro de 2021

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Prof.<sup>a</sup> Idorlene da Silva Hoepers, Dr.<sup>a</sup>

Orientadora e presidente da banca examinadora  
Instituto Federal Catarinense - *campus* Camboriú

**BANCA EXAMINADORA**

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Prof.<sup>a</sup> Sônia Regina de Souza Fernandes, Dr.<sup>a</sup>.

Instituto Federal Catarinense

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Prof.<sup>a</sup> Olivia Moraes de Medeiros Neta, Dr.<sup>a</sup>.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Prof.<sup>a</sup> Liane Vizzotto, Dr.<sup>a</sup>. (suplente)

Instituto Federal Catarinense

Camboriú

2021



Emitido em 20/10/2021

**DECLARAÇÃO Nº 98/2021 - CCPGE (11.01.03.47)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 08/11/2021 14:33 )*

IDORLENE DA SILVA HOEPERS  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGES/CAM (11.01.03.56)  
Matrícula: 2773007

*(Assinado digitalmente em 27/10/2021 19:13 )*

LIANE VIZZOTTO  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
DEPE/CON (11.01.04.01.03)  
Matrícula: 1905263

*(Assinado digitalmente em 28/10/2021 10:41 )*

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES  
REITOR

*(Assinado digitalmente em 26/10/2021 10:50 )*

OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 009.058.644-17

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:  
**98**, ano: **2021**, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **26/10/2021** e o código de verificação: **94416cdf5c**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar, pelo dom da vida.

À minha namorada Angela, pelo apoio perene. Sinto-me feliz em compartilhar os momentos, os aprendizados e as conquistas contigo.

À minha mãe Marilene, meu exemplo de educadora. Seu amor pelo conhecimento e pela Educação inspiraram minha trajetória acadêmica.

Ao meu amigo Pe. Lauro, por ensinar a importância do “amor caritas” materializado na presença viva de Nosso Senhor Jesus Cristo.

À FAPESC, pelo apoio à pesquisa desde maio de 2020. Espero contribuir de alguma forma ao debate científico e à melhora da qualidade de vida da população catarinense.

*“Para proporcionar essa educação buscamos uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético” (IFC, 2018, p. 23).*

## RESUMO

Esta pesquisa aborda sobre o tema das Universidades Abertas à Terceira Idade, que se inserem no campo do Direito Educacional, conforme os pressupostos da educação não formal, a partir das representações dos idosos, que participam do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (NETI/UFSC), considerando aspectos físicos, sociais e psicológicos. Compreende-se a educação como formação integral, com uma proposta humanizadora e personalizada (GOHN, 2006; HOZ, 2018), ressaltando três aspectos centrais: a perspectiva do curso da vida observada na gerontologia (CACHIONI, 1998; 2003; QUADAGNO, 2014), a compreensão crítica – aplicada à educação (MÉSZÁROS, 2005; VIGOTSKI, 2011) e ao mercado de trabalho e às organizações internacionais (SPRING, 2018; ANTUNES; ALVES, 2004) - e a importância do acolhimento, assistência e valorização do idoso, de modo a romper a marginalização e exclusão (ARGENTIN, 2019; BOSI, 1994) e a garantir a igualdade perante a lei e a inclusão social, esta compreendida como processo social que envolve as dimensões da educação e do envelhecimento. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as representações sociais dos idosos participantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI/UFSC), tendo em vista o debate sobre a qualidade de vida, educação não formal, a inclusão enquanto processo social e o envelhecimento. Já os objetivos específicos são: (1) Discutir a produção acadêmica a partir do estado do conhecimento de pesquisas educacionais quanto ao conceito de idoso, papéis sociais, trajetória de vida, inclusão social e educação não formal; (2) Refletir criticamente sobre os aspectos históricos que envolvem a velhice, os processos sociais de inclusão e exclusão e as políticas educacionais no âmbito mundial e brasileiro; (3) Caracterizar o objeto de estudo, envolvendo a história das UATIs e tendo como foco o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC (NETI/UFSC) sob o ponto de vista do debate sobre a qualidade de vida, educação não formal, a inclusão enquanto processo social e o envelhecimento; (4) Problematizar os dados coletados sob o contexto da educação não formal e da representação social dos participantes do NETI sobre a qualidade de vida, com vistas aos processos inclusivos. Caracteriza-se a pesquisa como de abordagem qualitativa, reflexiva e descritiva, pertencendo à Linha de Pesquisa Processos Educativos e Inclusão, do Mestrado Acadêmico em Educação do Instituto Federal Catarinense (IFC). Como ponto de partida, foi realizado um levantamento bibliográfico e de publicações acadêmicas referentes ao tema estudado – isto é, construção do estado do conhecimento (BRIZOLA; FANTIN, 2016; MOROSINI, 2015). Em seguida, mapearam-se categorias de análise, em uma perspectiva contrária à “coisificação humana”, enfatizando a centralidade da dignidade humana no processo educacional, com o objetivo de ressaltar a importância da formação crítica e perscrutadora do educando. A deflagração da pandemia do COVID-19 levou à adaptação da metodologia e, com o intuito de captar a representação social dos idosos (CHARTIER, 1995), optou-se pela entrevista virtual coletiva e o uso de questionário eletrônico enviado para grupos de WhatsApp em que os participantes do NETI receberam o material durante esse período de atividades on-line. Na análise dos dados, assume-se a perspectiva analítico-interpretativa (ROSENTHAL, 2014). A qualidade de vida, assim como a percepção individual da idade, foi analisada como aspecto subjetivo – como elementos que, em última análise, formam as representações sociais – frente às questões objetivas - físicas, psicológicas e sociais (NERI, 1995; 2006; INOUE et al, 2018). Como resultados alcançados, indica-se a importância da educação ao grupo de idosos participantes do NETI como fomentadora da qualidade de vida, por meio da mobilização de recursos autoeducativos, socialização de conhecimentos e orientação docente possibilitando os processos sociais inclusivos. Em relação à representação social dos participantes, indicou-se a qualidade de vida como decorrente do bem-estar físico, mental e social, estimulados por meio das atividades educacionais da Instituição. A partir da educação não formal e da inclusão como processo social, a particularidade da Educação de Idosos consiste em não se ater à formação



e/ou aperfeiçoamento para o mercado de trabalho, enfatizando, sobretudo, o ensino de conteúdos que levam em conta características individuais e a socialização dos conhecimentos, além do processo de extensão cultural para além dos muros da universidade, em que as instituições escolares “educam” a sociedade e a sociedade “educa” essas instituições escolares.

**Palavras-chave:** Gerontologia Educacional. Educação Não Formal. Inclusão Social. Universidade Aberta à Terceira Idade.

## ABSTRACT

This study addresses the subject of universities open to seniors, which is part of the field of educational rights in line with the presuppositions of non-formal education through the representations of older people who participate in the Center for Senior Citizen Studies of the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), considering physical, social and psychological aspects. Education is understood as being integral and having a humanizing, personalized approach (GOHN, 2006; HOZ, 2018; DOLL, 2008), highlighting three central aspects: the perspective of the course of life observed in gerontology (CACHIONI, 1998; 2003; QUADAGNO, 2014); critical understanding applied to education (MÉSZÁROS, 2005; VIGOTSKI, 2011) as well as the job market and international organizations (LEHR, 2016; SPRING, 2018; ANTUNES; ALVES, 2004); and the importance of receiving, assisting and valuing older people to break the shackles of marginalization and exclusion (ARGENTIN, 2019; BOSI, 1994) as well as ensure both equality before the law and social inclusion, which is understood as a social process that involves the dimensions of education and aging. The aim of the present study was to analyze the representations of participants of the Center for Senior Citizen Studies (NETI/UFSC) in light of current discussions on quality of life, non-formal education, inclusion in social processes and aging. The following were the specific objectives: (1) Discuss academic production from the standpoint of the state of knowledge of educational studies addressing the concept of older people, social roles, life paths, social inclusion and non-formal education; (2) Perform a critical reflection on historical aspects that involve old age, social processes of inclusion and exclusion and educational policies in the Brazilian and international contexts; (3) Characterize the object of study, involving the history of university open to seniors and focusing on the UFSC Center for Senior Citizen Studies from the point of view of the debate on quality of life, non-formal education, inclusion as a process social and aging; (4) Problematize the data collected in the context of non-formal education and the representation of participants of the Center for Senior Citizen Studies regarding quality of life and inclusion. A descriptive, qualitative, reflective study was conducted along the line of research Educational Processes and Inclusion of the master's program in Education of the Instituto Federal Catarinense. A survey of the literature and academic publications on the topic was first performed to establish the state of knowledge (BRIZOLA; FANTIN, 2016; MOROSINI, 2015). The analysis categories were then mapped based on a critical perspective contrary to "human objectification" and the literature that emphasizes the centrality of human dignity in the educational process to highlight the importance of the critical, observational educational experience of the students. The outbreak of the COVID-19 pandemic led to an adaptation of the methodology: To capture the social representation of the older people (CHARTIER, 1995), the decision was made to conduct a collective virtual interview and use an electronic questionnaire sent to WhatsApp groups, through which participants of the Center for Senior Citizen Studies received the material during this period of online activities. Data analysis involved the analytical-interpretive approach (ROSENTHAL, 2014). Quality of life and perceptions regarding age were analyzed as subjective aspects – elements that, in the final analysis, were social representations in comparison to objective (physical, psychological and social) aspects (NERI, 1995; 2006; INOUE et al, 2018). The results indicate the importance of education to the group of participants of the Center for Senior Citizen Studies as a fostering aspect of quality of life through the mobilization of self-educational resources, the socialization of knowledge and the orientation of the educator. Regarding the social representation of the participants, the findings indicate that quality of life results from physical, mental and social wellbeing stimulated through the educational activities of the institution. Through non-formal education and inclusion as a social process, the particularities of senior education are not linked

to preparation and improvement to meet the needs of the job market. Instead, there is an emphasis on the teaching of content that takes into account individual characteristics and the socialization of knowledge as well as the process of cultural extension beyond the walls of the university, in which teaching institutions “educate” society and society “educates” teaching institutions.

**Keywords:** Educational Gerontology. Non-Formal Education. Social inclusion. Open Universities of Third Age.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição dos participantes do NETI conforme a faixa etária .....	125
Gráfico 2 – Tempo de participação no NETI/UFSC .....	127
Gráfico 3 – Participantes do NETI por sexo.....	129
Gráfico 4 – Estado civil dos participantes do NETI.....	130
Gráfico 5 – Com quem o participante do NETI reside.....	131
Gráfico 6 – Escolaridade dos participantes do NETI .....	132
Gráfico 7 – Qual sua condição de moradia?.....	133
Gráfico 8 – Meio de locomoção até o NETI .....	134
Gráfico 9 – Renda mensal dos participantes do NETI .....	136
Gráfico 10 – Trabalha ou trabalhou na UFSC? .....	137
Gráfico 11 – Está aposentado(a)?.....	138
Gráfico 12 – As atividades desenvolvidas no NETI lhe trazem benefícios no desempenho físico? .....	139
Gráfico 13 – Você considera que as atividades do NETI contribuem para o aprendizado e uso da memória? .....	140
Gráfico 14 – Você convive com sua família? .....	141
Gráfico 15 – A convivência com seus colegas do NETI lhe traz ânimo? .....	142
Gráfico 16 – O que levou você a participar do NETI? .....	143
Gráfico 17 – Percebeu mudanças na sua qualidade de vida depois de ingressar no programa? Poderia apontar alguns dos benefícios que você observou?.....	144
Gráfico 18 – Quantas vezes por semana você frequenta o NETI? .....	145
Gráfico 19 – Quanto ao desenvolvimento das atividades, você considera que os professores são: .....	147
Gráfico 20 – Durante este tempo de isolamento social, ocasionado pela pandemia, os professores e gestores do NETI utilizaram a estratégia de criar grupos de <i>WhatsApp</i> para manter o contato com vocês. Você considera que essa estratégia é: .....	148
Gráfico 21 – Você aceitaria participar de um grupo focal, com outros participantes do NETI, a ser realizado via web-conferência no <i>Google Meet</i> ?.....	149

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias centrais do materialismo histórico dialético.....	47
Quadro 2 - Síntese do pensamento dos fundadores da sociologia.....	57
Quadro 3 - O capitalismo e sua superação segundo a proposta normativa de Mészáros (2005) .....	65
Quadro 4 - Teses e dissertações do campo educacional referentes ao estado do conhecimento, mapeadas na plataforma CAPES e IBICT e disponíveis no repositório institucional das universidades .....	70

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- EJA Educação de Jovens e Adultos
- ESS Escala de Satisfação com o Suporte Social
- FAPESC Função de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IFC Instituto Federal Catarinense
- IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MARASI Mapa de Avaliação da Rede Afetiva e Social do Idoso
- NETI/UFSC Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina
- ONU Organização das Nações Unidas
- PNAD Programa Nacional de Amostragem por Domicílio
- PNEU Política Nacional de Extensão Universitária
- PUC Pontifícia Universidade Católica
- SESC Serviço Social do Comércio
- SIS/SUS Sistema de Informações Hospitalares do SUS
- SUS Sistema Único de Saúde
- UATI Universidade Aberta à Terceira Idade
- UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
- UNA-SUS Universidade Aberta do SUS
- UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 OBJETIVOS.....	25
<b>1.1.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>25</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>27</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO NETI.....	33
<b>3 PRESSUPOSTOS DE UMA ABORDAGEM CRÍTICA: EDUCAÇÃO INTEGRAL E DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>38</b>
3.1 VALOR-TRABALHO: TEORIA ECONÔMICA RETOMADA NA EDUCAÇÃO.....	41
3.2 A HUMANIZAÇÃO EM CONTRASTE À ALIENAÇÃO .....	46
3.3 CRISES MUNDIAIS, ESTRATÉGIAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES E NOVAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO .....	52
3.4 PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA COMPARADA .....	55
3.5 A CIDADANIA COMO PROPULSORA DA INCLUSÃO SOCIAL .....	58
3.6 EDUCAÇÃO E AUTORREALIZAÇÃO .....	64
<b>4 AS UATIS, A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>67</b>
4.1 OS CONCEITOS DE IDOSO: CRONOLÓGICO, FUNCIONAL, SOCIAL E SUBJETIVO .....	72
4.2 EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO DO IDOSO: RAÍZES HISTÓRICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	82
4.3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: INTENACIONALIDADE, AGENTES E AMBIENTES .....	95
4.4 O IDOSO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: MENÇÃO ÀS UATIS.....	99
4.5 O DEBATE SOBRE O ENVELHECIMENTO NOS FÓRUMS INTERNACIONAIS ..	104
4.6 UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE .....	109
4.7 CAMINHOS PEDAGÓGICOS INDICADOS NAS PESQUISAS DO CAMPO EDUCACIONAL .....	113

<b>5 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS PARTICIPANTES DO NETI/UFSC: TRIANGULAÇÃO ENTRE TEORIA, QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO E ENTREVISTA COLETIVA VIRTUAL .....</b>	<b>123</b>
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO E ASPECTOS FÍSICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DOS PARTICIPANTES DO NETI.....	124
5.2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS DO NETI/UFSC COM BASE NO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO E NA ENTREVISTA COLETIVA VIRTUAL .....	149
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>189</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>195</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A gerontologia educacional, dentre as demais áreas do campo da Educação, é relativamente menos abordada nas pesquisas acadêmicas. Porém, se compreendida a educação como formação integral da pessoa, com uma proposta humanizadora e personalizada, percebe-se que essas iniciativas formais nem sempre são suficientes – especialmente quando os idosos demandam novos conhecimentos e processos de aprendizagem. Em uma abordagem sobre educação não formal, é central o ensino de conteúdos que levam em conta características individuais e a socialização dos conhecimentos, em vez de seguir estruturas curriculares rígidas com a finalidade de concluir o ensino básico ou se ater a uma pedagogia pautada exclusivamente na formação para o mercado de trabalho

No âmbito formativo, os municípios costumam oferecer cursos e oportunidades educacionais aos aposentados, mas também há iniciativas federais e estaduais. Entre as iniciativas no âmbito federal, destacam-se as Universidades Abertas à Terceira Idade, que são lugares onde os participantes podem usufruir de diferentes cursos e oficinas conforme suas preferências e disponibilidade, tendo em vista a dimensão da inclusão social. Os quadros de professores são formados por pessoas que dedicam parte do seu tempo, sem remuneração, ou por alunos que também atuam como professores da instituição, a fim de viabilizar a manutenção dos projetos (CACHIONI, 1999; 2003).

Nesse contexto, como ensina Hoz (2018), ocorre uma bi-implicação, em que (1) a sociedade “educa” a instituição escolar e (2) a instituição escolar “educa” a sociedade. Na primeira situação, por meio do intercâmbio de conhecimentos, a comunidade oferece à escola ou universidade um campo de atividades muito mais amplo, além de condicionar o desenvolvimento psicológico e social do indivíduo. Na segunda situação, ocorre a ação direta dos alunos sobre a família e a sociedade em um processo de extensão cultural. Essa extensão cultural ocorre também dentro da Universidade, com o convívio intergeracional por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão (CACHIONI, 1999; 2003; BRASIL, 2016).

A finalidade da educação não formal e personalizada torna-se a capacidade do sujeito formular e realizar seu projeto pessoal de vida ou, dito de outra forma, harmonizar os objetivos da educação para que haja unidade do processo educativo como reflexo da unidade de vida de cada ser (HOZ, 2018). Essa formulação geral perpassa desde a ideia expressa no projeto pessoal do aluno até a orientação do professor, a fim de desenvolver a capacidade do discente em

conhecer e avaliar as situações da vida, como também os atos concretos educacionais que ultrapassam zonas estanques ou disciplinas, para uma via de integração entre os saberes ou, como denomina Santos (2009), uma ecologia de saberes.

Entre os objetivos comuns, destinados a todos os estudantes, destaca-se a dimensão da inclusão como oportunidade da pessoa desenvolver suas capacidades e adquirir conhecimentos que, além de vinculada à premissa ocidental da dignidade humana, proporciona um ideal normativo de justiça social a ser concretizado no campo da ação (UNESCO, 2016; ARGENTIN, 2019; CARVALHO, 2013). O acolhimento, assistência e valorização do idoso está estreitamente vinculado ao rompimento da marginalização e exclusão, a fim de evitar situações-limite em que a família se dissolve irremediavelmente ou que a comunidade se abstém de prover uma rede de apoio social ou uma rede de vizinhança profícua ou, ainda, o idoso opta por se isolar de todo e qualquer laço familiar e comunitário (ROSSETO, 2013).

Os conhecimentos sistematizados em livros, periódicos e pesquisas universitárias apresentam um referencial teórico específico, de matriz marxista, que dialoga com aspectos gerais – atuação de organismos internacionais (BUKHARIM, 1998; LUXEMBURGO, 1972; CHESNAIS, 1996), pressão das grandes corporações sobre as políticas educacionais (LEHR, 2016), o problema de uma educação desumanizadora (MESZÁROS, 2005) – e particulares – princípios pedagógicos da educação para terceira idade (DOLL, 2008), conceito de educação não formal (TRILLA, 1987; GOHN, 2006), histórico das Universidades Abertas à Terceira Idade (BOTH, 1998; MACIEL, 2008; LORETO, 2012; BOEHME, 2013) e valores progressistas pertinentes à autonomia do sujeito (FREIRE, 1996; VIGOTSKI, 2011).

Realiza-se uma leitura crítica, a partir do materialismo histórico dialético, para compreensão dos processos sociais ao longo da história. Na perspectiva marxista, a pessoa, os acontecimentos e as instituições são historicamente situadas e o referencial pauta-se pela noção de que: (1) os conflitos e as contradições sociais são endógenos ao capitalismo, acarretando o colapso sistêmico no longo prazo (MARX, 1985; MESZÁROS, 2005; FREIRE, 1996); (2) as possibilidades de transpor as formas da aparência dependem de estratégias sob diversas frentes, como as filosóficas, políticas e culturais (SANTOS, 2009; BRANDÃO 2007); (3) a educação não é neutra, tornando imperativo considerar a disposição ativa do estudante no processo de aprendizagem e em relação à determinada percepção do mundo da vida (MESZÁROS, 2005; FREIRE, 1996; VIGOTSKI, 2011; SANTOS, 2009; SCORTEGAGNA, 2016).

Na perspectiva desses autores, tece-se o argumento da perpetuação da pobreza, resultante da desigualdade social, sendo superada pela atuação estatal após a articulação de

grupos sociais com representatividade política (CARVALHO, 2013; SANTOS, 2009). Pode-se considerar, ainda, que as mudanças normativas evocadas ocorrem de modo mais sutil, por meio da cultura, em um movimento de aprender e ensinar que leva o indivíduo a se vincular ao seu meio cultural e aos seus semelhantes (BRANDÃO, 2007; FREIRE, 1996). A identificação do sujeito e de seus problemas historicamente situados envolve, conseqüentemente, o condicionamento do meio social sobre o indivíduo, cuja responsabilidade apresenta relevância secundária, tendo em vista a estratificação social conforme critérios econômicos.

A preocupação de Marx com o domínio do capital, que enfoca na existência material como causa das diferenças individuais e como propulsora da alienação, parte da noção de que o indivíduo participa de uma classe – com relativas semelhanças de costumes, valores e ideologia – à medida que produz alguma mercadoria ao vender sua força de trabalho. O autor considerou que o trabalhador, além de ser o que produz, reflete o modo como produz. Isso remete à sociedade de classes com interesses antagônicos, em que os capitalistas exerceriam uma pressão externa sobre os trabalhadores e que dificultaria o próprio posicionamento crítico do indivíduo frente à realidade (MARX, 1985; OLIVEIRA; PONTAROLO, 1995).

À medida que a realidade da economia de mercado evoluía, sob normatização jurídica – estabelecimento de contratos e constituições políticas –, o debate se redirecionou para além dos liames revolucionários. Autores como Lênin (1985) e Rosa Luxemburgo (1972) perceberam o crescimento de algumas empresas, que obtiveram a condição de monopólio ou oligopólio e passaram a atuar em diversos países, e eles buscaram explicações para o que chamaram de “expansão do capital internacional” ou de “estratégia para reverter a tendência de queda às taxas de lucro”. A crítica dos autores marxistas não era restrita às práticas não concorrenciais, mas a toda a economia de mercado, propondo normativamente uma etapa superior ao capitalismo.

Na esteira desse debate, hoje as pesquisas em educação questionam as diretrizes dos organismos internacionais quando articuladas aos objetivos das grandes empresas – inspiradas, por exemplo, na teoria do capital humano. Portanto, percebe-se o paralelo com o debate do século XX, ainda que não enfoque o “imperialismo”, como outrora, e sim o *lobby* das empresas e o caráter desumanizador de uma educação estritamente para o mercado de trabalho. A ênfase na formação integral, pautada na dignidade humana, ultrapassa a noção do indivíduo como somente reflexo de um cálculo entre custos e benefícios, o compreendendo como sujeito autônomo do conhecimento, que pode ser alguém motivado por lutas por justiça social ou que, na aquisição de conhecimento, cultive valores como empatia e altruísmo (SPRING, 2018).

Outro aspecto a ser destacado são as mudanças no mundo do trabalho, de um modo de produção rígido para outro, flexível e eficiente. Por vezes, assume-se que os mais jovens tendem a ser mais facilmente empregados por uma empresa, seja por sua produtividade ou por exigências salariais mais modestas. Em relação aos idosos, as pesquisas indicam o problema da marginalização e da exclusão, que ocorre, dentre outros motivos, por estes perderem progressivamente sua produtividade (ROSSETO, 2013; ALVES; ANTUNES, 2004). Dessa forma, a manutenção no mundo do trabalho, conforme Alves e Antunes (2004), torna-se um desafio nessa etapa da vida, já que se demandam assalariados produtivos como pré-condição contratual. Mas é importante lembrar que, inda que haja desgaste físico e psicológico, a criatividade e o esforço individual não se atém exclusivamente ao critério etário. A idade apresenta um componente subjetivo, reflexo da percepção da pessoa sobre si, e um componente funcional, que varia de indivíduo para indivíduo (QUADAGNO, 2014; ARGENTIN, 2019).

A exclusão do mercado de trabalho não é a única razão que pode acarretar a segregação, já que as relações familiares, redes de apoio comunitárias e o modo de vida dos idosos também são circunstâncias a serem consideradas, como mencionado anteriormente. Assim, o debate sobre a inclusão desses idosos envolve, além do mercado de trabalho, a efetivação de direitos – como o da educação –, o acolhimento, a assistência e valorização de sua dignidade humana. A inclusão do ponto de vista social adquire proeminência por não restringir o indivíduo a um papel social fixo, mas considerar suas oportunidades de desenvolvimento pessoal, obtenção de direitos e realização de objetivos como cidadão na luta por justiça social (UNESCO, 2016; CARVALHO, 2013).

Erving Goffman (1981) é um autor conhecido por caracterizar o estigma como um atributo negativo, imposto sobre o indivíduo pela sociedade. Nessa ótica, a discriminação surge como processo sócio-político que requer uma resposta para evitar que os indivíduos sejam desacreditados, suas identidades deterioradas e adquiram a pecha de "diferença indesejável". Assim como na matriz marxista, Goffman (1981) desenvolveu a noção de que não se poderia julgar o indivíduo somente pela ideia que ele faz de si ou por sua produtividade, acrescentando também a noção de que não se pode excluir alguém por possuir um estigma. Não haveria, por exemplo, motivos para segregar um idoso por sua condição física mais deteriorada ou por qualquer outro sinal corporal distintivo.

A leitura crítica afirma que a relação sujeito-objeto se fundamenta na superioridade individual em relação ao objeto, já que a coisificação humana, por meio da instrumentalização do outro para obter determinada finalidade egoística, distancia-se de uma formação educacional

construída a partir do pilar da dignidade humana e do sujeito ativo e perscrutador (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018). As propostas educacionais não formais diferem das abordagens tradicionais por se basearem em uma educação personalizada que pode abranger diversas áreas: de cursos de psicologia até aulas de artesanato; de atividades físicas até atividades intelectuais. Mesmo que surjam limitações no aprimoramento pessoal, o esforço e a autonomia dos participantes de projetos de educação à terceira idade propiciam a superação de desafios. Essa modalidade educacional sinaliza a importância das dinâmicas em grupo, com o compartilhamento de vivências e conhecimentos (TRILLA, 1987; GOHN, 2006, 2008, 2014). Dessa maneira, torna-se possível aproximar o desenvolvimento real do indivíduo, participante de uma UATI, por exemplo, de seu desenvolvimento potencial (VIGOTSKI, 1989; 1991; 2011), seja por meio da socialização ou do estímulo à sua autonomia (FREIRE, 1996).

Para reforçar o elo entre teoria e empiria, lançou-se mão das representações sociais e se estabeleceu a articulação entre a educação não formal e a compreensão individual do envelhecimento, por meio de questionário eletrônico e entrevista coletiva, como será explicado na seção metodológica. Esse uso das “representações sociais” coincide com a perspectiva das UATIs, em que as atividades ocorrem em grupo em um contexto de compartilhamento de saberes e experiências. Chartier (1985) procurou evidenciar como os esquemas intelectuais de um grupo são importantes nos processos de representação simbólica e apropriação individual, perceptíveis por meio dos discursos e práticas sociais, políticas e escolares. A maneira semelhante de organizar o mundo da vida acarreta, então, discursos compartilhados em que os indivíduos se comunicam e se identificam sob uma mesma formação sociocultural ou grupo.

A ótica das representações sociais propicia uma maneira de examinar as UATIs a partir da dinâmica de grupo, focando no processo de socialização, na produção de discursos e na interação entre os participantes. Ao mesmo tempo, é pertinente realizar uma análise individual, articulando as dimensões macro e microscópica da realidade: a dignidade humana como dimensão irreduzível e a organização de grupos, com finalidade educacional e constituída de características próprias. Assim, ao se valorizar o idoso, ao acolhê-lo e ao prover assistência quando necessário, percebe-se que a idade não é um empecilho à qualidade de vida. A pessoa, compreendendo a sua faixa etária como um elemento subjetivo, pode aceitar sua velhice e seus novos papéis sociais com maior ânimo e dedicação, potencializando sua criatividade e sabedoria mesmo diante das transformações funcionais do ciclo da vida (NERI, 1995; 2006).

De modo semelhante, a qualidade de vida reflete uma subjetividade que depende do modo de vida individual. As pesquisas indicam que a qualidade de vida consiste em estar

contente ou não com a vida e, conseqüentemente, estar livre de doenças – ou saber conviver com elas – e manter as capacidades mentais intactas (NERI, 1995; 2006; INOUE et al, 2018; CACHIONI, 2017). Embora o termo seja amplo, remete a um aspecto subjetivo (percepção individual) frente às questões objetivas (sociais, físicas e psicológicas). Um dos aspectos explorados é a correlação entre educação e qualidade de vida: identifica-se que as atividades educacionais geram ganhos de autoestima, independência, atualização dos conhecimentos e de relações sociais (CACHIONI, 1998, 2017; CAMARANO, 2014; INOUE et al, 2018). A busca teleológica pela inclusão, mencionada anteriormente, vincula-se à qualidade de vida e às atividades de lazer ou educacionais.

Assim como em outras etapas da vida, o envelhecimento se revela como um período de adaptação e evolução, considerando-se que a idade subjetiva e a qualidade de vida dependem do modo de vida individual (ARRUDA, 2009). Essa proposição, evidenciada nas pesquisas sobre Universidades Abertas à Terceira Idade e apresentada sua fundamentação nos próximos capítulos, produz percepções heterogêneas sobre o envelhecimento: idosos com a mesma idade podem apresentar diferentes representações sobre seu estado psicológico, social e físico. Há também indicações na literatura de como a espiritualidade e o cultivo de virtudes proporciona um elo intergeracional por meio dos laços afetivos e aconselhamento dos mais jovens.

Os dados estatísticos sinalizam uma realidade social que, para ser compreendida, requer um olhar contextual. O município de Florianópolis (SC), sede da UATI/UFSC, possui expressivo contingente de idosos: 11,49% da população local, conforme o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A demografia brasileira também constata a tendência de crescimento da expectativa de vida decorrente do avanço da medicina, saúde pública, elevação do nível de vida, entre outros. Na seara internacional, as projeções da Organização das Nações Unidas (ONU, 2002) revelam que o envelhecimento, corroborado pela mortalidade em queda, é um fenômeno mundial. Da análise da demografia populacional até alguma compreensão do processo de envelhecimento, nesta pesquisa foi realizada uma leitura reflexiva e crítica das referências indicadas, em especial das teses e dissertações disponíveis na área educacional – sejam elas de orientação normativa ou descritiva.

Em consonância com o princípio da dignidade humana, optou-se por uma reflexão que não considera o idoso como um fardo para a família ou como um peso para o Estado, mas como um ser humano que merece ser respeitado em sua singularidade, especialmente em relação ao seu desenvolvimento pessoal. Mesmo diante das mudanças sociais ou funcionais, todo ser humano é o protagonista do seu próprio projeto de vida que pode incluir, entre outros aspectos,

atividades de educação e de lazer. Sinaliza-se também a importância de acolher, assistir e valorizar os idosos nos círculos familiares e comunitários. Os entraves naturais que surgem conforme a idade avança são passíveis de adaptação: organizar a rotina de remédios, uso de louças mais leves, ter a companhia de animais de estimação, entre outros (QUADAGNO, 2014). Dessa forma, uma abordagem fatalista da velhice reflete apenas um subterfúgio retórico ou de consciência que dificulta a inclusão social por criar uma barreira entre o “eu” e o “outro”.

Além dos aspectos individuais que proporcionam uma velhice bem-sucedida, é preciso mencionar os fatores coletivos. Urbanização, habitação, trabalho, saúde e educação são exemplos de como o ambiente influencia o indivíduo durante sua trajetória de vida (QUADAGNO, 2014). Por exemplo, mães que se dedicaram aos cuidados da casa e aos filhos nem sempre puderam usufruir de oportunidades educacionais, mas, quando os filhos se casam e saem de casa, tem a alternativa de procurar espaços para usufruir do tempo livre – fazendo o que sempre tiveram vontade, mas não puderam.

Essas questões, sejam elas de natureza individual ou coletiva, serão abordadas na seção que apresenta os dados recolhidos por meio do questionário eletrônico e da entrevista coletiva virtual. Reiterar o tripé do acolhimento, valorização e assistência consiste em um convite para que cada indivíduo reflita sobre suas relações intergeracionais, tendo em vista o indubitável ciclo da vida e os valores da empatia, compaixão e altruísmo. A inclusão ocorre desde o âmbito microssocial, com a responsabilização individual, e repercute nas diversas esferas familiares e comunitárias. Esse debate motivou o pesquisador a adentrar na temática do envelhecimento e da educação não formal ao perceber gradualmente, em seu processo formativo, que a universidade não se limitava ao ensino e pesquisa. No decorrer da sua formação, em Jornalismo e Economia, participou de atividades de extensão e pôde, assim, conhecer as atividades do NETI.

Propõe-se uma reflexão sobre a extensão, ao destacar o seu vínculo entre a academia e a comunidade local, em projetos voltados à terceira idade – com participação voluntária e integração com a graduação. A temática revela-se pertinente também do ponto de vista social, ao evidenciar alternativas educacionais destinadas aos idosos, mesmo com escassos recursos orçamentários, que podem ser levadas adiante por associações de bairro, universidades e prefeituras. A demografia mostra o crescimento dos idosos e de suas demandas, relacionadas não somente às atividades físicas – *yoga*, dança, ginástica e pilates –, mas também intelectuais e manuais – que vão de artesanato, cursos de informática, até aulas de nutrição e idiomas.

O envelhecimento populacional é, portanto, um tema da agenda pública que perpassa o planejamento urbano, os aspectos referentes à saúde, a reforma previdenciária estatal, entre outros. Dessa forma, destaca-se o interesse simultâneo do pesquisador e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), agência de fomento que propicia esse debate, ao abrir espaço para reflexões sobre alternativas inovadoras que possam gerar um aumento da qualidade de vida da população catarinense, em especial, dos idosos.

A proposta pedagógica em análise considera as demandas individuais dos participantes, de forma personalizada, com as particularidades em relação à terceira idade – materiais usados, dinâmica das aulas, objetivos da aprendizagem e relação aluno-professor. Já a dimensão da inclusão social se concentra no direito subjetivo à educação, a partir do âmbito da cidadania e da democratização. No próximo capítulo, serão apresentados esquematicamente os objetivos da pesquisa e seu percurso metodológico, além de ser realizada a caracterização do NETI.

Já o terceiro capítulo evidencia os pressupostos da abordagem crítica, em especial sua leitura contrária à “coisificação humana”, processo em que se instrumentaliza o ser humano e o mantém alienado e que se relaciona diretamente à estigmatização e à exclusão social. O intuito é preparar o debate sobre a relação entre (1) a educação integral, de orientação filosófica, racional e normativa em que ocorre o planejamento de escolhas dentro de um plano de ação específico por meio de juízos de valor; e (2) a reforma sistêmica ou o historicismo revolucionário que, segundo a matriz marxista, conseguiria contrapor a lógica do capital, atuando inicialmente na camada das forças produtivas e se deflagrando para a camada das formas de aparência (MARX, 1985; MESZÁROS, 2005). Abordam-se 7 tópicos: diferenças entre Marx e o pensamento econômico clássico, as principais noções do materialismo-histórico, o capitalismo mundial, o pensamento sociológico crítico, debate sobre desigualdade e cidadania, aproximações entre educação e autorrealização e, por fim, representações sociais dos idosos e educação não formal. Busca-se apresentar os fundamentos da teoria crítica que alicerçam a noção de formação para o mundo do trabalho – e não apenas para o mercado de trabalho, com a participação ativa e perscrutadora do educando.

O quarto capítulo aprofunda a relação entre representações sociais e educação não formal, a partir da apresentação do conceito de idoso, do debate sobre inclusão/exclusão e marginalização de idosos, noção de educação não formal, produção legislativa sobre a terceira idade, reflexão sobre as organizações internacionais, caminhos pedagógicos indicados no campo educacional. Será problematizado como o idoso não pode ser compreendido de modo utilitário, devido a contrariedade à moralidade ocidental consagrada no respeito à dignidade



humana. Além disso, evidencia como a educação não formal fornece meios para se aprimorar as vivências e conhecimentos, de modo que se assegure uma melhora da qualidade de vida e, conseqüentemente, o respeito à singularidade humana independentemente da faixa etária.

No capítulo quinto, apresentam-se os dados empíricos colhidos na pesquisa com uma reflexão fundamentada, criticamente, no referencial teórico adotado. Como será evidenciado a seguir, os dados decorreram da aplicação de um questionário eletrônico e de entrevista coletiva – essas mudanças metodológicas, em relação aos instrumentos de coleta de dados, foram necessárias devido à pandemia do COVID-19, que paralisou as atividades do NETI. Buscou-se captar os dados sociais e demográficos dos participantes, sua percepção de aspectos físicos, sociais e psicológicos e sua percepção individual sobre o NETI e o envelhecimento. A inferência dos dados e a análise foram, então, resultados de uma triangulação entre teoria, empiria e análise crítica. As oportunidades educacionais surgem, assim, como uma alternativa aos idosos que buscam atualizar seus conhecimentos, adquirir novas habilidades e renovar suas amizades.

Na sequência estão as considerações finais, espaço destinado às reflexões sobre a experiência vivida no decorrer da pesquisa, assim como os resultados encontrados. Além de sintetizar a discussão, sugerem-se novos prismas de análise para essa temática.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as representações sociais dos idosos participantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI/UFSC), tendo em vista o debate sobre a qualidade de vida, educação não formal, a inclusão enquanto processo social e o envelhecimento

.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- (1) Discutir a produção acadêmica a partir do estado do conhecimento de pesquisas educacionais quanto ao conceito de idoso, papéis sociais, trajetória de vida, inclusão social e educação não formal;
- (2) Refletir criticamente sobre os aspectos históricos que envolvem a velhice, os processos sociais de inclusão e exclusão e as políticas educacionais no âmbito mundial e brasileiro;

- (3) Caracterizar o objeto de estudo, envolvendo a história das UATIs e tendo como foco o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC (NETI/UFSC) sob o ponto de vista do debate sobre a qualidade de vida, educação não formal, a inclusão enquanto processo social e o envelhecimento;
- (4) Problematizar os dados coletados sob o contexto da educação não formal e da representação social dos participantes do NETI sobre a qualidade de vida, com vistas aos processos inclusivos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se a pesquisa como qualitativa, reflexiva e descritiva, pertencendo à Linha de Pesquisa Processos Educativos e Inclusão, do Mestrado Acadêmico em Educação do Instituto Federal Catarinense (IFC). Conforme o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o IFC se apoia na pesquisa, ensino e extensão atuando em uma perspectiva emancipadora e cidadã (IFC, 2009).

Conforme Stake (2011), a pesquisa qualitativa fomenta uma forma de pensar baseada na compreensão humana e na percepção. O autor caracteriza o estudo qualitativo como interpretativo, experiencial, situacional e personalístico. A partir da interação entre pesquisador e sujeitos, torna-se possível compreender o significado das relações humanas sob diferentes pontos de vista. O estudo qualitativo se direciona ao campo, enfocando mais a observação do que o aspecto emocional. Além disso, consideram-se os contextos únicos, ou seja, os locais examinados e suas características específicas. Do ponto de vista da coleta de dados e análise, enfatizam-se as percepções individuais.

O projeto de dissertação adaptou-se às características indicadas por Stake (2011) à medida que a pesquisa foi desenvolvida<sup>1</sup>. Em um primeiro momento, optou-se por redimensionar a abordagem com um olhar qualitativo: como os idosos avaliam a qualidade de vida, do ponto de vista das representações coletivas, ao frequentar uma UATI/NETI? A partir desta questão, lançou-se a conjectura de que a Universidade Aberta à Terceira idade apresenta correlação positiva em relação à qualidade de vida. Para obter conclusões acerca do tema estudado, após o levantamento bibliográfico, optou-se pela coleta de dados, via questionário eletrônico e entrevista coletiva virtual, para captar as representações dos idosos em relação ao NETI.

A metodologia proposta articula a teoria e a empiria para conseguir perceber cada uma dessas dimensões presentes no objetivo geral da pesquisa. Examinam-se as principais categorias marxistas (totalidade concreta, contradição social, trabalho, *práxis*, hegemonia, modo de produção capitalista) e o entendimento dos autores da área da educação a partir dessas

---

<sup>1</sup>Inicialmente, projetou-se uma pesquisa quantitativa usando 3 instrumentos de coleta de dados para perceber a correlação entre o bem-estar e as atividades desenvolvidas nas Universidades Abertas à Terceira Idade – os instrumentos pensados foram a ficha dos participantes, classificação econômica e escala de avaliação de qualidade de vida. No entanto, essa perspectiva foi adaptada com base na definição de Stake (2011).

categorias, a fim de compreender as desigualdades de acesso e a relação entre a educação e a divisão de classes.

A pesquisa bibliográfica também se debruçou sobre o envelhecimento, a origem dos projetos das UATIs, o conceito de educação não formal e as concepções de idoso. Segundo Brizola e Fantin (2016) e Morosini (2015), o levantamento bibliográfico e de publicações acadêmicas referentes ao tema estudado são pressupostos epistemológicos da pesquisa qualitativa. O método do estado do conhecimento permitiu, dessa forma, a análise e reflexão sobre os principais conceitos da pesquisa (MOROSINI, 2015). Para realizar a busca, foram adotados os bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Serão evidenciados os descritores usados, com o intuito de filtrar as buscas, além do critério de inclusão, isto é, a disponibilidade nos bancos de teses e dissertações e a pertinência temática a partir da leitura do resumo e da introdução dos trabalhos catalogados. O estado do conhecimento é o ponto de partida da pesquisa, isto é, a revisão bibliográfica de teses, dissertações, artigos, entre outros, leva o pesquisador a compreender as singularidades da área de estudo (BRIZOLA; FANTIN, 2016; MOROSINI, 2015). Porém, a pesquisa não reproduz necessariamente os mesmos prismas abordados em trabalhos anteriores. Avaliam-se ângulos e temas pertinentes a partir das seguintes indagações: esse tema foi suficientemente debatido, dada a sua relevância? É possível que o pesquisador compreenda melhor o problema levantado e consiga uma resposta provisória (ou definitiva) para a questão? Este trabalho busca uma angulação não explorada nas outras pesquisas da área da Educação, a partir das reflexões sobre representações sociais e educação não formal, sob o contexto empírico das práticas educacionais do NETI/UFSC.

De acordo com Lavige e Dionne (1999, p. 21), os conceitos são “[...] representações mentais de um conjunto de realidades em função de suas características comuns essenciais”. Dessa forma, foi possível estabelecer um quadro de referências, isto é, um conjunto de conhecimentos e valores que influenciam o modo de ver o envelhecimento, articulado aos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Após a demarcação do problema, foi preciso delimitá-lo: os ângulos histórico, jurídico e educacional foram usados para fomentar o potencial reflexivo e descritivo do trabalho – processo de objetivação, segundo Lavige e Dionne (1999).

Do ponto de vista epistemológico, parte-se da problemática sentida – fatos, teorias, conceitos, valores – para a problemática racional que, após sua objetivação, é enunciada sob a forma de problema e conjectura. Alguns fatos referentes aos cuidados dos idosos podem ser

apreendidos do relatório “Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil”, de 2011, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). As estatísticas oficiais permitem as seguintes afirmações: (1) quanto maior o município, maior a quantidade de instituições para idosos; (2) no Brasil, predominam as entidades filantrópicas, seguidas pelas instituições particulares e, depois, pelas públicas ou mistas. Como 71% dos municípios não têm instituições de longa permanência, é possível fazer uma terceira afirmação: (3) quando necessária, a assistência aos idosos é realizada pela família e/ou por meio de cuidadores, modelo em que os familiares, via de regra, assumem a responsabilidade material e afetiva, e não o Estado (IPEA, 2011).

Quando se estuda as Universidades Abertas à Terceira Idade, as pesquisas propõem que se examine o mundo da vida, que se manifesta de modo mais complexo do que estritamente se observa no mundo do trabalho. Um dos prismas de análise é o da não-instrumentalização humana. Porém, quando observado o conceito sob o prisma marxista, indaga-se também sobre o conceito de alienação e exploração do trabalho – estes como situação-limite, e não corriqueira. Em relação à educação não formal surge o debate sobre a socialização e oferta de cursos versáteis ao propiciar a formação integral. A particularidade mencionada pelo referencial teórico é a formação de coletivos que, para além das demandas educacionais, reivindiquem politicamente seu espaço e produzam representações coletivas.

No saber científico, como lembram Laville e Dionne (1999, p. 39), estabelece-se uma relação ativa do pesquisador com o objeto de estudo: “[...] o papel do pesquisador é reconhecido, bem como sua eventual subjetividade, que se espera, todavia, ser racional, controlada e desvendada [...]”. Assim, após a definição da abordagem (qualitativa, reflexiva e descritiva), encaminhou-se o trabalho ao Comitê de Ética do IFC (ANEXO A) para que se avançasse à fase da pesquisa empírica. Na primeira versão do projeto aprovado, foi definido como instrumento de coleta de dados o grupo focal, que seria realizado no Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC com grupos de 8 a 12 idosos. Os dados coletados em grupos focais seriam, então, submetidos ao tratamento proposto por Gatti (2005) para serem transcritos, organizados e analisados a partir da metodologia proposta.

Como os encontros com os participantes do NETI em grupos seriam gravados, com consentimento livre e esclarecido dos participantes e assegurada a privacidade dos dados, seria possível usar o material midiático como apoio para compreender a dinâmica de grupo e aspectos gestuais. No entanto, a parte empírica do trabalho precisou ser parcialmente modificada. Inicialmente, estavam previstas visitas ao NETI para realizar grupos focais – rodas de conversa

com a participação simultânea de vários alunos matriculados nos cursos da instituição. Mas, como consequência da pandemia do vírus COVID-19, a pesquisa foi readequada, especialmente em relação ao instrumento de coleta de dados, que não se baseia mais em grupos focais.

Com a deflagração da pandemia, a suspensão das atividades do NETI e a inserção dos idosos no grupo de risco do COVID-19, foi necessário agendar uma reunião - ocorrida no mês de julho de 2020 - com os gestores do NETI para avaliar outras possibilidades metodológicas para a pesquisa de campo. Após a averiguação da possibilidade de enviar um questionário eletrônico semiestruturado produzido por meio de *Google Forms* ao grupo de *WhatsApp* do NETI, este criado no contexto da pandemia para manter a comunicação com os idosos e que serviu para realização de um teste piloto do instrumento de coleta de dados.

Após submissão ao NETI, concordou-se em realizar o questionário, desde que ele fosse reduzido (inicialmente contava com 30 questões) e que fosse retirada a obrigatoriedade do participante entrar com seu e-mail. Com o intuito de informar os participantes sobre a pesquisa, um vídeo explicativo de até 2 minutos, foi enviado aos participantes do NETI juntamente a um questionário eletrônico para coleta de dados. Esse questionário foi estruturado com perguntas abertas e com perguntas de múltipla escolha, em 3 grandes blocos: (1) 12 perguntas sobre o perfil sociodemográfico; (2) 7 perguntas sobre aspectos físicos, psicológicos e sociais; (3) 5 perguntas sobre a percepção individual do participante; além de 1 pergunta sobre o nome do participante, outra se ele aceitaria participar da pesquisa de forma livre e esclarecida e, por fim, se ele aceitaria participar de um grupo focal virtual/entrevista (APÊNDICE A) Aderiu-se a essas modificações e o trabalho revisado foi enviado ao Comitê de Ética (ANEXO B).

O “piloto” foi enviado pelos gestores do NETI a um grupo de *WhatsApp* composto por 9 participantes do Curso de Monitores da Ação Gerontológica juntamente a um vídeo de apresentação, explicando os objetivos da pesquisa e que possibilitou que os participantes conhecessem o pesquisador - mas houve apenas duas devolutivas. Inicialmente, havia critérios de exclusão na pesquisa (o participante deveria aceitar participar de forma livre e esclarecida, participar do NETI há pelo menos dois anos, ter 75% de frequência e ter mais de 60 anos) que foram retirados por recomendação da banca na qualificação com o intuito de aumentar a adesão à pesquisa. A banca também propôs a organização de um grupo focal virtual, no qual o participante poderia escolher participar – no questionário eletrônico havia a pergunta “Você aceitaria participar de um grupo focal virtual?”.

Durante a pandemia COVID-19, foram criados 29 grupos de *WhatsApp* pelo NETI, que correspondem ao total de turmas e cursos, para manter contato com os participantes. A nova

versão do questionário foi enviada no grupo de *WhatsApp* das turmas pelos gestores do NETI/UFSC, juntamente a um novo vídeo de apresentação. Dependendo da resposta o participante era direcionado para outro bloco de perguntas: por exemplo, se o participante não aceitasse participar da pesquisa ele era encaminhado para o final do questionário. As respostas foram coletadas do dia 5 de fevereiro até dia 21 de março de 2021.

Antes de iniciar esse questionário, foi apresentado o TCLE para que o participante manifestasse sua vontade livre e esclarecida de participar da pesquisa. Uma cópia do TCLE foi enviada para o e-mail ou *WhatsApp* do participante. Dessa forma, os convidados a participar da pesquisa foram os idosos matriculados no NETI/UFSC – que, no ano de 2019, teve 1.058 inscrições nos cursos presenciais – em relação ao número de matrículas: 572 no primeiro semestre de 2019, 543 matrículas no segundo semestre de 2019 e 527 matrículas no primeiro semestre de 2020; em relação ao número de participantes, os dados disponibilizados pelo NETI à pesquisa foram filtrados a partir do sistema FAPEU, da UFSC, pelo CPF e nome dos participantes: 461 alunos se matricularam no primeiro semestre de 2019, 423 alunos, no segundo semestre de 2019 e 413 alunos, no primeiro semestre de 2020. É importante ressaltar que cada participante pode se inscrever em até duas atividades (o limite decorre do número de atividades em que o idoso se matriculou, e não da carga horária) conforme o NETI informou, por e-mail, ao pesquisador.

Houve 21 respostas válidas ao questionário, sendo que duas respostas repetidas foram excluídas porque foram respondidas pela mesma pessoa (considerou-se a última resposta, tendo em vista que foi a única a chegar ao final do questionário). Dos participantes que responderam o questionário eletrônico, apenas 5 manifestaram contrariedade em relação ao grupo focal. Após obter os contatos telefônicos dos participantes, via solicitação aos gestores do NETI/UFSC, o pesquisador entrou em contato, por telefone, com cada um dos 16 participantes que manifestaram vontade em participar do grupo focal virtual para verificar os horários disponíveis. Agendaram-se dois encontros, mas, devido à baixa adesão, não foi possível marcar dois grupos focais com 8 alunos do NETI – conforme Gatti (2005), esses grupos devem ter de 8 a 12 participantes. Entre os problemas encontrados nesse percurso, destacam-se as respostas dobradas no questionário (duas que foram descartadas), idosos que não atenderam ao telefone (9 participantes) ou que se recusaram a participar do grupo focal virtual (2 participantes) ou relato de dificuldade ao acessar o *Google Meet* (1 participante, problemas no acesso devido ao uso da tecnologia). Inicialmente, para o grupo focal virtual havia a confirmação de 5 participações.

Foi organizado um roteiro composto por 6 questões abertas (APÊNDICE B) para orientar o processo de diálogo durante o grupo focal virtual/entrevista coletiva virtual, com o intuito de obter a representação social dos idosos. A complementaridade dos instrumentos de coleta de dados decorre da captação de elementos sociais, físicos e psicológicos, ao mesmo tempo em que se obteve a opinião individual desses idosos em relação às atividades (dinâmica professor-aluno), ao envelhecimento e à instituição (colegas e professores). Em função do baixo número de confirmações, a proposta do grupo focal virtual foi descartada e assumida a perspectiva da entrevista coletiva (SOUZA et al, 2007). Na primeira entrevista coletiva realizada em conjunto com a Professora Orientadora, em 12 de junho de 2021, houve 3 participantes. Para contemplar a participação daqueles que por algum motivo (incompatibilidade de horário e impossibilidade de acesso), não estiveram presentes, foi agendado um segundo encontro no dia 19 de junho de 2021. No entanto, houve apenas uma participação. Cada encontro, após consentimento dos participantes, foi gravado e teve duração de aproximadamente 1h20 contabilizando a participação de 4 idosos.

Souza et al (2007) se refere à entrevista coletiva, com vídeo-gravação, como um instrumento de pesquisa em que ocorre a interação entre o pesquisador e o grupo estudado. Convivem, dessa maneira, o conhecimento que o grupo constrói sobre si mesmo e o conhecimento que o pesquisador produz a partir de sua intervenção. A autora situa a situação de modo espaço-temporal: há "[...] o lugar ocupado pelo pesquisador [...], o lugar ocupado por cada membro do grupo [...], o lugar ocupado pela câmera" (SOUZA et al, 2007, p. 89). O diálogo obviamente ocupa o espaço central da interação, porém a câmera interfere, direta ou indiretamente, no comportamento, atitudes e sentimentos do grupo. Na condução da entrevista, destaca-se o papel ativo do pesquisador.

Para Souza et al (2007, p. 90), o pesquisador "[...] assume um lugar necessariamente ambivalente, uma vez que ele é o autor do processo de intervenção, mas, ao mesmo tempo, ele também é um sujeito que experimenta com o grupo um acontecimento novo, propiciando possibilidades de produção de conhecimento inusitadas tanto para o grupo como para ele [...]". Em suma, denomina-se como dialógica e alteritária essa maneira de construir o conhecimento: é um instrumento de coleta de dados que permite a examinar as "[...] práticas sociais e as representações [...]" (SOUZA et al, 2007, p. 91). A relação entre o “eu” e “outro”, de natureza dialética, estabelece interlocutores em busca de significados sobre os fenômenos sociais – essa maneira de focalizar a pesquisa consiste uma característica peculiar das ciências humanas em relação às ciências naturais.



Quanto ao processo de análise foi assumida a perspectiva analítica interpretativa (ROSENTHAL, 2014) e dividida em dois momentos distintos. O primeiro, dedicado ao processo de tabulação do primeiro questionário, que serviu de parâmetro para a elaboração do roteiro utilizado na entrevista virtual coletiva. O segundo, referente a empiria, dedicado a transcrição da entrevista coletiva, quando os participantes foram identificados conforme a ordem da resposta da primeira pergunta (P1, P2, P3 e P4). Deste movimento foi composto o *corpus* de análise estabelecendo diálogo entre os dados e a teoria. Assim, a pesquisa integra elementos objetivos e subjetivos conforme a complexidade do objeto de estudo.

Mesmo seguindo os pressupostos éticos e metodológicos da pesquisa, há limitações impostas pela tecnologia – excesso de “virtualizações”, como lembra Souza et al (2007). Mas as limitações não inviabilizam a vídeo-gravação como instrumento de coleta de dados, pois servem como alerta ao pesquisador para que mantenha um olhar atento e sensível durante o desenvolvimento da investigação. As experiências, interações, expressões captadas são indicativas, em algum grau, da condição humana imbricada na realidade social.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO NETI

Conforme Cachioni (2003), o NETI foi criado em 1982 por iniciativa de profissionais da área de humanas e da saúde e vem aperfeiçoando sua prática pedagógica. Atualmente, a instituição abrange aproximadamente 500 idosos, oferece cursos de especialização em gerontologia, divulgação de conhecimentos técnico-científicos sobre o processo de envelhecimento e permite que os idosos ou adultos acima de 50 anos desenvolvam uma série de atividades educacionais<sup>2</sup>. Silva (2017) indica, assim, como o NETI se alinha às demais UATIs como uma proposta de extensão voltada à educação permanente na modalidade não formal. Como sintetiza Boehme (2013, p. 57), o NETI “Foi o primeiro programa universitário brasileiro com o objetivo de realizar estudos e divulgar conhecimentos técnico-científicos sobre o envelhecimento humano, formar recursos humanos e promover o cidadão idoso”. Em 1988, foi criado na UFSC o Grupo Interdisciplinar de Gerontologia. Na mesma década, foi criado o NETI e o Hospital Universitário. No Hospital Universitário, o Grupo se dedicava a uma

---

<sup>2</sup> Em 2019.1, conforme as informações disponibilizadas pelo NETI, foram oferecidos 28 cursos com um total de 577 inscrições. Porém, 136 idosos evadiram dos cursos. Em 2019.2, 25 turmas foram criadas, com um total de 481 discentes idosos inscritos e 35 evasões.

enfermaria onde geralmente os idosos estavam internados e funcionava como um braço do NETI. Inicialmente, o Núcleo nasceu do Serviço Social e da Enfermagem, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, para atender principalmente aos aposentados da instituição (MARQUES 2007)<sup>3</sup>. Posteriormente, segundo as informações divulgadas pelo NETI em seu site (2020), os objetivos foram ampliados: a missão da instituição é colocar o conhecimento de gerontologia à disposição da comunidade, formar recursos humanos, desenvolver estudos e pesquisas e inserir os idosos na universidade, conforme Matos (2004) verificou nos Anais do I Salão de Cultura e Extensão da UFSC (2000, p. 200). O Grupo Interdisciplinar de Gerontologia, por exemplo, ministra aulas no curso de monitores e no curso de especialização (MATOS, 2004).

O NETI foi criado um ano após a primeira Assembleia Mundial do Envelhecimento da ONU e se pautou em abarcar os idosos de Florianópolis em atividades educacionais. A fundação oficial ocorreu em 3 de agosto de 1983 (portaria nº 0484/GR/83), com a vinculação da entidade ao Departamento de Projetos de Extensão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFSC. Segundo informações disponibilizadas na página institucional do NETI (2020), o programa reúne idosos que buscam qualidade de vida, atenção à saúde, amizade e conhecimentos interdisciplinares. São exemplos de cursos oferecidos no programa: noções de informática, prevenção à saúde, atividades físicas, musicalização e artesanato.

Em suma, a ideia é oferecer um ambiente em que os idosos obtenham uma educação permanente ou uma educação ao longo da vida, em vez de um currículo rígido e que não considere a autonomia do indivíduo como sujeito ativo. O propósito do NETI é realizar educação continuada e permanente com os idosos que moram na comunidade e oferecer conhecimentos científicos sobre o processo de envelhecimento. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC considera o NETI como um curso de extensão universitária. Alguns dos objetivos do programa de extensão são: ampliar e sistematizar o conhecimento da gerontologia, formar recursos humanos, assessorar entidades na organização de programas de valorização do idoso, resgatar o papel do idoso na sociedade (GUIMARÃES, 1997; RAMOS et al, 2014; SILVA, 2017).

Para propiciar a inclusão dos idosos no convívio acadêmico da UFSC e na sociedade, utiliza-se um referencial teórico-pedagógico que prioriza o crescimento pessoal baseado nas experiências vividas, o processo dialógico que permite evidenciar as motivações interiores, um bom nível de independência e autodeterminação subjetiva e social – de modo que os idosos se

---

<sup>3</sup> Por meio de uma entrevista com a professora Neuza Mendes Guedes, Marques (2007) observa que o NETI surgiu da necessidade dos funcionários aposentados da universidade e, mais tarde, se tornou uma referência

tornem mais flexíveis e receptivos a mudanças (RAMOS et al, 2014). Além de considerar que os indivíduos são capazes de aprender durante toda a vida, o NETI se baseia nos seguintes princípios: o homem é um ser que se realiza no mundo, o ser humano pode aprender durante toda a sua existência, a pessoa idosa é valorizada quando se reconhece o seu potencial e se incentiva o seu engajamento responsável e participativo na sociedade, despertar o idoso para a ação renovadora na área gerontológica transforma-o em agente por excelência para ajudar a equacionar as questões sociais brasileiras (RAMOS et al, 2014).

O referencial teórico revela, portanto, a importância da compreensão da educação como processo permanente, mediado por diversas formas de conhecimento, ambientes e interlocutores. Também se mostrou como o envelhecimento é um fenômeno complexo, cujo contexto histórico revela progressivos avanços em retrocesso em relação à dignidade humana conforme o período estudado. Percebe-se, ainda, que os estudos realizados indicam que as Universidades Abertas à Terceira Idade (UATIs) oferecem oportunidades educacionais e apontam maneiras de contornar estereótipos negativos.

Durante a pandemia, foram diversos cursos on-line oferecidos pelo NETI, organizados em eixos temáticos de acordo com o Edital nº 3/2021/PROEX (NETI, 2021). As atividades estavam disponíveis aos integrantes do NETI e à comunidade, geralmente por meio de projetos de extensão vinculados ao NETI. São 12 programas: (1) Núcleo de Humanização, Arte e Saúde; (2) Memórias dos Tempos da Escola: Memórias que ficarão online; (3) Nutrição e Memória; Conhecendo para prevenir: os 7 "is" da saúde do idoso; (4) Diabetes mellitus: prevenir, tratar e reabilitar; (5) Agir e Educar (Em)Frente o Diabetes Mellitus; (6) Educação na perspectiva da Inclusão, das Tecnologias e Alteridade - partilhas nas artes e nas ciências com pessoas da meia idade e idosas; (7) O protagonismo do idoso no uso adequado de plantas medicinais e preservação do meio ambiente; (8) Psicologia, Velhice e Envelhecimento Humano; (9) Alteridade no Conviver; (10) Escrita Dramática; (11) Clube do Livro Virtual; (12) Atividades Físicas para Terceira Idade em Tempos de Pandemia. Por meio desses programas, são oferecidos os seguintes cursos:

- ❖ Jornadas de Humanização (80 vagas; 30h/a)
- ❖ Jornadas de Cultura e Arte (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Cultura e Arte para Terceira Idade (80 vagas; 30h/a)
- ❖ Cultura, Patrimônio e Educação. História Oral: Infância Escolar (40 vagas; 30 h/a)
- ❖ Introdução à Fotografia Digital (80 vagas; 30 h/a)

- ❖ Iniciação às ferramentas informáticas do *Google* e RCD da UFSC (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Nutrição e Memória (40 vagas; 30 h/a)
- ❖ Iatrogenia
- ❖ Incapacidade Cognitiva (80 vagas, 16 h/a)
- ❖ Instabilidade Postural e Quedas (80 vagas; 16 h/a)
- ❖ Biossegurança: Descarte de materiais de saúde de uso domiciliar (20 h/a)
- ❖ Prevenção de complicações nos pés e o cuidado no caso de lesões nos pés de pessoas com Diabetes Mellitus (40 h/a)
- ❖ Alimentação, Atividade Física e Tratamento Medicamentoso - os três pilares no controle do Diabetes (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Uso de tecnologias no controle do Diabetes Mellitus (22 h/a)
- ❖ Diabete Mellitus e COVID-19 (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ O que é Diabete Mellitus? (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Educação em saúde no processo de envelhecimento (27 h/a)
- ❖ Yôga para pessoa de meia idade e idosos (24 h/a)
- ❖ Estímulo à memória de idosos por meio do Ensino de Libras (80 vagas; 24 h/a)
- ❖ Uso seguro e adequado de plantas medicinais no sistema respiratório, digestivo e genitourinário (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ O protagonismo do idoso na preservação ambiental (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Dialogando com os idosos sobre a história das plantas medicinais e as ferramentas online (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Corpo, Sexualidades e Envelhecimento (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ A morte o morrer: interlocuções com a psicologia (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Envelhecimento e Desenvolvimento Humano (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Envelhecimento e Sociedade (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Registrado dia a dia (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Sabores da vida (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Histórias da vida (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Memórias da Cidade (80 vagas; 30 h/a)
- ❖ Escrita Dramática como forma de *Storytelling*: oficina virtual de produção de textos dramáticos (50 vagas)
- ❖ Clube do livro virtual (80 vagas; 120h/a)
- ❖ Atividades Físicas para Terceira Idade em Tempos de Pandemia

Como descrito anteriormente, o próximo capítulo apresentará os pressupostos da abordagem crítica. Esta fornecerá, juntamente ao estado do conhecimento presente no capítulo 4, os fundamentos necessários à análise teórica-empírica, cujo objetivo consiste em captar a representação social dos idosos participantes do NETI. De acordo com a perspectiva desenvolvida, será possível compreender o processo educacional de um modo integral e a partir de uma dinâmica de democratização, ancorada na noção de cidadania e inclusão social – estas, por sua vez, decorrentes do princípio da dignidade humana.

### **3 PRESSUPOSTOS DE UMA ABORDAGEM CRÍTICA: EDUCAÇÃO INTEGRAL E DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE**

Restringir a educação de uma pessoa à área das necessidades materiais, anula a condição de dignidade humana, compreendida como a singularidade de cada pessoa e o direito de governar a própria existência. Do ponto de vista procedimental, torna-se relevante aproximar a teoria à *práxis* educacional com o intuito de harmonizar projetos de vida individual, inseridos em uma sociedade complexa, e o desenvolvimento das capacidades para concretizá-los. Quanto à abertura para dimensões diversas e complementares do conhecimento, o diagnóstico do sujeito precisa ser adequado a ele – aspecto denominado ora como educação para além do capital ora como educação personalizada (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018).

Entre os efeitos de um ensino alicerçado na dignidade humana, surge um conjunto de estímulos educativos que influem na formação do indivíduo ao propiciar a descoberta do caminho do conhecimento e da ação. Em relação à interdisciplinaridade, a pessoa torna-se consciente que os conhecimentos possuem uma relação entre si, para além de uma mera sequência temporal ou esquemática. Dessa forma, estabelece-se a dignidade humana como eixo de uma educação integral e como elemento de democratização da sociedade, ao se articular a instituição de ensino à comunidade que a circunda (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018).

Por outro lado, a coisificação humana, por meio da massificação da comunidade, instrumentaliza o ser humano e o mantém alienado. Sem a dialética entre a conservação-renovação de ideias, mantém-se o teor instrumentalizado de certas práticas educacionais: tergiversa-se da meta de formar sujeitos ativos e perscrutadores, com diferentes aptidões e rendimentos, e que buscam aperfeiçoar recursos autoeducativos próprios, ao mesmo tempo em que socializam conhecimentos e contam com a orientação docente. Coisificar o ser humano consiste em estabelecer uma relação entre sujeito-objeto em que o sujeito se encontra em uma posição subordinada ao objeto (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018).

Artigos, teses, dissertações e livros da área da educação propõem atualmente um processo formativo “para além da capital”, isto é, uma educação integral de orientação filosófica, racional e normativa em que ocorre o planejamento de escolhas dentro de um plano de ação específico por meio de juízos de valor. Sob influência do materialismo histórico, essa proposta visa reformular a pedagogia tradicional, tornando professores e alunos conscientes da alienação em relação aos processos produtivos e desigualdades sociais para, assim, reverter a lógica do sistema de produção. Em relação às forças produtivas, busca-se compreender como a

realidade é organizada e como a sociedade a reproduz. Para transformar a superestrutura, denominada de capitalismo ou economia de mercado, seria preciso compreender as formas de aparência nas manifestações elementares - expressas nas relações sociais e produtivas - e nas estruturas mais complexas - como a ciência, leis, códigos morais ou ideias. Dessa maneira, a reforma sistêmica ou o historicismo revolucionário conseguiria contrapor a lógica do capital, atuando inicialmente na camada das forças produtivas e se deflagrando para a camada das formas de aparência (MARX, 1985; MESZÁROS, 2005).

Segundo a ótica crítica, a “economização” da educação fornece atributos necessários ao mercado de trabalho, mas os professores erram ao não ensinar o indivíduo a lutar por justiça social e a rejeitar o controle exercido pelas corporações. Dito de outra forma, em uma proposta de educação integral, é central ensinar valores como a empatia, altruísmo e compaixão, em vez de legitimar os interesses corporativistas pelo ensino de atributos “corretos” que podem levar ao “sucesso”. Dessa maneira, evidenciam-se outras alternativas à tendência de legitimação da ordem social como uma organização egoística pautada exclusivamente na eficiência das famílias, alunos e instituições escolares (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018; SPRING, 2018).

Na história da ciência, o trabalho de Marx (1985), individualmente ou em conjunto com Engels, abrangeu diversos ramos do conhecimento e a maior parte do campo social não lhe foi estranho ou indiferente, pois a ele aplicou uma inferência crítica, revolucionária e de um historicismo pautado pela luta de classes como motor da história. Em sua síntese histórica, com verniz preditivo, a acumulação primitiva do capital esteve presente em diferentes sociedades, mas é significativo que, para Marx (1985), a exploração estabelecida pelo controle dos meios de produção por uma minoria e o enriquecimento da classe burguesa obtido pelo mais valor que propiciavam a manutenção da organização social eram hipóteses basilares.

Entendido de modo amplo, os socialismos surgiram como uma crítica ao sistema vigente e como representação da consciência conturbada do povo à época, focando nas condições de trabalho nas fábricas dos grandes polos industriais europeus. Serviu de alicerce aos movimentos sociais de associações cooperativas e fomentou o debate sobre leis de compensação dos trabalhadores, sindicatos e pensões. Os tratados de natureza socialista, sejam eles folhetinescos ou doutrinários, priorizavam os trabalhadores - e não os patrões - e os programas sociais - previdência social, salário-desemprego, leis do salário mínimo, leis de segurança e saúde no trabalho, pagamento pelas horas extras no trabalho. Os socialismos beneficiaram, assim, grupos moderados (utópicos, guildas e socialistas cristãos, que tentaram cristianizar o movimento radical), grupos radicais (marxistas, anarquistas e sindicalistas) e,

principalmente, os trabalhadores; além de inspirar a consciência da sociedade e os reformadores de classe média (HUNT, 2005).

Considerando a matriz marxista, alguns marcos conceituais levaram a uma extensiva normatização teórico-racional posterior pelos autores, de natureza tanto política, embasada no “Manifesto Comunista”, ou socioeconômica, tendo como referência “O Capital”. As análises econômicas de Marx (1985) se tornaram um prisma científico de uma comunidade acadêmica preocupada, de modo crescente, com a explicação das condições sociais a partir da estrutura econômica e com normatizações político-ideológicas que não entendiam a ciência como campo neutro, devido à noção de que a transformação social requer aspectos valorativos próprios para realizar a justiça social. Dentre a base conceitual, como será detalhado a seguir, sobressaem-se as noções de alienação, poder dos monopólios, mais-valia e capitalismo - este relacionado à acumulação de capital, exploração e luta de classes (MARX, 1985; HUNT, 2005).

Portanto, neste capítulo será apresentado um quadro teórico introdutório ao restante do trabalho, indicando as premissas mais gerais a serem consideradas ao se desenvolver a pesquisa teórico-empírica. Entre as premissas dedutivas, destaca-se a formação para o mundo do trabalho, e não apenas para o mercado de trabalho, com a participação perscrutadora e ativa de um sujeito em posição dominante sobre os objetos e cuja meta educacional consiste em uma formação integral ancorada na dignidade humana. A aquisição de conhecimentos deve, então, se fundamentar na capacidade e experiência real ou possível dos alunos, integrando a dimensão individual e social, como elemento democratizador, já que a atenção ao indivíduo não se apresenta como oposta às exigências sociais (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018).

Do ponto de vista metodológico, os capítulos foram dispostos de uma sequência geral ao específico, enfatizando neste capítulo os aspectos teóricos da teoria crítica para, em seguida, desenvolver a teoria da marginalização e exclusão dos idosos. Nas próximas seções, apresentam-se a perspectiva econômica clássica, o pensamento marxista e a escola utilitarista; todas correntes de pensamento com conceitos específicos, objetos de estudo próprios e contextos históricos singulares. Após apresentar a base conceitual econômica, parte-se para uma expansão do conceito realizada pelos autores marxistas ao se referirem ao denominado capitalismo mundial. A explicação sociológica serve como leme para distinguir o pensamento crítico das correntes funcionalistas e individualistas na sociologia para, em seguida, se avançar para o debate atual sobre cidadania e desigualdade. Todos esses prismas, econômicos, políticos e sociais dão o suporte necessário para o debate entre educação e autorrealização que, embora tardio na pesquisa crítica, predomina nas produções acadêmicas brasileiras de pedagogia.



### 3.1 VALOR-TRABALHO: TEORIA ECONÔMICA RETOMADA NA EDUCAÇÃO

A abordagem crítica debatida no campo educacional brasileiro se ampara nos pressupostos do materialismo histórico-dialético: seu caráter material da realidade - os homens se organizam em sociedade para a produção e reprodução da vida - e seu caráter histórico - organização das sociedades em modos de produção ao longo da história (PIRES, 1997). Desse modo, o materialismo histórico se reveste de um núcleo, ocupado pelos conceitos centrais, e de uma órbita que a protege, composta por uma série de adaptações à teoria original de Marx (1985; 1986) com o objetivo de resolver as crises que programa de pesquisa enfrenta ou enfrentou. As mudanças na teoria original geralmente são dilatações, isto é, maneiras de estender a interpretação a outras circunstâncias e contextos. Como resultado, a teoria aparece sob constante transformação, ainda que mantenha certos parâmetros que a tornam particular e permitam sua caracterização (LAKATOS, 1978).

No campo educacional, a discussão acadêmica geralmente ocorre a partir de Karl Marx mesmo não tendo sido a Educação colocada em primeiro plano pelo próprio Marx, devido à escassez de indicações do autor sobre como relacionar suas análises sobre economia, história e filosofia à educação. Para que se compreenda a continuidade dessa perspectiva, que se adensou e ramificou, é imprescindível conhecer os conceitos marxistas, seus efeitos e teleologia. Em seguida, torna-se possível avaliar os autores da área da educação que ampliaram o alcance das categorias para refletir sobre sua prática como professor ou sobre as dinâmicas e estratégias de aprendizado (PIRES, 1997; SAVIANI, 1991).

Saviani (1991) justifica sua escolha da perspectiva crítica pela necessidade do educar brasileiro passar do senso comum à consciência filosófica na compreensão da Educação. O método materialista seria o instrumento a ser usado pelo educador para, em um segundo momento, transpor o senso comum da pedagogia até alcançar a consciência filosófica, ou seja, realizar um salto da reflexão teórica e abstrata para a realidade concretamente pensada da Educação. Assim como em Marx, os pedagogos que aderiram a essa teoria buscaram categorias mais simples (empíricas) como ponto de partida para sintetizar a realidade, compreendida como síntese de múltiplas determinações. O percurso filosófico se baseia na observação de simples manifestações da realidade para elaborar abstrações e, como consequência, compreender o fenômeno observado (MESZÁROS, 2005; SAVIANI, 1991).

Como será debatido nessa seção, Marx (1984; 1985) lançou mão de uma categoria simples (mercadoria) para realizar abstrações e, dessa forma, erigir uma teoria racional e

normativa sobre o capitalismo. Pires (1997) sugere, assim, que os pesquisadores da área da Educação examinem sua realidade, construída empiricamente a partir da relação professor-aluno, para realizar abstrações e, após o procedimento dialético, compreender o processo educacional em suas múltiplas determinações. Do ponto de vista das relações sociais, Marx (1984; 1985) considerou o trabalho como categoria central, o classificando como vital para a produção e reprodução da vida humana. A perspectiva crítica sugere, porém, que essa percepção sobre o trabalho tem sido transformando atualmente, a ponto de perder sua característica de estruturante das relações sociais (ALVES; ANTUNES, 2004).

Galbraith (1989) lembra que não há originalidade nas ideias econômicas, pois não se pode creditar a apenas um indivíduo uma noção que integra a sabedoria convencional. Por isso, é imprescindível compreender o percurso histórico dos marcos conceituais da disciplina, como o valor-trabalho e o valor-utilidade. Embora sejam encontrados vestígios de pensamento econômico ocidental antigo (*oikonomos*) e no período medieval (condenação moral da ganância), foi na Idade Moderna que se proliferaram obras críticas - moderadas ou radicais - sobre o sistema econômico. As análises econômicas de Marx, empreendidas sobretudo como projeto filosófico, são do período Moderno e decorrem da leitura e interpretação de autores clássicos da Economia, como Adam Smith e David Ricardo (BRUE, 2005).

Para Smith, havia o preço natural (aluguel, salários, lucros) e um preço de mercado (guiado pela oferta e demanda; metáfora da “mão invisível”). Já o valor dependia do trabalho incorporado. A teorização do valor-trabalho reflete a premissa do trabalho como gerador de valor em uma sociedade com divisão do trabalho: a quantidade de trabalho determina o valor econômico da mercadoria e, por isso, há uma correlação positiva entre preço e trabalho. Essa perspectiva encontra respaldo em Adam Smith e David Ricardo - este pela busca de um numerário/denominador comum às mercadorias - e Karl Marx - usa o trabalho como categoria fundante de sua teoria sobre capitalismo. No entanto, para Marx (1984; 1985), o valor-trabalho tem um aspecto qualitativo e um quantitativo - o foco da produção sobre a quantidade leva à transformação das coisas em mercadoria ou, como abordariam os autores da área da Educação, à “coisificação humana” (MÉSZAROS, 2005; HOZ, 2018).

A obra de Marx influenciou o pensamento socialista e reformista com sua perspectiva histórica materialista. O pensamento de Smith e Ricardo, por outro lado, apresentou continuidade com a Escola Marginalista e a Escola Utilitarista, que lançou mão da teoria do valor-utilidade. Nessa ótica, a utilidade é uma propriedade de satisfazer os desejos e necessidades humanas e ela determina o valor de um produto, que é análogo ao valor de troca

ou ao seu preço. Além disso, embora se considere que o trabalho influi no preço como um custo de produção, há outras variáveis que precisam ser consideradas por abarcarem todos os custos das mercadorias e percepções subjetivas (HUNT, 1989). Portanto, a contribuição clássica pode ser percebida pela problematização do tema valor - debate sobre preço, valor de uso e valor de troca -, sendo aperfeiçoada pela moderna teoria da utilidade marginal ao destacar, em suma, que (1) a avaliação subjetiva dos consumidores sobre os bens disponíveis no mercado que determina o valor desses bens e que (2) as escolhas humanas se baseiam em quantidades marginais (BRUE, 2005; HUNT, 1989; GALBRAITH, 1989).

Enquanto a tradição marxista manteve a distinção entre preço e valor, os neoclássicos buscaram equacionar a noção de preço e valor – contribuição com inúmeras implicações empíricas e desdobramentos teóricos na Economia. Como será abordado na próxima seção, o fato dos valores dos produtos decorrerem do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias revela uma incongruência para Marx (1984; 1985), que percebe, no capitalismo, a exploração do trabalho e a alienação dos indivíduos. A ênfase no aspecto qualitativo, sob angulação normativa, levou a extensão da proposta marxista à Educação, sobretudo rechaçando a instrumentalização humana e recuperando a noção de realização plena do homem, seja no trabalho ou no processo educacional para além do capital (SAVIANI, 1991; MESZÁROS, 2005).

Outro ponto em comum entre os autores, além da análise do trabalho, é a percepção dos conflitos sociais. Smith lembra que há um conflito aparente entre patrões e empregados ou, dito de outra forma, possível de ser resolvido pelo diálogo – mas dificultado pelo fato de os empregadores concentrarem poder econômico e/ou político. David Ricardo considerou que há conflitos entre as classes sociais, especialmente pela improdutividade da classe que vivia da renda da terra, mas sua noção de salário não ultrapassou a noção de subsistência. Contrapondo esses pensamentos, Marx considerou que o conflito e as contradições são endógenos ao capitalismo, levando, invariavelmente, a um colapso do próprio sistema. Como lembra Hunt (1989), Marx percebeu uma tendência da queda da taxa de lucro, concentração produtiva, alienação, miséria e desemprego que acirraría o conflito entre as classes. A desarmonia, nessa perspectiva, seria permanente e somente poderia ser resolvida pela via política revolucionária.

Depois de apresentar as semelhanças<sup>4</sup>, considera-se, agora, as divergências teóricas dos autores conforme Hunt (1989). Na perspectiva materialista e dialética, sobressai-se um

---

<sup>4</sup> Há também outros paralelos possíveis de serem feitos: Smith e Marx problematizaram os termos valor de uso e valor de troca; tanto Ricardo quanto Marx dividiram a sociedade em classes para formularem suas considerações

componente comum e ideológico entre Smith e Ricardo: a legitimação da propriedade privada, a ordem liberal e o trabalho como dignificador do homem. Há, ainda, certo otimismo em relação ao potencial da economia de mercado gerar harmonia social, mesmo que haja conflitos transitórios entre patrões e empregados. Além disso, o crescimento da economia - guiado pela liberdade de empreender e pelo autointeresse - geraria o bem comum através da prosperidade e do aumento do bem-estar. Segundo esses autores, seria melhor menos intervenção estatal e regulação econômica, já que uma produção concorrencial, em última análise, culminaria em maiores quantidades produzidas e preços menores. O mesmo não ocorre com os monopólios e oligopólios, que conseguem produzir menos produtos ou serviços e fixar o preço dessas no patamar que desejarem (BRUE, 2005; HUNT, 1989; GALBRAITH, 1989).

Por outro lado, conforme a visão de Marx (1985), os economistas clássicos se limitaram à esfera da circulação e também não observaram com o devido rigor as questões histórico-sociais. O capitalismo se fundamenta no conflito entre burgueses e proletários, sendo que estes ganham menos do que realmente produzem porque seus patrões se apropriam da mais-valia. O avanço da ordem liberal não teria levado à prosperidade porque a substituição de capital variável pelo capital fixo procura formar um exército industrial de reserva, além de favorecer o surgimento de grandes conglomerados que, aliados a governos e outras instituições, perpetuam o *status quo* por meio da alienação e da força da superestrutura conservadora das desigualdades sociais. Na análise marxista, seria preciso romper essa lógica redistribuindo a riqueza e emancipando o homem em sua consciência e economicamente, tudo isso por meio da política revolucionária (BRUE, 2005; HUNT, 1989; GALBRAITH, 1989).

Nos aspectos econômicos, é importante acrescentar algumas considerações de Marx (1985) juntamente as contribuições de Oliveira e Quintaneiro (1995). O valor de troca só se faz presente na circulação das mercadorias e traduz uma quantidade, pois, como lembra Marx, “[...] duas coisas diferentes só se tornam quantitativamente comparáveis depois de sua conversão a uma mesma coisa” (MARX, 1985, p. 57). O elemento central é a possibilidade de formação do mais valor, do  $D'$ . Na fórmula  $D - D'$ , o  $D'$  representa o dinheiro inicial mais a quantia de dinheiro que variou nessa dinâmica, isto é, expressa o lucro capitalista na produção. O  $D'$  se expande como capital autônomo e essa dinâmica ocorre no espaço da circulação. Para ter o  $D'$ , são

---

teóricas; Ricardo e Marx perceberam que um aumento do lucro do patrão não implica aumento de salários necessariamente e que o uso de máquinas seria danoso à geração de emprego; Smith, Ricardo e Marx destacaram o aumento da produtividade no capitalismo como resultado da divisão de tarefas e de inventos que otimizaram a produção e o aperfeiçoamento dos bens de capital (BRUE, 2005; HUNT, 1989; GALBRAITH, 1989).

necessários os fatores de produção (matéria-prima, mão-de-obra, capital). No período da Primeira Revolução Industrial, o D' era determinado pela indústria têxtil (MARX, 1985).

Com a evolução permanente da indústria e produção em maior escala, aumentaram os lucros das fábricas. Com as trocas, o excedente (mais-valia) ficou com o produtor mais dinâmico, o capitalista, que pode ampliar ainda mais seu poder de investir e expandir a produção. Percebe-se, assim, como capital (dinheiro em circulação) difere da própria ideia de dinheiro (usado no dia a dia para comprar, pagar dívidas e para se poupar). Com o dinheiro, tem-se a expressão do valor de todas as mercadorias independentemente da qualidade e da quantidade. Esse dinheiro, na teoria marxista, é compreendido como um equivalente universal, garantindo o acesso ao mundo das mercadorias. Embora não seja capital, o dinheiro é transformado em capital e, nesse sentido, Marx (1985) acredita ter desvendado o “mistério da mercadoria”. Há, portanto, um fetichismo na mercadoria que encobre o fato de ela ser produto do trabalho (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995).

O trabalho concreto está incluído em todas as mercadorias, é a substância do valor, é medida pelo tempo, pelo tempo de trabalho que é socialmente necessário (mês, semana, hora). O trabalho concreto para Marx são as atividades desempenhadas, isto é, o esforço físico para produzir uma mercadoria ou um serviço. Gera um dispêndio da energia, em seu sentido físico e mental. O valor de uso é o valor imanente à produção, podendo ser caracterizado com o produto do trabalho – tempo de trabalho socialmente necessário – e pela utilidade da mercadoria. Portanto, o trabalho reflete a substância do valor. No regime capitalista, trata-se do conteúdo material da riqueza com enfoque na mercadoria. Dessa forma, o valor de uso seria a propriedade material da mercadoria, sendo que essa mercadoria expressa à própria riqueza das sociedades capitalistas (MARX, 1985).

Dessa maneira, compreende-se a estreita ligação entre a consciência dos indivíduos e o processo subsequente de alienação (manifestada na incapacidade de consciência do indivíduo de perceber as contradições de classe presentes em sua realidade). Tem-se uma rede conceitual que conecta o desenvolvimento das forças produtivas e a relação entre os trabalhadores e os meios de produção. Ao reger a produção do capital, aparece o movimento D – M, M – D, D – D' e, finalmente, D – M – D', revelando o fim de acumulação imensa para se expandir o dinheiro necessário à produção (capital) e o objetivo de se possuir a mercadoria (por meio do consumo), além de produzir o fetichismo da mercadoria, que faz com que as relações sociais de trabalho se tornem invisíveis ou imperceptíveis (MARX, 1985).

Na circulação, acontece uma mudança: no mundo das mercadorias, o trabalho individual "some" e se transforma em trabalho social, isto é, o trabalho coletivo presente nas mercadorias. Dito de outra forma, o trabalho se transforma de algo concreto para algo abstrato, perdendo a identificação com a própria destreza, capacidade e conhecimento. Simultaneamente, o trabalho exercido sobre os objetos gera uma espécie de "ressurreição", segundo Marx, pois tudo que é criado pelo homem possui um trabalho anterior e que é reanimado somente por outro trabalho. A valorização das mercadorias, portanto, ocorre durante a produção, e não na compra e venda ou das mercadorias ou nos lucros dos capitalistas tomados individualmente. Marx (1985) conceitua a acumulação primitiva como o processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção, que alcança seu ápice com a propriedade privada.

Desse modo, a teoria marxista nasceu sob o contexto de crítica ao chamado capitalismo e à exploração dele decorrente, porém, historicamente, as transformações socioeconômicas e políticas levaram os Estados ao reformismo: surgiram maneiras políticas de melhorar as condições de trabalho fora da seara do movimento revolucionário, com o estabelecimento de sindicatos, leis trabalhistas e pensões. Percebe-se, então, o caráter fluído da teoria em análise, sua maleabilidade e expansividade. Com a extensão dos direitos e a consolidação das democracias, a análise radical da exploração perdeu espaço e se enraizou em aspectos filosófico-políticos: a exploração do trabalho acarreta a alienação e, no capitalismo, o trabalho não tem sido humanizado, invalidando a realização plena do homem. Portanto, na prática educativa de matriz marxista, questiona-se se a educação está a serviço da humanização ou da alienação. De forma análoga ao trabalho, a educação é vista como produto histórico e coletivo dos homens e *deve ser* (aspecto normativo) planejada com uma metodologia específica e contemplando um rol de juízos de valor e princípios pedagógicos progressistas (PIRES, 1997).

### 3.2 A HUMANIZAÇÃO EM CONTRASTE À ALIENAÇÃO

Como abordamos anteriormente, o movimento contraditório entre alienação e humanização é central em diversas pesquisas brasileiras na área da Educação (PIRES, 1997). A perspectiva crítica indica o trabalho como atividade essencial, mas que, na sociedade capitalista, é explorado, de modo que sua remuneração seja menor do que o valor produzido. A "expropriação do trabalho", isto é, o deslocamento da proposta vital do trabalho para outra, de

natureza mercadológica, produz a alienação (MARX, 1984; 1985). Nesse prisma, as contradições sociais adquirem as formas de aparência e inibem a emancipação humana.

Quintaneiro e Oliveira (1995) evidenciam a importância dos conceitos formulados por Marx nas diferentes áreas do conhecimento - filosofia, história, política, economia e sociologia. Com um olhar em torno da Inglaterra e dos demais países que se industrializavam, Marx destacou a característica dual da sociedade: “[...] de um lado, os proprietários ou possuidores dos meios de produção, de outro, os que não os possuem” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 1995, p. 22). Em primeiro lugar, será apresentado o contexto histórico de Marx, em seguida sua metodologia de pesquisa e a relação dos elementos que compõe a teia conceitual marxista. O Quadro 1 aborda os principais conceitos que serão analisados no decorrer do capítulo:

Quadro 1 – Categorias centrais do materialismo histórico-dialético

<b>Totalidade concreta:</b> percepção da realidade, a partir de suas múltiplas determinações, tendo a dialética marxista papel importante para estabelecimento das categorias de análise, para compreender suas relações e parar gerar abstração e, posteriormente, inferência sobre o real.
<b>Contradição social:</b> a sociedade se organiza historicamente a partir de uma série de contradições, que foram acirradas no capitalismo com a divisão em classes sociais e sob uma aparência implícita.
<b>Trabalho:</b> meio de produção, com dispêndio físico e mental de energia, que agrega valor aos bens produzidos.
<b>Práxis:</b> ação política, capaz de transformar as estruturas de poder e construir novas relações sociais inspiradas em um ideal normativo.
<b>Hegemonia:</b> remete ao modo de produção hegemônico.
<b>Modo de produção capitalista:</b> a sociedade se organiza em duas classes, vinculadas na produção, que são os capitalistas (detém os meios de produção) e os trabalhadores (vendem sua força de trabalho). As relações de produção também são relações de propriedade.

Fonte: Elaborado a partir de Giddens, (2005), Oliveira e Quintaneiro (1995), Marx (1985).

Desde o século XVIII, com a Revolução Industrial, formou-se um centro dinâmico industrial que se expandiu, gradualmente, para todas as regiões do planeta, aumentando o contingente de trabalho assalariado e de capital necessário às fábricas. A hegemonia inglesa cedeu o lugar aos Estados Unidos e a outros países europeus à medida que a inovação se tornou um aspecto central da geração de riqueza<sup>5</sup> Sob a perspectiva marxista, a partir da noção de modos de produção, afirma-se que a tecnologia é apropriada pelas forças econômicas mais

<sup>5</sup> As obras de Schumpeter (2018), sobre a “destruição criativa”, são pertinentes à compreensão da inovação.

poderosas e auxiliam na manutenção de um sistema dinâmico em que o trabalhador ocupa a parte mais marginal e fragilizada. Oliveira e Quintaneiro (1995) afirmam que:

A ação dos indivíduos sobre a natureza é expressa no conceito de forças produtivas - o qual busca apreender o modo como aqueles obtêm, em determinados momentos, os bens que necessitam e, para isto, em que grau desenvolveram sua tecnologia, processos e modos de cooperação, a divisão técnica do trabalho, habilidades e conhecimentos utilizados na produção, a qualidade dos instrumentos e as matérias-primas de que dispõem (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995, p. 15).

As forças produtivas do capitalismo são as bases materiais que o caracterizam como um modo específico de produção. Na sociedade burguesa, vive-se uma “forma-mercadoria” com o objetivo de atender a essa gama de necessidades e, gradualmente, passou-se a quantificar as coisas úteis existentes na natureza ou possível de serem fabricadas (MARX, 1985). Os indivíduos, de modo geral, encontraram no funcionamento desse sistema inúmeros benefícios e a modificação dos hábitos enraíza-se no plano cultural e subjetivo. Atualmente, a transformação da sociedade moderna avançou pelo lançamento de novos produtos e formas de trabalho (ALVES; ANTUNES, 2004). Por exemplo, a partir do fluxo de inovações tecnológicas, fomentou-se a demanda por *smartphones* e *tablets* e, conseqüentemente, as atividades intensivas em capital aumentaram sua participação de mercado.

Na ótica de Marx (1985), o trabalho objetiva a mercadoria e esta, por sua vez, possui um valor de uso intrínseco. O valor de uso se transforma em valor de troca na circulação e, depois, o valor de troca se transforma em valor de uso novamente pelo consumo. Quanto maior a produtividade do trabalho, menor a quantidade de trabalho necessário na produção e, como consequência, menor o preço. A produtividade passa a ditar o ritmo da atividade industrial e a ser transferida predominantemente para o capital, ou seja, o capitalista obtém recursos e pode reinvestir na produção para gerar mais-valia. Assim, irrompem os sucessivos conflitos entre empresários, que desejam realizar seus lucros, e os fixadores de salários ou sindicatos, que analisam o lucro do setor para que o trabalhador não perca seu poder de compra.

Ao se considerar a abordagem materialista, percebe-se que a estrutura do capitalismo evoluiu pelo antagonismo entre as classes que se formaram a partir dos detentores dos meios de produção e dos detentores da força de trabalho. Com a transformação da base econômica, esse modo de produzir alcançou a superestrutura, em suas mais diversas instituições sociais, e se enraizou na consciência dos trabalhadores. Para acumular capital, objetivo central do capitalismo, os meios de produção mais avançados foram sistematicamente gerados e as inovações tecnológicas emergiram para que o fluxo de acumulação continuasse. O preço,



finalmente, é a expressão monetária da substância do valor (que é dada pelo trabalho). Esse tempo de trabalho aparece na forma preço que, por sua vez, é incorporada nas mercadorias. Portanto, o trabalho serve como substância do valor e se cristalizado nas mercadorias.

As ideologias do trabalhador adquiriram aspectos específicos e alteraram a sua consciência dos conflitos sociais, tornando-o, em linhas gerais, alienado ao próprio processo de produção. A “classe em si”, a qual se refere Marx (1985), simplesmente existe como classe, enquanto a “classe para si” se reveste de um valor normativo ao tomar consciência dos aspectos que a distingue, isto é, adquire consciência de classe. Conforme Oliveira e Quintaneiro (1995, p. 24), as classes em si são o “[...] conjunto dos membros de uma sociedade que são identificados por compartilhar determinadas condições objetivas, ou a mesma situação no que se refere à propriedade dos meios de produção”, enquanto as classes para si são as que “[...] se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, cuja identidade é construída também do ponto de vista subjetivo”.

Nessa perspectiva, indica-se que a abstração do trabalho se desenvolveu principalmente na sociedade burguesa, isto é, como um modo de trabalho em uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos e de domínio do capital. O aspecto central do capitalismo seria a busca pelo lucro na produção e, posteriormente, na especulação - correspondendo a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas a partir do sistema bancário e financeiro -, e não apenas o lucro comercial. O trabalhador receberia, portanto, um salário como remuneração pelas suas atividades, mas o montante estaria abaixo do valor de tudo que é produzido. A diferença (o mais valor; mais-valia) seria apropriado pelos proprietários dos meios de produção e poderia ser acentuada pelo maior uso da força de trabalho - aumento das jornadas de trabalho - ou pela criação de tecnologias mais eficientes (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995). Gradualmente, percebe-se como o trabalho, como meio de produção com dispêndio físico e mental de energia e que agrega valor aos bens produzidos, torna-se também objeto de exploração segundo a abordagem marxista.

Marx (1985) fundamentou a sua proposta filosófica a partir da crítica ao materialismo contemplativo de Feuerbach e ao idealismo de Hegel. Segundo o autor não é a realidade posta na matéria que é realmente assimilada como propôs Feuerbach (razão encontrada nos objetos), pois a divisão entre o mundo real e imaginário é uma criação humana. Assim, as ideias deveriam ser orientadas à ação a fim de validar uma tese em sua completude. O filósofo G. Hegel, outra influência de Marx (1985), partiu do idealismo alemão, como ferramental de análise, ao argumentar que não existe razão no ser - tendo em vista que a razão é um devir permanente.

Assim, a razão se coloca na realidade, como se houvesse um objetivo último (teleologia) ou, dito de outra forma, as ideias se manifestam como um fundamento para o desenvolvimento da realidade (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995).

Como ensinam Oliveira e Quintaneiro (1995), no idealismo hegeliano todos os indivíduos são elementos do real e o espírito se põe nessa realidade, pois há costumes em comum, uma coletividade e uma historicidade, que se desenvolvem ao longo do tempo. Para o autor, a alienação adquire um sentido positivo, referindo-se a um ideal de desenvolvimento. Ao lançar mão de categorias racionais, o filósofo buscou captar as contradições do processo histórico através da dialética, que reflete um processo em que ideias opostas estão imbricadas no mesmo processo e que, por meio da síntese, revelam processos históricos específicos.

Essa maneira de organizar o pensamento envolve a tríade tese (situação fática), antítese (contradição) e síntese (processo evolutivo que serve de tese para um novo processo evolutivo). Marx (1985) se contrapôs a Hegel - criticando o idealismo, além de se opor à percepção positiva da alienação -, mas assimilou a dialética e a ênfase na racionalidade histórica. Diante desse contexto, o conceito de *práxis* é fundamental aos marxistas, que defendem ação política como maneira de transformar as estruturas de poder e construir novas relações sociais inspiradas em um ideal normativo. A conjugação entre teoria e *práxis* revolucionária remete à totalidade concreta, que consiste na percepção da realidade pelo indivíduo, a partir de suas múltiplas determinações, tendo a dialética marxista papel importante para estabelecimento das categorias de análise, para compreender suas relações e parar gerar abstração e, posteriormente, inferência sobre o real (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995; MARX, 1985; GIDDENS, 2005).

Evidenciou-se como as categorias marxistas procuram entender a abstração do trabalho e sua relação com a formação da sociedade burguesa. Há também que se destacar o viés fatalista ou radical de Marx, mencionado por Oliveira e Quintaneiro (1995, p. 31), sob o caráter eminente da revolução: “Sendo as sociedades classistas fundadas em uma contradição que lhes é inerente, também o capitalismo estaria condenado a extinguir-se com a eclosão de um processo de revolução social”. Ainda segundo as categorias marxistas, as classes dominantes exerceriam uma forma de dominação política, legitimando seus interesses por meio da estrutura estatal. A propriedade privada estaria fundamentada no trabalho próprio enquanto que a propriedade capitalista visaria à exploração indiscriminada de mão de obra e à centralização de capitais (o que coloca o processo de luta de classes, entre proletariado e burguesia, no centro da teoria marxista). Em termos atuais, como será abordado na próxima seção, a produtividade aparece em toda a cadeia produtiva globalizada. Os mercados se

estendem e o processo da produção se torna mais sofisticado. Em relação ao idoso, assinala-se que ele não pode ser compreendido como inútil por se aposentar (o que, nessa perspectiva, significa não mais vender a força de trabalho), já que a sua dimensão humana continua presente e não pode ser anulada.

Marx (1985) lembra que, quando o indivíduo produz, ele participa de uma mesma classe, com relativa similaridade nas ideologias, costumes e valores. A diferença entre os indivíduos integrantes das classes sociais seria construída pelo contraste na existência material. Portanto, o ser é o que produz e, ao mesmo tempo, o modo que produz. No campo filosófico, as ideias não se configuram apenas como uma questão de teoria, e sim de prática e de direcionamento para a ação. Ainda segundo a síntese e articulação das categorias marxistas mencionadas anteriormente, as classes dominantes exerceriam uma forma de dominação política, legitimando seus interesses por meio da estrutura estatal.

Percebe-se, nessa perspectiva, a essência do capitalismo, refletindo a teoria e a prática da desigualdade social, superável pelo rompimento da alienação via processo revolucionário deflagrado pelo proletariado. O pensamento marxista propõe, dessa forma, uma lente que enxerga uma sociedade de classes com interesses antagônicos e com domínio irrefutável do capital, exercendo uma pressão externa que dificulta o próprio posicionamento crítico do indivíduo frente à realidade (OLIVEIRA; POTAROLO, 1995).

Em suma, a atitude filosófica de um pedagogo que opte pela matriz marxista deve se pautar pela investigação dos fenômenos, mesmo em suas formas ou categorias mais simples, de modo que as conjecturas sejam examinadas racionalmente e normativamente até alcançarem a realidade em sua totalidade concreta. Em seu cotidiano, ele deve fazer o uso de uma *práxis* que desmistifique as contradições sociais, indicando uma série de proposições valorativas e ações a serem realizadas para substituir a estrutura hegemônica, organizada em diversas instituições. Coletivamente, deve reverberar suas bandeiras políticas por meio de movimentos sociais e da representação política (SANTOS, 2009). Para Pires (1997, p. 91), “[...] a educação não pode estar voltada para o trabalho de forma a responder às necessidades adaptativas, funcionais, de treinamento e domesticação do trabalhador, [...] mas sim [...] ter como preocupação fundamental o trabalho em sua forma mais ampla”. Logo, o trabalho do educador com essa filosofia é disseminar, em cada indivíduo, uma proposta de humanização como produto histórico, valorativo e coletivo (SAVIANI, 1994).

### 3.3 CRISES MUNDIAIS, ESTRATÉGIAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES E NOVAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO

Como mencionado na seção anterior, a ótica marxista critica o advento do capitalismo como sistema hegemônico e compreende que sua influência, no âmbito escolar, contribui para construir uma ideologia que lhe fornece sustentação e garante a qualificação técnica necessária ao funcionamento da economia (MESZÁROS, 1981). Existiria, assim, uma intencionalidade implícita que deveria ser combatida por meio do trabalho do pedagogo progressista, articulado a movimento sociais cujas bandeiras políticas precisaria adquirir proeminência na esfera pública, em uma disputa pela hegemonia (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; SANTOS, 2009).

Frigotto (2010) enfatiza as transformações do capitalismo, no âmbito mundial, observando as crises mundiais e as mudanças nos padrões de concorrência. Em relação às crises, o autor destaca seus efeitos econômicos, sociais, ideológicos e educacionais. De acordo com a análise marxista, o regime capitalista é marcado por contradições: após períodos relativamente estáveis de acumulação de capital, há crises geradas por fatores endógenos. Em estágios pré-capitalistas, as crises ocorriam por meio da subprodução, sempre associada à necessidade de sobrevivência civilizatória. No entanto, o capitalismo produziu uma tendência à superacumulação e superprodução tendo em vista, conforme esse prisma, neutralizar a lei tendencial da queda da taxa de lucros (MARX, 1989).

Assim, no intuito de compreender os avanços do capitalismo, diversos autores examinaram a relação entre a concentração de capital, o imperialismo e os monopólios<sup>6</sup>. Para Lênin (1985), o capitalismo produziu o imperialismo. Por isso, o modo de produção capitalista não gerou uma anomalia, e sim evoluiu para um estágio superior, marcado pela centralização e concentração do capital em crescimento. O autor destaca a crise de 1873 e as crises de 1900 e 1903 como “turbinadoras” desse processo, pois as pequenas empresas faliram e foram incorporadas a outras empresas que, gradualmente, formaram os grandes monopólios. Bukharin (1998) indica as especificidades do regime de acumulação de capital, tendo em vista que o capitalismo seria marcado por uma política de expansão da esfera financeira. Com a formação dos grandes trustes internacionais, os próprios Estados Nacionais se aliaram a essa

---

<sup>6</sup> Por outra ótica, Schumpeter (1961) considera que o imperialismo possui um traço comum/atávico na histórica, não tendo sido gerado pelo capitalismo. As formas pré-capitalistas com caráter expansionista agressivo, mantiveram essa característica, mas para o imperialismo emergir sempre foi necessária uma ação coadunada a um objeto. O capitalismo, em sua forma mais pura, levaria à paz, à livre concorrência. Teria, assim, certo grau de função civilizatória.

política. Gerou-se uma espécie de união pessoal em uma parcela ínfima da sociedade para se garantir as massas de lucro, em detrimento da realidade doméstica dos países. Como já mencionado, o capital financeiro corresponde a uma parcela do capital, oriundo da produção e absorvedor de mais-valia, que se autonomiza na esfera financeira como um capital produtor de juros, isto é, conforme a lógica D-D'. Provém da união pessoal dos conglomerados industriais aos grandes bancos, multiplicando o valor real do dinheiro e alavancando uma política econômica que se deflagra a nível mundial.

A exportação de capitais, no contexto capitalista, procura reverter a tendência de queda na taxa de lucro dos grandes grupos empresariais. Ao migrar para os outros países, os custos de produção, com matérias-primas e capital variável, diminui. Assim, é possível que a acumulação de capital mantenha uma variação positiva, apesar da composição do capital do aumento do capital fixo, culminando em taxa de lucros menor. Rosa Luxemburgo (1972) compreende os métodos imperialistas pelo viés da acumulação de capital a qualquer custo, mesmo que seja infiltrando o regime capitalista em localidades não capitalistas. Em outras palavras, para garantir o lucro, a produção dos países cêntricos é transferida a regiões periféricas. As massas de mais-valia, por fim, são remetidas aos países desenvolvidos. O processo se assemelha ao de acumulação primitiva, por ser realizado em regiões em estágios históricos não capitalistas, com o viés primordial de aumento das taxas de lucro (especificamente por meio do imperialismo ou da expansão do capitalismo).

Desse modo, percebe-se o atual processo de mundialização financeira, decorrente da desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros. Assim, foi criado um mercado de obrigações públicas que beneficia os fundos de pensão e fundos mútuos de investimento, além dos governos dos países industrializados (financiamento do déficit orçamentário), como observa Chesnais (1996). As análises evidenciam, ainda, o uso do poder político-econômico das grandes empresas e organizações internacionais, especialmente sobre os países em desenvolvimento. Lehr (2015) percebe a atuação das organizações financeiras, em especial dos fundos de investimento (como fundos de pensão, bancos, entre outros) nas organizações educacionais, denunciando a chamada "mercantilização da educação". Ressalta-se, no entanto, que os valores do altruísmo, compaixão e empatia, assim como atributos que levem os indivíduos a lutar por justiça social, ultrapassam a qualificação técnica focada exclusivamente ao mercado de trabalho (SPRING, 2018; LEHR, 2015)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Santos (2011) denomina pejorativamente a economia de mercado, a nível internacional, como domínio neoliberal. Devido à extensão desse debate, não entraremos no mérito das questões relativas à globalização. Destaca-se,

As transformações trabalhistas também são importantes nesse contexto, através da mudança de regime de acumulação de capital, das novas tecnologias e das transformações no mercado de trabalho. Harvey (2005) compreende o regime de acumulação fordista como marco da racionalização dos processos via produção e consumo em massa. A produção seguia a lógica das linhas de montagem, tendo em vista a necessidade de suprir a demanda por certos bens. Paulatinamente, esse modo de produção declinou por causa da rigidez contratual que impunha. Surgiu, então, um regime de acumulação flexível, com estoques controlados para suprir a demanda e personalização da produção.

Em relação à classe trabalhadora, Giovani Alves e Ricardo Antunes (2004) indicam que esta consiste de assalariados que vivem de sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção, mas que apresenta novos apanágios (queda do número de trabalhadores industriais, prestação de serviços sob novas modalidades, aumento do trabalho feminino, hipertrofia do setor de serviços, desemprego dos jovens, exclusão de trabalhadores idosos). Com a modernização das plantas industriais, demanda-se um trabalhador polivalente e multifuncional, em vez de repetidor de funções de forma mecânica.

Esse quadro do capitalismo mundial será recuperado no próximo capítulo, quando será realizada uma leitura crítica do termo “educação ao longo da vida”, usado, segundo a literatura, por grupos de pressão internacional para legitimar determinados interesses produtivos que põem em segundo plano o caráter integral da educação e sua capacidade de reflexão e humanização. Além disso, será assinalado como a educação pode contribuir à formação para o mundo do trabalho, e não somente ao mercado de trabalho, pois possui uma dimensão mais ampla e que permite ao sujeito constituir seu próprio caminho com uma conduta perscrutadora e ativa. Em suma, evidenciou-se como o regime de acumulação de capital vigente pauta-se pela produtividade e como a atividade laboral tem envolvido novas modalidades e qualificações – isso demanda, por parte dos idosos, um esforço adicional para não serem excluídos se assim desejarem permanecer no mercado de trabalho ou inseridos socialmente.

Logo, salienta-se que a perspectiva marxista enfatiza uma *práxis* de caráter normativo, cujo embasamento teórico pressupõe uma mudança de filosofia e uma articulação política a partir de determinada teleologia. Por outro lado, do ponto de vista social, será evidenciado como o princípio da dignidade humana é central, ainda que o indivíduo não seja produtivo, e como uma prática educacional fundamentada nesse princípio pode incentivar: (1) o idoso atualizar

---

porém, a ligação entre o capitalismo mundial e a cidadania e a democracia brasileira nas próximas seções a partir da análise de Carvalho (2013).

seus conhecimentos e compartilhar suas experiências e habilidades com outras pessoas; e (2) as esferas familiares e comunitárias a acolher, assistir e valorizar a singularidade desse idoso.

### 3.4 PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA COMPARADA

Após abordar o materialismo histórico-dialético segundo a perspectiva econômica, torna-se importante destacar os aspectos sociológicos da análise. Em primeiro lugar, diferenciam-se os principais fundadores da sociologia, que observaram as modificações da sociedade industrial no decorrer do século XIX para elaborarem suas teorias (OLIVEIRA, 2015). Em seguida, apresenta-se a teleologia da análise marxista. Como evidenciado até essa seção, na obra de Marx (1985), acentuam-se elementos normativos, críticos e revolucionários como solução para erradicar o conflito entre os homens. Porém, mantido o *status quo*, o autor indicou uma tendência de acirramento da luta de classes. Já a perspectiva de Durkheim enfatizou a divisão do trabalho como fonte do progresso das sociedades, isto é, por meio da divisão do trabalho que se fomenta a solidariedade social. Por fim, constata-se que ambos os autores apresentam visões divergentes, mas com visões holísticas dos fenômenos sociais.

Weber (2002) possui um ponto de vista particular, indicando o paradoxo da modernidade: de um lado, o avanço progressivo da técnica e da ciência e, do outro, o alto grau de irracionalidade individual no conhecimento global da sociedade. Oliveira (2015) prossegue sua análise coadunando os autores e, aproximando Weber e Marx, constata que ambos apresentam similaridades na compreensão da categoria trabalho, devido à influência que o marxismo exerceu sobre o aparato teórico weberiano. No materialismo histórico, postula-se que a alienação do trabalho é inerente ao capitalismo, o que apenas pode ser superado, levando a uma sociedade a um estágio superior, pela consciência de classe do trabalhador e acirramento da luta de classes. Um indivíduo, na modernidade, encontra dificuldades para compreender o aspecto global da sociedade, o que, na análise do Weber (2002), consiste em um aspecto que diferencia a sociedade moderna das demais sociedades.

Um “selvagem”, por exemplo, conhece as maneiras de como se obter toda forma de alimento e construir ferramentas, creditando os fatos desconhecidos aos aspectos míticos. Já o homem moderno encontra, na sociedade altamente especializada, um imenso desconhecimento sobre o funcionamento dos subcampos sociais - ou seja, as motivações individuais, quando generalizadas, podem se tornar pesadelos coletivos em caso-limite (WEBER, 2002). A

racionalização, como ensina Oliveira (2015), provém da eliminação da magia do mundo, que culmina no aumento da produtividade e da eficiência. Esse traço é comum em Weber e Marx. Além disso, a racionalização ocasiona a separação das esferas sociais, já que cada campo do saber possui uma racionalidade própria: esfera econômica, esfera científica e esfera educacional, por exemplo, são distintas entre si.

De acordo com o materialismo histórico-dialético, a alienação do trabalho é uma característica típica do capitalismo e somente a revolução poderia erradicar o conflito entre os homens, após o acirramento da luta de classes, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Sob perspectiva diversa, ainda que sob uma visão estrutural, Durkheim se opõe a Marx ao acreditar que a divisão do trabalho é fonte do progresso e da solidariedade da sociedade. Conforme Durkheim, a solidariedade é o modo como a sociedade se mantém unida, isto é, para sua existência, é necessária uma ligação entre os indivíduos, denominada de coesão social. Por sua vez, Weber se singulariza por não adotar um pensamento baseado em estruturas, mas em processos de racionalização (OLIVEIRA, 2015; GIDDENS, 2005).

A alienação é percebida por Marx e por Weber, mas este se particulariza ao perceber que a racionalização provinda da modernidade não leva o trabalhador a conhecer em profundidade sua realidade socioeconômica (OLIVEIRA, 2015). Por outro lado, Weber não aprofunda a crítica marxista às desigualdades do sistema econômico, uma vez que o capital produz e reproduz as contradições de classe. Weber opta, por outra via, por tentar aliar os fatores não econômicos (necessidade de organização política) aos fatores econômicos (típicos da classe burguesa). O sociológico busca compreender a racionalidade dentro das relações sociais incluídas no sistema econômico capitalista, que ao longo de toda a sua vigência estabeleceu controles burocráticos que enfraqueceram visões de mundo místicas, tradicionais ou baseada exclusivamente em costumes, especialmente na Europa. Embora existam valores e tradições no contexto social, na perspectiva de Weber, o capitalismo visa manter a eficiência e produtividade nas relações de produção. Em suma, diferentemente de Marx, não é um crítico ao capitalismo como produtor e reproduzidor de desigualdade, optando pela percepção da sociedade como racionalizada e burocratizada. A comparação entre os autores está evidenciada no Quadro 2:



Quadro 2 – Síntese do pensamento dos fundadores da sociologia

	<b>Marx</b>	<b>Durkheim</b>	<b>Weber</b>
<b>Conceito central</b>	Luta de classes	Coesão social	Racionalização
<b>Análise econômica</b>	Crítica à exploração do trabalho e desigualdades	Trabalho como fator de solidariedade social	Fatores econômicos e não econômicos explicam a sociedade moderna
<b>Normatividade</b>	Possibilidade de uma sociedade mais justa após processo emancipatório	Possibilidade de avanço moral à medida que aumenta a coesão da sociedade	Desencantamento do mundo e temor sobre o excesso de controle social

Fonte: Elaborado a partir da obra de Giddens, (2005), Oliveira (1995), Oliveira (2015).

O materialismo histórico busca compreender a formação de consciência dos indivíduos e o processo subsequente de alienação, mantendo um viés crítico em relação à sociedade capitalista. Para ele, as categorias mais simples são importantes na formação da superestrutura, que pode ser modificada pela ação. É necessário, portanto, partir do particular e contextualizar esses elementos, como o trabalho e a consciência, até atingir o geral e se compreender a realidade em suas múltiplas determinações, em um estado de totalidade concreta em que se supera a alienação. Como lembram Oliveira e Quintaneiro (1995),

Para Marx e Engels, a alienação associa-se às condições materiais de vida e somente a transformação do processo de vida real, por meio da ação política, poderia extingui-la. Na sociedade capitalista, o sujeito que realiza as potencialidades da história é o proletariado, libertando a consciência alienada que atribui à realidade histórica uma aparência mágica, enfeitiçada (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995, p. 11).

Portanto, Marx e Engels tomam como ponto de partida a organização da produção social de bens para, em última instância, compreender a estrutura e a superestrutura da sociedade, que a mantém letárgica em relação às mudanças sociais. Por isso, a dinâmica histórica precisa ser examinada em suas particularidades, em seus conflitos intrínsecos e extrínsecos e na relação entre a realidade e a consciência. Com a análise do elemento trabalho, percebem-se múltiplas determinações: “trabalho-consciência”, “trabalho-mercadoria” e “trabalho-produção capitalista” (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995).

Na cronologia da formação da sociedade, o grau de evolução dos homens se modificou ininterruptamente, tornando a organização social complexa. Os primeiros mecanismos de domínio à natureza eram relativamente precários, mas, com o avanço das técnicas de produção,

formas mais sofisticadas surgiram na agricultura e na indústria. Por meio da atividade humana e do trabalho, a natureza passou a ser transformada e os recursos alocados conforme as necessidades e as localidades. Assim, as forças produtivas foram alteradas significativamente pelos homens e a natureza recebeu impactos mais fortes em direção ao avanço do progresso técnico – dessa forma, fica nítido o motivo de Marx adotar a produção material como objeto de estudo. A proposta marxista aproxima o sujeito do objeto, em vez de separá-los, e critica a exploração do trabalho e as desigualdades sociais, destacando a possibilidade de uma sociedade mais justa após processo emancipatório (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995).

A lente do educador que se baseia na análise marxista tende a ter uma visão de sociedade em que: (1) o conflito decorre de práticas desumanizantes e se revela inevitável, sendo possível de ser superado por uma *práxis* revolucionária pela atuação política ou cultural, considerando o processo educacional e a difusão do conhecimento (MESZÁROS, 1981; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; SANTOS, 2009); (2) não percebe o trabalho na sociedade moderna como fator de coesão social nem a possibilidade de avanço moral da sociedade, optando por criticar a alienação, a exploração do trabalho e a contribuição da educação à manutenção da economia de mercado (MESZÁROS, 1981); (3) movimento dialético da consciência, de modo que aproxime o sujeito do seu objeto de estudo com o intuito de fomentar uma percepção global da realidade a partir das condições materiais da existência.

### 3.5 A CIDADANIA COMO PROPULSORA DA INCLUSÃO SOCIAL

Refletir sobre a desigualdade e cidadania possibilita uma atualização dos temas propostos por Marx, como será evidenciado pelo olhar de José Murilo de Carvalho (2013), além de relacionar a cidadania à inclusão social, ambas como consequência de direitos e atreladas à responsabilização individual e coletiva. Dessa forma, complementa-se a análise sociológica mencionada anteriormente, que indicou a luta de classes, relacionada à noção de trabalho e de mercadoria, como categoria central das relações sociais. Carvalho (2013) perpassa 4 tópicos centrais: conceito de cidadania, evolução dos direitos (civis, políticos e sociais), direitos sociais no Brasil e desafios para a consolidação da democracia no Brasil. Dessa maneira, é possível perceber como a cidadania é um fenômeno complexo e historicamente definido. Além disso, para dar completude ao termo cidadania, aborda-se a necessidade da inclusão social.

Incluir se opõe à estigmatização e, por isso, será problematizado o trabalho de Goffman (1981) sobre esse tema. Não se pode julgar um indivíduo somente pela ideia que ele faz de si ou por sua produtividade e, considerando a proposta de Goffman (1981), não se pode excluir o indivíduo por um estigma (no caso dos idosos, por sua improdutividade ou por uma condição física/mental mais fragilizada). Nesse último aspecto, ressalta-se a importância de não se instrumentalizar o ser humano, independentemente de sua idade e classe social. O "estigma" é um sinal corporal que evidencia algo extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem o apresenta, levando um grupo a desqualificar o outro e a desconsiderar a individualidade.

A partir de Carvalho (2013), percebe-se a importância do exercício de direitos no bojo do Estado Democrático de Direito, pois não basta votar, já que a liberdade de pensamento, segurança, emprego, entre outros também são direitos que traduzem o que é "ser cidadão". A cidadania é, portanto, mais do que uma palavra da moda e esvaziada de sentido. Carvalho (2013), aparelhado às premissas do materialismo histórico-dialético, indica que parte dos entraves socioeconômicos brasileiros decorrem: (1) da dependência do país em relação à ordem econômica internacional, (2) da dificuldade de promover transformações políticas substanciais no Executivo e no Legislativo; e (3) de um capitalismo excludente e indiferente às demandas imediatas de grande parte da população.

Do ponto de vista histórico, o Brasil conta com influência direta da cultura do Ocidente, que traduz as confluências da cultura grega, romana e europeia nas suas instituições político-econômicas. Um ponto de partida para compreender o Estado Democrático de Direito, com ênfase na cidadania, é a organização da sociedade. Como lembra Carvalho (2013), o ideal ocidental é o de cidadania plena, embora esse ideal possua obstáculos do ponto de vista prático, seja pelas dificuldades em organizar o processo eleitoral ou pela consecução dos direitos. Por exemplo, embora na Grécia Antiga o sistema fosse democrático, não eram todos que votavam - mulheres, estrangeiros e escravos não participavam diretamente das decisões políticas.

No século XVIII, com a consolidação da democracia liberal, optou-se por eleger representantes, escolhidos pela população. Inicialmente, o voto era censitário e masculino, mas, paulatinamente, foi amplificado para a maior parte dos segmentos da população. Ainda que a democracia representativa possuísse falhas, ela foi considerada um "mal necessário" até os dias de hoje. Isso porque os direitos encontram-se em sucessiva adaptação e aperfeiçoamento, dependendo do quadro histórico esboçado e da capacidade da população se articular para expressar sua voz e apresentar sua agenda de demandas. Durante a passagem do período

clássico para a Idade Média e, posteriormente, para a Idade Moderna, os direitos foram sendo aprimorados, como se nota na divisão em direitos individuais, políticos e sociais.

Em primeiro lugar, por meio da luta política, consolidaram-se os direitos civis no século XVIII. No século seguinte, com as revoluções burguesas, houve o advento dos direitos políticos. Finalmente, no século XX, desenvolveram-se os direitos sociais como uma complementação dos direitos anteriores, já amadurecidos. É esse o contexto do surgimento da noção de cidadania, que se desdobra em direitos políticos, sociais e civis, alvo de profícuas discussões acadêmicas. Os direitos civis abrangem a vida em sociedade e seus deveres correlatos: vida, liberdade, propriedade e igualdade perante a lei. Desses direitos de primeira ordem, é possível extrair uma série de outros direitos: ir e vir, escolher o trabalho, manifestar o pensamento, inviolabilidade do lar e da correspondência, não ser condenado sem processo legal regular, não ser preso a não ser pela autoridade competente. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade e abrangem, dessa maneira, a capacidade de fazer demonstrações políticas, organizar partidos, votar e ser votado. Já os direitos sociais, segundo Carvalho (2013), asseguram uma maneira para que a sociedade reduza os excessos de desigualdade produzidos pelo sistema econômico e garanta o bem-estar para todos. Incluem aspectos como educação, trabalho, salário justo, saúde e aposentadoria no intuito de assegurar a justiça social. Porém, para o autor, os direitos sociais encontram entraves na dependência do Brasil em relação aos países desenvolvidos e na agenda neoliberal que propõe políticas de austeridade como receituário permanente.

Carvalho (2013) enfatiza essa dependência em relação à ordem econômica internacional, já que o país não consegue competir economicamente no cenário internacional, o que, no longo prazo, perpetua a pobreza. Além disso, para ele, o Brasil não percorreu o percurso de, inicialmente, amadurecer os direitos civis para depois amadurecer os direitos políticos e sociais. Em vez disso, houve no País uma ênfase maior nos direitos sociais, tendo esses direitos sociais precedido os demais. Outra diferença: a participação dos cidadãos no processo de difusão de direitos. Em países como a França, havia uma relação de lealdade das pessoas com o Estado e com a nação, além do cultivo da identidade nacional (religião, língua, lutas e guerras contra um inimigo comum). Porém, no Brasil, o Estado assumiu esse papel na ausência da organização política e reivindicação dos cidadãos, mesmo com resultados não consensuais e apropriação indevida da riqueza coletiva pelos indivíduos (patrimonialismo,

fisiologismo, nepotismo, entre outros<sup>8</sup>). Portanto, países como o Brasil aderiram a aspectos do Estado de bem-estar sem possuir recursos ou meios para realizar suas premissas - pelo contrário, grassam pelo país os entraves estruturais que dificultam o desenvolvimento com equidade, oportunidades e justiça social.

Todo esse quadro mostra a complexidade do problema da desigualdade, tendo em vista que a soberania nacional convive com a pressão de *players* internacionais do sistema capitalista. Carvalho (2013) se refere ao processo de interdependência econômica entre os países, propiciado pela divisão internacional do trabalho, para fazer uma observação crítica: atualmente há uma internacionalização do capitalismo com efeitos nocivos para os mais pobres devido à perpetuação desse quadro desigual. Mas faz a ressalva de que a redução do poder do Estado afeta a natureza dos antigos direitos, sobretudo dos direitos políticos e sociais. Na sua perspectiva, surgem dificuldades de se participar de um governo com poderes reduzidos porque o Estado não possui espaço para uma atuação efetiva. Carvalho (2013) também se opõe às políticas de redução do gasto do governo, ao surgimento dos blocos econômicos, além de ressaltar que a ampliação da competição internacional pressiona os custos da mão de obra. Dessa forma, constata as mazelas do desemprego, de uma estrutura econômica insuficiente e da exploração dos trabalhadores.

Diante desse cenário, questiona-se os motivos da democracia não ter resolvido os entraves socioeconômicos brasileiros. Os direitos civis, por exemplo, são frequentemente vilipendiados com a fragilidade da segurança individual. Na área social, os entraves são percebidos na educação, nos serviços de saúde e de saneamento. Mas também houve avanços no Brasil, especialmente com a expansão dos direitos políticos que, dado o passado colonial e a demora para haver igualdade em termos deliberativos. Carvalho (2013) lembra da importância da Constituição ao assegurar eleições diretas, universalizar o voto, facilitar a organização partidária. O autor afirma que, ainda assim, é necessária uma reforma política, no intuito de assegurar a representatividade da população, reduzir o número de partidos e reforçar a consistência ideológica/pragmática dos partidos. Assim, na concepção de Carvalho (2013, p. 223), “A ausência de ampla organização autônoma faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer (...)” em detrimento dos direitos sociais.

---

<sup>8</sup> Em relação à dificuldade de organização política, do ponto de vista histórico, são pertinentes as análises de Sérgio Buarque de Holanda - “Raízes do Brasil” (1995) - e Victor Nunes Leal - “Coronelismo, enxada e voto” (1975).

A Nova República, embalada pelo entusiasmo das eleições diretas, prosseguiu até as eleições de 1986 onde é formada a Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a Constituição de 1988. Essa possibilitou que analfabetos pudessem votar, ampliando a franquia eleitoral e pondo um fim a essa discriminação. Também possibilitou que menores de 18 anos e maiores de 16 pudessem votar, aumentando o número de votos correspondentes a 51% da população na eleição de 1988. Além disso, acentuaram-se os Direitos dos Idosos no texto constitucional e, posteriormente, com o Estatuto dos Idosos. De acordo com Carvalho (2013), os avanços refletem certo amadurecimento da sociedade, embora haja uma força centrífuga do *establishment* com o objetivo de frear as demandas sociais (manifestada pela corrupção, concentração de poder, desconexão entre a agenda social e política, entre outros).

Em suma, o caminho percorrido para a consolidação da cidadania brasileira foi gradual e conviveu com a pobreza e desigualdades sociais. Essa dinâmica possui uma natureza econômica com importantes reflexos políticos que, devido à influência *status quo*, resiste às dinâmicas sociais e aspirações de mudanças substanciais. Assim, a partir da ótica de Carvalho (2013), constata-se que a realidade impõe um problema estrutural, enraizado em um passado colonial com a perniciosa perpetuação do conflito entre classes no bojo da sociedade brasileira que, atualmente, apresenta seu quadro desfavorável na garantia, sem a devida qualidade, dos direitos sociais. Segundo o autor, as consequências desse problema de eficácia encontram-se na supervalorização do Poder Executivo e desvalorização do Legislativo - no entanto, a discussão sobre a representatividade no Congresso Nacional também é complexa, chegando ao ponto de haver um distanciamento entre os parlamentares e a população e uma crise de representatividade. Dessa maneira, Carvalho (2013) defende a organização social contra um modelo estatal clientelista, corporativista e colonizado, além da inserção de organizações não-governamentais para o encaminhamento e solução de problemas sociais, conjuntamente a associações de moradores locais.

Nesse sentido, uma das razões para a dificuldade nacional acerca de tal elemento recai sob a inversão da cronologia marshalliana que, em primeiro lugar, instituiu os direitos sociais, depois os políticos e posteriormente os civis, além de prevalecer uma visão corporativista dos interesses coletivos. Esse cenário decorreu da ausência de ampla organização autônoma da sociedade, de um quadro fiscal de austeridade reforçado na sociedade que ele pejorativamente denomina como neoliberal e sob as mudanças recorrentes no cenário internacional, com fortes influências dos organismos multilaterais e das grandes empresas. Ademais, compreende-se que,

os diferentes caminhos trilhados para o estabelecimento da cidadania afetam os indivíduos e, conseqüentemente, a qualidade da democracia<sup>9</sup>.

O debate sobre a inclusão surge no amadurecimento e evolução moral da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, na academia, buscam-se conceitos que elucidem a dinâmica social, como os termos propostos por Erving Goffman (1981). O termo estigma reporta os sinais corporais usados para evidenciar algo de extraordinário ou ruim sobre o *status* de quem os apresenta. Assim, há uma discrepância entre a identidade virtual e real de um indivíduo que, “Quando conhecida ou manifesta, essa discrepância estraga sua identidade social” (GOFFMAN, 1981, p. 28). A identidade social virtual consiste no caráter que imputamos ao indivíduo, enquanto a identidade social real aos atributos que o indivíduo realmente possui.

O atributo da diferença não pode ser reduzido ao descrédito, à desvantagem, ao defeito, à fraqueza. A pessoa estigmatizada se agrupa com outras pessoas com o mesmo estigma e passa a ter experiências semelhantes de aprendizagem condizentes ao estigma. Dessa forma, em um processo de ajustamento pessoal chamado de carreira moral, o "eu" se transforma no que o estigma sugere. Para o autor, o estigma pode ser evidente (quando é perceptível ou reconhecido facilmente) ou oculto (quando é desconhecido ou mediatamente perceptível). O aspecto do controle, no entendimento de Goffman (1981), se manifesta pela atribuição de "fama" ou de "má reputação", operando como controle social formal e como imagem pública. Um grupo infere as imperfeições a partir de um defeito ou imperfeição original e a resposta defensiva, na perspectiva do autor, reflete uma expressão desse atributo.

Assim, o defeito e a resposta se manifestam como uma justificativa da maneira como os indivíduos estigmatizados são tratados por determinado grupo social. Em casos-limite, na ausência de *feedback* saudável do intercâmbio social com os outros, “a pessoa que se auto-isola possivelmente torna-se desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa” (GOFFMAN, 1981, p. 22). Uma das carreiras morais que Goffman (1981, p. 44) se refere são os "estigmatizados em fase avançada da vida", geralmente recebendo certa rotulação devido à desvantagem física que surge inesperadamente quando se é mais velho. Ressalta-se, assim, o caráter pernicioso do isolamento de determinados grupos sociais proveniente da estigmatização.

---

<sup>9</sup> Na ótica de Carvalho (2013), a mitigação do renascimento liberal e da cultura de consumo também contribuirão para a conquista da harmonia comunitária, que deve ser alicerçada em princípios como igualdade e solidariedade, para haver perspectivas de avanço democrático e atenuação da discriminação dos cidadãos brasileiros pela educação, renda e cor.

Portanto, os graus de democracia variam justamente de acordo com a possibilidade de assegurar aos cidadãos qualidade de vida, com serviços de qualidade e acesso aos direitos sociais de forma eficaz (CARVALHO, 2013). Além da importância do regime político, destaca-se a importância de cada indivíduo contribuir à humanização das relações sociais, tendo como imperativo a noção de inclusão, independentemente de classe social ou idade. Uma maneira de amadurecer a própria democracia consiste em evitar comportamentos individuais que depreciem outros indivíduos por causa de um sinal corporal, por exemplo. Uma conduta que questiona os estigmas é, portanto, àquela que aceita as diferentes personalidades dos indivíduos que compõem a sociedade e promove a solidariedade e a dignidade humana.

### 3.6 EDUCAÇÃO E AUTORREALIZAÇÃO

Na perspectiva marxista, Mészáros (2005) a educação tradicional busca internalizar nos indivíduos a legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social junto às condutas “certas” e, conseqüentemente, garantir a reprodução do capitalismo. As tentativas de reforma do sistema capitalismo não lograram êxito e, assim, a noção de educação continuou a se vincular à internalização e à produção de consensos. Entre as várias engrenagens que sustentam a máquina capitalista, a educação é uma das principais, juntamente com o trabalho. Questiona-se, a partir desses pressupostos: a educação está levando à autorrealização ou à perpetuação da ordem social alienante e dominadora do capital?

A educação emancipatória surge como alternativa para Mészáros (2005), pois afasta a opressão contida na educação formal. Para o autor, essa alternativa libertadora conduz à educação permanente e às atividades contra-internalizantes ou, ainda, a uma contra-consciência descolonizada. Isso significa refletir sobre as condições desumanizantes do trabalho, a alienação em relação às contradições sociais e subverter a lógica fetichista do real estado das coisas. A intervenção consciente no processo histórico significa, assim, negar radicalmente toda a estrutura de comando do sistema estabelecido. A noção de educação para além do capital surge, então, como um conceito concreto (imaneente; não se limitando a negar o capitalismo) que visa criar uma ordem social sustentável e que não justifique os males do capitalismo (a criação dessa nova ordem se vincula à noção de liberdade para os marxistas).

Nota-se que Mészáros (2005) se contrapõe também à estratégia reformista - que, como mencionado anteriormente, foi decisiva para os avanços no capitalismo por meio da introdução



de diversos programas sociais. O autor considera que remover defeitos específicos do capitalismo reflete da mesma forma uma defesa ao capitalismo. Busca, portanto, universalizar a educação e o trabalho (autorrealização) para mudar a ordem social e toda forma de opressão e dominação. A perspectiva marxista contrasta à compreensão examinada pelos autores clássicos (Smith, Ricardo), pela sociologia funcionalista (Durkheim) e pelas perspectivas filosóficas, econômicas e matemáticas atuais (utilitaristas, marginalistas e neoclássicos), pois, na perspectiva marxista, o trabalho e a educação vigentes são forças opressoras e que não refletem elementos civilizatórios. A alternativa proposta por Mészáros (2005) visa associar produtores livremente, em vez de um modelo concorrencial; garantir condições humanizadoras (em relação à jornada de trabalho e à autorrealização), em vez de controle do trabalhador pela elite; atenuação das desigualdades sociais; uma educação contra-internalizadora, em vez de uma educação focada no controle social.

A proposta de Mészáros (2005) se fundamenta em 5 aspectos centrais, todos em relação dialética: processo de coletivização (esse autor defende superação da ação individual fragmentada), mudança estrutural (nessa perspectiva, depende da consciência dos coletivos e de sua atuação política), educação libertadora (noção de progressão de ideias), desvinculação da noção tempo-dinheiro (a educação integral não se baseia somente no trabalho), atividades criativas (a atividade laboral deve ser estimulante, e não uma mera reprodução ou repetição). No Quadro 3, tornam-se perceptíveis os preceitos normativos de Mészáros (2005):

Quadro 3 – O capitalismo e sua superação segundo a proposta normativa de Mészáros (2005)

Força social poderosa que fomenta indivíduos isolados em ação fragmentada. A mudança social deve ocorrer por meio da política e consciência histórica, com a formação de indivíduos sociais.
Estrutura alienada e reificada que demanda, para ser superada, de uma mudança estrutural e autoconsciência dos indivíduos sociais.
Sistema auxiliado por uma educação conservadora que, para promover ideais socialistas, deve ser revertida sob a alcunha de educação libertadora.
O foco no tempo presente deve ser superado pela noção de tempo disponível e ócio, afrouxando mecanismos de controle no trabalho, que amalgamam a noção de tempo e dinheiro.
O trabalho repetitivo deve ser substituído por atividades criativas.

Fonte: Elaborado a partir da obra de Mészáros (2005).

O Quadro 3 revela os princípios e valores orientadores e genéricos propostos por Mészáros que, para serem colocados em prática, requerem planejamento por uma força

operativa (implicitamente pelo Estado ou partido socialista). A autogestão da ordem social é, dessa forma, realizada pelos produtores associados. Já os alunos são colocados em situação ativa/autoconsciente que, além de serem educados para o trabalho, receberão uma educação continuada (esta não é vocacional ou focada na mera utilidade; e sim desenvolvida a partir da consciência socialista). A transformação dos ideais educacionais busca formar sujeitos conscientes de sua realidade material, críticos ao *status quo* em suas diversas manifestações na infraestrutura, estrutura e superestrutura (incluindo, respectivamente, a visão econômica, de família, religião, sociedade e sistema capitalista). A crise estrutural do sistema capitalista, segundo o autor, demanda essa transformação social ampla e emancipadora.

Portanto, inicialmente, foi apresentado o quadro teórico marxista, com sua fundamentação econômica, sociológica e educacional para, em um segundo momento, adentrar-se no conceito de educação não formal e se apresentar o funcionamento e objetivos das Universidades Abertas à Terceira Idade. Esse capítulo foi fundamental ao desenvolvimento do Capítulo 3, tendo em vista: (1) a noção de gerontologia educacional não focada na “coisificação humana” como princípio educacional, e sim no desenvolvimento pessoal do estudante a partir de uma leitura crítica, ativa e consciente da realidade; e (2) os processos democráticos que, atualmente, abordam a inclusão e representatividade, como maneiras de valorizar a o idoso pela realização do texto constitucional, ao assegurar a dignidade humana, e por relações profícuas entre as instituições escolares e as esferas familiares e comunitárias. Não basta observar os aspectos econômicos, embora eles possuam sua importância, pois a sociedade está em constante transformação - em direção ao aperfeiçoamento ou retrocesso. A educação consciente (ou não alienante) estimula, dessa maneira, o indivíduo em direção à promoção da sua própria dignidade como pessoa, considerando os valores sociais e os ideais inclusivos na luta por justiça social.

#### 4 AS UATIS, A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A “educação para além do capital” abrange diversas ramificações que encontram continuidade no trabalho pedagógico inspirado no materialismo histórico: assim como Marx (1985, 1989) influenciou Mészáros (2005), estes influenciaram Trilla (1987), Gohn (2006, 2008, 2014), Vigotski (1989, 1991, 2011) e Freire (1996) a compreender a educação sob diferentes abordagens. Ressalta-se que o processo educacional se desdobra da infância à velhice, acompanhando os estágios individuais sob a forma de papéis sociais, novos desafios, atualização de conhecimentos, entre outros. Tendo como sujeito da pesquisa o idoso, torna-se necessário compreender a abrangência desse conceito. Em seguida, é pertinente situar o sujeito da pesquisa em seu quadro sócio-histórico compreendido, na área da educação, pela ótica da exclusão e marginalização. Esse movimento pode ser realizado em duas etapas: antecedente – compreensão história das contradições sociais – e subsequente – respostas do sistema político e jurídico a partir de demandas sociais.

Na perspectiva da marginalização e exclusão do idoso (ROSSETO, 2013), a sociedade capitalista não sabe o que fazer com seus velhos, já que eles não possuem mais força de trabalho. Propõe-se, então, que se considere o âmbito formal e informal da educação para compreender as potencialidades da educação de idosos para além da aquisição de um certificado. No aspecto formal, aparece a questão do analfabetismo e do acesso ao mínimo de escolarização. Os entraves educacionais, somados ao desligamento familiar e à aposentadoria, condicionam os idosos às instituições asilares. Outro aspecto a ser ressaltado, a partir da terminologia da educação não formal, é seu caráter de transvalorização social e autonomia da coletividade. Brandão (2007), por exemplo, prioriza a relação entre educação e grupos sociais: durante toda a vida, em diversos ambientes, existe um movimento de aprender e ensinar perene. À medida que o indivíduo se vincula ao meio cultural e aos seus semelhantes, por meio da educação, ocorre a endoculturação (BRANDÃO, 2006) ou, nas palavras de Gohn (2008), a passagem da natureza à cultura.

Neste capítulo, busca-se evidenciar a produção acadêmica do estado do conhecimento das pesquisas brasileiras na área da Educação, com foco no processo de envelhecimento. A partir do referencial bibliográfico, serão examinados 3 aspectos: o conhecimento teórico desenvolvido nas pesquisas, o conceito de idoso e a análise histórica do envelhecimento. É importante ressaltar, como ponto de partida, as informações demográficas apresentadas por

Argentin (2019). Sob a ótica nacional há um aumento da expectativa de vida<sup>10</sup> decorrente dos avanços da medicina e da saúde pública e, na seara internacional, as projeções da ONU (2002) evidenciam que o envelhecimento é um fenômeno mundial.

No âmbito das Nações Unidas, atualmente uma em cada 9 pessoas tem 60 anos ou mais. Em 2012, eram 810 milhões de pessoas idosas (11,5% do total) e, conforme as projeções mais recentes para 2050, a entidade estima que o número de idosos será de dois bilhões de pessoas (22% da população mundial). Dessa forma, surgem novas demandas em saúde preventiva, segurança, serviços, mobilidade e acesso a informações voltadas aos idosos (ARGENTIN, 2019).

As teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) apresentam temáticas diversificadas. Na área da educação, o envelhecimento tem sido investigado nas pesquisas referentes a trabalho e empreendedorismo, políticas públicas, relação intergeracional na família e na escola, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), alfabetização e aprendizagem, inclusão digital de idosos, educação ao longo da vida, entre outros. Averiguaram-se nas pesquisas casos de velhice bem-sucedida – como nas relações intergeracionais conscienciosas –, assim como situações de preconceito e discriminação. Institucionalmente, existem ambientes que priorizam o lazer e o cuidado à saúde dos idosos, enquanto outros buscam prover principalmente conhecimentos interdisciplinares e formativos. As pesquisas acadêmicas examinam 4 ambientes frequentados pelos idosos: (1) os Grupos/Centros de Convivência, (2) o ensino na EJA, (3) as Universidades Abertas para Terceira Idade e (4) Instituições de Longa Permanência. A principal diferença entre o item (2) e o (3) está nos objetivos da aprendizagem. As Unidades Abertas para Terceira Idade oferecem oportunidades educacionais sem a necessidade de obter um diploma, ao mesmo tempo em que os programas governamentais direcionados à educação de adultos visam alfabetizar ou à conclusão do ensino fundamental e médio.

Caso o indivíduo compreenda a inclusão como direito e como dever, a educação para terceira idade indica um modo de não se limitar aos estereótipos negativos. A inclusão dos idosos não pode se limitar a um direito, sob pena de se restringir a uma conquista legislativa. O aspecto crucial, portanto, é o respeito à dignidade do ser humano: há uma unidade que ultrapassa a vida em sociedade, levando à estabilidade social ainda que haja diferenças na constituição humana e momentos de instabilidades. Essa unidade, ainda que relativamente

---

<sup>10</sup> A coleta de dados do Censo de 2020 do IBGE foi adiada por causa da pandemia do COVID-19.

diversa, se manifesta em elementos como língua, cultura, religião e Estado de Direito. Com o objetivo de compreender a intersecção entre educação e processo de envelhecimento foi necessário depurar os resultados encontrados nos trabalhos acadêmicos.

Nesse contexto, definiram-se descritores a serem usados nos buscadores, somando os resultados da plataforma CAPES e IBICT: “Velhice” (137 resultados), “Envelhecimento” (207), “Terceira Idade” (129), “Gerontologia” (29) e “Universidade Aberta à Terceira Idade”/“UATI” (13). Mesmo nos descritores com resultados amplos, foi possível obter um número considerável de trabalhos referentes às Universidades Abertas à Terceira Idade que não seriam encontrados usando apenas um descritor. Isso acontece porque também são usadas outras denominações para as Universidades Abertas à Terceira Idade, como Universidade da Terceira Idade, Unidade da Maturidade, Universidade Aberta à Pessoa Idosa, Curso de Extensão Universitária, Núcleo de Estudos da Terceira Idade, entre outros.

Não foi necessário combinar os descritores porque os resultados seriam demasiadamente afunilados, levando em consideração o número relativamente pequeno de pesquisas sobre a educação de idosos em relação às tradicionais áreas da Educação. Os critérios de exclusão de pesquisas foram dois: (1) os trabalhos selecionados decorreram de programas em Educação (Nome do Programa registrado no campo da Educação); (2) mesmo encontrado nos catálogos acadêmicos, considerou-se necessário que o trabalho apresentasse tema pertinente em relação ao objeto de estudo – após a leitura do seu título, resumo e, quando necessário, da introdução. Dessa forma, o resultado final abarcou pesquisas que se relacionavam às Universidades Abertas para Terceira Idade e ao processo de envelhecimento.

Após a tabulação dos dados e posterior inferência, foi preciso usar um critério adicional de exclusão. Retiraram-se do escopo a ser examinado as pesquisas que não estivessem disponíveis nos repositórios das instituições de ensino superior. Dos 33 trabalhos selecionados, 12 são teses de doutorado e 22, dissertações de mestrado<sup>11</sup>. Além disso, apenas 22 estão disponíveis para consulta nos repositórios institucionais – 14 dissertações e 9 teses. Portanto, tendo como base a intersecção das pesquisas encontradas nos catálogos de teses e dissertações, foi elaborado um novo quadro para delimitar estritamente as pesquisas pertinentes ao objeto de estudo e que estivessem disponíveis na internet, ou seja, as pesquisas que se referissem às

---

<sup>11</sup> No entanto, não foram encontrados os trabalhos de Frutuoso (1996), Martins (1998), Teixeira (1999), Lira (2000), Dias (2000), Huck (2002), Vital (2002), Cordeiro (2003), Oliveira (2004), Chierregati (2002) e Amaral (2008).

Universidades Abertas à Terceira Idade considerando a educação não formal, o processo de envelhecimento e a inclusão. O resultado da sistematização pode ser encontrado no Quadro 1.

Quadro 4 – Teses e dissertações do campo educacional referentes ao estado do conhecimento, mapeadas na plataforma CAPES e IBICT e disponíveis no repositório institucional das universidades

<b>TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DISPONÍVEIS NA PLATAFORMA CAPES E NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES</b>				
	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Instituição na qual o PPGE está vinculado</b>	<b>Ano</b>
1	Cachioni, M.	Envelhecimento bem sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: A experiência dos alunos da Universidade de São Francisco	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1998
2	Both, A.	Identidade existencial na terceira idade: mediações do Estado e da Universidade	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1998
3	Finato, M. S. S.	A Universidade Aberta à Terceira idade e as redes de apoio afetivo e social do idoso	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2003
4	Bertelli, I. M.	A instituição de ensino superior e a efetivação das políticas de atendimento ao idoso: Conhecer para a vida, viver para conhecer	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2006
5	Teodoro, M. F. M.	UNATI/UERJ: Uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso	Universidade Católica de Petrópolis	2006
6	Maciel, D. M. B.	Temática ambiental na Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI/UERJ)	Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro	2008
7	Araújo, M. F.	O lazer e sua articulação com a educação: concepções de alunos e professores de um curso de extensão universitária sobre educação e envelhecimento	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2008
8	Arruda, I. E. A.	Análise de uma Universidade da 3ª idade no município de Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	2009
9	Capuzzo, D. B.	Elementos para educação de pessoas velhas	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2012
10	Loreto, E. S. G.	Inclusão digital na terceira idade: estudo do curso de informática de uma UNATI	Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro	2012
11	Rebelo, R. A.	Saberes docentes na educação do idoso: Compreensões de professores do programa de educação permanente – FURB	Universidade Regional de Blumenau	2013
12	Rossetto, T. R.	Processos criativos na velhice num contexto de educação não-formal: o desenho e a pintura como conhecimento estético e artístico	Universidade Estadual de Maringá	2013
13	Scortegagna, P. A.	Emancipação política e educação: Ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2016
14	Carvalho A. E. S. R.	A importância da educação para o envelhecimento saudável em idosos longevos	Universidade Federal de Pernambuco	2016
15	Nascimento, M. C.	A tomada de consciência como possibilidade de proteção dos idosos: Uma experiência pedagógica com o jogo Quarto na UNATI/UEM	Universidade Estadual de Maringá	2016
16	Pereira, F. A.	Educação de pessoas idosas: Um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins	Universidade Federal da Paraíba	2016
17	Lima, E. C. M. M.	Memórias de leituras de idosos da UATI/UEFS: Ressignificando suas histórias	Universidade Estadual de Feira de Santana	2016
18	Duarte, M. M.	Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS): Análise das ofertas de cursos em educação permanente frente a determinadas ocorrências epistemológicas no país	Universidade Metodista de Piracicaba	2016

19	Medeiros, I. M.	A gênese e o desenvolvimento do programa de extensão - AFRID - da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia: De 1989 a 2014	Universidade Federal de Uberlândia	2017
20	Valiente, V. R. B.	Histórias de vida de mulheres idosas: um novo espaço de aprendizagem - UNATI/UFPel	Universidade Federal de Pelotas	2018
21	Almeida, S. A. P.	Narrativas de história de vida de mulheres idosas: Memória, subjetividade e relações de gênero	Universidade Estadual de Ponta Grossa	2018
22	Argentin, F. F.	Os exercícios lógico-matemáticos e os relatos memoriais de idosos em um espaço de educação não formal	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	2019

Fonte: elaborado pelo autor a partir da consulta realizada nas Bases de Dados da CAPES e IBICT.

As pesquisas de campo são 21 – 20 qualitativas e uma quantitativa, de Finato (2003) – e bibliográfica, uma – pesquisa realizada por Both (1998). Do ponto de vista teórico, a temática do envelhecimento é situada no âmbito da educação não formal: conceito que remete ao aprendizado independente de uma diretriz curricular ou escolarização obrigatória. A vertente do materialismo histórico é assumida nos trabalhos de Rossetto (2013), Scortegagna (2016), Argetin (2019), Santos (2011), entre outros. Nessa concepção, o idoso é compreendido como ex-trabalhador desgastado porque o capitalismo o aliena, de modo que separa suas ações físicas e mentais. Por outro lado, Araújo (2008) não se filia a uma perspectiva teórica, compreendendo que o idoso, assim como os jovens e adultos, é uma ser humano que merece ser tratado com dignidade e receber a chance de desenvolver sua personalidade por meio da educação ao longo da vida. Na pesquisa predominantemente quantitativa, foi usada uma escala para medir os parâmetros sociais – Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS) e do Mapa de Avaliação da Rede Afetiva e Social do Idoso (MARASI). Na pesquisa teórica, o objeto de estudo foi os proferimentos de idosos a partir de fontes primárias e secundárias com análise de conteúdo. Em suma, nas pesquisas de campo, predominaram os estudos de caso, com utilização de questionários e entrevistas para coleta de dados.

Após a análise bibliográfica e fichamento do material, adotou-se uma postura reflexiva com o intuito de cristalizar um olhar sobre a gerontologia educacional que abrangesse aspectos econômico e outras variáveis do campo social – respeito à dignidade humana, direito à educação, relações intergeracionais, responsabilização familiar e comunitária frente às situações de indiferença e abandono, entre outros. Inicialmente, a temática contou com uma camada de análise - (a) percepção do caráter humanizador da educação segundo a abordagem materialista-dialética, evidenciada no capítulo anterior – e, agora, recebe mais duas camadas que aprofundam a discussão: (b) compreensão da educação não formal articulada ao processo de envelhecimento; (c) relação entre a educação e as representações sociais. Assim, será

perceptível o paralelo entre a preparação para o mundo do trabalho, com a participação ativa do sujeito crítico, presente desde a formação inicial do ser humano, e a educação não formal voltada aos idosos. Para evidenciar essa intersecção, apresenta-se a aprendizagem não formal por meio da prática social, voltada aos idosos a partir de experiências individuais em ações e trabalhos coletivos.

As representações sociais consistem no produto das comunicações inter e intragrupos e nos modelos de orientações comportamentais, avaliativas e afetivas (MOSCOVICI, 2003), mas não são neutras, pois são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam (CHARTIER, 1985). Ao articular a dimensão individual a coletiva, Santos (2011, p. 70) sintetiza o debate da seguinte forma: "A identificação e a valorização do papel do idoso nas comunidades [...] [como] única forma possível de inclusão social desse grupo, que pode contribuir de maneira significativa para a transformação local de valores e modos de existir". Nas próximas seções, serão apresentados o conceito de idoso, a historiografia conforme a perspectiva materialista dialética, a legislação nacional, a crítica ao conceito de educação ao longo da vida, os fundamentos da educação não formal e o funcionamento e objetivos das UATIs.

#### 4.1 OS CONCEITOS DE IDOSO: CRONOLÓGICO, FUNCIONAL, SOCIAL E SUBJETIVO

Envelhecer de forma bem-sucedida consiste em um engajamento ativo com a vida, capacidades mentais intactas e estar livre de doenças e da incapacidade (MCLAUGHLIN et al, 2010). Portanto, a definição do envelhecimento é fundamental para que se compreenda o debate sobre qualidade de vida. Embora não haja consenso sobre que conceito deva ser usado de modo absoluto, a velhice pode ser enquadrada de 4 maneiras de acordo com a situação vivenciada (ARRUDA, 2009; BERTELLI, 2006). Quando se faz referências à idade para se obter a Previdência Social, por exemplo, usa-se a idade cronológica. Essa demarcação reflete uma linha divisória importante em questões legais, embora não transpareça aspectos sociais, biológicos e psicológicos. Outro conceito é o dos papéis sociais, que classifica o indivíduo conforme o lugar em que se encontra na sua trajetória de vida. Se o indivíduo se aposentou e tem netos, percebem-se transições que marcaram sua trajetória pessoal.



Há, ainda, a definição funcional que leva em conta modificações físicas normais e limitações dos idosos. A classificação funcional torna-se uma aliada para se verificar o desempenho individual em determinada atividade. Por fim, há a idade subjetiva, que reflete a percepção da pessoa sobre si (QUADAGNO, 2014; ARGENTIN, 2019). O conceito funcional pode ser subdividido em 3 categorias, considerando o estado de saúde do idoso: idoso saudável, idoso com algum nível de deficiência, idoso frágil. Associa-se a fragilidade à dependência funcional em atividade de rotina ou à multiplicidade de doenças, embora outros aspectos devam ser considerados em um diagnóstico preciso. Rockwood e Robertson (1994) sugerem a ponderação entre “saúde-doença”, “práticas saudáveis-dependência dos outros”, “necessidade de um cuidador-sobrecarga sobre o cuidador”. O objetivo dos pesquisadores foi estabelecer um modelo que ultrapassasse a noção de intervenção geriátrica como sinônimo de fragilidade.

Nesse contexto, os trabalhos recentes averiguam o papel das Universidades Abertas à Terceira Idade em relação ao envelhecimento saudável e à qualidade de vida (CACHIONI, 1988; CAMARANO, 2014). A Universidade Aberta à Terceira Idade da UFSC, vinculada à extensão universitária e objeto de estudo desta pesquisa, não adota estritamente o critério etário. Dessa maneira, busca incluir também os adultos maduros com mais de 55 anos e os idosos que já se aposentaram, que se preparam para a aposentadoria ou que desejam usufruir das atividades da instituição. Essa flexibilidade de ingresso, que ocorre via sorteio após a matrícula, se alia à abordagem interdisciplinar promovida pela UATI/UFSC ao considerar os aspectos físicos, sociais e psicológicos em seus cursos. Devido à idade dos participantes, eles geralmente podem ser situados como integrantes da geração *baby boomer*.

A definição de idoso varia, portanto, conforme o contexto da pesquisa. Em trabalhos históricos, por exemplo, a “análise cohort” pode ser útil. Nessa perspectiva, utiliza-se a hipótese de que grupos nascidos em determinada época são influenciados pelos fatos históricos mais relevantes do período, como guerras mundiais ou crises econômicas. Geralmente, os grupos são denominados por termos em inglês: *swing generation* (1900-1926), *silent generation* (1927-1945), *baby boomers* (1946-1964), *echo boomers* (1977-1994), *millenials* (1995-2005). O grande número de crianças na década de 1960, aliado às quedas de natalidade nas décadas seguintes, culminou no processo demográfico de envelhecimento populacional. Já que a geração *baby boomer* possui de 56 a 74 anos neste ano, é importante que esses idosos aproveitem os avanços da medicina e se mantenham saudáveis, ativos e integrados à vida comunitária (KNICKMAN JR, 2002; CAMARANO, 2014).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a idade cronológica, que determina o período da velhice, varia conforme o país: em países desenvolvidos, convencionou-se adotar 65 anos, enquanto, em países em desenvolvimento, a idade de 60 anos é usada como referência. A legislação brasileira prevê, conforme o Estatuto do Idoso, que as pessoas com mais de 60 anos sejam consideradas idosas. Ao se chegar a essa idade, há diversos benefícios previstos em lei – a exceção é a gratuidade no transporte coletivo público, que se restringe aos idosos com mais de 65 anos. A idade cronológica pode ser dividida em 3 subcategorias: adultos maduros que ingressaram no grupo dos idosos (60 a 74 anos), meia-idade (75 a 84 anos) e idosos mais velhos (85 anos ou mais). A divisão em grupos busca captar diferenças conforme a faixa etária, tendo em vista critérios definidos pelo pesquisador (HOOYMAN et al., 2015). Argentin (2019) opta, porém, por uma abordagem mais abrangente e subjetiva: compreende o idoso como sujeito do envelhecimento; a velhice como uma etapa da vida; o envelhecimento como um processo.

Arruda (2009) lança mão das seguintes concepções com base em seu referencial teórico: (a) o idoso pode ser compreendido como indivíduo improdutivo e marginalizado pela sociedade capitalista; (b) pode ser compreendido, do ponto de vista etário, como o indivíduo com mais de 60 anos. Nascimento (2016) também assinala esses dois aspectos, acrescidos um terceiro item: (c) a diminuição do desempenho físico e mental. Diante desse quadro teórico considerado adverso, propõe a criação de redes de apoio social, com a participação de familiares e amigos, para fomentar um espírito de entreajuda, fundamental à superação de adversidades na velhice. Dessa forma, os eventos estressantes geram menos efeitos negativos na vida do idoso, que se torna mais resiliente com a proteção e acolhimento da comunidade. A autora conjectura, portanto, que “[...] idosos participantes de atividades físicas, espirituais e sociais apresentam maiores chances de manter seu processo de envelhecimento em condições saudáveis, assim como sentirem-se agentes de suas próprias vidas” (NASCIMENTO, 2016, p. 53). No âmbito da educação não formal, conforme Gohn (2008) percebe-se uma dinâmica semelhante: a educação ocorre por meio das redes de relações sociais cotidianas, que incluem redes de vizinhança, cursos formativos, participação em grupos sociais, entre outros. Dessa forma, o idoso obtém oportunidades que ultrapassam a noção de classe social, ao focar na dimensão da qualidade de vida (aspectos sociais, psicológicos e físicos).

Nas pesquisas gerontológicas mencionadas por Argentin (2019), são destacados diferentes aspectos. O envelhecimento depende das emoções, privações, desenvolvimento e experiências vivenciadas pela pessoa. Da mesma forma, o envelhecimento intelectual é

compreendido como experiência heterogênea. Argentin (2019), com base na abordagem simbólica, faz uma elucubração teórica – os idosos são marginalizados e precisam ser integrados socialmente – para justificar uma prática – inversão dos signos da aposentadoria, surgimento dos grupos de convivência e de Universidades Abertas à Terceira Idade. Para Debert (1999), autor que leciona conforme a abordagem simbólica, atualmente o termo terceira idade substituiu o velho; a aposentadoria ativa se contrapôs à aposentadoria e, como consequência, as UATIs se opõem ao isolamento.

A inversão dos signos da aposentadoria significa, segundo essa perspectiva, que os aposentados não são mais compreendidos somente como pessoas que irão se recolher e descansar, mas também como indivíduos interessados em atividade e lazer. O intuito da nova linguagem consistiria em proporcionar cuidados culturais e psicológicos para que essa população marginalizada seja integrada socialmente. Além disso, o que justifica as novas formas de alocação de tempo dos aposentados é o cuidado com o corpo e a prevenção das doenças. Devido à relevância da questão, Argentin (2019, p. 25) destaca o papel da inclusão:

Muitas pessoas, ainda hoje, veem a velhice como um grande problema, ou como uma fase sem perspectiva de futuro. Talvez isso ocorra porque, segundo Moragas (1997), ela se mostrou como um problema social no século XIX, uma consequência do processo de industrialização, em que aos velhos trabalhadores só restava o afastamento do trabalho, e conseqüentemente, o desemprego e a pobreza, sendo que, a partir deste momento, o idoso precisaria buscar a sobrevivência de outra maneira. Após a década de 1960, esta situação começa a mudar e, os idosos começaram a frequentar espaços públicos, fugindo do isolamento social e afastamento de trabalho.

Na abordagem histórica, Argentin (2019) apresenta um viés fatalista ao dizer que ao idoso operário restava o desemprego e a pobreza sem acrescentar elementos que poderiam abrir o problema a novas questões. Isso porque havia iniciativas de natureza privada, em prol dos idosos, desde a Idade Média. Consideradas insuficientes, essas iniciativas foram complementadas pelo sistema estatal, que implementou a seguridade social. A reforma do conteúdo legislativo buscou garantir condições mínimas de dignidade humana<sup>12</sup> e, posteriormente, segmentos da sociedade continuaram atuando com esse mesmo objetivo.

---

<sup>12</sup> Por essa razão, o autor poderia indicar que os avanços no âmbito estatal se consolidaram entre os séculos XIX e XX – anteriormente a 1960, como destacado no trabalho de viés materialista de Scortegagna (2016). No âmbito social, as iniciativas em prol da dignidade humana crescem, segundo Minois (1987), com os mosteiros e hospitais católicos na Idade Média e, ao fim desse período, contaram com a fundação de lares de idosos e pagamento de pensões agrícolas por comerciantes.

Em seguida, Argentin (2019) destaca a diferenciação entre idade biológica – modificações sofridas pelo corpo e pela mente – e cronológica – passagem do tempo – explicada na literatura. As pesquisas também incluem a idade social, dependendo dos papéis sociais, vestimentas, linguagem, liderança e hábitos desempenhados individualmente. É importante ressaltar que o papel social do indivíduo varia em cada estágio da vida: é o tempo que leva um marido, pai e trabalhador a se tornar, por exemplo, um viúvo, um avô e um aposentado. Por sua vez, quando se faz referência à idade psicológica, a literatura se refere ao vínculo entre a idade cronológica e as capacidades psicológicas, como a memória e aprendizagem. São sinais de envelhecimento os lapsos de memória, dificuldades de aprendizagem e falhas de atenção. Em suma, conforme a autora, a idade pode ser compreendida em 4 dimensões: cronológica, biológica, social e psicológica.

Argentin (2019, p. 27) considera que o uso de termos variados para essa fase da vida (terceira idade, melhor idade, adulto maduro, idoso, entre outros) “[...] revela o quanto o processo de envelhecimento é complexo, negado e, também, temido. Evidencia a existência de preconceitos, tanto por parte da pessoa idosa quanto da sociedade”. Na perspectiva examinada pela autora, *insights* de que um idoso não pode ser compreendido de modo utilitário são os pilares da moralidade ocidental, consagrada no respeito à dignidade humana. A autora se inspirou em Simões (1998), que sugere o preconceito de classe como explicação para determinadas práticas ou visões individuais – nessa ótica, pessoas velhas da classe rica são idosas enquanto as da classe mais pobre são velhas. Mas essa distinção se mostra artificial, já que a análise não consegue se sobrepor ao elemento subjetivo ao aviltar o contexto da sociedade ocidental, erigida a partir de uma moral objetiva, de valores e instituições particulares – religião, ciência, Estado de Direito, entre outros.

A compreensão do termo terceira idade também é considerada ampla. Usa-se o sintagma tanto para desfazer atributos negativos da velhice exaltando o bem-estar e a autonomia quanto para retratar ideias consumistas. O termo terceira idade se originou na França na década de 1960 para se referir ao período após a aposentadoria, como explica minuciosamente Cachioni (1999, 2003) em seus trabalhos. No entanto, não há consenso teórico no uso da expressão, pois ela também serve para designar o ínterim entre a fase adulta e a velhice. As UATIs não se prendem às noções etárias, abrangendo seus participantes conforme o aspecto subjetivo – aposentados ou pessoas que estão se preparando para a aposentadoria podem frequentar a instituição. As UATIs surgem como forma de proporcionar mais qualidade de vida a esses idosos por meio de cursos não formais, consolidando-se no Brasil como cursos de extensão

vinculados às instituições de ensino superior. Medeiros (2017) indica, nesse contexto, o papel da extensão universitária como espaço de formação e processo educativo. A extensão também se alia ao ensino e pesquisa desenvolvidos na universidade, de modo que buscam atender às demandas frente às questões comunitárias.

A qualidade de vida do idoso remete, segundo Neri (1995, 2006), ao quanto a pessoa está contente ou não com a sua vida. O autor indica a correlação entre educação e qualidade de vida – hipótese que também fundamenta esta pesquisa –, mapeando diversos indicadores de natureza biológica, psicológica e socioestrutural. São eles: saúde biológica e mental, controle cognitivo, produtividade, competência social, status social, renda, continuidade de relações familiares ou relações informais em pequenos grupos, satisfação, controle cognitivo e atividade. Portanto, embora o termo qualidade de vida seja amplo, ele remete a um aspecto subjetivo (percepção individual do idoso) referente às questões objetivas (físicas, sociais e psicológicas). Os ganhos obtidos pelas atividades educacionais remetem à autoestima, independência, relações sociais e atualização de conhecimentos. Por outro lado, a perda em qualquer um desses indicadores, como o de saúde, é percebida como aspecto nocivo à qualidade de vida.

Em relação à caracterização do envelhecimento, Arruda (2009) sintetiza a discussão acadêmica caracterizando esse processo como: (a) transformações morfológicas, bioquímicas, funcionais e psicológicas; e (b) com implicações sociais, psicológicas e sociais. Como consequência, o indivíduo perde, gradativamente, a capacidade de adaptação ao meio ambiente, acarretando doenças, vulnerabilidade e dificuldade em atividades cotidianas. Carvalho (2017, p. 88) destaca que, além da idade cronológica, a socialização e a idade subjetiva (filosofia de vida) são indicadores importantes, pois "[...] ser moço ou velho está associado muito mais a maneira de pensar, o modo de acreditar, de comportar e de viver a vida; o modo de perceber, entender e agir no mundo, além da curiosidade pelo saber". Dessa forma, percebe-se a aproximação entre a idade subjetiva e a qualidade de vida, ambos aspectos que dependem do modo de vida individual e, como consequência, revelam-se heterogêneos. Essa articulação de conceitos é usual, do ponto de vista teórico-metodológico, pois idosos com a mesma idade podem apresentar diferentes percepções de seu estado físico, social e psicológico. Assim, torna-se pertinente considerar os aspectos etários, funcionais e subjetivos e a contribuição da educação não formal à qualidade de vida.

Bertelli (2006, p. 20) analisa pesquisas que buscam caracterizar os idosos da seguinte forma: “Percebe-se que há distinções entre as definições de idoso, mas mesmo as diferentes conotações em relação ao termo, possuem particularidades que são comuns a toda e qualquer

definição”. Entre as alterações físicas, a autora menciona a perda da visão, memória e audição. As alterações sociais remetem aos diferentes papéis na família, sociedade e trabalho que o idoso desempenhou/desempenha e à diminuição do poder de decisão em situações como resultado da perda de autonomia. Por sua vez, as mudanças psicológicas são a queda na autoestima, perdas afetivas, falta de motivação, entre outras. Para Bertelli (2006, p. 23), “Conforme se constata, embora existam diversos estudos específicos sobre o envelhecimento humano, é complexo conceituar precisamente o significado de idoso de uma maneira genérica”. Além de destacar as dimensões sociais, biológicas e psicológicas, a autora menciona a dimensão espiritual, citando a percepção bíblica sobre o envelhecimento. Segundo Bertelli (2006), as Sagradas Escrituras indicam o período da velhice como sinônimo de maturidade. Assim, os anciãos desempenham a função de direção espiritual e aconselhamento dos mais jovens. Esse elo intergeracional expressa um dever universal do filho para com os pais e, conseqüentemente, das gerações posteriores às que a precederam. Assim, o dom da vida relaciona-se com o tempo que, gradualmente, gera efeitos sobre o corpo e a mente e, se amadurecida a fé, produz virtudes que aproximam o ser humano de Deus<sup>13</sup>.

Finato (2003) apresenta um quadro fisiológico das mudanças físicas e psicológicas do envelhecimento<sup>14</sup>. Além disso, o envelhecimento natural associado às doenças comuns na terceira idade (diabetes, hipertensão arterial, aumento do colesterol) e os fatores ambientais (fumo, álcool, tóxicos, poluentes) se associam ao processo degenerativo natural. Do ponto de vista psicológico, o senso de controle das emoções é fundamental para a autoestima e bem-estar pessoal. Na velhice, a somatória entre as perdas – físicas ou de entes queridos, doenças, mudanças de papéis sociais – alteram o controle exercido por parte do idoso sobre eventos. Nas fases anteriores ao envelhecimento, o controle é primário, consistindo no controle real através de ações ou pensamentos que visam controlar uma situação (esforços são dirigidos ao meio externo). No controle secundário, porém, as tentativas de controle das emoções negativas,

---

<sup>13</sup> Por meio dessas características atávicas, torna-se possível encontrar na modernidade confluências culturais advindas mais de um modo de vida dependente de um conjunto de valores do que de um acúmulo de conhecimentos. Esse patrimônio social é exatamente o cimento que permitiu a relativa coesão da sociedade ocidental que, em sua longa história, foi marcada por inúmeros conflitos (FRANÇA, 1941).

<sup>14</sup> Conforme a autora verificou na literatura, há perda intracelular de água (desidratação), a musculatura atrofia, a proporção de gordura aumenta no abdômen e cintura pélvica, surgem rugas, os pelos embranquecem, as unhas crescem mais lentamente, a diminuição da gordura sobre a pele facilita a formação de hematomas, a massa óssea diminui (osteopenia), a desidratação dos discos intervertebrais acarreta mudança de postura (torna-se cifótica), as artérias tornam-se mais endurecidas e estreitas, o coração perde elasticidades, os pulmões diminuem, o aparelho digestivo perde as capacidades de contrações musculares, o pâncreas secreta menos insulina, o rim diminui a capacidade de filtração e o cérebro também sofre transformações anatômicas e funcionais.

associadas ao evento, ocorrem por meio de pensamentos positivos, reinterpretando a situação e mudando internamente as próprias expectativas diante do evento (FINATO, 2003, p. 30-31).

Na ótica junguiana, mencionada por Finato (2003), é importante que as ações individuais de tomada de decisão se baseiem em avaliação cauta porque, caso contrário, o idoso se revelará indefeso, submisso e atribuindo os resultados a causas externas (sorte, acaso, destino). Finato (2003) menciona pesquisas sobre a fé religiosa como recurso para lidar com situações incontroláveis. Ao mesmo tempo, a transcendência religiosa é correlacionada ao desenvolvimento da moralidade e, com base na crença da imortalidade, fortalece as virtudes de inspiração cristã da fé e esperança. Goldstein (2000) reforça que o controle secundário é aperfeiçoado nessa fase da vida, já que a pessoa idosa tende a responder mais a estímulos internos do que a externos, evitando, assim, impor suas opiniões e pontos de vista.

Ao revisar a literatura referente à longevidade, Finato (2003) lembra da importância de ajudar os idosos a resolver os problemas cotidianos – e não de compreender suas vulnerabilidades como um fardo. Para exemplificar, a autora cita a readequação do ambiente físico da casa, melhor luminosidade para leitura, uso de louças mais leves, organização de uma rotina para remédios, uso de aparelhos de surdez e bengala e a companhia de animais de estimação. Por sua vez, Cachioni (1998) situa o envelhecimento como objeto de estudo da psicologia, sociologia e biologia, acrescentando ao debate o entendimento sobre velhice bem-sucedida. O envelhecimento bem-sucedido é compreendido como um processo de adaptação e, na gerontologia, procura-se compreender os fatores e condições que refletem o potencial do idoso para, se necessário, aprimorar capacidades biológicas, motivações ou habilidades individuais. Segundo a autora,

Embora não se tenha chegado ainda a uma definição final sobre envelhecimento bem-sucedido, há um consenso, entre os teóricos, de que o termo possa ser definido como um nível relativamente alto de saúde física, funcionamento social e bem-estar psicológico, que são relacionados à competência adaptativa (CACHIONI, 1998, p. 5).

Na perspectiva do curso da vida, Cachioni (1998) indica a diferença entre velhice normal – ausência de patologias –, ótima – em referência a determinado critério de bem-estar pessoal e social – e patológica – patologias crônicas ou síndromes típicas da velhice. Além disso, o envelhecimento depende de como cada idoso organizou seu curso de vida, isto é, as circunstâncias histórico-culturais, a incidência das patologias e a interação entre fatores genéticos e ambientais. Outros elementos para uma velhice bem sucedida são indicados, como

os mecanismos de autorregulação da personalidade se manterem intactos. Como mencionado anteriormente, Neri (1995, 2006) indica que o envelhecimento com qualidade de vida depende de vários fatores: urbanização, educação, saúde, habitação, trabalho durante a trajetória de vida. Logo, a velhice bem-sucedida remete a condições individuais e coletivas, conforme os valores do ambiente em que o indivíduo envelhece e seu curso de vida (este referente a aspectos objetivos e subjetivos).

Duarte (2016) ressalta a importância das atividades desenvolvidas na Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), que capacita profissionais da saúde a atuarem no SUS em parceria com as instituições de ensino superior federal, Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Porém, nessa instituição, a ênfase nos aspectos de saúde – em especial, capacitação dos profissionais de saúde – se sobrepõe à educação não formal dos idosos – tema predominante nas outras pesquisas examinadas. Conforme a autora, “[...] o setor de educação em saúde precisa preparar os profissionais em número e qualificação para responder a esta expectativa de demanda” (DUARTE, 2016, p. 135). Percebe-se, assim, como as áreas da saúde e educação se entrecruzam no fomento às ações de acolhida, assistência e valorização dos idosos.

Valiente (2018) propõe que se rompa ao senso comum, que atribui ao idoso a inutilidade e o confinamento. Isso pode ser feito via políticas públicas, por meio das Universidades Abertas à Terceira Idade ou com iniciativas que fomentem uma vida saudável, ativa e participativa dos idosos. Mas, com base em seu referencial teórico, Valiente (2018, p. 15) opta por acrescentar à discussão as questões de gênero: “A violência na sociedade patriarcal é tolerada, ou mesmo incentivada, baseada no poder força/dominação amparada pela organização social de gênero, naturalizando os maus tratos dos homens com as mulheres”. Porém, se a violência fosse tolerada de forma sistêmica como sugere a autora, então não haveria um Código Penal em vigor no Brasil nem instituições específicas encarregadas em punir os crimes tipificados em lei, como a própria violência contra a mulher. Em outras passagens, a autora segue a mesma linha de Beauvoir (1970) ao entender que “A sociedade impõe à maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão ‘velho e pobre’ constitui quase um pleonasma” (VALIENTE, 2018, p. 16). Poderia ser feita uma indagação a esse tipo de raciocínio: a pobreza é um conceito estanque ou varia conforme o espaço e tempo? Além disso, não há discriminação e abandono de idosos também nas classes sociais abastadas?

Capuzzo (2012) enfatiza a formação de educadores que atuam na gerontologia, inserida na base conceitual materialista. A autora reforça a ideia de que o papel da educação é romper com a ideologia dominante, porém não se limita a esse aspecto, mencionando a



importância do idoso receber uma educação permanente, participar de um círculo social, se atualizar no mercado de trabalho ou usufruir de uma aposentadoria profícua. Em relação ao papel do professor, a autora destaca o estímulo à aprendizagem, preparando o aluno para compreender temáticas atuais, aceitar perdas e reduzir marcas de experiências negativas. Assim, como afirma Capuzzo (2012), o crescimento pessoal significa continuar aprendendo mesmo em idade avançada, de modo que a autonomia do idoso não seja reduzida nos casos em que isso é evitável.

Para Capuzzo (2012, p. 24), “O velho, para o capitalismo, não tem valor por ser improdutivo, por gerar despesas para o governo, por ser um peso para sociedade”. A autora sugere que o neoliberalismo está usando o termo idosos para introduzir um projeto de poder em que se consideram aptos somente os indivíduos produtivos. De acordo com Capuzzo (2012), o termo idoso não abrange a maioria das pessoas com mais de 60 anos e, por isso, ela insiste em "usar a terminologia 'velho (a)', no intuito de gerar uma discussão política e social, já que este termo, com certeza, incomoda a grande maioria que o ouve e que não percebe as concepções que o termo 'idoso' carrega a favor de uma política neoliberal". Ressalta-se, porém, que a crítica sistêmica não nutre sentido se não houver, sobretudo, responsabilidade das pessoas para com os próximos.

Sob esse contexto, a autora indica que "Vivemos em uma desigualdade estrutural, numa sociedade dividida em classes, com uma minoria que domina o grupo majoritário e que, é claro, faz as leis para seu benefício próprio" (CAPUZZO, 2012, p. 25). No entanto, a sociedade atualmente tem se desvinculado de seus deveres por uma imposição do sistema capitalista ou pela escassez de altruísmo, acolhimento e respeito dos indivíduos ao próximo em determinadas situações e contextos? Quando acontece uma ação de desrespeito à dignidade humana, violência física de um filho contra um pai idoso, por exemplo, a culpa é de toda a sociedade ou da dureza do coração desse filho? Essas questões – por seu caráter conjectural e ético – servem à reflexão e como pressuposto teórico-metodológico.

Para tentar obter respostas às indagações realizadas, ainda que sejam conjecturas não definitivas, será observada a perspectiva histórica abordada pelos autores na área da educação. Embora as pesquisas se concentrem nas características gerais dos períodos históricos e priorizem a Idade Moderna, o entendimento da velhice apresenta registro material desde a Antiguidade Ocidental e Oriental. Para que a análise não seja caricatural, é importante que se considere os contextos específicos de cada época e os consensos e dissensos apresentados nas

pesquisas. Assim, examinam-se autores de viés normativo, como Beauvoir (1990), cuja perspectiva crítica e dialética é coadunada, de modo reflexivo, à noção de dignidade humana.

É preciso considerar que o conteúdo dos estereótipos são generalizações que desconsideram ou que exageram particularidades individuais ou, dito de outra forma, os estereótipos são impressões, crenças e ideias atribuídos às pessoas ou aos grupos sociais que não necessariamente correspondem à realidade. Tibbitts (1979) indicou que, em um futuro previsível, os estereótipos negativos não poderiam ser aplicados de maneira inflexível por causa dos idosos saudáveis e graças aos diagnósticos em que é preciso cuidado ao avaliar se o estado físico, mental ou social realmente corresponde ao estereótipo atribuído. Portanto, é fundamental aliar a análise teórica à empírica, de modo a se perceber, concretamente, a realidade dos indivíduos estudados, sem os enclausurar em estereótipos absolutistas e superficiais.

#### 4.2 EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO DO IDOSO: RAÍZES HISTÓRICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Autores como Rossetto (2013), Santos (2011), Scortegagna (2016) e Argentin (2019) optam por análises normativas, que partem da crítica ao modo como a sociedade se organiza político e economicamente para se entender o processo de envelhecimento e a educação permanente. As análises envolvem: (1) a relação entre democracia e capitalismo com enfoque negativo – por vezes, não ressaltando conquistas históricas do Estado de Direito –; (2) a crítica ao modo como a sociedade organiza sua economia, o que culminaria na marginalização dos idosos –; e (3) a constatação de que o idoso pode usufruir da qualidade de vida e cidadania. Percebe-se uma relação dialética do item nº. (3) com os (1) e (2), negando-se o modo de organização político-econômica, mas destacando reformas político-sociais que acompanharam o desenvolvimento econômico.

Rossetto (2013, p. 33) considera que: “Uma sociedade democrática plena não é possível no capitalismo, pois os governos não pensam efetivamente na maioria, mas nos interesses econômicos de uma minoria que explora as pessoas como mercadoria”. Para o autor, o capitalismo é compreendido como o modo equivocado de organização econômico-social. Conseqüentemente, deve ser superado por uma educação emancipadora que, em um segundo momento, instigue lutas que acirrem o conflito contra a classe burguesa com a finalidade de se atingir um estágio social superior e igualitário. Considerada como algo inerente à sociedade, a

superação da diferença entre as classes sociais só pode ser alcançada pela emancipação real do sujeito. No entanto, contrasta-se o pensamento de Rossetto (2013) com exemplos de busca pela harmonia social, já que as sociedades levaram o Estado a visar ao bem comum em diversas situações – por exemplo, com a instauração do sistema de seguridade social, erigido sob o pilar da assistência, previdência social e saúde.

De forma análoga, Santos (2011) opta por uma crítica ao modo como a sociedade se organiza economicamente, sugerindo que o idoso sempre está sendo desrespeitado pelo sistema econômico em relação às suas origens, cultura, direitos fundamentais e crenças. Embora seja possível verificar essa lógica conceitual em determinados casos, colocar a economia como causa da marginalização consiste em limitar excessivamente a discussão que abarcaria variáveis do campo cultural, moral, psicológico, entre outros. De acordo com Santos (2011, p. 45), “O idoso tem sido rejeitado, e somente aqueles com prestígio social e de classes favorecidas podem se esquivar da marginalidade social através de seus bens acumulados”. Por outro lado, considerar as generalizações como se fossem uma regra inequívoca da sociedade contemporânea, remete a um viés de análise que ignora casos de velhice bem-sucedida em que as diferenças etárias são contornadas pelo acolhimento, assistência e valorização das qualidades do idoso.

Nesse quadro de referências, o sujeito histórico-social se situa como idoso que pode usufruir da vida com qualidade e cidadania, desde que sejam expandidos os centros de convivência de idosos. Para Santos (2011),

Dessa forma, imbuída de resgatar a sabedoria do senso comum e desvelar os mecanismos que promovem a submissão de um grupo a outro, a TRS [Teoria das Representações Sociais] permite retirarmos as “máscaras das ideologias” e percebermos que a autonomia e emancipação de grupos populares estão profundamente ligadas à educação, a qual, metaforicamente, seria o cordão umbilical que liga esses grupos às transformações sociais de um “outro mundo possível” (SANTOS, 2011, p. 58).

Sob o mesmo contexto teórico, Scortegagna (2016) situa as Universidades Abertas à Terceira Idade como instituições que podem libertar os idosos politicamente. A autora propõe um projeto emancipatório para o sujeito alienado, de modo que ele se liberte do "outro" que o mantém nessa condição de alienação, alteridade e sujeição. Essa reengenharia social busca, assim, reorganizar as relações do sujeito com a política, cultura, economia, sociedade e educação. É possível notar como a educação é compreendida de forma dual: existe a educação alienante e a educação emancipadora, ambos conceitos contraditórios conforme o marxismo.

Conceitualmente, a educação alienante é entendida como aquela que não conscientiza o homem nem busca resolver os problemas sociais por meio do coletivismo. Por outro lado, como mencionado com Mészáros (2005), a educação emancipatória coloca os alunos em situação ativa/autoconsciente, recebendo uma educação para o trabalho e, sobretudo, uma formação continuada.

Na vida cotidiana, conforme Scortegagna (2016), sempre há uma relação do sujeito com o outro em que a alienação é reiterada na família, trabalho e sociedade. Ao trabalhar, o indivíduo mantém sua alienação e, ao reproduzir ideias e conceitos, também se mostra alienado por pensar conforme a ideologia dominante. São pré-condições da alienação: a divisão social do trabalho e a propriedade privada, já que, no capitalismo, o trabalhador se transformaria em coisa e o trabalho em mercadoria. Nesse contexto, o indivíduo passaria a perseguir somente os seus próprios objetivos alienados e a ação política coletiva recairia em um plano secundário – situação inconcebível pela autora, que percebe na ação política algo superior ao ponto de vista psicológico, moral ou espiritual. Segundo Scortegagna (2016), a educação alienante nasce do neoliberalismo, que representaria um modelo conceitual de Estado Mínimo e hegemonia burguesa, com modos de produção exploratórios e alienantes sob influência de crises sistêmicas com o intuito de garantir a reprodução do capital. Nessa perspectiva, há uma contradição entre a esfera privada e pública que, atualmente, estaria acarretando um alargamento da esfera privada em detrimento da redução da esfera pública (e, para a autora, isso não estaria ligado às consequências de decisões políticas deliberadas ou à capacidade de financiamento do país). Scortegagna (2016) compreende, pois, que a alienação social se torna um impedimento para que os sujeitos percebam o neoliberalismo e as desigualdades estruturais<sup>15</sup>. As consequências no mundo real, gerada por essa abstração, consistiria em instabilidade econômica, não redistribuição de renda, crises fiscais não solucionadas, pobreza, desemprego e uma democracia frágil.

Segundo Scortegagna (2016), sem atuar sobre a consciência humana por meio da educação, a reversão desse contexto histórico se torna improvável, pois são os capitalistas que detêm os meios de produção e os saberes científicos. Além disso, quando os trabalhadores conseguem melhorar suas condições de trabalho, advém crises nos sistemas capitalistas. Portanto, Scortegagna (2016) busca ações voltadas aos idosos para: (a) formá-los como sujeitos

---

<sup>15</sup> Maciel (2008) também se debruça sobre os conceitos materialistas, porém evidencia o trabalho do eminente geógrafo David Harvey (1996), conhecido pelos seus estudos sobre mudanças na organização do trabalho. Nessa ótica, o capitalismo perpassou mudanças no regime de acumulação de capital, inicialmente padronizado e massificado para uma organização mais flexível e produção sob encomenda.

que queiram se emancipar politicamente; e (b) elaborar políticas públicas condizentes com esse objetivo de tomar consciência da alienação para, posteriormente, superá-la. Filosoficamente, ela pressupõe que o indivíduo pode ser educado para se emancipar ideologicamente do capitalismo e, assim, fomentar o antagonismo contra os que o estariam explorando, além de agir coletivamente com o intuito de construir uma nova sociedade segundo a matriz política da autora.

Araújo (2008) investiga a relação entre educação e lazer – este conceituado como ocupações do indivíduo para descansar, se entreter, desenvolver a capacidade criadora e se desprender de obrigações da vida cotidiana. O descanso liberta o indivíduo da fadiga, principalmente do trabalho, enquanto o divertimento anula o tédio por meio da contemplação, compensação e fuga. Por fim, o desenvolvimento da personalidade contribui para novas possibilidades de integração a grupos recreativos, culturais e sociais, usando as várias fontes de informação disponíveis. Esses 3 D's (descanso, desenvolvimento e divertimento) são confrontados com as análises de autores marxistas, que afirmam que Dumazedier, autor que definiu o lazer, não considera os "[...] limites que o próprio capitalismo impõe, durante as 24 horas do dia, às pessoas" (ARAÚJO, 2008, p. 20-21).

Ao examinar o envelhecimento, Araújo (2008) considera que, com a aposentadoria de uma parcela da população, a sociedade deve garantir aos idosos que eles possam usufruir do tempo livre com qualidade de vida, se assim desejarem, especialmente por intermédio das atividades de lazer destinadas ao aprendizado. A autora destaca a importância dos idosos – assim como dos jovens e adultos – se adaptarem às mudanças tecnológicas e à evolução do conhecimento. No entanto, em seu trabalho, investiga a partir do seguinte recorte: "[...] a possibilidade de aprendizado permanente em um tempo livre, associado a momentos de prazer e descomprometidos das obrigações cotidianas [...]" ou, dito de outra forma, ela opta por examinar as práticas educativas espontâneas e/ou intencionais que envolvem o lazer. Constata, portanto, que a vontade de continuar a aprender ultrapassa as necessidades do mercado (perspectiva utilitária) e se relaciona, em última análise, a uma educação integral que desenvolve todas as possibilidades do ser humano.

Como sintetiza Araújo (2008),

O processo ensino aprendizagem ocorre em construção conjunta, onde o professor é mediador, incentivador da relação democrática com o aluno. Construindo junto, o professor facilita o processo, através de práticas pedagógicas, lúdicas ou não, que ampliam este canal de comunicação e expressão, abrindo caminhos para desenvolver autonomia para que o aluno/idoso desenvolva significado naquilo que aprende,

associando e assimilando a teoria apresentada em sala de aula com a prática adquirida na integração com o grupo e através das experiências individuais de cada um, ao longo dos anos de vida (ARAÚJO, 2008, p. 2008).

Nos trabalhos na área de Educação examinados, a proposta filosófica de Beauvoir (1990) é mencionada em alusão a assuntos atuais, com intuito de corroborar determinados juízos normativos. Beauvoir (1990) revela que o dilema da sujeição se estende a algumas categorias sociais, como a velhice, conservando a relação dialética do eu e do outro. Ao rejeitar a noção de natureza humana, a autora envereda pela investigação histórica da simbologia da velhice, tomada pelo outro como objeto de conhecimento. Seu objetivo consiste em identificar a representação da velhice em diferentes épocas e lugares. Conforme a autora, houve uma contribuição positiva dos idosos às sociedades por meio da transmissão oral da memória coletiva e da sua experiência de vida.

A premissa de sua filosofia é a de que "[...] o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer outra idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence" (BEAUVOIR, 1990, p. 15). Como a autora considera que não há natureza humana, dotada de livre-arbítrio, e sim um domínio psicossomático que caracteriza a velhice e um meio externo que a tensiona, então ela opta por relativizar a dimensão moral ou espiritual dos indivíduos. A postura de negação a ideias pré-estabelecidas se sucede pela crítica ao capitalismo, denunciando a espiral de silêncio presente na sociedade em relação aos idosos e afirmando que não se pode definir a velhice de modo preciso do ponto de vista conceitual. Beauvoir (1990) traça um paralelo às lutas de classes, em um processo de oposição, ao indicar a formação de dois grupos de idosos. Primeiro, há um grupo numeroso composto por indivíduos que, durante sua vida, foram explorados. O segundo grupo é formado por uma minoria de exploradores, em condição econômica privilegiada. Dessa maneira, Beauvoir (1990) percebe que a comunidade do futuro será àquela que criar seus próprios valores ao se libertar de convenções, papéis ou rituais. Assim, para a autora, não há como adotar uma ordem moral objetiva e não se pode definir o que é progresso ou regressão, uma vez que o homem deve construir sua própria essência na reivindicação por liberdade.

Argentin (2019) propõe a separação das sociedades em dois estágios: sociedade capitalista e sociedade pré-capitalista. O que diferencia esses dois estágios sociais, segundo a ótica histórico-materialista, é o desenvolvimento das forças produtivas. O capitalismo reflete uma fase posterior da sociedade e, antes dele, havia as sociedades pré-capitalistas. No contexto industrial de exploração do trabalho (teoria do valor-trabalho), seria necessário aprofundar a

luta de classes libertando o proletário da ideologia capitalista (alienação). Argentin (2019) propõe uma complementação a esse mapa conceitual ao focar o papel social do idoso: “[...] nas sociedades pré-capitalistas era por meio das histórias compartilhadas pelos grupos que se aprendiam os valores [...]”, enquanto o capitalismo é uma “[...] sociedade em que a experiência dos mais velhos não tem mais valor” (ARGENTIN, 2019, p. 23). As abstrações conceituais são submetidas, então, à generalização pela autora: atualmente, a experiência dos mais velhos não tem valor e, conseqüentemente, as gerações vivem separadas conforme papéis pré-estabelecidos socialmente através da escola, lazer, trabalho e asilo. Ao enveredar pela análise historicista, a autora defende que os papéis sociais específicos às gerações começaram no século XVIII: as crianças e adolescentes passaram a frequentar as escolas e os adultos a se dedicarem ao trabalho. Como resultado desse processo, a fase adulta seria plena, enquanto as crianças e os idosos seriam marginalizados – aquelas por só terem futuro e estes por terem apenas passado. Portanto, na ótica de Argentin (2019), a marginalização de crianças, jovens e idosos é uma característica da sociedade capitalista, que oferece proeminências somente aos adultos e ao mundo do trabalho.

Uma interface epistemológica alternativa tem sido indicada nos trabalhos mais recentes, como o de Pereira (2016), sinalizando que a educação é um fenômeno que se estende durante toda a vida por meio do diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento. Em relação aos idosos, Pereira (2016) evidencia a importância da aprendizagem interativa e do bem-estar, que podem ser obtidos, dentre outras formas, pela valorização ou compartilhamento de experiências de vida. Assim, a autora sugere que a qualidade de vida dos idosos se relaciona a critérios objetivos (parâmetros clínicos, biológicos e epidemiológicos) e subjetivos (questões internas ao indivíduo e sua adaptação à comunidade, tendo em vista o bem-estar).

Em meio ao arcabouço conceitual marxista, Lima (2016) apresenta elementos de uma visão descritiva da realidade com o objetivo de situar o idoso na sociedade atual. Quando menciona o papel comunitário e familiar, ela se atém à noção de que a organização econômica da sociedade tem se desvinculado de qualquer moral altruísta e considera o capitalismo como produtor de desigualdade – aspecto que poderia abrir um leque para o debate microeconômico em relação à concorrência ou à ausência dela em determinado setor, porém a autora opta por uma noção consequencial, que estigmatiza, sob a forma de axioma, a produção de riqueza como injustiça social. Politicamente, o foco da autora recai sobre a construção de espaços para o diálogo democrático, tendo como pano de fundo a ideia de que a educação, destinada especialmente aos idosos nas UATIs, contribui para um envelhecimento bem-sucedido.

Enfatiza, desse modo, as práticas interdisciplinares, a valorização do idoso, direito do idoso de falar e ser ouvido por meio da educação permanente, entre outras propostas pedagógicas.

Lima (2016) procura mostrar os prejuízos gerados por relações superficiais ou inexistentes dos idosos com o restante da sociedade: “Muitas vezes, as relações sociais que estas pessoas estabeleceram ao longo da vida se enfraquecem ou então se interrompem, e isso reforça o isolamento do idoso, a dificuldade de encontrar seu lugar e novo papel que exercerá em sociedade” (LIMA, 2016, p. 69). A autora destaca a importância de os idosos contarem suas histórias de vida, já que a reconstrução do passado por meio de narrativas orais estimula a manutenção das relações sociais. Ela também critica o descaso às trajetórias de vida dos idosos presentes em situações familiares e sociais quando os membros do grupo familiar ou da comunidade consideram os idosos incapazes ou improdutivos. A autora evita usar a mesma abordagem dos autores que generalizam a sociedade como excludente, optando por defender uma maior inclusão dos idosos na vida em comunidade - noção de cidadania evidenciada anteriormente com a obra de Carvalho (2013).

Com mais inclusão social e responsabilização individual, os casos de exclusão, violência, abandono e discriminação se tornariam escassos. Lima (2016) embora critique o modo como a sociedade se organiza, não propõe explicitamente superá-lo, e sim construir espaços para o diálogo democrático. No entanto, como o termo diálogo democrático é polissêmico, o pesquisador infere que a autora se refere aos espaços criados com o objetivo de valorizar o idoso e proporcionar a ele uma maior qualidade de vida. Lima (2016) foi uma das poucas autoras pesquisadas que, no campo da Educação, lembraram da importância não somente das iniciativas públicas de criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, mas também de organizações comunitárias e privadas. Isso porque, segundo ela, a qualidade de vida depende “Não só [d]as instâncias governamentais, mas [das] diversas instituições públicas, filantrópicas e particulares [que] vêm procurando desenvolver ações que possam garantir os direitos ao idoso” (LIMA, 2016, p. 17-18).

Além da análise institucional, é pertinente examinar como os autores da área da educação compreendem o idoso historicamente. Nas obras, teses, dissertações e artigos estudados, a análise historiográfica se baseia na abordagem materialista, a partir do existencialismo e do marxismo. Nesse contexto histórico, a velhice é compreendida como um conceito plural e aberto, que envolve aspectos biológicos, simbólicos e psicológicos. Biologicamente, a velhice decorre do processo de envelhecimento. Do ponto de vista simbólico, consiste em uma relação dialética da sociedade com o idoso, conjecturando que o idoso é



marginalizado em um sistema capitalista socialmente legitimado. Em relação à singularidade, o indivíduo é compreendido por intermédio de suas experiências e vivências particulares.

Na ótica de Scortegagna (2016), o ponto de partida da análise histórica é a noção de pobreza. Scortegagna (2016) considera que a pobreza é um fenômeno social presente em toda a história da humanidade, mas que se acirrou no sistema capitalista. A Antiguidade Greco-Romana, segundo a linha de raciocínio de Scortegagna (2016), foi um período em que havia uma “predestinação” para ser rico ou para ser pobre conforme a classe social do indivíduo. Essa noção econômica remete ao conceito de mobilidade social que, de fato, ampliou-se na Idade Moderna. A autora busca classificar uma época, a Antiguidade, em um sistema cognitivo que coloca em primeiro plano a luta de classes em uma economia descrita binariamente em duas classes opostas e inerentemente desarmônicas entre si.

Em sua caracterização da Idade Média, não aparece a influência da Antiguidade Oriental nem a incorporação dos elementos gregos e romanos ao cristianismo. Em vez disso, Scortegagna (2016) opta por caracterizar a Igreja Católica, aliada à nobreza, como instituição dominadora das classes menos favorecidas – ou seja, senhores se sobrepondo aos servos e vassalos como forma de poder, e não como relação de confiança ou lealdade. Quando se refere à dignidade humana, em um contexto formado por aldeias medievais, em meio a diversos conflitos, a autora não entra no mérito da virtude ou da educação espiritual. O historicismo de Scortegagna (2016) reduz a complexidade dos períodos, não adentrando nas particularidades históricas que diferenciam a Baixa e a Alta Idade Média.

Em relação à Idade Moderna, a autora explica a formação do sistema tributário estatal e inicia a análise do modo de vida dos idosos e das ações voltadas a eles. No entanto, evidencia apenas o contexto da Grã Bretanha (século XIV e XV) em que idosos, enfermos e miseráveis eram atendidos pela Igreja, instituição responsável por administrar esses recursos. Segundo Scortegagna (2016), no mesmo período, houve um movimento estatal obrigando o pobre a trabalhar por intermédio de instituições disciplinadoras e a consolidação de uma legislação aliada ao interesse industrial. Embora reconheça o papel da Igreja e do Estado, ainda embrionário no período, a autora avalia que “[...] nenhuma das ações realizadas preocupava-se com a emancipação destes sujeitos e a superação da condição de pobreza” (SCORTEGAGNA, 2016, p. 28). A assistência aos idosos, então, aparece de modo idêntico à assistência aos pobres. Como consequência, esse raciocínio leva ao entendimento de que todos eram obrigados a trabalhar longas horas nos parques industriais – enquanto que, na história, os movimentos de transição são complexos e com particularidades que dificultam as generalizações. No entanto,

em um período com muitos registros documentais, não são mencionadas estatísticas de idosos que trabalhavam nas fábricas nem o fato de, no início da Idade Moderna, a Europa ser rural e as instalações industriais ainda restritas a determinadas localidades.

Ao se referir à evolução do Estado de Direito, a autora menciona os autores contratualistas iluministas ressaltando aspectos referentes à propriedade privada, organização do Estado e soberania. Sob a lente rousseauiana, Scortegagna (2016) destaca que há uma igualdade jurídico-formal, mas não uma igualdade econômica na sociedade moderna. Assim, o homem estaria deixando sua liberdade natural para ser explorado e submetido ao trabalho. Na perspectiva da autora, as ideias dos autores iluministas são em parte negadas, quando se julga haver um alinhamento à ideologia dominante, mas também servem de fundamento à abordagem crítica conforme determinada maneira de compreender essa teoria. Dessa forma, as revoluções do século XVIII são compreendidas como burguesas e decorrentes do liberalismo político. E, assim, "[...] o Estado volta-se às demandas da classe burguesa, destinando seus esforços para a manutenção da sociedade capitalista" (SCORTEGAGNA, 2016, p. 33).

Scortegagna (2016) compreende a Idade Moderna a partir do Estado, aliado ao interesse burguês e legitimado por uma educação voltada ao mercado de trabalho. No século XVIII e XIX, a autora acentua que a industrialização produziu ainda mais exploração e domínio da classe dominante. É nessa dinâmica que, segundo Scortegagna (2016), os idosos foram submetidos ao trabalho industrial. No século XIX e XX, por meio dos sindicatos, houve reformas no sistema capitalista, o que significou melhora nas condições de trabalho. Entre as conquistas sociais, incorporadas ao Estado de Direito, estão os seguros sociais, que cobriam os riscos para os trabalhadores, ou seja, em casos de doenças, incapacidade devido à idade e acidentes haveria a remuneração ao trabalhador. Ainda assim, Scortegagna (2016) reitera que não se rompeu com a marginalização e exclusão social.

A partir do século XX, os seguros sociais foram adaptados sob a forma de sistemas de seguridade social, com o intuito de assegurar um mínimo existencial. De acordo com Scortegagna (2016), como o Estado de Bem-Estar não se sustentou adveio o neoliberalismo e, por isso, torna-se necessário emancipar os sujeitos politicamente, inclusive os idosos, por meio de políticas públicas e, como consequência, se consolidará uma sociedade superior à atual – essa proposição de valor normativo embasa a tese da autora. Na mesma linha de raciocínio, Arruda (2009) compreende que a sociedade moderna marginaliza os idosos por não acompanharem a dinâmica econômica. O autor observa que: "No Oriente, ao contrário do Ocidente, a velhice é muito respeitada e glorificada pela família e pela sociedade, em virtude

do acúmulo de sabedoria" (ARRUDA, 2009, p. 19). Esse tipo de abordagem não considera o entrelaçamento cultural entre o Ocidente e o Oriente, tendo em vista a assimilação da cosmovisão grega à tradição hebraica, originada no Oriente. Como não entra no mérito da assimilação cultural, não menciona o processo educacional que culminaria em uma sociedade baseada em uma moral objetiva e na consolidação do Estado de Direito. A partir de sua percepção teórica, o autor considera a cultura da velhice como um período infeliz, marcado pela discriminação, ainda que esse quadro esteja em transformação.

Bertelli (2006) alerta para a necessidade de desconstruir o estereótipo da velhice como uma etapa de vida totalmente negativa, contrabalanceando a diminuição da vitalidade e autonomia com as experiências e conhecimentos do idoso. A autora debruça-se, assim, na importância de valorizar socialmente o idoso, de modo que cada indivíduo não seja visto apenas em função da sua utilidade. As relações sociais historicamente construídas refletem, portanto, uma teia de relações em que a contribuição do idoso continuará sendo pertinente. Em seguida, Bertelli (2006) explica a perspectiva materialista, que considera a cultura ocidental como um sistema de natureza capitalista centrado na juventude e na reprodução do capital.

A abordagem de Beauvoir (1990) é mencionada por Boehme (2013) como fonte de inspiração, já que o levou a considerar que a sociedade ocidental não valorizava a velhice, a marginalizando como etapa improdutiva da vida. Both (1998) desenvolve seu raciocínio a partir da perspectiva de Beauvoir (1990) ao afirmar que “Durante toda a história da humanidade ocidental, a interpretação da velhice foi perpassada de conceitos essencialistas, que regularmente expressavam o temor e a rejeição” (BOTH, 1998, p. 77). Para exemplificar esse raciocínio, o autor menciona: (a) um trecho de Cícero atribuía à velhice a caracterização como período negativo e (b) a hipótese de que na Idade Média somente alguns velhos opulentos tinham o privilégio de envelhecer aos cinquenta anos com certa dignidade<sup>16</sup>.

Nesse contexto, Beauvoir (1990) considera que até mesmo a aposentadoria é uma forma de discriminação, pois a sociedade considera a velhice como invalidez e a aposentadoria, um auxílio aos necessitados. Por isso que, para a autora, o trabalho remunerado do aposentado torna-se uma impossibilidade. Essa linha de raciocínio remonta ao pensamento filosófico da

---

<sup>16</sup> Embora o ensaio de Beauvoir (1990) conjecture que o período medieval praticamente não contava com idosos, essa proposição não reflete um consenso. O fato de haver muitos registros relacionados à velhice indica, para Minois (1987), que os idosos eram relativamente numerosos – se comparado às fontes romanas, por exemplo –, embora parte dos historiadores atribua a precária condição sanitária, nutricional e médica das aldeias às altas taxas de mortalidade. Em estudo de J. C. Russell (1969), foram examinados esqueletos em cemitérios medievais e se constatou que 11% dos mortos (719 idosos em um total de 6259) eram pessoas com mais de 60 anos. Entre os idosos, homens eram mais numerosos do que mulheres, pois os partos geravam mortes prematuras.

autora, que segundo Both (1998), prioriza a experiência cultural do indivíduo que, após tomar consciência de suas influências históricas e comunitárias, deve reorientar sua existência conforme sua singularidade. Na mesma linha de raciocínio, Capuzzo (2012, p. 75) destaca que a representação social da velhice não tem sido positiva e que essa "[...] representação social só piora se as pessoas em questão não possuírem uma boa quantidade de bens materiais". Remonta, assim, à menção de Beauvoir (1990, p. 659) de que “[...] a maioria imensa dos homens acolhe a velhice em meio à tristeza ou à revolta. Ela inspira mais repugnância do que a própria morte”.

Uma maneira de tratar a questão, envolvendo também questões educacionais, seria mostrar como a evolução tecnológica leva muitos jovens a desconsiderarem a experiência e/ou sabedoria dos mais velhos por considerá-los ultrapassados. Valiente (2018), por exemplo, obteve um raciocínio semelhante, a partir da leitura de Beauvoir (1990), ao constatar que muitos jovens por vezes infantilizam ou consideram os idosos obsoletos.

Carvalho (2017) remonta à linha historicista de Beauvoir (1976, 1990) para encontrar no Antigo Oriente (povo chinês, hebreu e egípcio) exemplos de valorização dos idosos como tomadores de decisão e sábios. Em relação ao povo hebreu, Carvalho (2017) lembra com razoabilidade que o sinal da graça de Deus era expresso nas Sagradas Escrituras por meio da longevidade, mas justifica essa situação de modo impreciso, aludindo a um trecho dos Provérbios que vincula a velhice à virtude. Na Antiguidade Ocidental, Carvalho (2017) menciona a maneira como os gregos e romanos tratavam a velhice, mas sem detalhar os melindres filosóficos do período e o conteúdo de diálogos clássicos. Com base em Beauvoir (1990), menciona avanços importantes decorrentes da medicina grega, como a teoria humoral de Hipócrates e a investigação do ciclo da vida.

O foco de Carvalho (2017), inspirado em Beauvoir (1990), está na imposição de estatutos sociais aos indivíduos, nos aspectos biopsicossociais e na representação simbólica por ela examinada. Ainda assim, características gerais de alguns povos ocidentais são citadas pela autora: percepção negativa da velhice na Grécia Antiga e percepção positiva em Roma. A Idade Média – subdividida em Baixa e Alta – não recebe menção. A Idade Moderna, produto do aprendizado histórico, aparece como período em que se segregou os idosos sob a forma de “conspiração do silêncio”<sup>17</sup>. Para Beauvoir (1990), o envelhecimento dos necessitados sofria menoscabo porque

---

<sup>17</sup>A controvérsia a esse argumento reside na própria complexidade histórica, evidenciada anteriormente. Mas, ancorado na dignidade humana, a reflexão sobre a inclusão social e um melhor entendimento do envelhecimento são pertinentes, tendo em vista, por exemplo, os casos de violência, negligência, opressão e abandono de idosos.

[...] esta questão não se coloca senão no interior das classes dominantes. Até o século XIX, nunca se fez menção aos velhos pobres; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio. A velhice não é, numa certa medida, desvendada, senão no seio das classes privilegiadas (BEAUVOIR, 1990, p. 111).

Do ponto de vista bibliográfico, Both (1998) apresenta uma lente diferente ao examinar a questão do envelhecimento. O autor menciona o neuropsiquiatra Victor Frankl (1990, 1992) para mostrar como as 3 dimensões da existência – estudadas pela sociologia, psicologia e biologia – podem ser aprimoradas pela competência pessoal e vivência comunitária. Essa criação de significados advém de uma vocação à transcendência (dimensão espiritual): onde há um vazio existencial surge um "para que viver" com papel determinante. A dimensão "do que viver" – influenciada pela ordem física, psíquica ou social – pode indicar determinado sentido, porém não anula a "[...] vocação para a espiritualidade, um chamamento para um sentido que orienta para projetos que aglutinam os desejos numa convergência de significação simbólica" (BOTH, 1998, p. 113). Entre os autores estudados, Both (1998) foi uma exceção ao destacar uma perspectiva não materialista, embora não tenha se aprofundado em uma análise histórica.

Teodoro (2006) retoma Beauvoir (1990) para distinguir a sociedade do consumo das associações sociais que a precederam. Dessa forma, a perspectiva de análise etnológica e histórica remete ao simbólico: "Os verdadeiros significados da vida senil vão desde as associações com os conhecimentos e a sabedoria, da maior aproximação com divindades, do acúmulo de erros e desprestígios, e da evocação da ideia de rejuvenescimento e da longevidade" (TEODORO, 2006, p. 22). Em contraste, como a sociedade econômica se fundamentaria no poder econômico, para o autor o idoso passa a ser excluído e discriminado, já que não se revela mais produtivo nem adequado aos padrões sociais. Assim, "[...] são exemplos comuns de desqualificação da velhice, a não aceitação social da sexualidade dos idosos e o desrespeito observados no trânsito, nos ônibus, nas ruas, nas filas de banco, nas esferas do trabalho e da família" (TEODORO, 2006, p. 22). Na análise contemporânea, o autor percebe uma tendência de expulsar os idosos do ambiente familiar, na maioria das vezes, abandonando-os em asilos. Adicionalmente, ambas as autoras lembram que os idosos devem receber ajuda na luta política do restante da sociedade não alienada ou não capturada pela ideologia dominante.

Loreto (2012) optou por uma breve contextualização histórica, usando a obra de Mascaro (1993), para explicar os fundamentos da sociedade ocidental. Segundo Mascaro (1993), como as condições de vida eram precárias até o século XVIII, não era comum se alcançar uma idade avançada<sup>18</sup>. Em relação à Antiguidade Greco-Romana, Loreto (2012, p. 22) mostra a coexistência de duas percepções de velhice na história ocidental, “[...] apesar da predominância de uma tendência à segregação dos idosos, que têm na juventude um grande vilão”. Mas a generalidade dessa proposição, que busca criar um antagonismo entre jovens e idosos, não inclui instituições consagradas na Grécia e, principalmente, em Roma (p.e., Senado e “pater familias”) mencionadas até mesmo na síntese de Mascaro (1993).

Loreto (2012) explica que, na Idade Moderna, passou a predominar uma ideologia da produtividade em que os papéis sociais gravitariam em torno do que esse modo de produção valorizava. Loreto (2012) considera que, atualmente, a mídia de massa também colabora com os padrões ideológicos capitalistas. Ressalta-se que é fundamental compreender o processo do envelhecimento, sob diversas perspectivas, com o intuito de aprimorar as vivências e análises práticas, seja nas situações cotidianas interpessoais ou institucionais, de modo que se assegure uma melhora da qualidade de vida e, conseqüentemente, o respeito à dignidade da pessoa humana, independentemente da faixa etária.

Sobre as relações intergeracionais, torna-se importante adotar uma postura de colaboração com os idosos – atitude condensada na cultura ocidental por meio do respeito à dignidade humana ou, coletivamente, como rede de apoio afetiva –, e nunca os encarar como um fardo ou os objetificar. Desse modo, a ação individual pode encontrar na teoria as condições de melhora na convivência social, a ponto de observar não somente os direitos, mas também as responsabilidades a eles correspondentes. Em relação à dinâmica coletiva, tem-se como fundamento teórico-metodológico a obra de Chartier (1985) e Moscovici (2003) sobre as representações sociais. Os esquemas intelectuais produzidos pelo grupo, mencionados por Chartier (1985), aludem a um movimento de apropriação individual das figuras e representações que, em última análise, decifram o espaço e produzem uma inteligibilidade ao outro. Assim, em determinado grupo social, há determinações simbólicas que envolvem a representação, prática e apropriação. Conforme Chartier (1985, p. 17),

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade

---

<sup>18</sup> No entanto, como mencionado anteriormente, essa afirmação foi alvo de refutação científica. J. C. Russell (1969) e Minois (1987) procuram mostrar que não há consenso nesse âmbito da discussão.

à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1985, p. 17).

Moscovici (2003) também possui uma teoria das representações sociais, situando os fenômenos sociais, marcados pela conversação e pelos saberes populares, como maneira de identificar as representações. O autor considera que as pessoas possuem um modo semelhante de vida e que a educação ocorre em todos os lugares e momentos da vida, colocando como prioridade as aquisições no meio social. É por meio das representações sociais, isto é, pelas matrizes discursivas compartilhadas que os indivíduos se comunicam e se identificam sob uma mesma formação sociocultural ou grupo. Tanto a ótica de Moscovici (2003) quanto a de Chartier (1985), podem ser aplicadas ao estudo das UATIs ao se indagar como é a representação dos idosos em relação à qualidade de vida. Por extensão, pode ser uma maneira de se perceber qual a avaliação dos idosos frente ao envelhecimento e se eles se sentem acolhidos e valorizados socialmente. Especialmente a noção de Moscovici (2003), sobre saberes populares, dialoga com a noção de “saber por experiência” de Freire (1993) ou à de socialização, proposta por Vigotski (1989, 1991, 2011). É preciso, porém, acrescentar à análise a noção de educação não-permanente: seu o conceito e operação, especialmente, nas UATIs; para, posteriormente, relacioná-la à educação permanente, socialização, representação, inclusão, envelhecimento e qualidade de vida.

#### 4.3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: INTENCIONALIDADE, AGENTES E AMBIENTES

O conceito de educação não formal, nas pesquisas em pedagogia, remete à ideia explorada por Trilla (1987) e Gohn (2006; 2014). Nessa perspectiva são enfatizados os processos de aprendizagens construídos fora do ensino escolar. A aprendizagem envolve o sujeito do aprendizado, o conhecimento, um mediador e a situação de aprendizagem – esta não se restringe, portanto, ao ambiente escolar. Na educação não formal, como ressalta Gohn (2006, 2014), o indivíduo possui a intenção de aprender e faz isso, por exemplo, compartilhando experiências de vida. Para a autora (2014, p. 40), a educação não formal é “[...] um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade

de programas e projetos sociais”. Ela demarca de forma relativamente rígida a diferença entre educação não formal (proposta com uma intencionalidade) e informal (espontânea)<sup>19</sup>.

Trilla (1987) compreende a educação como um fenômeno complexo, promovido por diversos agentes em diversos cenários. Na mesma esteira de pensamento, o autor se debruça sobre a intencionalidade e a consciência no processo educacional, isto é, enfatiza a dimensão do planejamento na prática pedagógica. A educação não formal consistiria no espaço entre a escola e a educação informal. O termo, como ensina Trilla (1987), surgiu nos anos 1960s – mesmo período em que as UATIs ganharam espaço na Europa e, posteriormente, em outros continentes. Além disso, o autor também enfatiza o problema de uma educação com viés somente técnico, que fragiliza o aspecto orgânico da educação.

Boehme (2013) indica a abrangência da educação: aprender e ensinar são constantes em casa, na escola, na rua, entre outros. Assim, a educação nos permite compreender as regras de conduta, valores, crenças, arte, tecnologia e cultura. Na mesma linha de raciocínio de autores que entendem a educação como prática social de aprendizagem, a autora ressalta a importância do aprendizado na vivência em grupo e no compartilhamento de experiências e conhecimentos. Esse processo educacional não depende de uma idade, e sim da inserção do indivíduo em uma sociedade dinâmica e em transformação.

Dessa noção, é possível classificar o processo educacional em educação formal, não formal e informal. A educação formal compreende as escolas ou outras instâncias de formação com objetivos educativos explícitos e uma ação institucionalizada, estruturada e sistemática. A educação não formal é aquela realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certa sistematização e estruturação. Por sua vez, a educação informal se desenvolve por intermédio da interação do indivíduo com a sociedade, meio físico e cultural, de modo que não são ligados a uma instituição nem são intencionais e organizados.

Argentin (2019) situa a definição do conceito de educação como um processo de aprendizagem que acontece em diferentes locais e grupos com a socialização e trocas culturais. Recentemente, deflagraram-se iniciativas que buscam promover um envelhecimento saudável, compreendendo a saúde como bem-estar físico, mental e social. A OMS, como compreende Argentin (2019), usa o conceito de envelhecimento ativo, compreendendo que os indivíduos

---

<sup>19</sup> Gohn (2006, 2014) se aprofunda no estudo da “democracia participativa”: “Na democracia participativa há, portanto, uma exigência da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão em uma sociedade democrática, porque ela tem um caráter pedagógico [...], contribuindo para a politização dos cidadãos, [...]” (GOHN, 2014, p. 36). Porém, na ciência política, se objeta da seguinte forma: como assegurar a funcionalidade do sistema político apenas por meio de assembleias diretas? Discute-se, assim, não uma mudança de sistema político, mas os graus de participação social.



devem participar continuamente de questões sociais, econômicas, culturais, civis e espirituais. A autora (2019) explica os diferentes conceitos de educação não formal. Essa modalidade visa aos projetos pedagógicos com intencionalidade, em uma estrutura ou metodologias diferentes das escolas. Também pode ser compreendida como o aprendizado via compartilhamento de experiência, em que o educador é o “outro” com que o sujeito interage para aprender. Pode significar uma espécie de educação não abrangida pela legislação. Ainda que a capacidade de aprender de um idoso não seja a mesma de um jovem, para a autora, os mais velhos podem aprender de outras formas conforme seu ritmo ou interesse particular.

Em relação à dignidade humana, não há distinção entre idoso e jovem. Há, no entanto, distinções físicas e psíquicas marcantes que, quando atenuadas pelos direitos e deveres, promovem solidariedade intergeracional. Do ponto de vista filosófico, a reflexão sobre as oportunidades de aprendizado dos idosos pode promover uma maior compreensão dessa etapa da vida. Argentin (2019, p. 34) adota um parâmetro similar, acreditando que o idoso se torna um “novo agente social” – embora esse idoso não tenha perdido essa condição em nenhum momento. Para Argentin (2019), o senso comum compreende os idosos como vulneráveis e dependentes, e não como cidadãos ativos e atuantes. O termo educação não formal se popularizou na década de 1960, período em que as críticas à educação formal cresceram. Argentin (2019) mostra como a literatura entende que a educação não formal começou a se oficializar após a *International World Crisis in Education em 1967*<sup>20</sup>. No Brasil, Argentin (2019) considera que a educação não formal estava relacionada a processos de alfabetização de adultos com foco nas propostas de Paulo Freire. Novamente, aparece a definição de educação não formal mais como intencionalidade conforme a perspectiva materialista do que como iniciativa que prioriza a liberdade.

Na literatura, a educação não formal se revela uma prática diversa, embora se apontem algumas características para a caracterizar, como ser voluntária, buscar a transformação social, ser pouco formal ou hierarquizada, promover a participação das pessoas, motivar a socialização. A transformação social é abordada conforme o arcabouço materialista-dialético, delineado por Paulo Freire (1982) na pedagogia – especialmente por intermédio da noção de autonomia do sujeito historicamente situado e com determinado papel social transvalorativo. Santos (2011) destaca o surgimento da Universidade Aberta da Terceira Idade da PUC Campinas, tendo em vista que essa UATI contou com a assessoria de Freire ao elaborar sua proposta pedagógica,

---

<sup>20</sup> Chama atenção, porém, o fato de algo por definição não oficial começar a ser oficializado.

que compreende, entre outros aspectos, a educação como um direito na busca por democracia e cidadania.

Conforme Argentin (2019), a educação não formal não substitui as formas de ensino institucionalizadas. Isso significa liberdade para se trabalhar os aspectos educacionais sem a preocupação com certificações ou avaliações. Assim, o ambiente se torna propício às atividades que estimulem a imaginação e a troca de conhecimentos entre educadores e participantes. No entanto, a educação não formal se mostra como um meio de criar novos modos de educação, com vistas à transformação social (intencionalidade). Essa pretensão ampla foca mais em aspectos sociais do que individuais, sendo possível que essa lógica seja invertida com a noção de promoção da dignidade humana ou exercício da liberdade de aprendizado e ensino. Assim, na literatura, a educação não formal é compreendida com frequência de modo institucional (com diferenças metodológicas em relação às escolas tradicionais) e alicerçada filosoficamente em modos de educação freirianos. Mas a educação não formal, segundo a literatura, também pode ser avaliada como troca de saberes entre educadores e alunos e como prática não institucionalizada. Para Argentin (2019),

Podemos concluir que a educação não formal é um campo conceitual para a valorização e para o reconhecimento do idoso como pessoa participativa. No entanto, alertamos sobre a necessidade de haver educadores preparados para ouvir, entender e responder as perguntas dos idosos, não esquecendo o fato desses educandos serem adultos. Ressaltamos que as pessoas idosas não devem ser tratadas com diferença, como se fossem crianças, muito menos com piedade. Eles precisam de respeito e, mais ainda, precisam que seus direitos sejam garantidos (ARGENTIN, 2019, p. 37).

Ao colocar em primeiro plano a questão dos direitos (não discriminação), e apresentar uma visão distorcida de piedade (virtude com reflexos em atitudes motivadas por compaixão e amor), a discussão proposta anteriormente apresenta qualidades e decrepitudes. Atributos como a piedade e solidariedade colaboram no âmbito dos deveres ao fomentar o elo intergeracional nas famílias e comunidades. Diferentemente do que sugere Argentin (2019), portanto, não há necessariamente uma contradição entre respeito (considerar a dignidade da pessoa humana), direitos, deveres e outras virtudes. A educação não formal mostra, assim, a importância da aprendizagem, com alguma intencionalidade, em ambientes alternativos, enquanto a educação permanente ou educação ao longo da vida – tema da próxima seção – enfatiza a dimensão intertemporal da aprendizagem. Após a reflexão proposta até aqui, serão apresentadas nas próximas seções, aspectos referentes à legislação nacional, às diretrizes internacionais sobre a gerontologia educacional e os caminhos pedagógicos indicados nas pesquisas acadêmicas.

#### 4.4 O IDOSO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: MENÇÃO ÀS UATIS

A noção de envelhecimento saudável, tendo o idoso como sujeito ativo, refere-se ao bem-estar físico, mental e social (VALER et al, 2015). No entanto, os idosos frequentemente são acometidos por comorbidades e, a depender das condições, necessitam de cuidados especiais. Por sua vez, a educação não formal significa, antes de mais nada, a busca contínua pelo aprendizado nos diversos períodos da vida e ambientes (GOHN, 2006, 2014; TRILLA, 1987). O barro que esculpe essa noção de educação alude, indiretamente, à dignidade da pessoa humana. Esse princípio estabelecido pela ONU geralmente é recepcionado pelos países, embora possua elasticidade em sua aplicação. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) incorpora praticamente toda normativa internacional de direitos humanos sob a forma de direitos fundamentais. Princípios como o da dignidade da pessoa humana foram formulados como cláusulas abertas, que permitem reconhecer outros direitos pelo método hermenêutico (SOUZA NETO; SARMENTO; 2014).

Atualmente, as políticas públicas desempenham importante papel quando asseguram o mínimo necessário para uma vida digna, especialmente quanto à velhice. Evidencia-se, no sistema normativo brasileiro, a relevância da Constituição (1988), complementada pela Política Nacional do Idoso (1994) e Estatuto do Idoso (2003), além de outras leis, decretos e portarias. O ponto de partida para examinar as políticas públicas é a Constituição Federal (1988), sob o ponto de vista de direitos e garantias fundamentais e da ordem social: (1) em relação aos direitos e garantias fundamentais e a velhice, a legislação prevê igualdade perante a lei, inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade; aposentadoria; proibição da diferença salarial; sufrágio universal, mas com voto facultativo para os maiores de 70 (setenta anos); (2) em relação à ordem social e a velhice, menciona-se a previdência, condições para receber a aposentadoria; cobertura de eventos doença, invalidez, morte e idade avançada; assistência social; programas de amparo aos idosos executados preferencialmente em seus lares; garantia de um salário mínimo de benefício; dever dos filhos maiores de amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade; gratuidade do transporte coletivo urbano.

As normas que estabelecem direitos e garantias individuais têm aplicação imediata: sua implementação e eficácia são limitadas no que tange aos direitos sociais. Portanto, para a sua concretização deve haver a atuação do Estado, seja por meio de leis que regulamentem ou por meio de prestações positivas aos indivíduos (RODRIGUES, MAFRA, PEREIRA, 2018). Por sua vez, os direitos fundamentais são classificados norma-princípio, ou seja, podem ser

observados pela via hermenêutica. Segundo Sousa (2010, p. 30), essa característica “[...] aplica-se, inclusive aos direitos elencados no capítulo da ordem social, como o direito à educação, e constitui uma diretiva para o poder público no sentido de atribuir a esses direitos o máximo possível de efetividade”. As políticas públicas para os idosos subdividem-se em 4 grandes grupos: políticas de saúde<sup>21</sup>, política de assistência social<sup>22</sup>, políticas de trabalho, previdência e seguridade social<sup>23</sup> e políticas de esporte, turismo e lazer e educação para os idosos<sup>24</sup> (BRASIL, 1988). Assim, referente à educação, manifesta-se o apoio aos programas educacionais destinados aos idosos, ao acesso à informação, à inclusão digital e o apoio à abertura de universidades abertas à pessoa idosa em instituições públicas e privadas de ensino superior.

Em 1989, aprovou-se a Lei nº 7.853 (BRASIL, 1989), que tutela a acessibilidade de idosos, gestantes e pessoas com deficiência. Em 1994, entrou em vigor a Lei Federal nº 8.842 (BRASIL, 1994), conhecida como Política Nacional do Idoso, que já mencionava a criação e apoio às universidades abertas para a pessoa idosa. Em 2003, como decorrência da política nacional, estabeleceu-se o Estatuto do Idoso, Lei nº 1.074/03 (BRASIL, 2003). O Estatuto prevê direitos, regras processuais novas e crimes contra a pessoa idosa e suas respectivas penas. Assegurar ao idoso, prioritariamente, a efetividade do direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, ao esporte e lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e à convivência familiar e comunitária é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, conforme o Artigo 3º do Estatuto do idoso.

O Estatuto do Idoso tornou-se referência na questão envelhecimento por estabelecer o princípio da proteção integral e segura ao idoso. Conforme o artigo 2º, o necessário para garantir a “[...] preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 2003). O direito à educação está presente no capítulo V do Estatuto do Idoso – Artigos 20 a 25. No Artigo 21, consta que o poder público criará oportunidades de acesso à educação, adequando currículos, metodologias e materiais didáticos aos programas educacionais a ele destinados. Oliveira e Pontarolo (2008) observam que a ênfase é maior nos programas de alfabetização de jovens e

---

<sup>21</sup>Política Nacional de Saúde do Idoso, dezembro de 1999, Ministério da Saúde atua como órgão normativo, Equipes de Saúde da Família para a Assistência Básica de Saúde, Hospitais Gerais e Centros de Referência à Saúde do Idoso.

<sup>22</sup>Ministério do Desenvolvimento Social - Secretaria Nacional de Assistência e Ação social, Lei Orgânica da Assistência Social de 1997, Centros e Grupos de Convivência, as Instituições de Longa Permanência, os Centros-Dia, as Casas-lar, as Repúblicas, além do Benefício de Prestação Continuada.

<sup>23</sup>Instituto Nacional da Seguridade Social.

<sup>24</sup>Ministérios do Esporte e do Turismo e Ministério da Educação.

adultos, e não especificamente em modalidade somente à população idosa. No Artigo 25 da legislação, preconiza-se que:

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual (BRASIL, 1988).

Pontarolo e Oliveira (2011) afirmam que os idosos não possuem os mesmos interesses dos jovens – interesse econômico –, e sim interesses de aperfeiçoamento cultural. Esse raciocínio embasaria a ideia de que o poder público deve apoiar a criação de universidades abertas à pessoa idosa, como consta no Artigo 25 do Estatuto do Idoso. No entanto, recentemente realizaram-se questionamentos referentes a essas universidades não ofertarem vagas suficientes para atender a demanda de idosos interessados e estarem localizadas apenas nos grandes centros urbanos. Outros questionamentos são referentes à natureza dos cursos de extensão, que poderiam ser públicos ou privados.

Rodrigues, Mafra e Pereira (2018) analisam o direito à educação a partir das noções de conceito do mínimo existencial e do princípio da proibição do retrocesso social. A proibição do retrocesso social torna inconstitucionais as ações do Estado que visem anular ou revogar direitos sociais efetivados pela lei. De acordo com Barcellos (2002, p. 48), o mínimo existencial “[...] é formado pelas condições materiais básicas para a existência, corresponde a uma fração nuclear da dignidade da pessoa humana à qual se deve reconhecer a eficácia jurídica positiva ou simétrica”. Portanto, a conjugação dessas ideias acarretaria o acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho digno.

As normas que estabelecem direitos e garantias individuais têm aplicação imediata. No entanto, sua eficácia, no que tange aos direitos sociais, é limitada. Para a sua concretização deve haver a atuação do Estado, seja por meio de leis que regulamentem ou por meio de prestações positivas aos indivíduos. Por sua vez, é preciso se considerar o mínimo existencial simultaneamente à reserva do possível, que só pode ser invocada após a garantia do mínimo existencial. Conforme a reserva do possível, cabe ao Estado efetivar os direitos sociais, levando em conta as restrições impostas pelos seus recursos financeiros. Desse modo, se não for ofertado determinado direito, a entidade estatal deve demonstrar a inexistência de recursos públicos e a falta de previsão orçamentária para a despesa definida (RODRIGUES; MAFRA; PEREIRA, 2018). No debate acadêmico, os autores questionam os aspectos factuais para delinear

objeções normativas: Carvalho (2013) se alinha à expansão de direitos, ainda que haja entraves orçamentários, bem como Alves e Antunes (2004) retomam a noção de exploração do trabalhado e o cerceamento de Direitos.

Em 2003, a Lei nº 10.741 reiterou a legislação federal e definiu a tarefa de cada órgão público. O Artigo 25 foi modificado com a Lei nº 13.535 (2017) e se inseriu o texto anterior como um Parágrafo Único:

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou à distância, constituídos por atividades formais e não formais (BRASIL, 1988).

As preocupações dos gestores quando o Brasil era um país jovem e com grande parte da população em situação de analfabetismo possuíam suas particularidades. O ensino de jovens e adultos era chamado de Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela Lei nº 5.379/67 (BRASIL, 1967). Em 1971, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (BRASIL, 1971) trouxe uma nova modalidade de ensino: os supletivos, que ofereciam oportunidades de aprendizado àqueles que não concluíram o ensino básico na faixa etária estipulada. A Lei de Diretrizes Básicas da Educação, de 1996, propôs a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo análogo ao que foi proposto em 1971 (BRASIL, 1996). Conforme o Programa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD, 2019) que nos possibilita avaliar a efetividade das políticas públicas pelo resultado estatístico, há uma tendência de queda do número de analfabetos no Brasil e uma variação percentual conforme a região geográfica. Infere-se que essa modalidade tem seu papel, tendo em vista que 18% dos idosos ainda não sabem ler e escrever de acordo com a PNAD (2019).

Porém, como a temática do envelhecimento era incipiente no Brasil até o final do século XX, uma vez que a estrutura piramidal era de base larga e topo estreito, não havia uma modalidade destinada à educação dos idosos. Mesmo assim, parte deles frequentam os núcleos da modalidade de EJAs em busca do ensino regular ou, mais recentemente, as Universidades Abertas à Pessoa Idosa. Esse processo educativo pauta-se pela educação permanente e pelas interações sociais que promovem a troca de conhecimentos. Em síntese, todo idoso tem direito à educação e, desse direito, surge o dever do Estado mediante órgãos públicos responsáveis pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e por outras iniciativas educacionais de natureza pública ou privada, como as universidades abertas à pessoa idosa (BRASIL, 1988, 1996). A Política Nacional de Extensão Universitária (FÓRUM, 2012) também destaca o papel da universidade

em articulação à comunidade. A extensão, para ser bem sucedida, precisa se ancorar em determinado princípio pedagógico. Um dos autores mais citados no âmbito acadêmico, especialmente na alfabetização/educação de adultos e idosos, é Freire (1996).

Por meio de uma pedagogia dialógica, os ensinamentos de Freire (1996) remontam ao ensino plural, crítico e valorativo da cultura sob a abordagem do materialismo-histórico. Mais importante, porém, é a noção do “vir a ser” que remonta a uma vivência de amadurecimento permanente que conduz, indubitavelmente, à autonomia. Essa perspectiva crítica encontra consonância com a literatura que indica a exploração do idoso por determinados segmentos do mercado. Beauvoir (1990) indica que clínicas e casas de repouso, em detrimento da qualidade do serviço, buscam um nicho de mercado sem a devida valorização do elemento humano, do idoso. Dessa forma, é imprescindível compreender o idoso como sujeito ativo ainda que, do ponto de vista biológico, ele conviva com o aviltamento de suas capacidades psicomotoras.

Portanto, é importante que o idoso usufrua de seus direitos e que busque, com responsabilidade e motivação, a sua realização integral como ser humano. Os deveres, que se realizam em um contexto familiar, tornam-se mais palatáveis se não houver um rompimento entre os membros da família, seja ele provocado pelos pais ou pelos filhos. Ainda assim, em um contexto familiar que possa apresentar conflitos, as dissidências devem ser mantidas apenas como temporárias - nunca como irreconciliáveis -, à medida que valores coerentes com a moralidade de nossa sociedade se materializem e, como consequência, faça o amor atingir sua forma mais caridosa: o amor ágape; e, na legislação, a dignidade humana ser protegida, dentre outras formas, como “proteção do idoso”, com meios específicos para assegurar esse direito.

Como a educação não formal pode ser compreendida como uma proposta educacional que envolve diversos agentes em diversos ambientes, as UATIs se situam sob esse guarda-chuva teórico. Assim, a partir da discussão teórica até aqui realçada, serão evidenciados os procedimentos pedagógicos das UATIs, baseados na prática interdisciplinar, com experiências compartilhadas e aprendizado permanente. Nos próximos subitens, será realizada uma análise das Organizações Internacionais, sobretudo a ONU e suas agências especiais e regionais, e como elas compreendem a educação ao longo da vida para, no último subitem, debater os caminhos pedagógicos indicados na pesquisa em Educação referentes aos idosos.

#### 4.5 O DEBATE SOBRE O ENVELHECIMENTO NOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

A ONU realiza, com periodicidade, fóruns mundiais em que são estipulados princípios e planos de ação entre os países. De 1982 a 2002, a entidade realizou duas assembleias sobre o envelhecimento com a participação de delegações governamentais, representantes da ONU, organizações não governamentais, organizações intergovernamentais e órgãos intergovernamentais da ONU (ONU, 2002). Nesse ínterim, também foi assinada a Resolução nº 46 (1991) na Assembleia Geral - constando os princípios das Nações Unidas para os Idosos - e se declarou, em 1999, o Ano Internacional dos Idosos. As pesquisas na área da educação apresentam semelhanças ao abordar o papel das Organizações Internacionais, como a ONU, compreendendo-as como parte de uma superestrutura que garante a manutenção dos alicerces político-econômicos internacionais. Como ressaltado anteriormente, sob influência teórica de Marx (1989), Lênin (1985), Bukharim (1998), Luxemburgo (1972), Chesnais (1996), os autores pesquisados destacam que o capitalismo mundial produz monopólios e a concentração de capitais. Mas, refletindo criticamente, compreende-se esse processo como uma confluência de interesses de diversos atores políticos e empresariais, de modo que a busca por crescimento econômico, com efeitos de redução da pobreza e desigualdade sociais, por vezes conduz ao aviltamento de aspectos essenciais ao ser humano – como empatia, altruísmo e compaixão – no processo educacional (SPRING, 2018) ou, dito de outra forma, a mercantilização da educação cresce atualmente (LEHR, 2016). Nessa seção, serão apresentadas as principais discussões no âmbito internacional e a análise crítica sobre os fóruns e conferências.

A primeira Assembleia Mundial do Envelhecimento ocorreu em Viena em 1982. Divulgou-se o plano de ações dos países participantes após o posicionamento dos oradores no plenário e os debates entre as delegações. Os países se comprometeram a formular e aplicar políticas para que as pessoas em idade avançada desfrutem, fisicamente e espiritualmente, de plenitude, saúde e segurança e a estudar as consequências do envelhecimento populacional para o desenvolvimento (o contrário também foi considerado, ou seja, avaliar o impacto do desenvolvimento em relação ao envelhecimento). Dessa forma, buscou-se reafirmar, no plano teórico, os direitos humanos e reconhecer a importância da qualidade de vida na velhice (ONU, 1982).

Capuzzo (2012) considera o efeito benéfico da Primeira Assembleia Mundial, embora tenha sido o movimento da elaboração da Constituição Federal do Brasil o responsável por garantir, legislativamente, a preservação da integridade física e moral dos idosos.



Posteriormente, a Lei Orgânica de Assistência Social, n. 8.742/93 (BRASIL, 1993) garantiu aos idosos o Benefício de Prestação Continuada (pensão de um salário mínimo às pessoas idosas e às portadoras de deficiência que não possuam condições mínimas de sobrevivência). Além do Benefício de Prestação Continuada, estabeleceu-se, com Lei n. 9.842/94 (BRASIL, 1994), a Política Nacional do Idoso para especificar direitos, políticas e instituições encarregadas de garanti-los. A autora destaca, assim, um movimento internacional - para que os países refletissem sobre o processo de envelhecimento e as mudanças sociais - concomitante à dinâmica interna legislativa. Sob perspectiva semelhante, Carvalho (2016) constata a relevância da produção legislativa, já que o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a instituir uma legislação voltada aos idosos.

Em 1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução n. 49, intitulada Princípios das Nações Unidas para o Idoso. Um dos eixos da Resolução é o princípio de autorrealização, que consiste em aproveitar as oportunidades para que o indivíduo se desenvolva plenamente através de recursos educativos, espirituais, culturais e recreativos. A Assembleia Geral destacou outras preocupações – independência, participação social, cuidados e dignidade – que, quando articuladas em totalidade, fomentam a qualidade de vida dos idosos (ONU, 1991). No Ano Internacional do Idoso, celebrado em 1999, outras questões foram levantadas pela ONU e pela sociedade civil: desenvolvimento individual durante toda a vida, relação entre várias gerações, elo entre envelhecimento da população e desenvolvimento e a situação dos idosos. No espaço intertemporal entre a primeira e a segunda Assembleia Mundial do Envelhecimento, buscaram-se avanços na cooperação internacional (ONU, 2002). O papa João Paulo II escreveu em 1999 a Carta aos Anciãos em referência ao Ano do Idoso, ressaltando a esperança revigorada com os esforços pacificadores na sociedade após as Guerras Mundiais, a sensibilidade ecológica e os progressos da medicina e das ciências aplicadas ao bem-estar humano. Para o Santo Padre, a velhice, como tempo favorável à sabedoria, deve ser valorizada em detrimento à "[...] mentalidade que põe em primeiro lugar a utilidade imediata e a produtividade do homem" (JOÃO PAULO II, 1999).

Na segunda Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada em Madrid em 2002, reafirmaram-se as bases da velhice sadia e enriquecedora. Nessa perspectiva, o direito ao desenvolvimento e as liberdades fundamentais são essenciais para criar uma sociedade que inclua todas as idades sem discriminação, por meio do diálogo e da paz entre as gerações. Como particularidade, assinalou-se a importância do desenvolvimento, do bem-estar até chegar à velhice e de se criar ambientes propícios e favoráveis para efetivar, em última análise, maior

segurança ao idoso (ONU, 2002). No entanto, Rosseto (2013) considera os compromissos assumidos na seara internacional como formais e abstratos. A autora (2013, p. 30) infere que as organizações internacionais corroboram com a reprodução capitalista porque, em sua perspectiva, "Aumentar a capacidade de participação do idoso na sociedade revela que as pessoas precisam continuar produzindo, mesmo na velhice, e em uma sociedade de classes pode-se fomentar, não melhores oportunidades, mas um prolongamento de ações de exploração do trabalhador". A crítica se fundamenta na noção de que a ONU indica o que é preciso fazer, mas sem detalhar como cada país deve proceder. Esse caráter abstrato dificulta, portanto, a consecução dos objetivos educacionais.

A autora compreende que o reflexo das políticas internacionais no Brasil pode ser percebido no Estatuto do Idoso (ROSSETO, 2013). Esse documento, como já mencionado, dividiu entre a família, sociedade e o Estado a obrigação de assegurar a dignidade humana aos idosos - direitos à saúde, vida, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, entre outros. Ressalta, ainda, que os compromissos estabelecidos em lei devem ser cumpridos, tendo a família importante papel ao evitar o isolamento, tristeza e maus tratos. A autora apresenta o desgaste, gerado pelo trabalho, como um axioma, baseada no referencial teórico materialista-dialético. Dessa forma, outro aspecto pertinente ao debate é a qualidade de vida durante o período laboral: o indivíduo, durante toda sua trajetória de vida, pode buscar uma formação integral, conforme suas aptidões e interesses, não limitada ao trabalho. Há, na ótica da autora, uma crítica em relação à responsabilização do indivíduo: como desenvolver-se, do ponto de vista da formação integral, se o sujeito tem acesso precário à educação, por exemplo?

A noção de "sociedade para todas as idades" se fundamentou no tema do Ano Internacional do Idoso e nos Princípios das Nações Unidas para o idoso: "[...] desenvolvimento individual durante toda a vida; relações entre várias gerações; relação mútua entre envelhecimento da população e desenvolvimento; e a situação dos idosos" (ONU, 2002, p. 29). De forma análoga ao que propôs o Papa João Paulo II, o documento assinado em Madrid valoriza, para além de suas atividades econômicas, o papel dos idosos na família e na comunidade. Do ponto de vista moral, essa função é permeada pelo respeito à dignidade humana, constituído de um modo de viver que interliga as pessoas em prol do bem comum se posto em prática de modo profícuo (COMTE-SPONVILLE, 2009).

A referência à qualidade de vida, conforme as Nações Unidas, alude às potencialidades do ser humano, como o tratamento médico, acesso a recursos educacionais e culturais,

prevenção de doenças, proteção familiar, diálogo intergeracional na família e na comunidade, independência, acesso à alimentação, água, moradia, vestuário, oportunidade de trabalho ou outras formas de geração de renda, ambientes seguros, acesso a recursos para se desenvolver e viver sem ser objeto de violência física ou mental (ONU, 1991, 1999, 2002). Percebemos, dessa maneira, que o conceito de educação ao longo da vida é mencionado como elemento da qualidade de vida e envolve “[...] redes de apoio e ambientes propícios, [...] [para] que a sociedade em geral se interesse por estreitar a solidariedade entre grupos de gerações e combater o abuso, a violência, a falta de respeito e a discriminação de que são vítimas os idosos” (ONU, 2002, p. 14).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência especializada da ONU, recomenda princípios norteadores às políticas educacionais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A missão educacional, conforme a UNESCO, consiste em 4 pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer e ter uma competência para agir e enfrentar diversas situações, aprender a viver de modo solidário em sociedade, aprender a conhecer e adquirir conhecimentos dos progressos científicos. No Relatório Faure (FAURE et. al., 1972), cujo título é *Learning to be: the world of education today and tomorrow*, a Agência definiu a educação ao longo da vida e a sociedade de aprendizagem. Nessa perspectiva, a escola continua como meio essencial de conhecimentos organizados, mas, com o progresso tecnológico e as transformações sociais, é necessário complementar e atualizar o ensino de outras formas: instituições sociais, mídia e ambiente de trabalho e lazer seriam aspectos da vida social essenciais à educação ao longo da vida. O entrave, porém, reside no acesso à educação – esses obstáculos podem se manifestar em diferentes etapas da vida e, na terceira idade, variam conforme a região habitada, o nível de escolaridade do indivíduo, a renda, entre outros.

No segundo relatório da UNESCO, *Learning: the treasure within* (DELORS et. al., 1996), há uma continuidade do debate, pois “[...] temos de aprender ao longo de toda a vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros” (DELORS et al., 1996, p. 104). Os posicionamentos proferidos visavam, novamente, repensar a divisão de educação inicial e educação permanente, reavaliando a oposição da educação de jovens e de adultos e adotar uma dinâmica que valorize a adaptação constante em uma sociedade marcada pela multiplicidade de saberes e pela aceleração do progresso tecnológico. Conforme o relatório,

[...] os meios de comunicação social constituem um vetor eficaz de educação não-formal e de educação de adultos: por exemplo, as experiências de universidade aberta e de educação a distância, demonstram o interesse que há em definir uma estratégia

educativa para o futuro, que integre as tecnologias da informação e da comunicação (DELORS et al., 1996, p. 116).

O terceiro documento é denominado de *Rethinking education: towards a global common good?* (UNESCO, 2016) e revela as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a abordagem humanista, a formulação de políticas educacionais em um mundo complexo e a relação entre a educação e bem comum. Como particularidade, enfatiza que a importância da educação ao preparar os indivíduos para um mundo complexo e contraditório, mas capaz de conservar a paz entre os povos e promover a inclusão e a justiça social. Dubet (2004), citado nas pesquisas educacionais, propõe um contraponto a essa visão, considerada hegemônica, ao denunciar as injustiças na escola e no trabalho. O autor defende que “[...] os programas da escolaridade comum e obrigatória devem ser definidos a partir das exigências comuns garantidas a todos, os melhores alunos podendo, evidentemente, aproveitá-los muito melhor e progredir mais depressa” (DUBET, 2004p. 547).

A agenda da UNESCO acentuou, em 2016, os desafios decorrentes da mudança da estrutura etária populacional e das demandas sociais decorrentes de vários povos:

Essa abordagem enfatiza a inclusão de pessoas frequentemente discriminadas – mulheres e meninas, povos indígenas, pessoas com deficiência, migrantes, idosos e pessoas que vivem em países afetados por conflitos. Ela requer uma abordagem aberta e flexível à aprendizagem, tanto ao longo da vida quanto em todos os seus aspectos: uma abordagem que ofereça a todos a oportunidade de concretizar seu potencial para construir um futuro sustentável e uma vida digna (UNESCO, 2016, p. 9).

Na América Latina, os debates sobre o envelhecimento se concentram na Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e Direitos dos Idosos, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Foram realizadas 4 Conferências em que as delegações dos países apresentam dados demográficos, melhorias/atrasos na gestão pública e marcos da legislação nacional (CEPAL, 2003, 2007, 2012, 2017). No âmbito regional, existe um componente político que ajuda a compreender o posicionamento dos países ao adotar determinada estratégia em detrimento de outra. Porém, o intuito da Conferência consiste nos países reafirmarem os compromissos assumidos nas Assembleias Mundiais de Envelhecimento conforme a particularidade nacional e as ações empreendidas localmente. Em síntese, os relatórios da ONU e de suas agências, UNESCO e CEPAL, revelam a preocupação com as questões educacionais por meio do diálogo e incentivo à *práxis*.

Como consequência, esses relatórios podem servir como subsídio ao debate legislativo, de modo que as políticas públicas contribuam a uma formação humana adequada às

particularidades de cada região (ONU, 1991, 1999, 2002). Concernente aos países ocidentais, o pensamento da ONU não pode ser tomado de forma absoluta, e sim como uma diretriz internacional para os legisladores ponderarem evidências empíricas e matrizes teóricas à realidade local – que, em sua complexidade, engloba conhecimentos científicos uma esfera moral procedente da cultura ocidental, remanescente, por exemplo, do aprendizado com as técnicas e obras clássicas greco-romana, cristãs e iluministas. Do ponto de vista reflexivo, ressalta-se a relevância de analisar a educação como um processo permeado por valores inerentemente humanos, que não se limitam à esfera econômica – pelo contrário, a integram e lhe fornecem sentido e amplitude (SPRING, 2018; LEHR, 2016).

A educação dos idosos também não pode ser compreendida de maneira mercantilizada, e sim como um processo com intencionalidade, de modo diferente da educação formal e atendendo a interesses específicos ou de determinados grupos (DOLL, 2008, p. 13). Com essas características, as UATIs ganhavam espaço pelo mundo e, especialmente, no Brasil. De forma gradual, os idosos conquistavam direitos – que ganham efetividade quando acompanhados de deveres compartilhados entre sociedade, indivíduos e Estado conforme o Estatuto do Idoso (2003) – e oportunidades nos centros de convivência e universidades. Além da Educação de Jovens e Adultos, a modalidade de educação não formal surgiu, portanto, como alternativa aos idosos e apresenta interfaces específicas, como será evidenciado na próxima seção.

#### 4.6 UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE

Doll (2008) ressalta que as UATIs se inserem na área da gerontologia educacional<sup>25</sup> com uma interface específica: abrange cursos para pessoas idosas, mas também a compreensão do processo de envelhecimento e a formação profissional de pessoas que trabalham com pessoas idosas. Constata-se que avançou na educação de idosos, pois, em muitos municípios, as opções disponíveis na esfera pública e/ou privada não se limitam ao assistencialismo e atendimento de necessidades básicas. A percepção do idoso como participante ativo torna-se imprescindível porque "[...] se os idosos são percebidos como pessoas com defeitos, com

---

<sup>25</sup> Conforme Peterson (1976, p. 62), a “Gerontologia educacional é o estudo e a prática de ações educacionais para ou sobre velhice e indivíduos idosos. É possível observar 3 diferentes, mas relacionados aspectos: (1) atividades educacionais voltadas para pessoas com meia-idade ou idosos; (2) atividades educacionais para um público geral ou específico sobre envelhecimento e pessoas idosas; e (3) preparação educacional para pessoas que trabalham ou pretendem trabalhar em relação a pessoas idosas como profissionais ou de forma profissional”.

problemas, a tendência é um atendimento assistencialista. Atividades educacionais só podem ser oferecidas a pessoas que julgamos capazes de aprender" (DOLL, 2008, p. 16). Além disso, divulgar o trabalho educacional sobre o envelhecimento é pertinente, especialmente na escola ou para o público em geral, pois esse tipo de material ainda é escasso.

Para examinar as UATIs e a dinâmica entre seus participantes e docentes, é preciso compreender o surgimento dessa instituição, modelo de funcionamento e princípio pedagógicos. Na década de 1950, universidades dos Estados Unidos formaram parcerias com empresas locais para oferecer cursos sobre aposentadoria. As universidades do tempo livre surgiram apenas na década de 1960 na França, com o objetivo de promover atividades culturais, lúdicas e sociais voltada aos aposentados. A primeira Universidade Aberta para Todas as Idades surgiu na França em 1973 por iniciativa de Pierre Vellas, como maneira de evitar a exclusão social que Vellas percebeu em muitas famílias. Conforme Loreto (2012, p. 33), Vellas conclui que, ao envelhecer, o indivíduo se tornava muitas vezes um “empecilho” para a família, que procurava uma maneira fácil e, de muitas formas, perversa de resolver seu “problema” através do abandono dessas pessoas em asilos, casas de saúde ou, até mesmo, à sua própria sorte.

Nesse contexto, Vellas deu início a um trabalho visando modificar a realidade que os idosos franceses viviam, inaugurando a primeira Unati (LORETO, 2012, p. 33). As pesquisas conduzidas por Vellas em parceria com gerontologistas indicaram que parte dos processos patológicos poderiam ser resolvidos por uma maior integração social dos idosos. Em 1975, foi criada a Associação Internacional de Universidades da Terceira Idade (AIUTA), órgão reconhecido pela ONU, que passou a se associar às Universidades Abertas à Terceira Idade para elaborar programas educacionais (ARRUDA, 2009; BOEHME, 2013; CACHIONI, 2003). No Brasil, o Serviço Social do Comércio (SESC), entidade privada, foi o pioneiro em atender aos idosos já na década de 1960 e 1970 sob a forma de grupos da terceira idade ou centros de convivência (o primeiro grupo para terceira idade, fundado em São Paulo, é de 1963).

Nesses espaços, tornou-se possível auxiliar os idosos nos aspectos físicos, mentais e sociais, avaliando concomitantemente os indicadores de saúde. O SESC também criou, em 1977, a Escola Aberta para Terceira Idade como maneira de promover a inclusão social dos idosos e afastar, assim, uma compreensão negativa da velhice. Em algumas dessas atividades, havia módulos específicos como o Programa de Preparação à Aposentadoria, voltado a adultos e idosos. O programa foi organizado na forma de seminários com o intuito de abordar as condições de vida dos futuros aposentados, expectativas e desejos, participação dos

aposentados em atividades de educação permanente. Anteriormente, havia apenas asilos e ações assistenciais para idosos sem família ou carentes (ARGENTIN, 2019; ARRUDA, 2009).

A UNESCO teve papel determinante à criação das UATIs a partir de 1982, por meio do Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento (MACIEL, 2008). Na mesma década, foram organizados alguns movimentos sociais no Brasil que fizeram pressão para que trechos referentes à educação de idosos estivessem na Constituição de 1988. Como consequência, em 1982, houve a Assembleia Nacional dos Idosos, em São Paulo, e a fundação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade, em Florianópolis, que seguiu o modelo de Pierre Vellas sob a forma de extensão universitária na área da Gerontologia. Na década de 1990, os programas de expansão para idosos se multiplicaram no Brasil e, em 2005, totalizavam 200 programas nas instituições de ensino superior brasileiras. Como lembra Argentin (2019, p. 39), "Cada instituição tem a liberdade de tomar as próprias decisões sobre os objetivos, conteúdos, estrutura curricular, atividades e professores, baseando-se nas concepções sobre velhice e educação". Os cursos e programas de extensão para idosos são vinculados às instituições superiores de ensino e coordenados pela extensão da universidade ou por determinado departamento (BOEHME, 2013; CACHIONI, 2003).

As pesquisas educacionais indicam dois modelos de Universidades Abertas à Terceira Idade: o modelo inglês e o modelo francês. O modelo francês era voltado aos desempregados, aposentados precoces, donas de casa. É aplicado na Itália, Portugal e Bélgica, tendo como objetivo a atualização cultural, visão crítica da velhice, desenvolvimento de ações e pesquisas, informações sobre sociologia, teologia, história, idiomas, literatura e artes transmitidas através do corpo docente universitário. Esse modelo se baseia no mesmo ideal educativo de Vellas: a ocupação do tempo livre com atividades educativas produz resultados positivos em relação à saúde e bem-estar. As atividades se baseiam em grupos de estudo, atividades de saúde, lazer, oficinas de trabalho, cursos, entre outros (BOEHME, 2013; CACHIONI, 2003; FINATO, 2003). Já o modelo inglês estabelece que os participantes do programa possam atuar como professores ou alunos uma vez que a experiência de vida confere aos idosos amplo nível de conhecimentos. Esse modelo nasceu em Cambridge, em 1981, com o pressuposto de não haver restrições acadêmicas ao ingresso dos idosos. Os participantes são profissionais aposentados, de diversas áreas de atuação, e, ao se engajarem na universidade, buscam participar de pesquisas e trocar conhecimentos inclusive com os mais jovens. Os horários, currículos e métodos são flexíveis, além de haver baixo custo aos participantes e fácil acesso às bibliotecas e centros comunitários. Esse modelo pode ser encontrado na Irlanda e Grã-Bretanha. Desses modelos,

derivam outros adaptados às particularidades de cada país (BOEHME, 2013; CACHIONI, 2003; FINATO, 2003).

Araújo (2008) destaca que, em um contexto de liberdade econômica, toda a sociedade precisa estar atualizada, e não somente os jovens. Isso significa que os idosos também podem se manter atualizados e colaborando à sociedade com seus conhecimentos. Para a autora (2008, p. 57), “À medida que a sociedade vai se tornando cada vez mais dependente do conhecimento mais torna-se necessário questionar e mudar certos pressupostos que fundamentam a concepção de aprendizagem [...]”. Nessa perspectiva, o idoso pode obter, por meio de atividades lúdicas, maior empatia, qualidade de vida social e pessoal. Surgem, assim, práticas educativas espontâneas e/ou intencionais visando ao desenvolvimento pessoal, cultural e social. A aprendizagem dos idosos conta com a vontade desse público em participar, já que as atividades não são obrigatórias, e de aprender o que gosta. Em síntese, as propostas de Universidades Abertas à Terceira Idade no Brasil são diversas e contemplam a pesquisa, o ensino e a extensão.

Os idosos podem usufruir, assim, de serviços de saúde, inserção social, atividades culturais e educativas. Ao mesmo tempo, há oportunidades de cursos para estudantes de graduação ou público em geral que tenha intenção de se especializar na educação permanente ou na atividade de cuidadores de idosos. A pós-graduação também se beneficia dessa integração das Universidades Abertas à Terceira Idade às Instituições de Ensino Superior, tendo em vista a possibilidade de realização de pesquisas e atuação na área gerontológica. Portanto, conforme Loreto (2012), as UATIs são espaços apropriados à educação permanente, com o intuito de proporcionar qualidade de vida, inclusão social e atitudes positivas em relação à vida. A literatura indica, como será explorado na próxima seção, que é possível inserir uma prática política nas UATIs semelhante aos princípios pedagógicos de Paulo Freire (1996), de Vigotski (2011), Doll (2008), entre outros que destacam a autonomia dos sujeitos e a consciência de classe – aspectos valorativos usados em diversas instituições brasileiras (BOTH, 1998; MACIEL, 2008; LORETO, 2012; BOEHME, 2013).

A maioria das Universidades Abertas à Terceira Idade brasileiras foi criada nos anos 1990s (SILVA, 2017). As UATIs vinculam-se à Pró-Reitoria de Extensão, na categoria de programas de extensão, que são projetos e outras ações de médio prazo integradas à pesquisa e ensino<sup>26</sup>. Nesse âmbito, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da UFSC foi o primeiro programa brasileiro, fundado em 1982 com base no modelo inglês de UATI. No Brasil, o

---

<sup>26</sup> Silva (2017) lembra que, além dos módulos, oficinas e atividades, as UATIs têm oferecido temas como questões de gênero, étnico-raciais e de minorias.



modelo francês começou a ser adotado em Campinas, na Pontifícia Universidade Católica, com o programa Universidade da Terceira Idade. Essas instituições buscaram aumentar a autoestima dos idosos e lembrá-los de sua condição cidadã (ARRUDA, 2009; SILVA, 2017).

#### 4.7 CAMINHOS PEDAGÓGICOS INDICADOS NAS PESQUISAS DO CAMPO EDUCACIONAL

O materialismo histórico-dialético propõe a compreensão da realidade a partir da dialética entre sujeito e objeto, de modo crítico, para que haja uma *práxis* (ação e reflexão) transformadora aos moldes de Mészáros (2005). Nessa perspectiva, como lembra Gadotti (1979), "Uma reflexão com tendência fundamental, um pensamento não é eficaz e útil senão na medida em que indica também os primeiros passos para torná-los operatórios". De forma análoga, Santos (2009) constata a incerteza da sociedade atual e propõe uma postura de doura ignorância, a partir da ecologia/convivência de saberes, e uma aposta na emancipação social na luta contra a opressão à diversidade. Os aspectos epistemológicos refletem também no terreno político, já que podem promover ações urgentes de transformação social e mudanças civilizatórias no longo prazo.

A diversidade do mundo culmina em dois paradoxos explorados por Santos (2009): (a) finitude-infinitude e (b) da urgência. Santos (2009) se posiciona a favor dos movimentos nacionalistas contrários ao colonialismo e dos novos movimentos sociais (movimento feminista, movimento ecológico, movimento indígena, movimento afrodescendente, movimento camponês, movimento da teologia da libertação, movimento urbano, movimento LGBT). Para o autor, as lutas sociais são capazes de trazer "[...] novas concepções de vida e de dignidade humana, novos universos simbólicos, novas cosmogonias, gnoseologias e até ontologias. Trouxeram também novas emoções e afetividades, novos sentimentos e paixões" (SANTOS, 2009, p. 460). Esses aspectos se relacionam à infinitude da experiência humana (saber que falta para compreender a diversidade; possibilidades de emancipação via sociologia das ausências e sociologia das emergências) e finitude humana (sustentabilidade da vida na Terra) ou, dito de outra forma, inesgotável diversidade humana em um mundo finito (paradoxo da finitude-infinitude). Já o paradoxo da urgência e da mudança civilizacional visa romper com "[...] a concepção linear do tempo (progresso) e concepção evolucionista da sociedade (do subdesenvolvimento ao desenvolvimento)", como propõe Santos (2009, p. 461), aspectos

presentes em Durkheim (avanço em direção à solidariedade orgânica) ou em Marx (avanço em direção ao comunismo). As ações urgentes devem se direcionar à preservação ambiental (reformismo), enquanto a mudança civilizacional de longo prazo consiste na alteração da racionalidade dos indivíduos (revolução).

Os postulados de Santos (2009) em prol de um mundo não ocidentalista abarcam diversos aspectos, como a pedagogia, literatura e artes, economia, política e filosofia. Em cada uma dessas frentes, manifesta-se uma solidariedade internamente diversa, mas capaz de propor ações coletivas com resultados práticos. Conhecer a pluralidade de saberes, nessa perspectiva, é algo inatingível. Há uma assimetria de saberes (diferença epistemológica) entre os indivíduos, que conhecem mais aspectos de um campo de conhecimento do que de outro. Porém, Santos (2009) se opõe ao fascismo epistemológico (tipo ideal; institucionalização), termo usado para se referir à supressão de outros saberes. Por outro lado, existe a ecologia de saberes (tipo ideal; não institucionalizado), que busca neutralizar a diferença entre os saberes. Com o trabalho de tradução, é possível comparar as diferenças epistemológicas (procedimentos de busca de proporção e correspondência, procurando se aproximar do desconhecido). Porém, a tradução aumenta a incompletude do saber, já que o indivíduo toma consciência dessa incompletude (ótica da douta ignorância).

Leher (2016) procura situar a influência dos movimentos empresariais e do setor financeiro na agenda educacional, por meio de programas, leis e sistemas de avaliação. Propõe, para mudar esse quadro, a deflagração de movimento sociais em defesa da agenda de sindicatos, quadros intelectuais, entidades acadêmicas e movimentos estudantis (bandeira da educação pública de qualidade). Conforme a abordagem crítica, o contexto político se entrelaça à proposta educacional: o ato educacional torna-se um ato político e, ao se ensinar, deve ser mostrada a não neutralidade da educação permanente. Consequentemente, o processo de trabalho e educação deve romper com a camuflagem ideológica - "desideologização" conforme Freire (1996) ou "educação para além do capital" de acordo com Mészáros (2005).

Na perspectiva de Vigotski, a cultura se constrói via socialização que, por sua vez, é mediada pela linguagem. Assim, um signo remete não a um estado de coisa o qual o sujeito deseja se referir, mas a uma construção cultural que pode ser permanentemente modificada em um sentido emancipador ou em um sentido reprodutor das contradições sociais vigentes no capitalismo (VIGOSTSKI, 2009). Essa noção dialética estabelece que o signo, tomado individualmente, não depende apenas do sujeito, mas da relação entre o âmbito sociocultural e o estabelecimento de significados pela consciência individual. Portanto, para o autor, “[...] o

signo localizado fora do organismo assim como o instrumento, está separado do indivíduo e consiste, em essência, num órgão da sociedade ou num meio social” (VIGOTSKI, 2011, p. 864).

Para Vigotski (1989, 1991, 2011), o conhecimento é construído continuamente na história de cada indivíduo e ocorre por intermédio da interação desse indivíduo (dimensão psíquica) com a sociedade (elemento externo). A dimensão histórica se articula aos processos biológicos e sociais para determinar, assim, o aprendizado e o desenvolvimento do ser humano. Conforme a perspectiva de Vigotski (1989, 1991, 2011), existem as funções elementares (sensação, emoção, atenção, entre outros) e as funções psicológicas superiores (uso de instrumentos, consciência, leitura e escrita, entre outros). Para o autor, essas estruturas psíquicas mais complexas seriam construções sociais com base orgânica, desenvolvidas pela combinação de instrumentos (de natureza física) e signos (de natureza abstrata). Dito de outra forma, essas funções decorreriam do desenvolvimento cultural mediado por instrumentos (ferramentas que usamos para nos relacionarmos com as coisas) e signos (mediação simbólica do eu com o mundo). Já a consciência seria constituída por movimentos históricos (de maneira similar à filosofia de Marx, cuja dialética entre as classes sociais é o motor da história), a partir da relação entre significado (social e objetivo) e sentido (individual e subjetivo). Em suma, a consciência, que está no núcleo das funções psicológicas superiores, se alteraria quando ocorrem mudanças nos modos de produção.

As relações de compreensão e entendimento mediadas pela linguagem dependem das funções psíquicas superiores, que são os atributos que permitem ao ser humano estabelecer conceitos complexos, memória, abstrações, entre outros. Essas funções psíquicas superiores têm sua matriz no social, e não na biologia nem na história. Podem, assim, ser reformuladas se houver uma alteração de conteúdo, tornando-se a relação do sujeito com o signo não alienante. Para o autor, “A estrutura das formas complexas de comportamento da criança consiste numa estrutura de caminhos indiretos” (VIGOTSKI, 2011, p. 864). Isso significa que o desenvolvimento da criança perpassa uma série de etapas até atingir seu amadurecimento. Exemplo: para dividir objetos em grupos, os adultos e crianças em idade escolar mais avançada contam os objetos e depois fazem a divisão; já as crianças menores fazem isso com o olho (“caminho indireto”), não usando operações de aritmética. Pino (2005) lembra que, com a evolução biológica, sobressaíram-se as características humanas chamadas de “funções superiores” (vantagem evolutiva), que diferencia esta espécie das demais especialmente por causa da fala. O autor considera também que o ser humano demora mais do que as outras espécies para adquirir autonomia. Logo, a fragilidade do bebê humano o faz depender da relação

com seus pais e semelhantes. Com base em Vigotski, Pino considera que “[...] desde os primeiros instantes da sua existência, diferentes mecanismos culturais entram em ação que conferem às ações do bebê humano um caráter cada vez menos automático ou instintivo [...]” (PINO, 2005, p. 45). Além disso, “A estrutura do caminho indireto surge apenas quando aparece um obstáculo ao caminho direto, quando a resposta pelo caminho direto está impedida” (VIGOTSKI, 2011, p. 864-865). Dito de outra forma, esse caminho indireto surge quando o indivíduo não consegue se adaptar, devido ao esgotamento de suas possibilidades.

O autor adaptou um experimento de Piaget, usando o conceito dele de fala egocêntrica da criança, mas dificultando o comportamento infantil, fez com que crianças se deparassem com uma série de dificuldades. Exemplo: a criança desenha a partir de um modelo, então Vigotski (2011) retira o modelo que ela está usando e pede que termine o desenho (coloca um obstáculo propositalmente para dificultar a tarefa da criança). Como consta o autor, a fala egocêntrica intensifica-se quando surgem dificuldades à criança. Exemplo de fala egocêntrica: “Sumiu o modelo que eu estava usando para desenhar, preciso recuperar o modelo” ou “Vou ter que desenhar da maneira como eu lembro do modelo, já que o modelo sumiu”. O autor explica da seguinte forma esse contexto:

[...] quando não é possível dar conta da situação por meio de uma ação, surge em cena o raciocínio: como planejar o próprio comportamento ou como conseguir o objeto que lhe falta. Às vezes, a criança tenta dar-se conta do que está acontecendo. Esse caminho indireto aparece quando o caminho direto está impedido (VIGOTSKI, 2011, p. 865).

Os processos imitativos e deliberativos se sucedem como forma de amadurecimento e, sobretudo, como adaptação dos bebês à cultura da sociedade adulta (com a superioridade da cultura frente aos instintos segundo o autor, embora esse aspecto seja controverso). A inferioridade do bebê aparece na perspectiva do autor como um banho em termos culturais pela possibilidade da educação (benefício da experiência cultural). A distinção feita pelo autor é a seguinte: a socialização nos animais ocorre como decorrência do plano biológico, enquanto, nos humanos, decorre do plano cultural. Pino (2005) pondera que, nas pesquisas, há uma hipótese de que o valor cultural também pode ser encontrado no patrimônio genético. Ainda assim, prefere trabalhar com a noção de momento zero cultural (momento inaugural da concretização da aptidão para cultural ou, em outras palavras, história da constituição cultural da criança).

O autor diferencia, portanto, o nascimento cultural do nascimento biológico. A primeira infância é o momento de consolidar a operação das funções biológicas. E, ao mesmo

tempo, ocorre o início da assimilação das funções culturais. Em sua leitura de Vigotski, Pino (2005, p. 53) conclui que "A natureza transforma em cultura, sem perder suas características, e a cultura materializar-se em natureza constitui um paradoxo que só o caráter simbólico da cultura pode desvendar". Assim, o sujeito é aquele que confere significados. Para isso, o sujeito usa símbolos para remeter a objetos e para ser compreendido pelo outro. Dessa forma, a linguagem, é uma construção cultural. Mas o ponto que singulariza a teoria de Vigotski, na leitura de Pino, é de que essa construção cultural carrega uma conotação de classe e segregação, de natureza política, que precisa ser superada pela educação emancipatória. Toda essa constatação teórica é construída a partir de certa noção de desigualdade presente no arcabouço marxista:

[A História dos homens é] feita mais de conflitos que de entendimentos; feita mais de desejos irrealizáveis que de realizações concretas; feita mais de desigualdades, determinantes das possibilidades de acesso aos bens naturais (necessários à manutenção da vida) e culturais (necessários para a humanização dessa vida), que de igualdades (PINO, 2005, p. 58).

Entendidas as funções psíquicas superiores e a consciência para Vigotski (1989 1991), é preciso compreender como ocorre a interiorização e as mediações dialéticas entre signos e instrumentos. O sentido não é fixado no signo. A compreensão depende, sobretudo, do interlocutor. Para Vigotski (1989, 1991, 2011), a mediação decorre dos signos, que fornecem representações mentais que substituem objetos do mundo real. Assim, à medida que ocorrem processos de apropriação e internalização dessa natureza semiótica do signo, se evidencia a dialética e a origem material do comportamento humano. Então, o autor assume que a consciência é desintegrada quando o significado e o sentido se tornam exteriores e apropriados de modo que a cultura social se torna a natureza do indivíduo. Para Vigotski (1989, 1991, 2011), o signo atribui significado e, ao mesmo tempo, reflete marcas culturais. O processo de apropriação depende de tornar interior algo exterior e uma conquista individual de pertencimento do sujeito a uma classe social.

Dessa forma, sob um modelo vigotskiano, a aquisição dos conteúdos estaria relacionada à linguagem e à reflexão crítica de uma sociedade estruturada em classes, com a consciência determinada pelo movimento histórico e uma dialética permanente entre sentido e significado e entre signos e instrumentos (unidade dialética que gera o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores). Dito de outra forma, a aprendizagem se relaciona aos processos sociais, aos instrumentos e signos e à constituição biológica – base conceitual que

estimula o papel ativo do aluno e atribui papel dialético ao professor como elo entre alunos, professor e meio educativo, tendo como primeiro plano as relações sociais a serem construídas pelos alunos. Em termos dialéticos, o pensamento vigotskiano propõe que o professor que atue com o idoso considere não apenas sua capacidade de aprender, mas também a sua relação com os outros idosos no processo de aprendizado por intermédio do “outro”. Conforme Boehme (2013, p. 55), “O professor deverá estar sempre apresentando novos desafios dentro das capacidades físicas e intelectuais do grupo, mas nunca subestimando-os e sim, provocando mudanças pela motivação para retirá-los da zona de conforto”. A partir de Vigotski (1989; 1991), Boehme (2013) conclui que estamos em aprendizado contínuo (saindo da zona de desenvolvimento potencial para a de desenvolvimento real) e que essa mediação do professor é importante no processo de aprendizado. Conforme Both (1998, p. 61), “Vygotsky [ou Vigotski] afirma que o potencial de desenvolvimento psicológico dos indivíduos depende da qualidade da linguagem mediadora existente na cultura”.

Filosoficamente, Both (1998) analisa a abordagem de Vigotski como uma aprendizagem evolutiva aperfeiçoada pelo discurso: o sujeito se relaciona à construção de critérios discursivos sobre o que deve ser cultura. Essa emancipação da linguagem se aproxima da ideia de adquirir outra forma de consciência que, para os teóricos de cunho materialista, significa se libertar dos grilhões da cultura burguesa e promover, assim, o pensamento revolucionário (nessa ótica, os "conteúdos culturais herdados" precisariam ser readequados). Both (1998) considera que o discurso é uma maneira de emancipar a consciência dos idosos (reengenharia da identidade) e da sociedade (essa melhoria do discurso pressupõe que o conhecimento da universidade seria capaz de aperfeiçoar a cultura da sociedade). Ao aproximar Habermas de Vigotski, Both (1998) conclui a necessidade de readequar a linguagem da sociedade burguesa ou, dito de outra forma, de expulsar o “hospedeiro burguês”, em termos freirianos. O discurso comunicativo também carece de estratégias e conta com inimigos uma vez que a desinstalação provoca o desconforto daqueles que devem flexibilizar seus domínios e interesses. O mundo da vida tem sua forma de ver, de fazer e de expressar seu perfil social, e essa realidade historicamente construída constitui-se num campo de forças que possui sua lei da inércia (BOTH, 1998, p. 63).

Dessa maneira, por meio de seu referencial teórico, Both assume como forma de melhorar a vida dos idosos mudar a linguagem da sociedade burguesa (consequentemente, os burgueses são considerados inimigos para o autor, que pretende uma transformação social). Conforme Both (1998, p. 63), na direção de uma fraternidade revolucionária, “Assim como

assiste ao indivíduo uma natureza interior capaz de libertá-lo de suas convenções, também a sociedade pode elaborar relações de poder capazes de promover formas mais justas de pensar, de querer e de amar [...]", o que resultaria em uma comunicação que atue "[...] reparando as tendenciosidades da lógica instrumental [...]" e seja coordenada por intelectuais dispostos a romper a dominação burguesa presente desde a linguagem. Conforme o autor (1998): Isso não significa que o discurso em torno do aperfeiçoamento da identidade na terceira idade da vida adulta e das mediações seja feito sem dificuldades, pois, se a linguagem fosse completamente desimpedida, seriam colhidos melhores resultados sociais e culturais na construção da ética. Entretanto, no discurso do conhecimento, da justiça e da expressividade, interpõem-se as estratégias do poder inconsciente e historicamente constituídas para garantir privilégios hegemônicos. Isso, porém não limita o potencial do discurso comunicativo como meio de conhecer, de renovar costumes e de construir o ser humano expressivamente em todo seu ciclo de vida (BOTH, 1998, p. 64).

Nessa abordagem, a sociedade retira do idoso os objetos, a ação e a palavra, dificultando que organizem seus interesses e pensamentos de acordo com a linguagem socializada, e, como consequência, os marginaliza. Isso porque a sociedade é construída com um viés materialista que forma o pensamento, a linguagem e os sentimentos e, ao chegar à velhice, o indivíduo não teria o mesmo objetivo e mediações sociais dessa sociedade. Assim, fragilizando a interação humana, afeta-se a constituição mental do indivíduo. Sem acesso às instituições que abrigam os seres humanos, o idoso não pode participar dos lugares onde se constroem as linguagens privilegiadas e, como consequência, as formas culturais e simbólicas que desenvolvem as operações mentais. Nessa perspectiva, a criança é convidada a ingressar no universo simbólico dos adultos ao passo que os mais velhos, pelos diversos mecanismos e acontecimentos, são excluídos do enriquecimento semântico das palavras e, brevemente, se sentem desambientados e pressionados a perder o sentido da linguagem, instrumento indispensável para o desenvolvimento das funções mentais superiores. A reunião de dois fatores inibidores de desenvolvimento - perda da qualidade comunicativa e a possível fragilização das condições nervosas, estabelece um quadro de múltipla degenerência [o correto seria degeneração ou degenerescência] psicológica e social (BOTH, 1998, p. 88). Para Both (1998, p. 88), por causa da "violência praticada no interior das casas", deve haver uma "[...] revisão das relações sociais nas empresas, na família e nas políticas públicas" e uma "revolução dos costumes". Assim, há um quadro de violência generalizada na sociedade capitalista contra os idosos, materializado na cultura e na marginalização dos idosos.

Porém, essa abordagem não considera as atribuições do Estado de Direito de inibir crimes tipificados contra os idosos (situações de abandono e outras formas de violência), destacadas na legislação como maneiras concretas de garantir o respeito e a integridade do idoso. Na ótica vigotskiana apresentada por Both (1998), abandona-se o olhar que o defeito significa menos, falha, deficiência ou que limita e estreita o desenvolvimento do indivíduo. De fato, o defeito ou dificuldade gera falhas, mas elas podem ser superadas com o desenvolvimento de “caminhos indiretos”, isto é, com a adaptação individual. As funções superiores se desenvolvem pela cultura até mesmo em idade avançada: domínio de meios externos (fala, escrita, aritmética) ou pelo aperfeiçoamento interno das funções psíquicas (atenção voluntária, memória lógica, pensamento abstrato, formação de conceitos, livre-arbítrio, entre outros). Como corolário de seu entendimento, Vigotski afirma que “[...] o desenvolvimento cultural é a principal esfera em que é possível compensar a deficiência” (2011, p. 869).

Logo, os “meios internos” devem ser estimulados pela estratégia de “caminhos indiretos/alternativos” e pela socialização conforme a necessidade de cada idoso. Com isso, foi possível delinear a perspectiva teórica abordada nas pesquisas educacionais de modo crítico para, em um segundo momento, perceber como a teoria alicerça as práticas das Universidades Abertas à Terceira Idade (educação não formal e baseada em uma proposta permanente). Boehme (2013) mostra como diversos autores tem buscado situar a educação não apenas como preparação para o mercado de trabalho, mas como uma educação integral no desenvolvimento das capacidades do ser humano. O idoso que se insere em atividades inspiradas na educação permanente tem a oportunidade de participar de um espaço social, com possibilidade de desenvolver atividades intelectuais e culturais. Logo, os saberes enriquecem uns aos outros durante toda a trajetória de vida do indivíduo. Finato (2003, p. 78) distingue a educação permanente da educação continuada, embora, como ressalta a autora, “[...] a metodologia usada em cada uma bem como a proposta pedagógica, muitas vezes, se confundam”<sup>27</sup>. A educação continuada também busca o aperfeiçoamento do idoso ao longo da vida, mas a educação permanente propõe a formação integral do indivíduo. Dessa maneira, os programas pedagógicos não seriam rígidos em relação à frequência, desempenho e apresentação de trabalhos.

Loreto (2012) destaca que “[...] precisamos atentar para o desafio de tentar aproximar ao máximo os discursos vindos dos documentos oficiais e as práticas sociais cotidianas [...]”. O

---

<sup>27</sup>No estudo de Lima (2016), ressalta-se o papel de uma UATI tanto na educação permanente quanto na formação continuada.



autor acrescenta que a educação permanente extrapola os limites da educação formal porque se propõe como uma educação interdisciplinar e com dimensão global, com o intuito dos participantes acompanharem as mudanças sociais. De acordo com Loreto (2012, p. 35), “[...] a educação permanente oferece um pilar pertinente sobre o qual construir as Unati’s, pois essa proposta tem correspondência com as verdadeiras necessidades que os idosos possuem na atualidade”. Os currículos não seriam rígidos em relação ao cumprimento do conteúdo e deveriam levar em conta uma proposta pedagógica que, em sua metodologia, considere aspectos referentes aos processos fisiológicos do envelhecimento.

O objetivo dessa abordagem é o combate à exclusão, compreendida como processo social gerado pelo capitalismo. Conforme Rosita Carvalho (2012), os fatores de exclusão são as deficiências físicas, psicológicas e intelectuais e as desigualdades sociais que geram diferenças entre os indivíduos. Por isso, ganham relevância mudanças concretas, como adaptações aos ambientes, e no imaginário social (reflexão crítica sobre a representação dos deficientes ou dos idosos atualmente, por exemplo). Assim, torna-se possível produzir uma educação inclusiva, como processo de formação integral (aspectos físicos, psicomotores, intelectuais, afetivos e político-sociais). Não há, portanto, justificativa para a exclusão de um indivíduo meramente por sua improdutividade gerada pela idade, com o desgaste funcional, ou por determinada deficiência crônica. Pelo contrário, a participação ativa do indivíduo é uma característica da democracia e de uma proposta educacional que busca a autonomia.

Como as pessoas idosas constituem um grupo heterogêneo, com interesses educacionais muito diferentes, é possível que se sugiram dimensões a serem abordadas pelos educadores ou pelos próprios participantes, como sugere Doll (2008). A dimensão socioeducativa se fundamenta na convivência social entre idosos e entre as diversas gerações (compartilhamento de ideias e experiências, bem como o desenvolvimento de atividades de forma conjunta). A dimensão de lazer envolve o preenchimento do tempo livre que, por vezes, traduz o vazio na vida gerado pela aposentadoria ou saída dos filhos de casa (o preenchimento desse vazio ocorre pelas atividades educacionais). A dimensão compensatória consiste em explorar sonhos ou possibilidades de realizações que não puderam realizar antes, seja por falta de tempo ou dinheiro (são exemplos os cursos de línguas e cursos de alfabetização para idosos). A dimensão emancipatória reflete a participação ativa na realidade e a “desideologização”, conforme os pressupostos de Freire (1996). A dimensão de atualização consiste na obtenção de novos conhecimentos que facilitam a integração à sociedade, como ocorre em cursos de inclusão digital. E, finalmente, a dimensão de manutenção das capacidades cognitivas, que

levam ao uso perene do cérebro (desenvolvimento da memória e obtenção de informações) para amenizar as perdas cognitivas. Dessa forma, o autor propõe a articulação dessas 6 dimensões como princípio pedagógico à gerontologia educacional.

Em suma, os autores destacam também a importância do educador considerar as mudanças fisiológicas dos participantes das UATIs – maior ou menor lentidão de raciocínio, perda de capacidade motora, diminuição da acuidade visual e auditiva, entre outros. A metodologia de trabalho, conforme a abordagem de Finato (2003), pode se basear na exposição oral (com ajuda de recursos audiovisuais e perguntas que estimulem a curiosidade), método interativo (diálogo aberto com exposição pessoal de experiências), atividades em grupo (o educador atuando como coordenador da atividade, deixando que cada grupo defina seus objetivos e atribuições de tarefas). Para Cachioni (1998), um dos objetivos da educação permanente é o desenvolvimento do indivíduo, de modo que ele possa se relacionar melhor consigo mesmo e com a sociedade. O processo educacional consiste, assim, na continuidade do desenvolvimento do indivíduo ativo e participante de uma comunidade. Uma das modalidades de educação permanente são as atividades educacionais voltadas aos idosos. Dialeticamente, conforme a literatura utilizada pela autora há um duplo processo a ser realizado na educação ao longo da vida: pessoal (vida ativa, efetiva e responsável do sujeito) e a social (integração social). Outra definição usual de educação permanente, aplicável às Universidades Abertas à Terceira Idade, é entendê-la como um princípio pedagógico que supõe ações constantes de capacitação, aperfeiçoamento e atualização.

Conforme as pesquisas brasileiras na área da Educação, o conhecimento disponível indica casos de velhice bem-sucedida – como nas relações intergeracionais conscienciosas –, mas também situações de discriminação e preconceito. Dessa maneira, as UATIs oferecem oportunidades educacionais e apontam uma maneira de contornar os estereótipos negativos, se o participante compreender a inclusão como direito e responsabilidade social e individual.

## **5 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS PARTICIPANTES DO NETI/UFSC: TRIANGULAÇÃO ENTRE TEORIA, QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO E ENTREVISTA COLETIVA VIRTUAL**

Como debatido anteriormente, a perspectiva crítica propõe uma reflexão “para além do capital”, isto é, uma análise e prática que busque reformular a educação, tornando professores e alunos conscientes da alienação decorrente dos processos produtivos e das desigualdades sociais (MESZÁROS, 2005). Teleologicamente, a literatura propõe reverter a lógica do capital ou sistema de produção por meio de reforma sistêmica (ou revolução). A formação integral do sujeito, por meio da educação, torna-se uma maneira de fomentar o potencial crítico individual ao perceber as contradições da realidade e atuar, coletivamente, para transformá-las (SANTOS, 2009). Dessa forma, para compreensão do objeto de estudo, torna-se fundamental apresentar as condições econômicas da realidade e compreender sua relação às variáveis sociais e educacionais.

Segundo Marx (1985), as bases materiais do capitalismo são suas forças produtivas e são cristalizadas, na sociedade burguesa, na “forma-mercadoria” com o intuito de atender às necessidades humanas. Porém, a quantificação da natureza por meio da mudança da mentalidade, com o advento da produção industrial, também modificou os hábitos, o plano cultural e a subjetividade humana. A perspectiva crítica ensina que o trabalho objetiva a mercadoria, que possui um valor de uso intrínseco, de uso, transforma-se em valor de troca na circulação. O ciclo é reiniciado com uma segunda transformação em valor de uso pelo consumo. Em suma, depreende-se que a produtividade se tornou uma variável-chave na sociedade moderna. O tempo de trabalho também é uma variável relevante, de modo que se percebam concomitantemente a relação entre o envelhecimento e o trabalho.

Na perspectiva materialista, percebe-se as múltiplas determinações da realidade (totalidade concreta), a fim de captar as contradições sociais. A organização da sociedade em diversos segmentos, vinculados às relações de produção e de propriedade, decorre do dispêndio físico e mental de energia, ou seja, o trabalho agregando valor aos bens produzidos. A finalidade dessa produção se cristaliza na forma mercadoria e na criação de mais valor. Assim, o enfoque dos autores recai mais sobre os trabalhadores que envelhecem do que ao processo de envelhecimento em si, destacando as precárias condições nas quais uma parcela da população é submetida (SCORTEGAGNA, 2016; TAVARES, 2020).

Na terceira idade, em diversos setores da economia, a produtividade não é a mesma dos mais jovens e adultos, especialmente pelo desgaste físico e psicológico. Porém, como será evidenciado a seguir, surgem oportunidades de aprimorar a qualidade de vida se o indivíduo compreender a velhice como uma fase que também possibilita novas experiências e aprendizados. Assim, a educação não formal, viabilizada por meio das Universidades Abertas à Terceira Idade, e na materialidade desta pesquisa mais especificamente o NETI/UFSC, proporciona uma oportunidade educacional flexível e personalizada, que leva a pessoa a compreender sua trajetória de vida e aceitar seus novos papéis sociais.

No decorrer do capítulo, serão apresentados o perfil socioeconômico e os aspectos físicos, psicológicos e sociais obtidos. Por fim, evidencia-se o resultado da pesquisa por meio das representações sociais dos idosos (fruto do questionário eletrônico e da entrevista coletiva virtual) e destacam-se as atividades realizadas durante a pandemia do COVID-19.

## 5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO E ASPECTOS FÍSICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DOS PARTICIPANTES DO NETI

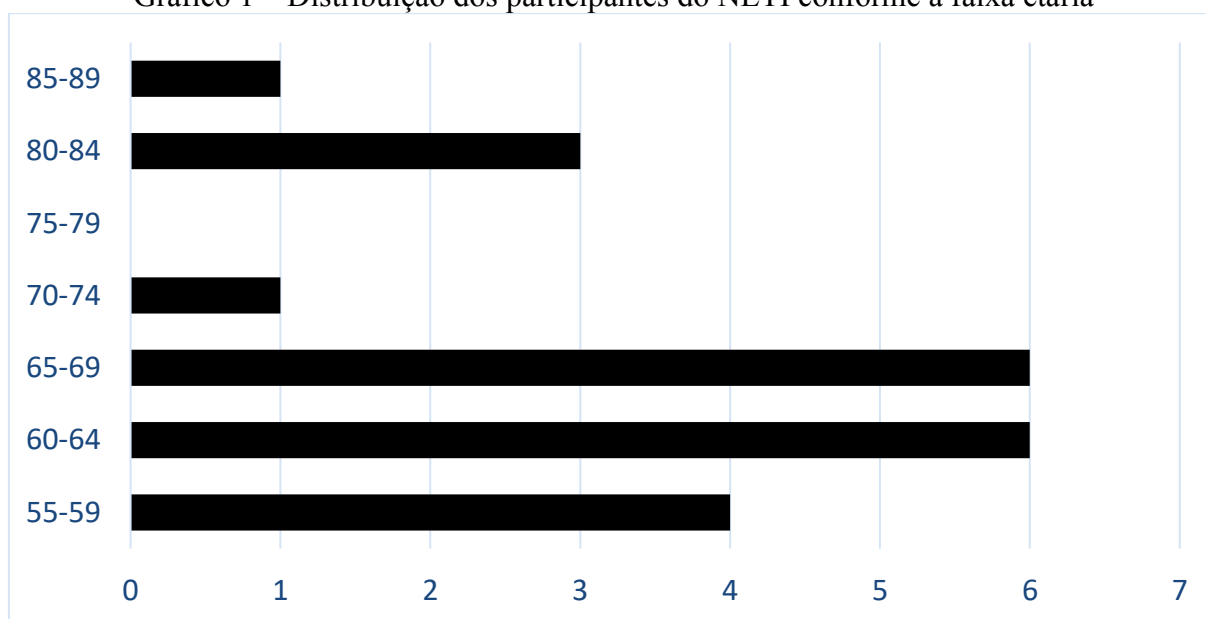
A noção de valor-utilidade, usada para os bens e a lógica do consumo na literatura econômica, não pode ser estendida para a dimensão humana, que é mais complexa e se fundamenta na noção de dignidade individual. A compreensão da natureza interpessoal envolve a valorização da dignidade humana, independentemente de idade, cor e sexo. Por isso, torna-se fundamental compreender a dimensão laboral articulada aos papéis sociais e aos aspectos físicos e psicológicos que envolvem cada idoso. A realidade por vezes apresenta contradições que produzem exclusão e marginalização, especialmente quando o indivíduo apresenta um estigma (GOFFMAN, 1981) ou não é mais produtivo (SCORTEGAGNA, 2016). Como mencionado anteriormente, outro fator que produz a segregação é o enfraquecimento das redes de apoio comunitárias e a não efetivação de determinados direitos essenciais à existência.

O referencial teórico, exemplificado por Hunt (1989), alude a diversos problemas sociais gerados pela concentração de capital, alienação, miséria e desemprego que, no longo prazo, acirrarão o conflito entre as classes sociais. Por sua vez, o estigma revela um *status* moral presente em situações em que um grupo desqualifica o outro, dificultando a inclusão social e produzindo a instrumentalização do outro (uso utilitário de uma pessoa para obtenção de determinado fim). Então, após apresentar o perfil sociodemográfico, será realizada uma

inferência para refletir criticamente sobre cada uma das variáveis apresentadas, conforme informado na seção metodológica. Em relação ao tratamento dos dados, advindos do questionário eletrônico, optou-se por usar valores aproximados, com duas casas decimais.

Conforme o Gráfico 1, constatou-se que a maioria dos idosos tem 60 ou mais (17 idosos, totalizando aproximadamente 80,95% da amostra). Mas 4 participantes (19,05%) ainda não chegaram aos 60 anos e, pelo critério etário, não são considerados idosos conforme a legislação brasileira (BRASIL, 2003). No entanto, assinala-se que a idade não segue critérios estritamente formais e, por isso, torna-se importante que cada indivíduo se prepare para a velhice e/ou para a aposentadoria, considerando o seu tempo livre, seus interesses e seus papéis sociais. A dimensão da análise envolve, portanto, além da definição funcional e etária de idoso, a percepção da idade subjetiva (QUADAGNO, 2014).

Gráfico 1 – Distribuição dos participantes do NETI conforme a faixa etária



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Ao organizarmos os participantes em subgrupos, de acordo com suas faixas etárias, torna-se possível perceber a distribuição de frequência. Na amostra, o valor máximo para idade foi de 86 anos e o valor mínimo, de 55 anos. Dentro da amostra coletada, a maior parte dos participantes possui entre 60 e 69 anos (12 idosos; aproximadamente 57,14%). Entre 55 e 59 anos, indicaram-se 4 respostas (19,05%). Entre 70 e 79 anos, porém, houve apenas uma participação (4,76%). E, entre 85 e 89 anos, 4 participantes (19,05%) responderam ao questionário eletrônico. A média de idade dos participantes que respondeu ao questionário foi

de 66,71 anos, mas ressalta-se a particularidade de maior incidência entre 50 e 69 anos (76,19% do total) e a presença de 4 participantes com mais de 80 anos. A mediana da amostra foi de 65 anos, evidenciando que a distribuição tende para uma maior concentração nas primeiras faixas etárias (55-69 anos), período que coincide com a aposentadoria de muitos idosos e representa, assim, uma mudança importante na sua trajetória do curso da vida.

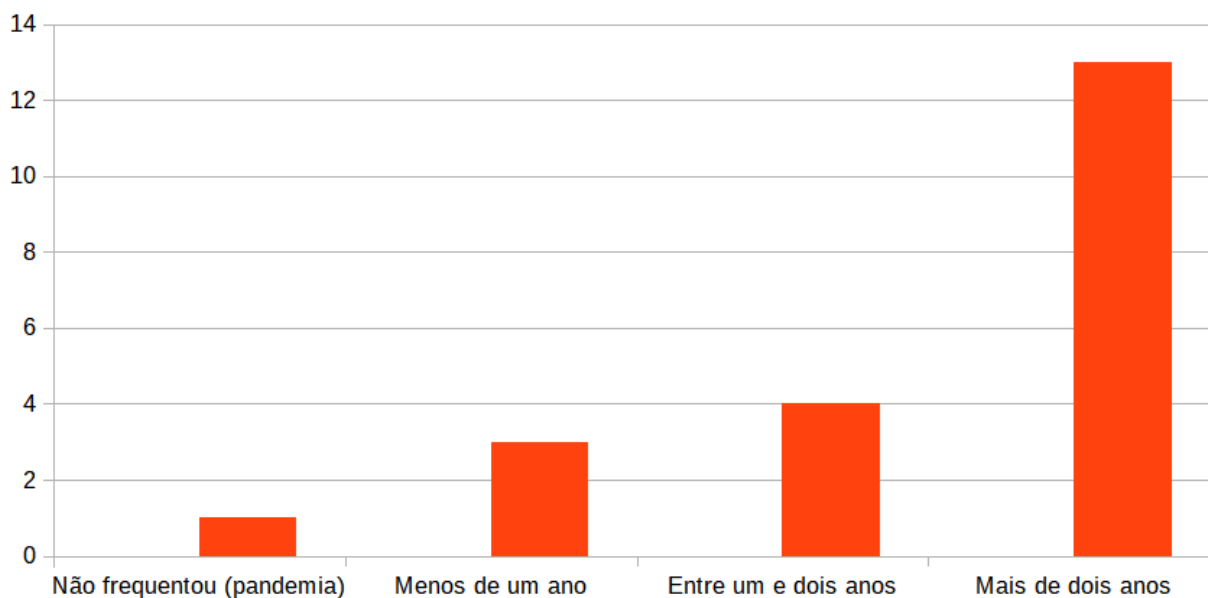
Como mencionado no estado do conhecimento, obtido por meio das pesquisas da área da Educação sobre as UATIs, o ponto de vista simbólico examina as formas de discriminação e exclusão a partir de estereótipos sociais. Para Beauvoir (1990), até mesmo a aposentadoria reflete uma discriminação, ao considerar a velhice como um período de invalidez e a aposentadoria, um auxílio aos necessitados. A autora evidencia que o trabalho remunerado do aposentado se torna, gradualmente, mais difícil sob uma sociedade construída em uma “espiral de silêncio” discriminatória que percebe, na velhice, algo de repugnante. Outra força de discriminação de natureza simbólica, lembrada por Valiente (2018), está no fato de muitos jovens a desconsiderarem a experiência e/ou sabedoria dos mais velhos por considerá-los obsoletos em relação às novas tecnologias e transformações da sociedade. Por sua vez, Bosi (1979) indica a importância de ouvir os idosos, ou seja, valorizar o idoso pelo que ele é, por suas memórias e história de vida. A autora destaca, assim, uma nova função social dos idosos, não atrelado somente à produção, mas também como elo intergeracional.

O reformismo do Estado propiciou políticas públicas importantes aos idosos, de modo que a teoria precise ser contrastada à empiria para verificar elementos que permanecem e outros, que foram atualizados. Além da Constituição (1988) brasileira, que estabelece uma série de direitos fundamentais pautados na dignidade humana, há a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003), por exemplo. Em relação aos idosos, a legislação prevê vários direitos, como a aposentadoria, e programas de amparo e assistência, assim como estabelece o dever familiar e comunitário de propiciar uma vida digna aos idosos.

Em relação à formação de educadores, Capuzzo (2012) destaca a importância da educação permanente para que o educando participe de sua realidade social de modo transformador, seguindo a proposta valorativa progressista, usufruindo do tempo livre advindo da aposentadoria ou se atualizando. O papel do professor seria o de mediar a relação com os alunos apresentando temáticas atuais e reduzindo as marcas de experiências negativas, como os entraves físicos, psicológicos e sociais. Esse é o mesmo sentido idealizado no processo de criação das UATIs, em que se foca na construção da identidade subjetiva e na qualidade de vida como dinamizadores do processo educacional.

Como evidenciado no Gráfico 2, a maior parte dos participantes desenvolve atividades no NETI há mais de dois anos (13 participantes, totalizando aproximadamente 61,90%). Apenas 4 idosos estão no NETI entre um e 2 anos (19,04%) e 3 idosos há menos de um ano (14,28%). Além disso, há um participante que adicionou uma resposta (4,76%) - iniciou as atividades durante a pandemia - e, como consequência, não frequentou as instalações físicas do projeto de extensão. Por causa da pandemia, os idosos que participam do projeto a menos de um ano não se reuniram presencialmente com os colegas e professores (totalizando 4 idosos). A participante mais idosa, com 86 anos, por exemplo, entrou no projeto durante a pandemia e destacou que nunca obteve benefício físico com o NETI, então a análise precisa considerar que isso decorre da conjuntura, que dificulta a realização de atividades focadas nos aspectos físico-motores. Entre os que participam há mais de dois anos das atividades, há os que participam há 13 anos, 10 anos, 9 anos e 7 anos. Percebe-se, dessa forma, a permanência de alguns idosos nas atividades por um período maior de tempo.

Gráfico 2 – Tempo de participação no NETI/UFSC



OBS: a resposta “Não frequentou (pandemia)” foi adicionada por um dos participantes.

Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

A manutenção de uma vida ativa, mesmo aos 80 anos, se relaciona à importância que os educandos conferem à adaptação às mudanças tecnológicas e à aquisição de conhecimento. Araújo (2008) ressalta que a permanências nesses projetos está associada ao uso do tempo livre, que envolve momentos de prazer e desvinculação das obrigações cotidianas. São, portanto,

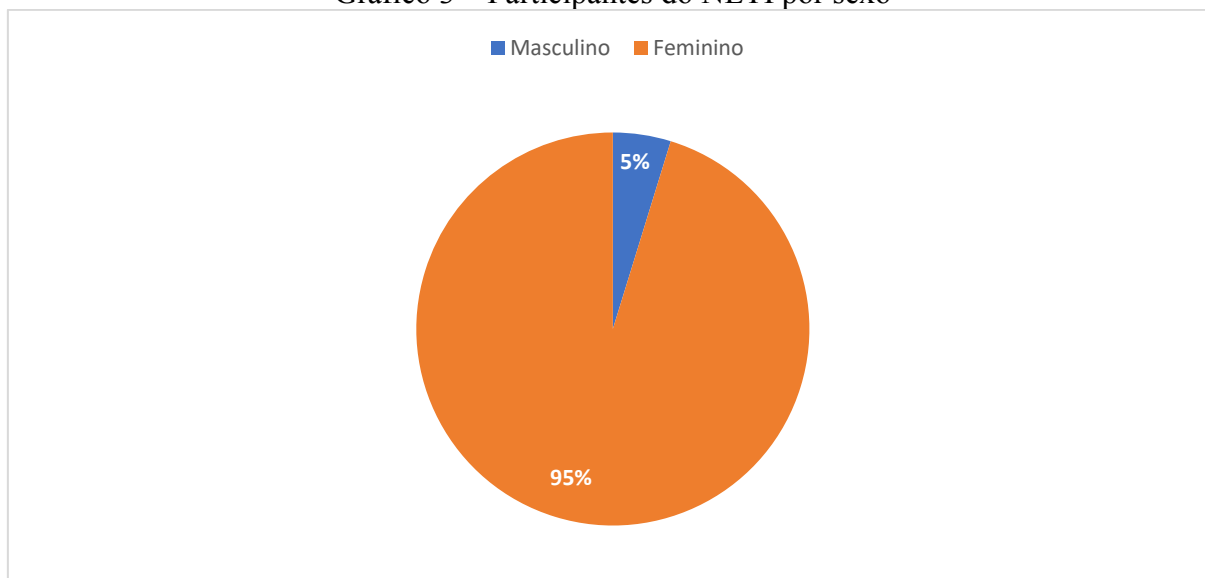
práticas educativas espontâneas que, personalizadas aos idosos, propiciam qualidade de vida e aprendizado. Percebe-se como a vontade de aprender ultrapassa a perspectiva da coisificação humana, relacionando-se à educação integral com o fomento do sujeito ativo e perscrutador e o desenvolvimento de todas as possibilidades do ser humano. O uso de materiais adaptados, de uma dinâmica de aulas com atividades em grupo e do compartilhamento de experiências flexibilizando a relação aluno-professor refletem elementos pedagógicos próprios das UATIs.

Desde o surgimento das UATIs, a ideia pedagógica foi dissolver o uso rígido das noções etárias (CACHIONI, 1996; 2003). A permanência nessas instituições propicia o tempo necessário para se perceber a idade do ponto de vista subjetivo que, em vez de impor uma limitação inflexível, convida os participantes a superarem seus entraves físicos, psicológicos e sociais. A autonomia e o bem-estar propiciado pelo engajamento às atividades buscam desconstruir perspectivas que conferem atributos negativos e excludentes à velhice, como um período de timidez, de fragilidade física, de escassez de novas ideias. Pelo contrário, os cursos não formais, consolidados no Brasil como cursos de extensão vinculados às instituições de ensino superior, tem como meta o desafio à criatividade, o condicionamento físico e a socialização.

Em relação ao sexo, constatou-se a participação de apenas um homem (4,76%) e de 20 mulheres (95,24%). Uma das possíveis explicações consiste no maior interesse do sexo feminino em atividades educacionais, assim como a maior longevidade evidenciada nos dados demográficos (CACHIONI, 1998). Há causas para a maior longevidade das mulheres: ocorrência de menos acidentes e lesões; maior cuidado com a saúde e alimentação; fatores genéticos e hormonais (SIH/SUS, 2015). Entre os participantes, o único homem é justamente o mais novo da amostra, com 55 anos, não tendo participado presencialmente das atividades do NETI por causa da pandemia (por esse mesmo motivo, assinalou que nunca obteve benefícios físicos). Entre os motivos que o levaram a entrar no NETI, ele destacou as atividades culturais.



Gráfico 3 – Participantes do NETI por sexo



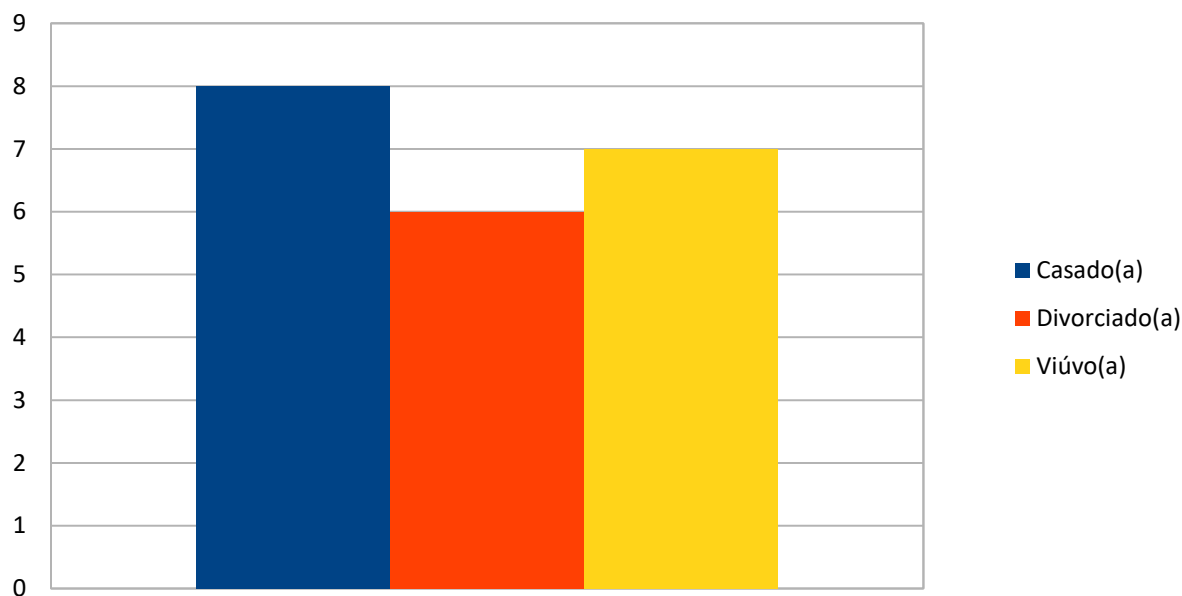
Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Como evidenciado no referencial teórico, a vinculação da pessoa ao meio cultural e aos seus semelhantes por meio da educação caracteriza a endoculturação (BRANDÃO, 2006) ou a passagem da natureza à cultura (GOHN, 2008). Essa terminologia própria da educação não formal se relaciona ao caráter de transvaloração e autonomia da coletividade, destacando o movimento de ensinar e aprender durante toda a vida e em diversos ambientes. Nesse contexto, Medeiros (2017) destaca a importância da extensão, juntamente ao ensino e à pesquisa, para atender as demandas formativas da comunidade, seja ela acadêmica ou não acadêmica. O NETI/UFSC, por exemplo, busca propiciar cursos específicos aos adultos maduros, com mais de 55 anos, e aos idosos que se aposentaram ou que se preparam para a aposentadoria.

No Gráfico 4, percebe-se que a maior parte dos participantes do NETI está casada (8 participantes, totalizando aproximadamente 38,09%). Mas 7 participantes são viúvos (33,33%) e 6, divorciados (28,57%). Conforme os dados coletados, usando também os dados do Gráfico 5, os idosos viúvos ou divorciados costumam viver com filhos (4 respostas; 19,05%), netos (1 resposta; 4,76%) ou amigos (1 resposta; 4,76%). Percebe-se a mudança dos papéis sociais, tendo em vista que os participantes geralmente são avôs/avós casados(a) ou viúvos(a) – transição do papel de pai/mãe para avô/avó e, em algumas circunstâncias, transição da vida conjugal para a viuvez. Percebe-se, assim, a relevância da socialização, que contribui tanto em

relação a adaptação a novos papéis sociais (QUADAGNO, 2014) quanto ao desenvolvimento das funções mentais superiores (VIGOTSKI, 2011).

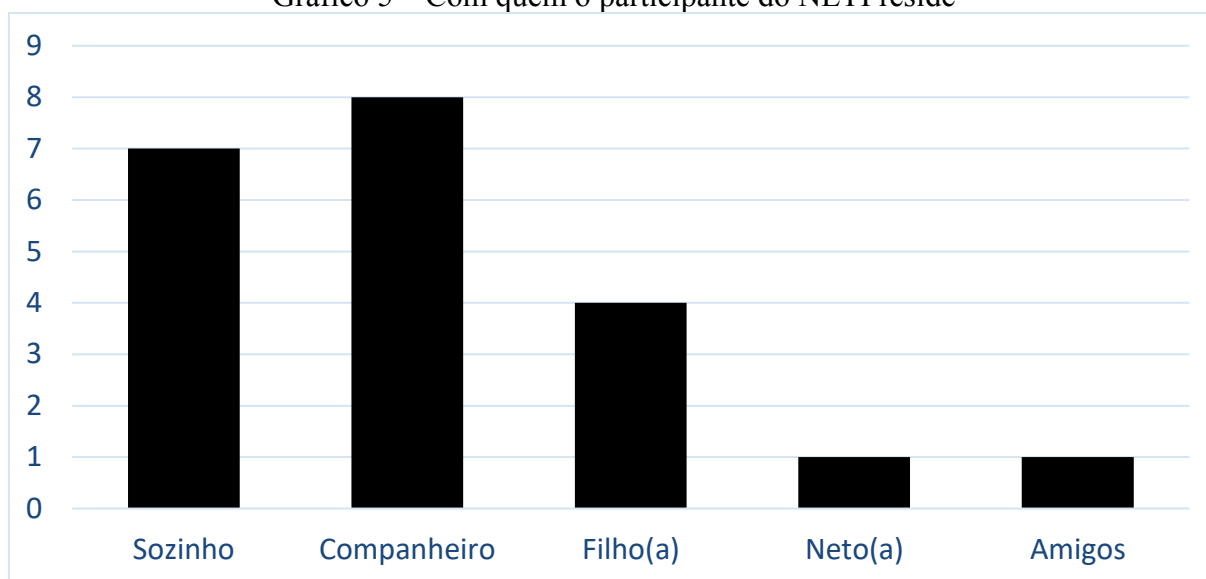
Gráfico 4 – Estado civil dos participantes do NETI



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Em relação à moradia, apresentada no Gráfico 5, como 38,09% dos participantes eram casados, então esse mesmo percentual vive com o companheiro. Destaca-se, dessa forma, a importância do parceiro no diálogo e no enfrentamento das dificuldades. Na perspectiva do curso da vida, abordada por Cachioni (1998), o envelhecimento bem-sucedido depende de como idoso organizou sua trajetória pessoal, assim como fatores genéticos, a interação familiar, a incidência de patologias, entre outros. A perda de seu cônjuge (ou a separação judicial) geram situações de estresse que, para serem contornadas, dependem de fatores psicológicos e sociais. Portanto, o processo de socialização, além de converter as relações sociais em funções mentais, conforme Vigotski (2011), relaciona-se ao papel do idoso como elo entre as diferentes gerações, especialmente por meio do compartilhamento de memórias e experiências de vida com os mais jovens (BOSI, 1979). Especificamente em relação à participante que assinalou residir com amigos, ela possui 84 anos, é viúva, reside em um Lar de Idosos e não frequentou o NETI devido à pandemia.

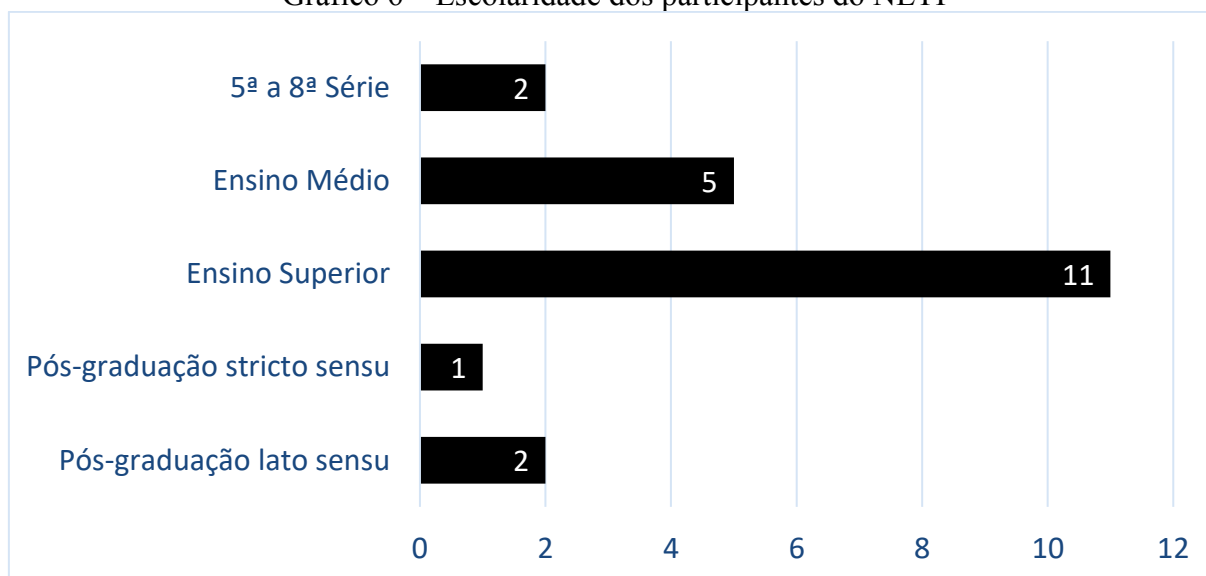
Gráfico 5 – Com quem o participante do NETI reside



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

A maior parte dos participantes da amostra possui, no mínimo, o ensino superior (14 respostas; aproximadamente 66,66%), como destacado no Gráfico 6. Destes, 11 participantes possuem o ensino superior completo (52,38%), um possui pós-graduação *stricto sensu* (4,76%) e 2 possuem pós-graduação *lato sensu* (9,52%). Houve, ainda, 5 participantes que possuíam apenas o Ensino Médio completo (23,81%) e 2 que cursaram da 5ª a 8ª série (9,52%). Percebe-se, a partir da amostra, a prevalência de idosos com maior escolaridade, embora este não seja um pré-requisito para frequentar a Universidade Aberta à Terceira Idade. Uma possível explicação para essa ocorrência é a maior familiaridade do idoso com ensino superior completo em relação ao ambiente universitário. Outra conjectura, apresentada anteriormente, consiste nas diferenças formativas e salariais entre os participantes do NETI e a população brasileira que pode acarretar processos de exclusão (ROSSETO, 2013; ALVES; ANTUNES, 2014).

Gráfico 6 – Escolaridade dos participantes do NETI



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

No capítulo anterior, mencionaram-se situações de violência contra os idosos, materializado na cultura e na vida familiar com consequências negativas como a perda da qualidade comunicativa e a possível fragilização das condições nervosas (BOTH, 1998). Mas esse nível de escolaridade, obtido na coleta de dados, leva à problematização a noção de privação que envolve a velhice indicada na literatura. Os aposentados não devem ser compreendidos somente como pessoas que irão se recolher e descansar, mas também como pessoas que devem ser respeitados – dimensão da dignidade humana, evidenciada na valorização do idoso, no acolhimento e na assistência – e que possuem interesses próprios, com base em sua liberdade em participar de atividades educacionais e de lazer, por exemplo. Dessa forma, a alocação de tempo dos aposentados é justificada a partir da qualidade de vida – busca por conhecimento, cuidado com a mente/corpo e prevenção das doenças (NERI, 1996, 2001).

No entanto, a perspectiva crítica enfatizou a dimensão da inclusão social a partir do conceito de cidadania (CARVALHO, 2013). Nessa ótica, as iniciativas escolares também deveriam contribuir para reduzir os excessos de desigualdades, produzidas pelo sistema econômico, garantindo maior bem-estar coletivo. Os benefícios educacionais propostos na matriz marxista consistem em aproximar o sujeito do objeto, em vez de separá-los, destacando a possibilidade de uma sociedade mais justa e da humanização propugnada pela educação integral, crítica e compreendida como prática política não neutra. Essa educação emancipatória coloca os estudantes em situação ativa/autoconsciente, recebendo uma formação para o mundo

da vida e que, do ponto de vista normativo, busca romper com a lógica de reprodução do capital (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995; MÉSZÁROS, 2005).

Com base no Gráfico 7, verifica-se que maioria dos participantes do NETI possui casa própria (14 idosos, totalizando 66,66%), 5 possuem casa alugada (23,81%), 1 possui uma casa cedida (4,76%) e 1 reside em um lar de idosos (4,76%). Na perspectiva do curso da vida, a aquisição da casa própria decorre do esforço individual e/ou do casal durante longos anos de trabalho, de forma semelhante ao pagamento dos aluguéis do imóvel (QUADAGNO, 2014; CACHIONI, 1998). Segundo o referencial marxista, apesar do esforço individual, nem todos os idosos possuem condição de moradia em uma sociedade capitalista - materialidade somente ocorre se tiver acesso (SCORTEGAGNA, 2016). Já a residência em um lar de idosos revela, nessa ótica, a mudança do local de residência na velhice, ainda que isso não inviabilize a manutenção de uma rotina relativamente saudável e socialmente ativa.

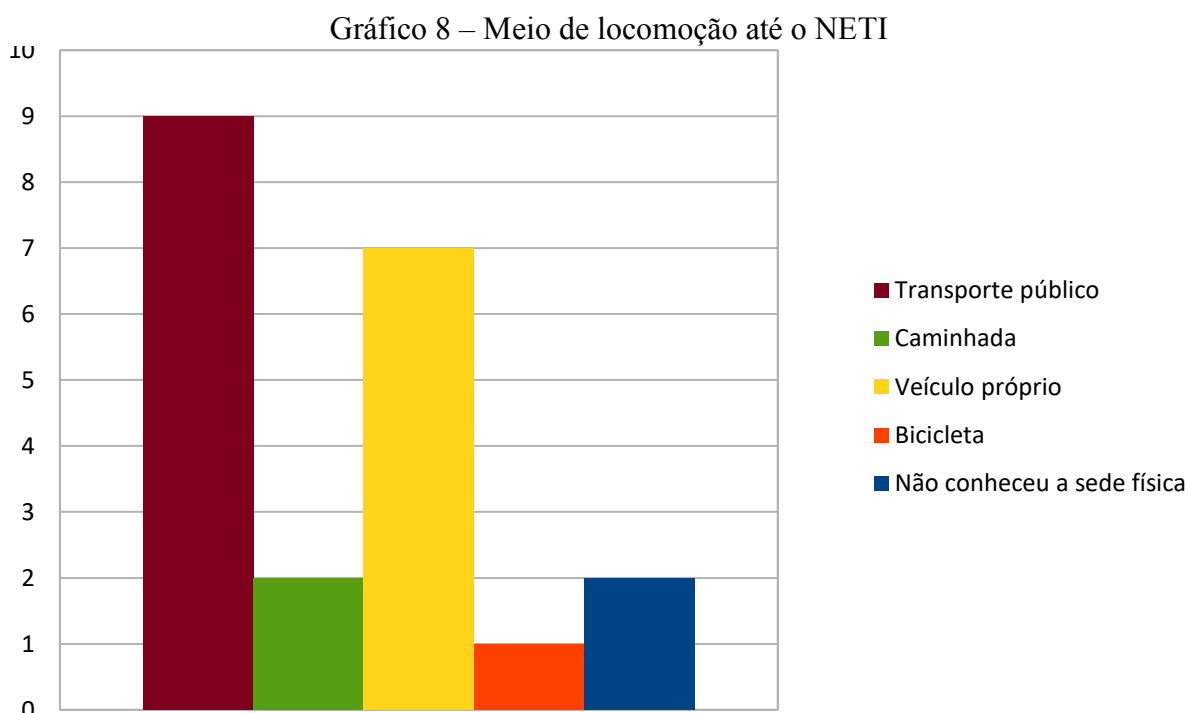
Gráfico 7 – Qual sua condição de moradia?



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Considerando a amostra obtida, os participantes do NETI usam o transporte público para chegar às dependências da instituição (9 respostas, totalizando aproximadamente 42,86%), seguida por veículo próprio (7 respostas; 33,33%), caminhada (2 respostas; 9,52%), bicicleta (1 resposta; 4,57%). No entanto, no contexto da pandemia, observa-se que 2 participantes não

conheceram a sede física (2 respostas; 9,52%). Tanto o transporte quanto a condição de moradia se referem ao mínimo existencial, classificado anteriormente por Rodrigues, Mafra e Pereira (2018). Considerando a finalidade de fomentar o bem-estar social, as políticas públicas e a legislação partem dessa noção de mínimo existencial como pressuposto da dignidade humana. Além desses direitos básicos, os autores destacam a importância do tratamento médico, do trabalho digno e do acesso à educação. Por outro lado, a perspectiva marxista considera que a consideração alienante da sociedade capitalista inviabiliza a obtenção desses direitos, defendendo, conforme os autores marxistas, a mobilização via movimentos sociais para obter representatividade política (CARVALHO, 2013; SANTOS, 2009). O Gráfico 8 coaduna o uso de cada um dos modais de transporte pelos idosos que participam do NETI:



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Em relação ao Gráfico 9, apenas 5 dos participantes que responderam ao questionário recebem até dois salários mínimos (aproximadamente 23,81%). 4 idosos recebem de dois a 4 salários mínimos (19,05%). 8 participantes têm rendimentos de 4 a 10 salários mínimos (38,09%). 4 participantes, de 10 a 20 salários mínimos (19,05%). Constata-se, assim, que 57,14% da amostra possui renda mensal acima de 4 salários mínimos. Esse valor relativamente

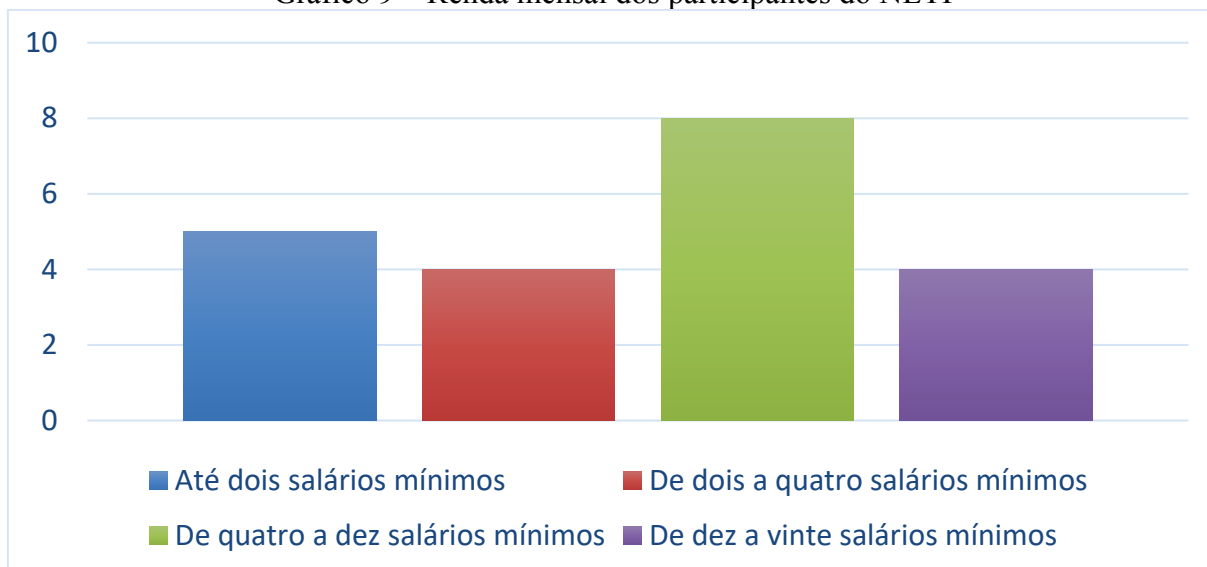
elevado, tendo em vista a média salarial catarinense<sup>28</sup> pode ser representativo da população (é importante perceber que o termo população foi usado em sentido estatístico, ou seja, referente à totalidade de participantes do NETI) ou, devido à metodologia empregada, sinalizar que os idosos que responderam o questionário são os que possuem melhor condição econômica e melhor acesso à internet. Em relação ao referencial teórico, enfatiza-se, sobretudo, a desigualdade social e a condição de pobreza, que são mantidas devido à alienação – noção de classe em si classificada por Marx (1985). Nessa perspectiva, o trabalhador seria a classe que não possui os meios de produção e que partilham condições objetivas e subjetivas semelhantes (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995).

Na percepção de Capuzzo (2012), a representação social da velhice tem sido negativa e se torna ainda pior com a escassez de bens materiais. De forma similar, Santos (2011) critica o modo de produção capitalista, sugerindo que o idoso está sendo desrespeitado em relação às suas origens, cultura, direitos fundamentais e crenças. Para Santos (2011), somente os idosos com prestígio social e de classes favorecidas têm conseguido evitar a marginalidade social por meio de seus bens acumulados. Porém, como assinalado no capítulo anterior, restringir a análise da marginalização como consequência exclusiva de aspectos econômicos limita excessivamente a discussão, que abarca também variáveis morais, psicológicas, culturais, entre outras. Também é um equívoco generalizar a dificuldade na relação dos mais jovens com os mais velhos, como se fosse uma regra inequívoca da sociedade contemporânea, pois há situações de velhice bem-sucedida em que as diferenças etárias são contornadas pelo acolhimento, assistência e valorização das qualidades desses idosos. Caso a amostragem estudada revele características da população (novamente, população em sentido estatístico), seria pertinente uma reflexão sobre os motivos das diferenças de acesso educacional entre os estratos populacionais. O Gráfico 9 esmiuça as características amostrais obtidas pelo questionário eletrônico a partir da autodeclaração:

---

<sup>28</sup> Conforme pesquisa da Catho (LOETZ, 2019), o ganho médio do trabalhador catarinense é de aproximadamente dois salários mínimos (R\$2355,82).

Gráfico 9 – Renda mensal dos participantes do NETI

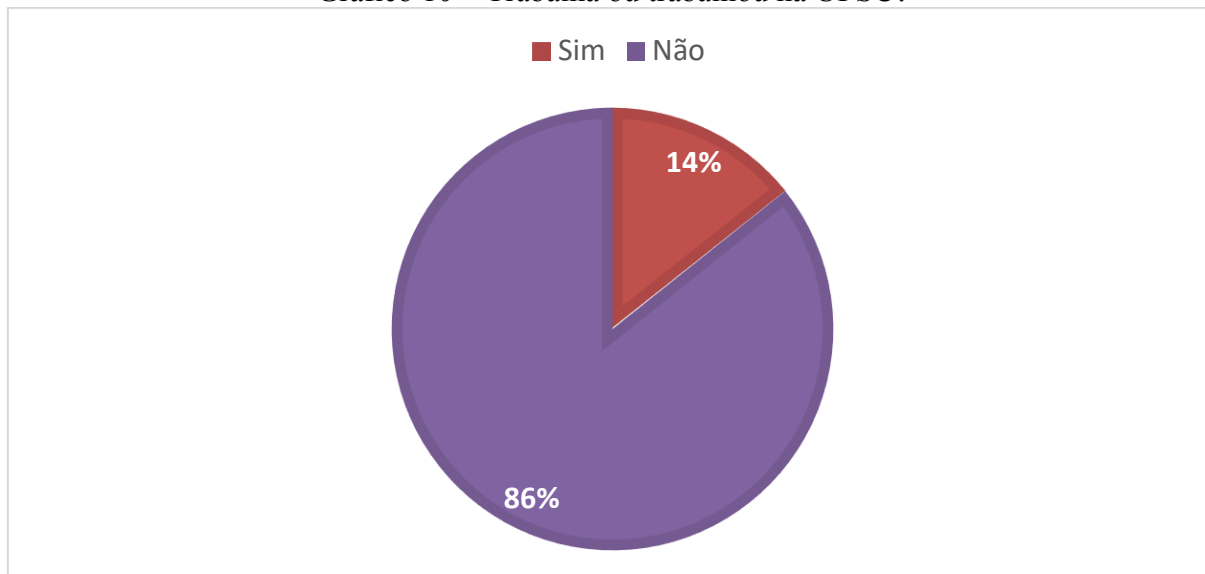


Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Embora tenha sido criado para atender à demanda dos funcionários da UFSC, como mencionado anteriormente na seção sobre a história da instituição, hoje o NETI conta com um público heterogêneo conforme a amostra coletada. No Gráfico 10, evidencia-se que 18 participantes (aproximadamente 85,71%) não trabalham nem trabalharam na UFSC. Apenas 3 participantes trabalham ou trabalharam na UFSC (14,29%). Como projeto de extensão, as Universidades Abertas à Terceira Idade têm seu papel, frente à comunidade, ao articular o ensino e a pesquisa (MEDEIROS, 2017). A formação adquire, assim, um caráter amplo e ancorado nas potencialidades humanas e nas demandas locais proporcionando mais qualidade de vida à comunidade por meio de cursos não formais, por exemplo.



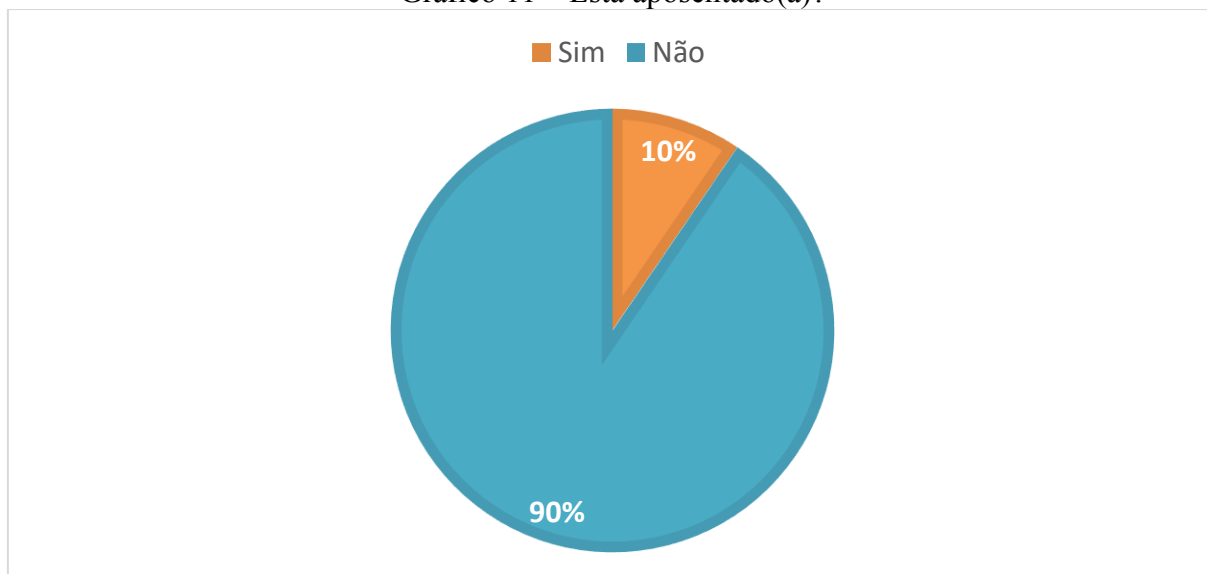
Gráfico 10 – Trabalha ou trabalhou na UFSC?



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

No Gráfico 11, constatou-se que a grande maioria dos participantes está aposentada (19 respostas, totalizando 90,48%). Dois participantes ainda não se aposentaram (9,52%). Portanto, uma das funções da Universidade Aberta à Terceira Idade, assim como as primeiras instituições precursoras, é justamente auxiliar nas possibilidades de administrar o tempo livre com atividades lúdicas e educacionais (CACHIONI, 2003). A perspectiva crítica não se limita a pensar a condição desses participantes no presente (como participantes do NETI/UFSC). Examina-se o envelhecimento como fenômeno que sofre determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais. Analisa, ainda, as condições do trabalho da pessoa que está a envelhecer, considerando os indivíduos que vivem do seu trabalho (TAVARES, 2020; SCORTEGAGNA, 2016). Dentro desse arcabouço conceitual, isso significa refletir sobre a totalidade concreta, construída sobre o modo de produção vigente. O debate avança não só pela possibilidade de aposentadoria, mas também pela qualidade de vida que, segundo os autores, em tese, deveria ser adquirida desde o período laboral. Outro ponto conjecturado pela literatura, conforme Tavares (2020), é que o aumento do tempo de trabalho gera a diminuição do período de aposentadoria – nesse aspecto, seria importante uma reflexão sobre o espaço do tempo livre, do lazer e das atividades educacionais como elementos indutores da qualidade de vida.

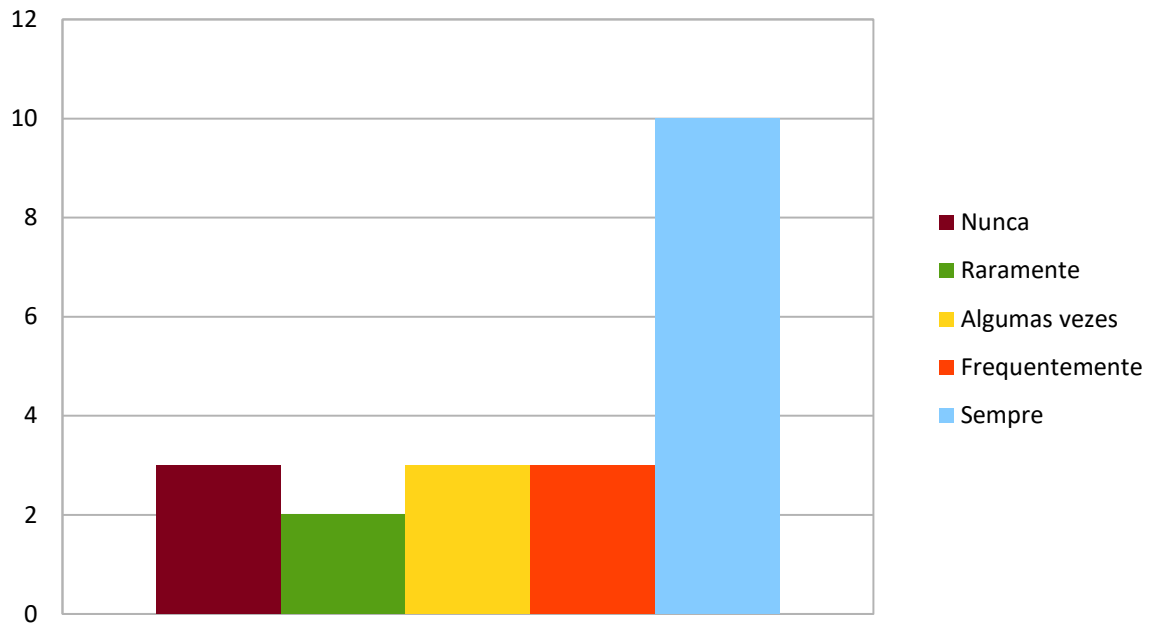
Gráfico 11 – Está aposentado(a)?



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Como apresentado no Gráfico 12, 10 participantes relataram que as atividades desenvolvidas no NETI sempre lhes trazem benefício (aproximadamente 47,62%). Porém, houve diversas respostas: 3 responderam que frequentemente essas atividades lhes traz benefícios (14,28%), assim como 3 responderam que algumas vezes (14,28%) traz benefícios e que nunca traz benefícios (14,28%). 2 participantes responderam que raramente as atividades contribuem ao desempenho físico (9,52%) por causa contexto da pandemia, já que não puderam participar presencialmente das atividades. A partir de Tavares (2020) e Scortegagna (2016), indica-se como as atividades educacionais e de lazer podem contribuir aos que vivem (viveram) do seu trabalho. Por outro lado, os idosos que, ao mesmo tempo, envelheceram e se desgastaram por condições de trabalho precárias nem sempre conseguem usufruir desses benefícios, por inúmeras razões – déficit no processo formativo, ausência de tempo livre, entre outras variáveis, a serem avaliadas caso a caso. O referencial crítico, como já mencionado, preconiza que o aparato estatal tem papel de redução das contradições sociais.

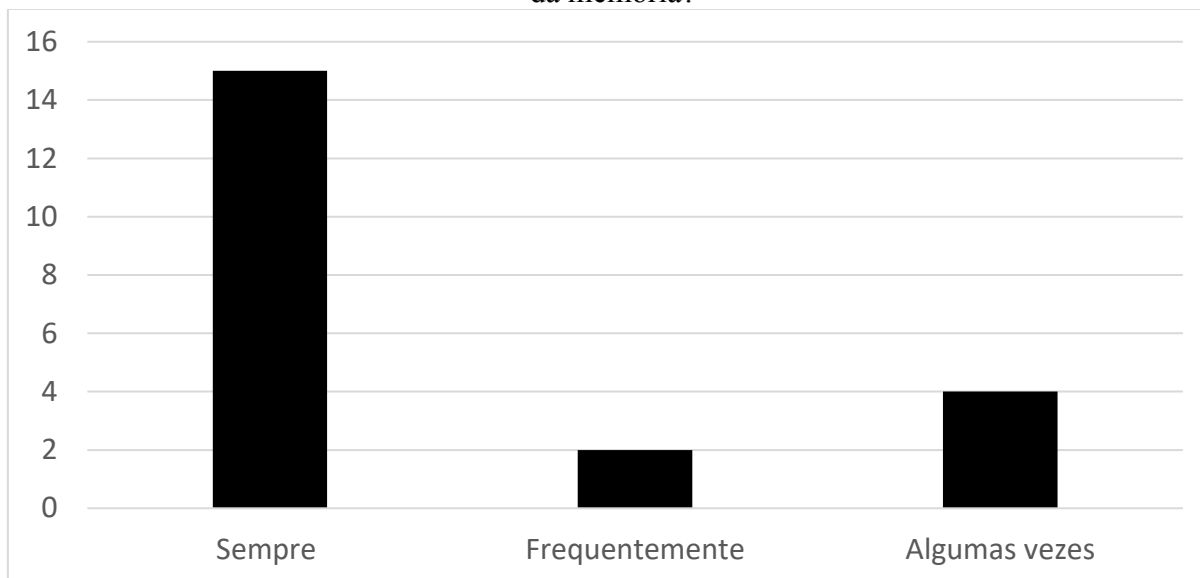
Gráfico 12 – As atividades desenvolvidas no NETI lhe trazem benefícios no desempenho físico?



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

No Gráfico 13, em relação aos aspectos psicológicos, houve mais respostas sobre a contribuição efetiva das atividades do NETI. 15 participantes (71,43%) responderam que as atividades do NETI sempre contribuem para o aprendizado e uso da memória, seguido pela resposta “algumas vezes” (19,05%), “frequentemente” (9,52%), evidenciando os benefícios psicológicos entre todos os respondentes. A perspectiva crítica, como ressaltado anteriormente, busca apreender a realidade concreta em suas múltiplas determinações. Adentra, então, a dimensão psicológica, procurando perceber as relações entre os aspectos psicossociais da velhice e a dinâmica laboral. Uma das proposições extraídas desse referencial é de que a “[...] a desvalorização dos idosos na sociedade do capital é um fator de impacto na saúde mental dos idosos [...]”, acrescentando ainda que as relações sociais de produção corroboram essa predisposição (CUSTÓDIO, 2018, p. 10). Os questionamentos sobre o impacto macrossocial sobre o idoso são, nessa ótica, dependentes das “[...] implicações dos valores e da sociabilidade do capitalismo na dimensão psicológica” (CUSTÓDIO, 2018, p. 12). Portanto, após considerar a dimensão social, retorna-se ao aspecto econômico, de modo a salientar como a estrutura econômica (expressa na forma mercadoria, relações de produção, trabalho, entre outros) se relaciona ao que o ser humano produz e reproduz na vida material.

Gráfico 13 – Você considera que as atividades do NETI contribuem para o aprendizado e uso da memória?



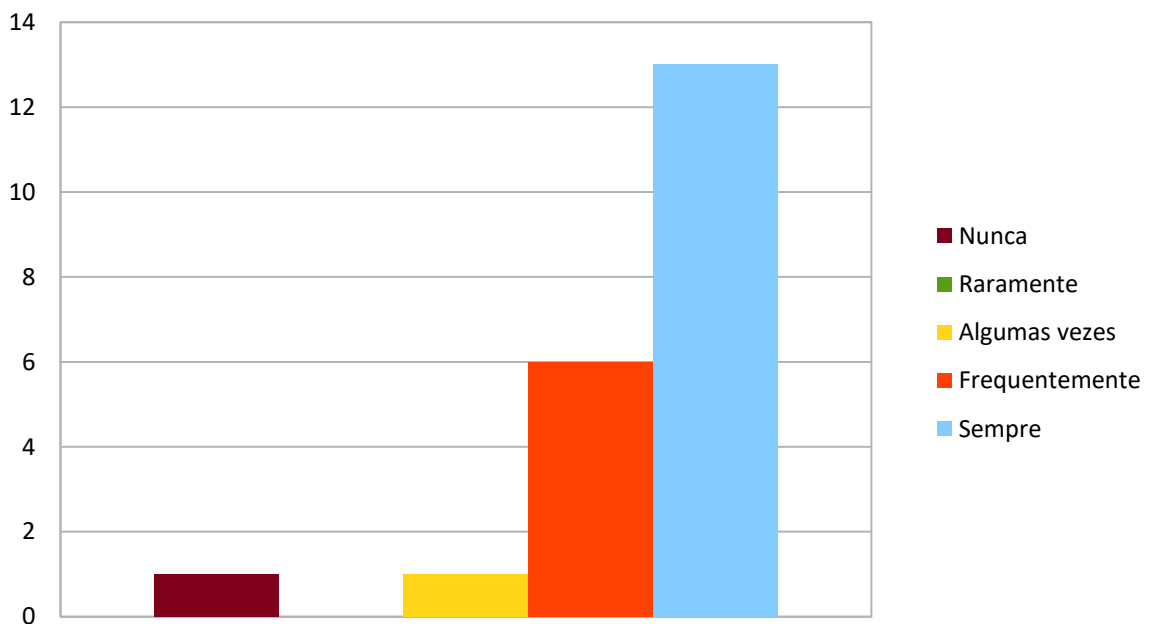
Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Percebeu-se, por meio do questionário, a correlação entre as atividades educacionais e a representação social dos idosos em relação ao seu desenvolvimento pessoal. A indicação positiva, tanto nos aspectos psicológicos quanto físicos, é importante para compreender dois pilares da qualidade de vida – aspecto subjetivo que envolve, ainda, a variável social. Desses dados, infere-se a importância da educação para além do mercado de trabalho. A pauta da inclusão do idoso, na perspectiva social, é fundamental para ele não seja excluído se desejar se aposentar - ou deixar de vender sua força de trabalho, conforme a literatura crítica (ARGENTIN, 2019; SCORTEGAGNA, 2016). No debate sobre políticas públicas, é pertinente partir da reflexão individual sobre a dimensão fundamental da dignidade humana, não restringindo a noção de que o idoso representa um encargo para o Estado (BRASIL, 1988).

No Gráfico 14 e 15, focaliza-se a variável social. A maior parte dos participantes convive sempre com a família (13 respostas, totalizando aproximadamente 61,90%). Já 6 participantes responderam que frequentemente tem contato com a família (28,57%). Um dos participantes respondeu que algumas vezes convive com a família (4,76%), enquanto outro respondeu que nunca tem essa convivência (4,76%). Minayo (2006) buscou um olhar antropológico sobre o envelhecimento, mantendo o alinhamento à perspectiva crítica, a partir de angulações que considerassem classe social, atividade social (emprego e trabalho), gênero, sociabilidade familiar, comunitária e religião. A autora procurou ressaltar as contribuições da

antropologia aos estudos sobre o envelhecimento, mostrando que o critério biológico da idade cronológica não é uma regra única para determinar o envelhecimento. Assim, do ponto de vista crítico, é importante refletir sobre que tipo de família que a pessoa está inserida, se há diferença no tratamento por ser homem ou mulher e a forma de emprego (aposentado, não aposentado, trabalhou apenas com atividades informais, desempenhou somente atividades do lar). Nas análises sociológicas, também se indica que há diferenças no processo envelhecimento, isto é, não basta agrupar os idosos em subgrupos como "jovens idosos", "idosos muito idosos" e "idosos centenários". Infere-se, então, a relevância de se considerar o aspecto singular do processo de envelhecimento – subjetividade e trajetória de vida (TEIXEIRA, 2020).

Gráfico 14 – Você convive com sua família?

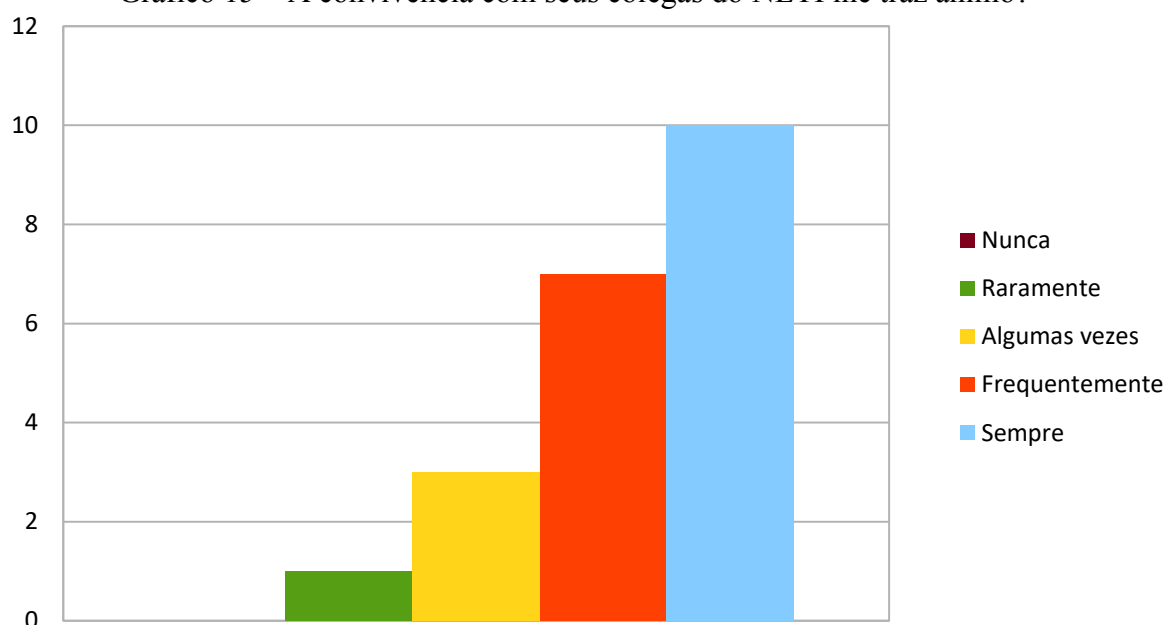


Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Em relação ao Gráfico 15, 10 participantes responderam que a convivência com seus colegas do NETI sempre lhes traz ânimo (aproximadamente 47,62%), seguido pela resposta frequentemente (33,33%), algumas vezes (14,28%) e raramente (4,76%). Complementa-se, assim, o tripé da qualidade de vida aludido na literatura (aspectos físicos, psicológicos e sociais). Do ponto de vista da educação não formal, a pessoa é compreendida como sujeito ativo do conhecimento que está presente no mundo do trabalho com potencial de aprendizado e compartilhamento de experiências. Ao mesmo tempo, existe a responsabilização da pessoa

pelos seus itinerários formativos, inerentemente formado no decorrer da vida e envolvendo as oportunidades obtidas durante essa trajetória (QUADAGNO, 2014). O ensino alicerçado na dignidade humana propicia a descoberta do caminho do conhecimento e da ação à medida que o indivíduo se torna consciente da relação dos conhecimentos entre si e lança mão de uma dialética entre conservação-renovação de ideias. O resultado é uma prática educacional não instrumentalizada e que, pelo seu caráter humanizador, considera as diferentes aptidões e desempenhos dos participantes, de modo que a socialização dos conhecimentos, a aquisição dos conteúdos e a orientação dos professores sejam práticas emancipadoras e personalizadas (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018).

Gráfico 15 – A convivência com seus colegas do NETI lhe traz ânimo?

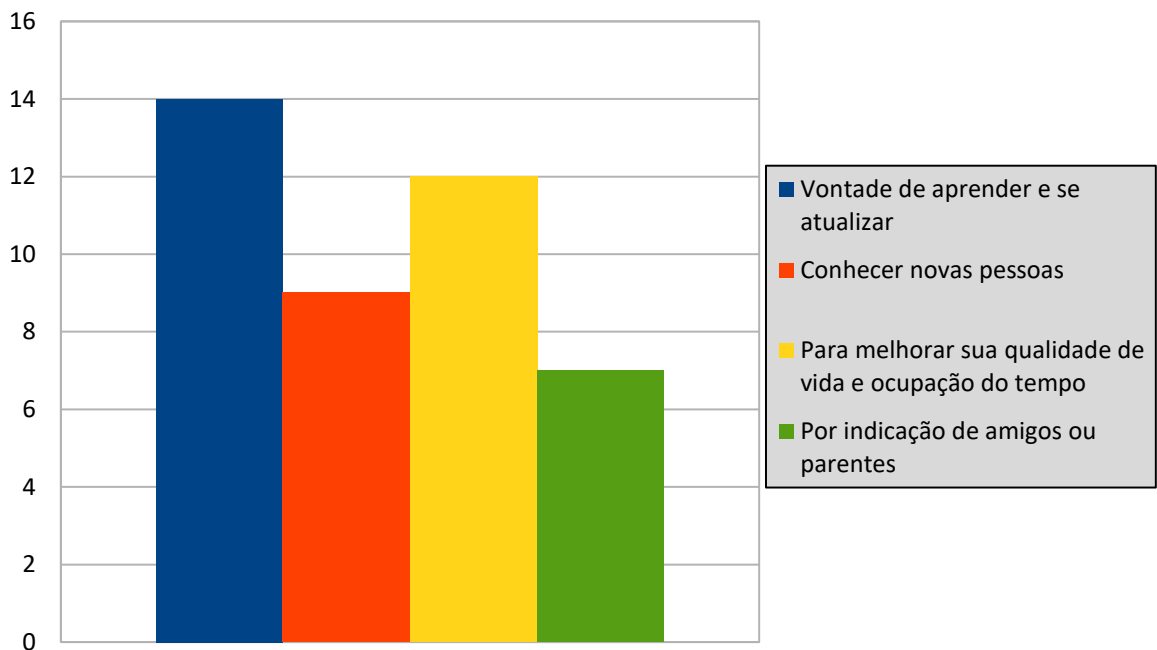


Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

A partir do Gráfico 16, apresentam-se as perguntas do questionário em que o participante poderia assinalar mais de uma resposta. Dessa forma, os percentuais devem ser considerados em relação ao número de participantes, e não pela soma dos percentuais, já que esta excede 100%, nem pelo percentual em relação ao número de respostas. 14 participantes começaram a participar do NETI devido à vontade de aprender e se atualizar (66,66%). 12 visavam melhorar a qualidade de vida e a ocupação do tempo (57,14%). 9 buscavam conhecer novas pessoas (42,86%). 7 entraram no programa por indicação de amigos ou parentes (33,33%). Vigotski (1989; 1991; 2011) aborda o prisma da socialização, evidenciando como a mediação da linguagem propicia o desenvolvimento da cultura. É através da interação que

também se constrói o conhecimento, por meio de um processo dialético que envolve a pessoa e sua interação, do ponto de vista psicológico, com a comunidade que o circunda. Além disso, a ótica das representações sociais, que será abordada novamente na próxima seção, traduz a captação do grupo de idosos sobre si, a partir de uma linguagem comum e maneiras de expressar suas práticas educacionais, focadas na socialização.

Gráfico 16 – O que levou você a participar do NETI?

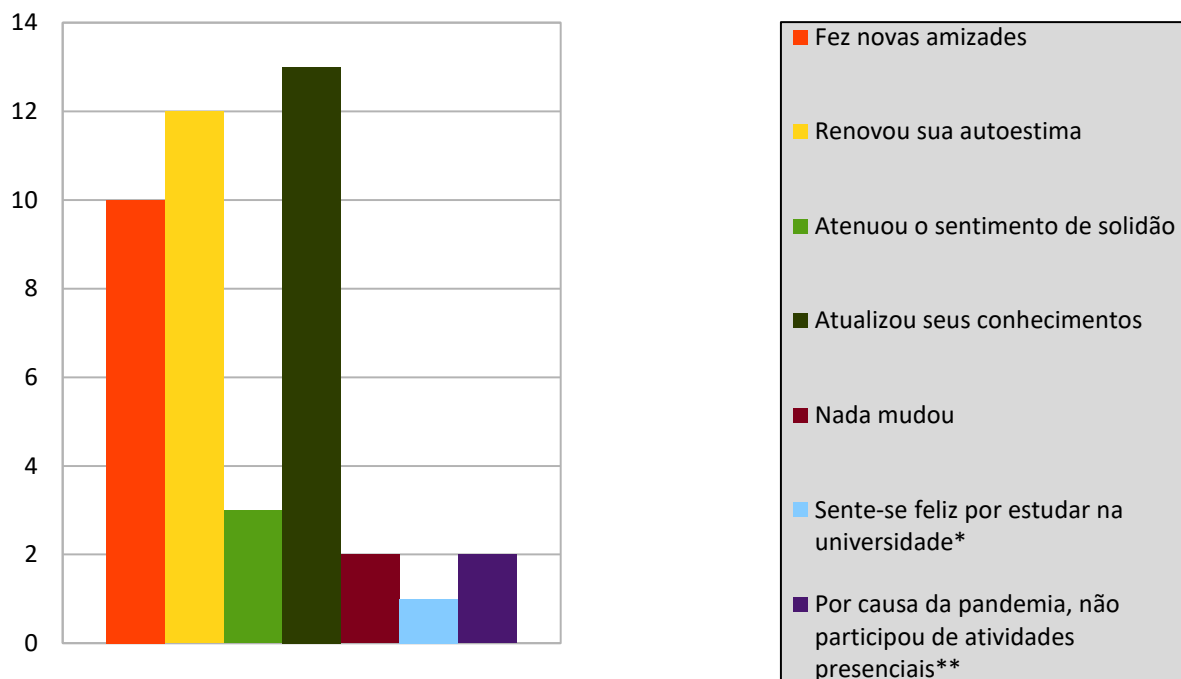


Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Em relação à qualidade de vida, diversos benefícios foram indicados, como se percebe no Gráfico 17. Verificou-se que 13 participantes relataram que o NETI contribuiu para atualizar seus conhecimentos (61,90%), 12 participantes responderam que o programa renovou sua autoestima (57,14%), 10 afirmaram que fizeram novas amizades (47,62%), 3 assinalaram que o programa atenuou o sentimento de solidão (14,28%), dois constataram que nada mudou (9,52%), dois não opinaram porque, devido à pandemia, não desenvolveram as atividades presencialmente (9,52%) e um participante relatou sentir-se feliz e orgulhoso por estudar em universidade, assim como seu neto (4,76%). Nesse aspecto, reforça-se o tripé indicado anteriormente – qualidade de vida atrelada aos aspectos físicos, psicológicos e sociais (NERI, 1996; CACHIONI, 2003), de modo que se assegura a inclusão do idoso do ponto de vista social

– oportunidade educacional conforme a legislação em vigor e não discriminação ou exclusão da vida em sociedade (CARVALHO, 2013; BRASIL, 1988).

Gráfico 17 – Percebeu mudanças na sua qualidade de vida depois de ingressar no programa? Poderia apontar alguns dos benefícios que você observou?



\*: Resposta inserida por um participante.

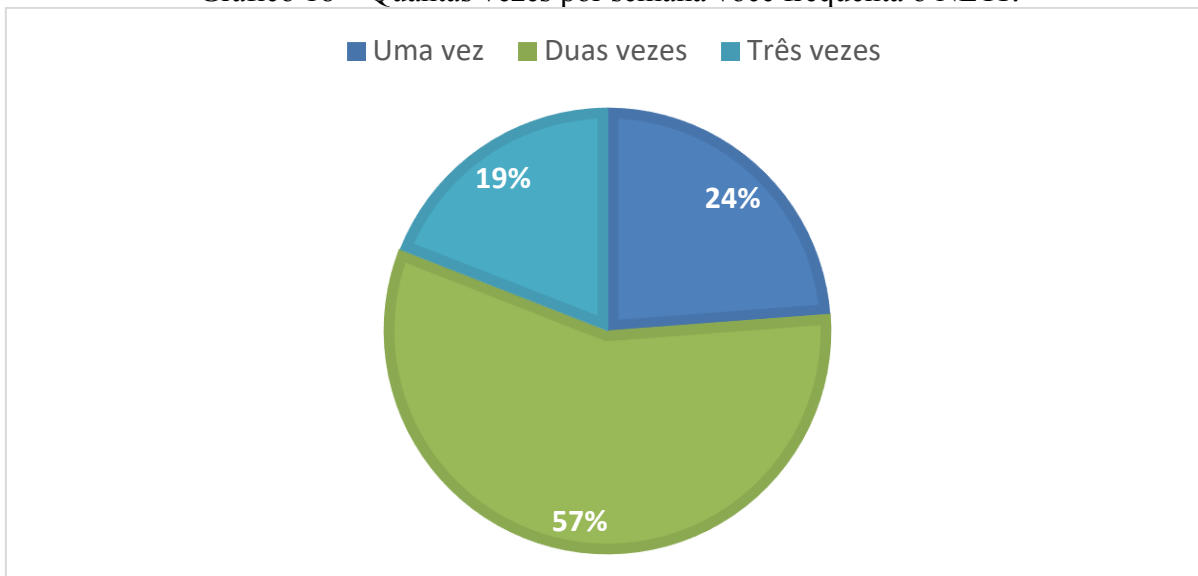
\*\* : Resposta inserida por dois participantes.

Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Os idosos podem se matricular em até duas atividades no NETI, conforme a instituição informou por e-mail. Assim, sua frequência na sede física varia conforme a rotina de aulas. Conforme a amostra, indicada no Gráfico 18, os participantes frequentam o NETI duas vezes por semana (12 respostas, totalizando aproximadamente 57,14%). Porém, há os que frequentam 3 vezes por semana (4 respostas; aproximadamente 19,04%) e os que participam apenas 1 vez por semana (5 respostas; 23,81%). A periodicidade varia, então, conforme a preferência pelos cursos oferecidos, o saldo de vagas e o tempo livre de cada idoso. Em relação à matrícula nos cursos, os participantes somente podem se matricular em até dois cursos por semestre. Os dados disponibilizados pelo NETI à pesquisa, por e-mail, foram filtrados a partir do sistema FAPEU: 461 alunos se matricularam no primeiro semestre de 2019, 423 alunos, no segundo semestre de 2019 e 413 alunos, no primeiro semestre de 2020. Os dados referentes à presença na sede física ou às atividades on-line são apresentados no Gráfico 18:



Gráfico 18 – Quantas vezes por semana você frequenta o NETI?



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

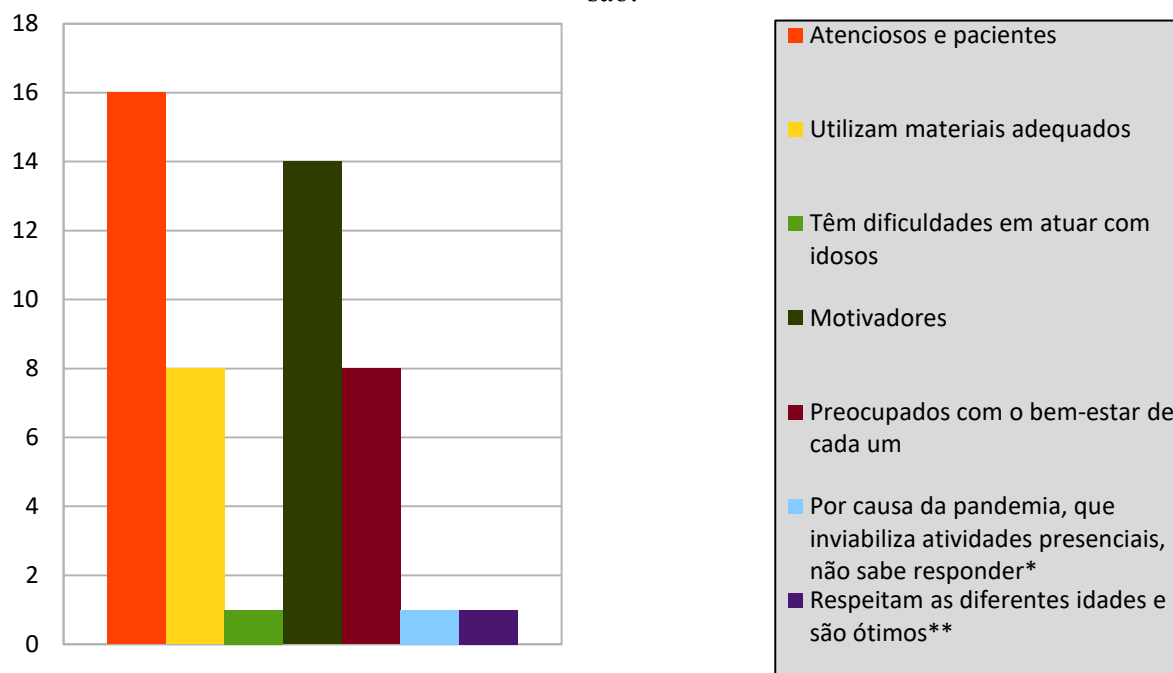
O Gráfico 19 revela a representação social dos idosos em relação a seus professores. 16 participantes os consideram atenciosos e pacientes (76,19%), 14 os consideram motivadores (66,66%), 8 responderam que eles usam materiais adequados (38,09%) e preocupados com o bem-estar dos alunos (38,09%). Houve duas respostas adicionais: um dos participantes explicou que, por causa da pandemia, não sabe responder (4,76%) e outro relatou que os professores respeitam as diferentes idades e são ótimos (4,76%). Além dessas respostas, ocorreu uma resposta negativa, observando que os professores têm dificuldades em lidar com idosos (4,76%). Segundo a matriz crítica, como ensina Pires (1997), os professores devem examinar sua realidade, a partir da relação professor-aluno, realizando abstrações teóricas e usando o método dialético para compreender a Educação em suas múltiplas determinações.

Mesmo com aviltamento das capacidades psicomotoras, o idoso não deve ser estigmatizado como incapaz ou passivo. De acordo com Pires (1997), a atitude humanizadora confere sentido ao trabalho do professor, reposicionando o trabalho como categoria vital à vida humana, e não apenas um instrumento de “economização” da educação como maneira de fornecer atributos necessários ao mercado de trabalho. As funções pedagógicas dos professores envolvem, para além da qualificação técnica, a luta por justiça social, a assimilação de valores normativos e a rejeição do controle exercido pelas corporações. Especificamente, em relação à

terceira idade, existe a necessidade de prover o bem-estar dos participantes, assim como respeitar a diferença etária por meio de uma vivência enriquecedora (BOTH, 1998).

Em uma proposta de educação integral, são apresentadas outras alternativas à tendência de legitimação da ordem social como uma organização egoística pautada exclusivamente na eficiência das famílias, alunos e instituições escolares (MESZÁROS, 2005; HOZ, 2018; SPRING, 2018). A motivação, constatada na pesquisa empírica pelos participantes, pode ser relacionada às suas demandas individuais a ser atendida pelos docentes, de forma personalizada, com as particularidades em relação à terceira idade – selecionando, da melhor forma possível, materiais usados, preparando dinâmicas das aulas conforme o ritmo desejado pelos participantes, estabelecendo objetivos da aprendizagem e priorizando uma relação aluno-professor de natureza horizontal (FREIRE; 1996; CACHIONI, 1999; 2003). Filosoficamente, a proposta freiriana possibilita repensar a pedagogia tradicional, tornando professores e alunos conscientes da alienação em relação aos processos produtivos e desigualdades sociais para, no longo prazo, questionar a lógica da produção e tornar a vida coletiva humanizada.

Gráfico 19 – Quanto ao desenvolvimento das atividades, você considera que os professores são:



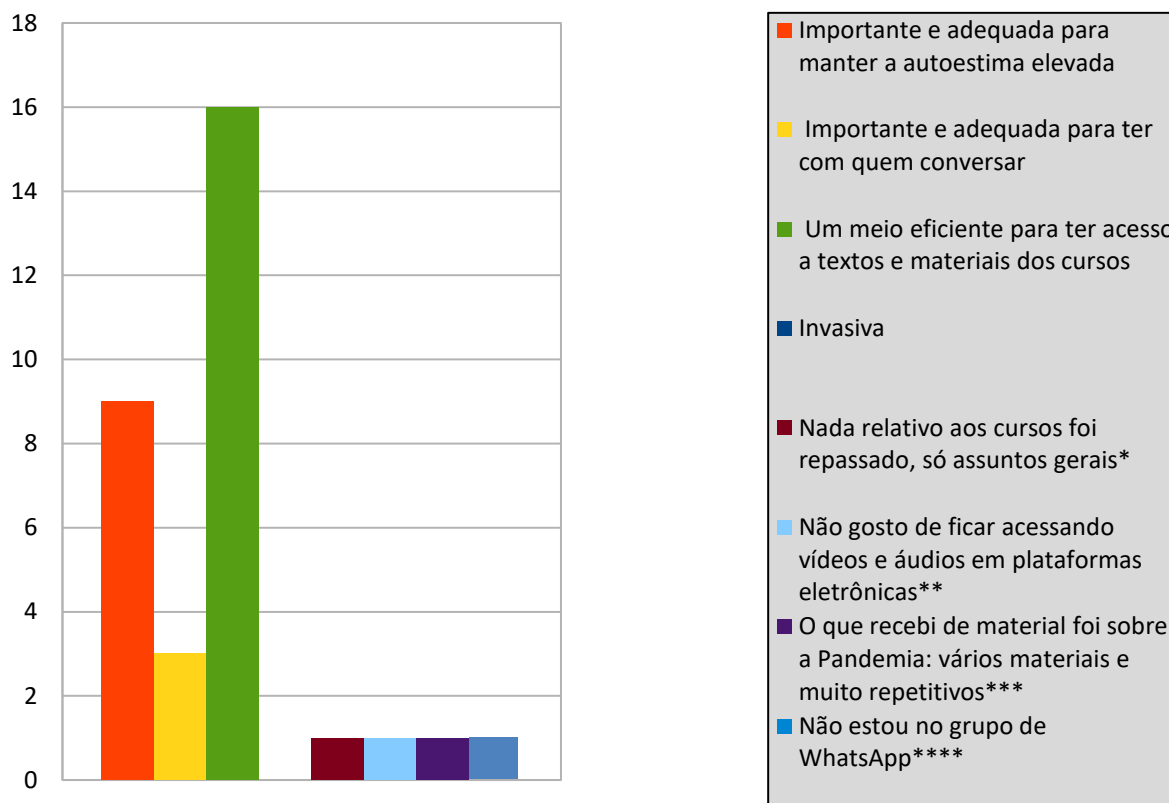
\*: Resposta adicionada por um participante.

\*\* : Resposta adicionada por um participante.

Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Devido à pandemia, o NETI alterou sua forma de funcionamento, passando a operar virtualmente. No Gráfico 20, que trata sobre a alteração de funcionamento do NETI, indicouse que 16 participantes consideraram a estratégia de comunicação, via grupos de *WhatsApp*, um meio importante e eficiente para ter acesso a textos e materiais do curso (76,19%). 9 participantes opinaram que a metodologia foi importante e adequada para manter a autoestima (42,96%). 4 respostas foram adicionadas pelos participantes, cada uma delas assinalada 1 vez: nada relativo aos cursos foi repassado, só assuntos gerais (4,76%); sem predisposição para acessar vídeos e áudios em plataformas eletrônicas (4,76%); excesso de materiais sobre a pandemia (4,76%) e um dos participantes respondeu não estar no grupo de *WhatsApp* (4,76%). Percebeu-se que os idosos adotam, dessa forma, um uso instrumental da tecnologia, como facilitadora do processo de aquisição de conhecimentos.

Gráfico 20 – Durante este tempo de isolamento social, ocasionado pela pandemia, os professores e gestores do NETI utilizaram a estratégia de criar grupos de *WhatsApp* para manter o contato com vocês. Você considera que essa estratégia é:



\*: Resposta adicionada por um participante.

\*\* : Resposta adicionada por um participante.

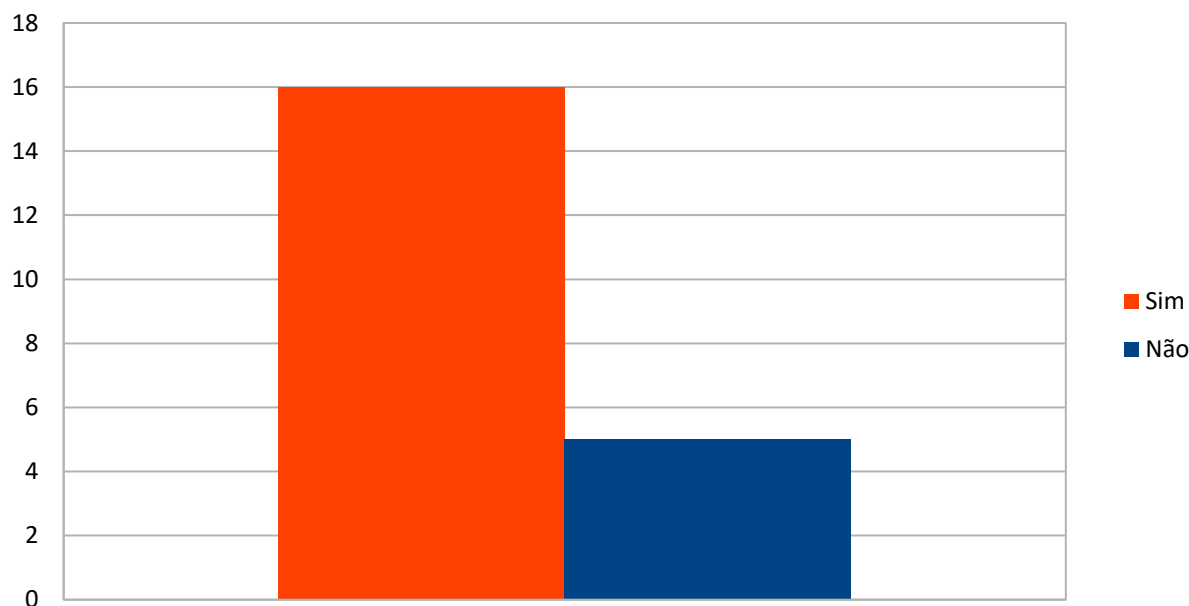
\*\*\*: Resposta adicionada por um participante.

\*\*\*\*: Resposta adicionada por um participante.

Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

Como mencionado na metodologia, os participantes se manifestaram no questionário eletrônico sobre a possibilidade de participar de um grupo focal virtual. 16 responderam que gostariam de participar (76,19%), enquanto 5 disseram que não (23,81%), como evidenciado no Gráfico 21. No entanto, houve dificuldades no acesso à internet ou no manuseio ao *Google Meet* e, por isso, apenas 4 idosos participaram da entrevista virtual coletiva.

Gráfico 21 – Você aceitaria participar de um grupo focal, com outros participantes do NETI, a ser realizado via web-conferência no *Google Meet*?



Fonte: questionário eletrônico submetido pelo autor aos participantes do NETI.

## 5.2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS DO NETI/UFSC COM BASE NO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO E NA ENTREVISTA COLETIVA VIRTUAL

A submissão do questionário eletrônico, com perguntas fechadas e abertas, tornou-se essencial ao exercício de compreensão das representações sociais dos idosos, abordada nesta seção. O mapeamento das características socioeconômicas dos participantes, de sua compreensão da qualidade de vida referente ao processo educacional e sua avaliação da relação professor-aluno grassam um primeiro movimento para aplicar as categorias marxistas – totalidade concreta, contradição social, trabalho, *práxis*, hegemonia, modos de produção capitalista. A dimensão do trabalho abrange, entre outros aspectos, o tempo laboral. Como mencionado anteriormente, o enfoque crítico evidencia mais os trabalhadores que envelhecem do que o processo de envelhecimento em si, ou seja, busca-se mostrar as precárias condições de trabalho nas quais determinados segmentos da sociedade estão inseridos (TAVARES, 2000).

Como consequência da precarização laboral, decorrem inúmeros entraves sociais, como casos de déficit no processo formativo e ausência de tempo livre. Por isso, surge um contraste entre os respondentes da pesquisa, que, em sua maioria, possuem renda relativamente

alta se comparada à renda média populacional de Santa Catarina<sup>29</sup>. Dessa preposição, são passíveis diversas reflexões. Em relação ao referencial crítico, enquadra-se a realidade concreta como síntese de múltiplas determinações. Como conseguinte, a análise da dimensão física, psicológica e social do envelhecimento perpassam os demais conceitos de modo de produção, contradições sociais, hegemonia e trabalho. Conforme Custódio (2018), ao mencionar os aspectos psicossociais da velhice, ressalta-se a influência dos casos de desvalorização individual, de modo sistemático, sobre a saúde mental dos demais idosos. Dessa reflexão, extrai-se o entendimento de que é preciso considerar as relações humanas para além da coisificação, o que, em uma proposta educacional integral, significa o ensino de valores que destaquem a dignidade humana e outros valores que não remetem somente à produtividade.

Filosoficamente, a proposta educativa da transvalorização (BRANDÃO, 2007), que se relaciona ao conceito de *práxis*, tem como ponto de partida a empiria e é sucedida por um processo de abstrações teóricas até a apreensão da totalidade concreta, seja essa proposta levada a cabo pelo educador ou pelo educando. A constante crítica à realidade, captando as contradições sociais, realocam a categoria do trabalho em sua função vital ou humanizadora, sendo a *práxis* a via necessária para deflagrar essa mudança às vias do poder e construir novas relações sociais a partir do ideal normativo comum. A natureza contra hegemônica dessa proposta produz, ao educador, uma lente específica em que ele percebe o conflito como inevitável e o trabalho alienante (ou educação alienante) como meros reprodutores de uma condição social pré-estabelecida (MÉSZÁROS, 2005).

A dinâmica coletiva se baseou nos pressupostos teóricos de Chartier (1985) sobre as representações sociais. O referencial indica a preponderância dos esquemas intelectuais produzidos em grupo. Cada indivíduo que participa desse grupo apropria as representações sociais, de modo a produzir uma legitimidade já que o indivíduo começa a se perceber a partir do coletivo. Do ponto de vista simbólico, a representação se manifesta pelo movimento de apropriação, expressão e prática. Ao coadunar as respostas abertas do questionário eletrônico às entrevistas coletivas virtuais, percebe-se que os discursos produzem estratégias e práticas que ultrapassam a dimensão individual, abrangendo a noção de sujeitos interativos. Assim, a compreensão da dinâmica social depende dessas representações que, por sua dimensão prática, repercutem efeitos no modo de vida e simbologia de cada coletivo.

A primeira pergunta aberta do questionário solicitava aos participantes que definissem a velhice/envelhecimento. Predominou a perspectiva descritiva entre os idosos, destacando

---

<sup>29</sup> Conforme a média de ganho salarial indicada por Loetz (2019), ao mencionar pesquisa da Catho.

angulações particulares. Entre as respostas, foi mencionado: “*viver muitos anos de vida*” e, conseqüentemente, a “*velhice se relaciona ao desgaste*”; a velhice como “*caminho inevitável*” ou “*mal necessário*”; a “*queda no vigor, habilidade e capacidade física*”; “*maior tempo livre e necessidade de confraternizar com amigos e familiares*”; “*período de continuação da vida com novos afazeres*”. Houve avaliações positivas da velhice, a destacando como “*momento de amadurecimento, generosidade e sabedoria*”, de “*tranquilidade*”, com “*novas realizações e novas experiências*”. Entre as ponderações, a velhice foi considerada uma ótima etapa da vida, desde que acompanhada de amigos e familiares e com continuação do aprendizado. O ônus indicado pelos participantes foram a moléstia e o desgaste físico, apesar da vontade de fazerem muitas atividades. Dois participantes não responderam a pergunta por não saberem como responder ou por considerarem a pergunta difícil.

Em suma, os participantes destacaram a importância da autonomia, liberdade, apoio da família e incentivo, mesmo diante das limitações, para poderem usufruir da melhor forma possível da velhice. Reiteradamente destacaram a “*importância de aprender*” e, simultaneamente, “*dividir os conhecimentos*”. Assim, a idade foi mencionada mais como número de anos de experiência do que como única característica definidora. A descrição detalhada do envelhecimento, com suas implicações e oportunidades, mostra a consciência dos participantes sobre a velhice como uma nova etapa da vida com características próprias em relação às demais fases. É possível traçar um paralelo com a abordagem que Agentin (2019), compreende o idoso como sujeito do envelhecimento; a velhice como uma etapa da vida; o envelhecimento como um processo. Como consequência, a faixa etária de uma pessoa reflete, além de um aspecto quantitativo, um elemento subjetivo. Se compreendido positivamente, a percepção do processo do envelhecimento facilita a aceitação da pessoa de seus novos papéis sociais com maior ânimo e dedicação, potencializando a criatividade e a sabedoria apesar das transformações funcionais que caracterizam o ciclo da vida (NERI, 1995; 2006).

Nesse aspecto, destacam-se também as análises antropológicas e sociológicas que não remetem o envelhecimento somente a um critério etário (MINAYO, 2006; TEIXEIRA, 2020). Ao lançar mão da interdisciplinaridade, deve-se refletir e considerar o tipo de família em que a pessoa pertence, as formas de atividade ou de emprego que desempenhou, além de angulações específicas (classe, gênero, religião, entre outras). Logo, do ponto de vista da dignidade humana, o idoso possui sua subjetividade e uma trajetória de vida específica.

Como será evidenciado a seguir, percebe-se a importância da entrevista coletiva virtual para compreender melhor a relação entre o processo de envelhecimento e as atividades do

NETI. As participantes relataram, de modo detalhado, como a instituição renovou a autoestima delas, ao retomar os estudos e obter novos aprendizados; como as atividades lúdicas e reflexivas as auxiliou a compreender melhor os seus netos; e como gostam de participar tanto na função de alunas quanto de professoras voluntárias. É possível inferir que, dentre as respondentes da entrevista coletiva virtual, as que aceitaram participar avaliaram o processo de envelhecimento de modo positivo, destacando os benefícios advindos da educação não formal.

Na segunda pergunta aberta, questionou-se o que o participante considerava mais importante no NETI. Uma parcela dos participantes destacou as amizades, o acolhimento, a valorização do idoso (6 respostas), o estímulo ao conhecimento e à evolução (9 respostas), o empenho de toda a equipe do NETI em relação aos alunos (2 respostas) e o intercâmbio com pessoas da mesma idade e com os jovens da universidade (1 resposta). Também foi mencionada a relação entre o NETI e a qualidade de vida em uma das respostas.

Em relação às amizades, foi indicada a importância da convivência com pessoas com objetivos semelhantes, como o aprendizado e o estabelecimento de novas relações sociais. A amizade também foi colocada como facilitadora à difusão do conhecimento, uma vez que facilita a troca de experiências, vivências e conteúdos (exemplos de respostas: "*oportunidade que estou tendo de aprender e fazer novos amigos!*"; "*A oportunidade de você continuar aprendendo e conviver com pessoas que tem o mesmo objetivo, tornar a vida melhor!!!!*"; entre outras). Os participantes mencionaram o fato de se atualizarem ao mesmo tempo em que compartilham o que já sabem. Destacaram que, mesmo durante a pandemia, o NETI manteve suas atividades por meio dos cursos e palestras on-line e isso foi muito importante. Do ponto de vista da evolução, destacaram a pertinência em aprender uma nova língua, em desenvolver-se fisicamente, ter acesso a conhecimentos manuais/intelectuais por meio dos cursos. Os exercícios físicos e de fortalecimento também foram mencionados como fundamentais.

Ao coadunar as respostas ao referencial crítico, percebe-se que os respondentes valorizam as atividades educacionais e de lazer, não restringindo sua ótica à produtividade e eficiência. Com base nesse referencial (SCORTEGAGNA, 2016), destaca-se o retorno do conceito de trabalho à sua dimensão vital, para além do conceito empregado no modo de produção vigente. Em vez de corroborar as contradições sociais, enfatiza-se dimensão humana por meio da noção de qualidade de vida, expressa sob diversas formas (amizade e socialização, relações de aprendizado na dinâmica professor-aluno, ganhos psicossociais e físicos).

A estrutura do projeto, por meio de coordenadores e professores, foi mencionada como relevante por oferecer diversas oportunidades educacionais, permitir que o aluno também



contribua com seus conhecimentos, fomento ao tratamento igualitário (sem distinções rígidas entre professores e alunos e entre os próprios alunos) e presença da ética na relação entre alunos-professores. Percebe-se, assim, o acolhimento e a valorização dos participantes que, além de estabelecerem novas relações sociais, adquirem oportunidades de aprender por meio do compartilhamento de conhecimentos (conforme a resposta dos próprios idosos: “*empenho, dedicação e competência da equipe toda - coordenação, funcionários e professores - para que nós alunos sejamos acolhidos e tenhamos uma variedade de atividades conforme nossas preferências e necessidades*”; “*oferecimento de atividades que contribuem para o fortalecimento do idoso*”; “*possibilidade de me manter atualizada, ao tempo em que ofereço minha colaboração*”, “*integração, acolhimento e valorização do idoso como pessoa*”, entre outras). Em termos de importância do NETI, destaca-se a superação da barreira entre o “eu” e o “outro”, por uma transposição de obstáculos que envolve a proposta educacional da instituição e a relação entre os participantes. Essa visão crítica propicia a percepção do idoso como alguém a ser incluído, ou seja, que pode ser a criação de redes de apoio social, com a participação de familiares e amigos, para fomentar um espírito de entreajuda, fundamental à superação de adversidades na velhice (ARRUDA, 2009).

Na entrevista coletiva virtual, tornou-se mais cristalina como ocorrem as interações entre os participantes. Será evidenciado, a seguir, como as atividades educacionais do NETI auxiliam aos que vem de outras localidades a se adaptarem à cidade através da amizade, contribui para melhorar a relação entre os idosos e sua família, é importante para os idosos com vontade de cursar atividades intelectuais e/ou manuais e que possuem tempo livre decorrente da aposentadoria ou da saída dos filhos de casa. Foi evidenciado como o desgaste físico ou psicológico é contrabalanceado pela experiência e maturidade. Ao tempo, foi explicada em detalhes a relação professor-aluno pelas entrevistadas: há pessoas aposentadas que retornam ao NETI de forma voluntária para transmitir seus conhecimentos, há participantes que são alunos dos cursos e são professores e há estudantes da UFSC que ministram cursos na instituição.

A terceira pergunta aberta serviu para detalhar as preferências e representações dos participantes, ao questionar o que mais gostam no programa. Foram mencionadas as atividades físicas (*yoga e meditação*), culturais (*dança*), relacionadas à saúde, oportunidade dos alunos também ensinarem, o respeito na relação professor-aluno, os desafios (“*sair da zona de conforto*”) e o preparo dos professores e coordenadores. Porém, alguns alunos mencionaram a pandemia em sua resposta, destacando que antes da COVID-19 sempre havia novas atividades e desafios, enquanto outro aluno relatou que ainda não teve a oportunidade de participar

presencialmente das atividades. Em relação às práticas de ensino, foram citadas as atividades em grupo, a paciência ao lidar com idosos que estavam há mais de 40 anos ausentes da sala de aula, a valorização das experiências e conhecimentos dos alunos e o uso de materiais interessantes, como vídeos e recursos multimídia.

Dessa forma, como ensina Nascimento (2016), os idosos participantes de atividades físicas, espirituais e sociais apresentam maiores chances de manter seu processo de envelhecimento em condições saudáveis e dirigirem suas próprias vidas com autonomia. No âmbito da educação não formal (GOHN, 2008), o idoso obtêm oportunidades que transpõem a noção de classe social, ao focar na dimensão da qualidade de vida (aspectos sociais, psicológicos e físicos) e, sobretudo, na dimensão da dignidade humana (HOZ, 2018).

Como mencionado anteriormente, para complementar o questionário eletrônico, lançou-se mão da entrevista coletiva virtual. Houve diversos entraves por causa da pandemia do COVID-19, em especial o acesso à internet e o uso da tecnologia, que dificultaram a obtenção de uma amostra representativa. Porém, o referencial teórico das representações sociais auxiliou a análise empírica com a finalidade descritiva e reflexiva que permitiu a compreensão do processo de envelhecimento, da inclusão e da qualidade de vida; todos esses aspectos articulados à dimensão da educação não formal

Inicialmente, na entrevista coletiva virtual, foi solicitado que cada participante se apresentasse. Os idosos nos informaram sua idade e quando começaram a participar do NETI. Também destacaram como as primeiras experiências, bem sucedidas, foram importantes para que continuassem no projeto e seguissem participando das atividades por longos períodos. A aposentadoria geralmente apareceu como fato gerador de mais tempo livre que estimulou a procura por mais atividades e ocupações, como o NETI/UFSC. Os primeiros questionamentos foram sobre por que vir estudar no NETI nessa fase da vida e qual a importância desse projeto de extensão em relação a sua qualidade de vida.

Nas perguntas abertas, já havia sido mencionada a importância das amizades, do acolhimento, da valorização do idoso, do estímulo ao conhecido e do empenho da equipe do NETI em relação aos alunos. As amizades eram compreendidas como essenciais e frutíferas, justamente por envolverem pessoas com diferentes vivências, mas com objetivos semelhantes – o aprendizado e a interação com outros idosos. Nesse aspecto, percebe-se a pertinência da interação e do processo educacional como propulsor do desenvolvimento potencial do participante em uma dinâmica em que sujeitos com conhecimentos diferentes interagem e compartilham a cultura adquirida ao longo da própria vida. Assim, mantém-se o processo de

aprendizado, ainda que os processos mentais superiores já estejam formados pelo idoso (VIGOTSKI, 2009, 2011). Mesmo diante das doenças, que por vezes atingem o cérebro, a memória e o desempenho físico, os benefícios advindos das amizades e da confiança proveniente dos conhecimentos compartilhados colaboram à qualidade de vida dos participantes.

A entrevistada P1 mencionou que: “*Em um curso de literatura, tive a oportunidade de escrever um livro junto às minhas colegas e isso aumentou muito minha autoestima e possibilitou que fizesse muitas amizades*”. Ela afirmou que o NETI a fez se sentir jovem novamente, como nos tempos em que entrou na faculdade. A retomada aos estudos a deixou orgulhosa, seja por sair da rotina, por viver novas experiências e aprendizados, por fazer amizades ou por perceber que seus filhos adultos valorizam a mãe por continuar estudando e se motivam em fazerem o mesmo. A entrevista P1 explicou que o curso de literatura começou no NETI, mas como não houve continuidade, as próprias alunas continuaram os encontros por conta própria e escreveram, como resultado dos encontros, um livro.

É possível destacar, nesse contexto, que o envelhecimento sofre determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais – conceitualmente, esse é o processo de assimilação da totalidade concreta. Por meio da educação, o aspecto cultural é evidenciado, de modo que os participantes do NETI possam desempenhar, em seu tempo livre, diversas atividades que permitem seu desenvolvimento psicossocial e físico. A participação nesse projeto de extensão retoma a discussão proposta por Tavares (2020), que mostra a importância do tempo livre na aposentadoria, como uma *práxis* capaz de construir novas relações sociais que ultrapassem a noção de hegemonia ou que mantenham práticas sociais perniciosas, tais como uma divisão de classes sociais discriminatória e/ou excludente. Dessa forma, os processos inclusivos abarcam, na perspectiva crítica, as atividades educacionais não formais.

A entrevistada P2 relatou sobre: (a) o curso de cine-debate como maneira de exercitar, de forma lúdica, a reflexão e conhecer novas produções cinematográficas; e (b) o curso de avós, que a ajudou a compreender melhor seus netos. Foi interessante constatar como uma das entrevistadas, após participar como aluna do NETI, foi convidada a dar aulas, tendo em vista que também trabalha como danço-terapeuta e professora de dança. O grupo de dança costuma participar de eventos em teatros e participar de concursos culturais. Constatou-se que a velhice muitas vezes é usada como rótulo, tendo em vista que esse período da vida foi observado pelas entrevistas como uma ótima experiência e momento de novos aprendizados. De acordo com a aluna P2:

*A experiência que tive por estar lá foi de crescimento, tanto na minha profissão quanto como pessoa. Conhecer novas pessoas, comecei a perceber o bloqueio das alunas e a ajudá-las a superar. Quando elas superavam os bloqueios, era como se eu também superasse. Sigo trabalhando: tenho uma pequena sala, ao lado da minha casa, tenho poucas alunas, só 3, todas vacinadas, temos aula de danças. Sinto saudades das apresentações, do grupo de dança. Minhas alunas também dizem sentir saudades. É um empoderamento, as apresentações e atividades, tudo que envolve uma apresentação é um crescimento interno, convivência entre as pessoas, ajudar umas as outras, superar as dificuldades, harmonizar, umas tem mais possibilidades para dança do que outras, mas em grupo isso não se notava, elas harmonizavam isso. Tenho 68 anos, mas pretendo seguir em frente, crescendo, montando grupo. Tenho vontade de montar outro grupo de dança além do Renascer e do NETI, mas por causa da pandemia parou tudo. Mas estou confiante, tudo logo vai retomar, poderemos criar grupos e evoluir.*

A entrevistada P3 indicou que sente que: “*minha vida começou aos 70 anos ao entrar no NETI. Eu não havia feito nenhum curso superior – era autodidata - e, ao iniciar no NETI, optei pelo curso de monitores de gerontologia*”. Segundo ela, sua atividade intelectual cresceu desde então, com a publicação de 5 livros, participação em concursos de poesia e participação ativa, com função de liderança, em diversos coletivos sobre literatura. Classificou, dessa forma, o NETI como “*divisor de águas*”, especialmente por seu interesse em matérias de psicologia, antropologia e filosofia. A participante P3 lembrou que também atua como professora no NETI, mas por meio de atividades de artesanato. Para a participante P3:

*Essa minha descoberta do NETI mexeu muito com minha cabeça, convivência com outras pessoas, aceitação da nossa velhice, eu aceitei muito bem minha velhice, antes eu não aceitava, antes eu não entendia, tivemos nessa convivência (mais do que o ensino), a convivência foi fundamental, professores com quase a nossa idade, colegas regulando na nossa idade, cada um com problema de filhos, genros, noras e netos, problemas parecidos uns com os outros, umas consolávamos as outras ou pedíamos consolo, intercâmbio de conhecimento e experiências nos fez aceitar mais a nossa idade, a nossa velhice, não é mais considerada terceira idade isso já era, é uma idade só.*

A participante P4 foi morar em Florianópolis depois de se aposentar e, por isso, o NETI foi decisivo em sua adaptação à cidade. Seus amigos participavam do programa e a convidaram a se matricular. Inicialmente, ela fazia o percurso de bicicleta e, por causa dos seus amigos, rapidamente se motivou a participar de vários cursos e a permanecer no programa. O interesse nos cursos foi decisivo, assim como morar perto da universidade. Adaptou a rotina entre atividades no NETI e voluntariado: “*Fizemos yoga e escrita criativa. Fomos conhecendo as outras pessoas e começando a participar. O primeiro grupo de relacionamentos que fiz em Florianópolis foi no NETI*”. A participante também destacou que: “*Tive oportunidades que não*

*tive quando era nova e não passei pelos problemas de morar sozinha. Quando fui morar sozinha, não passei por depressão, solidão ou síndrome do ninho vazio. Participando do NETI, não cheguei a ficar sozinha”*. Ela conta que suas amigas donas de casa também evitaram ficar após a saída dos filhos de casa e também entraram no programa de extensão.

Percebe-se, nesse primeiro questionamento, como a empiria encontra paralelo com a literatura mencionada anteriormente. A qualidade de vida foi apresentada como aspecto subjetivo, da mesma forma que a idade, e relacionada à prática educativa. Esta foi evidenciada como fundamental ao desenvolvimento humano, devido à possibilidade de realização de um projeto pessoal, conforme as aptidões e preferências individuais, de força motriz para impulsionar valores humanizadores (MÉSZÁROS, 2005; HOZ, 2018) e da prática de compartilhamento de experiências e conhecimento em uma relação de ensino-aprendizagem horizontal (CACHIONI, 1998), característica do ensino não formal (GOHN, 2008).

Como ressaltado por Vigotski (2009; 2011), a relação com o meio favorece o aprendizado e, pela atividade criativa, a cultura fornece uma maneira de refletir sobre a vida, para além da superestrutura econômica. Percebe-se que a cultura, aspecto intrínseco à educação, mostra ao indivíduo sistemas simbólicos de representação da realidade. Como mencionado anteriormente, o processo de internalização, somado à socialização, são fundamentais ao desenvolvimento funcional psicológico e social humano. Portanto, a cultura e o aprendizado podem ser compreendidos como elementos interdependentes.

Em relação aos idosos, também são perceptíveis os avanços do sujeito ativo (ou, somado à socialização, sujeito interativo) na construção do aprendizado mediado pela cultura. Assim, os idosos não são meramente sujeitos improdutivos ou passíveis de exclusão pelo uso do critério etário. Além disso, a interação social e a linguagem são maneiras de se perceber o avanço no processo educacional em relação aos dois níveis indicados por Vigotski (2011), o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial. Indica-se a importância de ultrapassar a fronteira de conhecimento prévio da pessoa para, em um segundo momento, pela mediação de outros sujeitos na Zona de Desenvolvimento Proximal, ocorrer o efeito aprendizado.

Para um aprendizado eficiente, torna-se central o entendimento do sentido atribuído ao sujeito a determinado signo - nesse caso, à velhice e ao processo de envelhecimento (VIGOSTKI, 2011; CLOS, 2020). Embora haja um elemento fático que indique a velhice como etapa final do ciclo de vida humano, ela também pode significar continuidade, experiência e sabedoria. Do ponto de vista psicológico, a representação do sujeito deve ser observada pelo docente, que pode dedicar suas atividades à transformação do significado desse signo ao

mostrar para os alunos (ou, no caso das UATIS, participantes do projeto de extensão) que a velhice não significa necessariamente tristeza ou decadência, mas sim uma nova etapa da vida, com suas características e desafios inerentes.

Em seguida, indagou-se: “Até que ponto você não consegue cumprir as tarefas do NETI por causa de problemas físicos (por exemplo: dor, cansaço, sono), psicológicos (por exemplo: ansiedade e depressão) ou fatores pessoais?”. A aluna (e professora) P2 disse que leciona em dois cursos de dança/terapia e tem como objetivo superar os bloqueios físico-psicológicos dos alunos. Conforme a participante:

*Eu não podia nem filmar algumas alunas no início, não queriam. Depois viram que era importante se observar, superar os bloqueios psicológicos, superar a vergonha, aprender a ser mostrar, fazíamos dança cigana e outros tipos de dança, saber usar a saia, saber subir em um palco, nos apresentávamos no NETI então estava tudo bem, mas quando quis levar para fora, para o teatro, aí surgiram os bloqueios. Uma pessoa de 60 ou 70 com certeza tem diferenças para uma pessoa de 30, mas tem que respeitar essas possibilidades físicas, mais idade, mais possibilidade de criar, a criatividade aumenta na velhice, a riqueza de vida, de experiências, de vivências contribui para a arte. A arte é espiritual, assim como a dança. Tomar consciência que elas têm uma bagagem enorme que pode ser colocada na dança por meio da coreografia. Há bloqueios físicos, mas predominam os bloqueios psicológicos. A parte física se supera indo devagar, superando os quilos, as artroses. O problema maior, a maior dificuldade é superar os problemas psicológicos.*

A participante P1 observou que a idade diminui a velocidade e vigor físico, mas a atividade corporal é importante, seja por meio de caminhada ou yoga. O NETI oferece, assim, a possibilidade de melhorar a saúde e a vivência com as pessoas. Já a participante P3 retomou a confiança e a profissão de cantora:

*Montei vários shows, inclusive shows beneficentes, depois me voltei ao voluntariado, cantei com idosos em asilos, cantei com eles (não para eles), cantávamos até música de roda, resgatei muita lembrança boa dessas pessoas em asilos. Em 2017, montei um show para a APAE. Em 2019, montei um show para a associação dos cegos. O show de 2020 foi desmarcado por causa da pandemia. Tenho feito coisas a meu benefício a partir do NETI. O voluntariado ou um show beneficente beneficia a ti mesmo. Me sinto muito beneficiada. Tenho um programa no YouTube. Nesse programa, falamos muito sobre idade, sobre moda dos anos 1940, 1950 e 1960.*

Em seguida, os questionamentos foram: “Até que ponto você se sente motivado(a) a melhorar a sua educação e obter novos conhecimentos? Você está satisfeito(a) em sua relação com os professores?”. Para a participante P3: “O NETI é uma fonte de abrir cabeças. Com 70 anos eu já tinha neta, o meu maior orgulho era dizer que ia para faculdade, ia para minha aula

na UFSC, isso para um idoso que não fez faculdade era um orgulho muito grande”. Já a participante P2 destacou a *“importância dos idosos se adaptarem às tecnologias e adquirir novos conhecimentos, já que os jovens estão acostumados com um ritmo mais acelerado”*.

A participante P3 destacou que: *“os antigos professores deixaram saudades e que os atuais, viraram amigos”*. Além disso, há professores-alunos: *“temos professores aposentados que retomam o ensino no NETI e professores jovens, recém-formados ou graduandos da UFSC.”* A participante P2 seguiu o mesmo raciocínio, lembrando que leciona para alunos jovens e mais velhos. Já a participante P1 sintetizou da seguinte forma: *“quanto mais sei, mais percebo que tenho mais a aprender”*. As 3 participantes ressaltaram o intercâmbio de conhecimento, rechaçando os preconceitos e a arrogância no processo de aprendizagem.

Bosi (1979) lembra que o termo "velho" remete a alguém que se retrai socialmente, seja por seu desligamento da família ou da comunidade. Por outro lado, o ato de compartilhamento de histórias e experiências pode ser benéfico e positivo e, como consequência, deve ser acompanhado de um movimento de escuta pelas gerações mais novas. Assim, os objetos, fotografias ou localidades antigas remetem à continuidade da história e, por meio das narrativas orais dos idosos, adquirem seu sentido e expressão. No contexto da educação não formal, com as relação aluno-professor em que um dos polos é ocupado pelos mais jovens, torna-se possível estabelecer esse elo intergeracional mencionado pela autora.

Entre os participantes, como mencionado pelas participantes na entrevista coletiva virtual, há os que estão na faixa etária dos 50 até os 80 anos. Entre os professores, há professores de 20 anos (estagiários da UFSC) até os próprios participantes do NETI ou professores aposentados que continuam lecionando na instituição. A participante P3 ressaltou que a relação intergeracional muitas vezes é emocionante e proveitosa, já que aprendem com professores jovens, com idade para serem seus netos. Conforme a participante P1: *“Têm professores diferentes, de todas as idades, que vem da faculdade, professores já aposentados, alunos da faculdade que fazem estágio no NETI. Fica uma amizade com alguns professores, pois a troca de conhecimentos foi ótima. É um enriquecimento para nossa vida”*.

Nesse segundo quesito, pode-se indicar que os estereótipos negativos (TIBBITTS, 1979) ou os estigmas (GOFFMAN, 1981) atribuídos aos idosos não devem ser assumidos *a priori*. Assim, a perspectiva crítica sempre sugere a aproximação entre sujeito e objeto para que, do processo da abstração até a apreensão da realidade concreta, seja possível compreender a realidade e suas contradições sociais. Portanto, a inclusão social surge como um direito,

integrante da noção de cidadania, e elemento democratizador, já que o ensino e a pesquisa se articulam à extensão universitária em um processo de abertura da universidade à comunidade.

Sobre a proposta pedagógica do NETI, as participantes destacaram que havia um planejamento para cada aula, com uma atividade específica ou um conteúdo a ser desenvolvido. A participante P1 lembra que havia “[...] atividades em grupos e atividades individuais. O pessoal era bem participativo. Às vezes o pessoal faltava, mas as turmas eram formadas por 12 ou 14 alunos, mas não mais de 15 alunos”. A participante P3 destacou a importância das disciplinas acadêmicas, trabalhadas no NETI de uma forma acessível, como psicologia, filosofia e antropologia. A disciplina de filosofia era lúdica, por meio de questionamentos, reflexões e atividades em grupo.

Para a participante P4, o fato do professor se colocar no lugar do aluno e vice-versa torna o ensino mais agradável. Não há pretensão de hierarquia por conta da titulação (licenciatura, mestrado, doutorado), já que na sala de aula a relação é horizontal: “No NETI, todos tiveram uma vida e um trabalho. No trabalho há certa concorrência, mas, dentro da sala, no NETI, sou não só a profissional, mas também mulher ou mãe”. Em relação aos professores jovens, a participante destaca que ela os vê da mesma forma que seus filhos e netos, isto é, como pessoas mais jovens que também têm conteúdos a ensinar. Porém, os professores mais jovens às vezes erram em querer passar o conteúdo de forma exaustiva e com apostilas, segundo a participante P4. Quando isso acontece, as aulas se tornam monótonas e muitos idosos desistem. Então, torna-se importante que a aula seja agradável, lúdica e dialogada. Para ela,

*À medida que vai se exigindo material didático, vai se perdendo a turma. Acho mais interessantes as atividades de troca, de grupo coletivo eu acho que a tendência é um crescimento muito maior, mesmo que num grupo de 10 pessoas só 3 falem no início, tem aqueles que tomam a frente e falam de mais. Tem aquele que ainda não fala, mas ao longo da convivência no semestre essa pessoa percebe que ela também tem bastante do conteúdo e aquela pessoa que está falando saíba até menos que ela, e aí começa a soltar o seu conhecimento. Nesse momento, a turma cresce. A troca com o professor é importante por isso as vezes as pessoas que estão ali sabem até mais pela vida do que o recém formado, então essa troca eu acho que é mais ideal para melhor resultados. No desenrolar do curso, é interessante a troca de ideias. Estar no círculo e trocar mesmo ter coragem de dizer o seu nome até uma experiência.*

Foram mencionados entraves em relação a alguns professores por causa de sua metodologia. Por exemplo, como afirmou P3, houve uma professora estrangeira que lecionou na instituição e encontrou dificuldades por causa do idioma e das diferenças culturais ao ensinar a disciplina de antropologia. Embora tenha obstaculizado as atividades normais, com a ausência da proximidade física, as participantes encararam a pandemia como modo de extrair algo



positivo. A participante P2 participou de vários seminários que ocorrem em diversos lugares, enquanto a participante P1 buscou participar de concursos de poesia e aprender a usar o *Google Meet*. Para P1, “*Estamos produzindo mais on-line do que presencialmente. Conseguimos mais resultados na plataforma virtual do que no presencial. Mas é uma faca de dois gumes*”. Por sua vez, a participante P3 não está tendo aulas virtuais. As perdas decorrentes da pandemia e a distância das colegas foram mencionadas constantemente. A participante P4 comentou que participa menos das atividades na modalidade virtual e, para evitar que os grupos fiquem sem interação, combina com as amigas para fazer as mesmas disciplinas e melhorar a dinâmica das aulas por meio da maior participação dos alunos nas atividades.

A Educação de Idoso possui, conforme a literatura, a particularidade de não se ater às características mercadológicas. Pelo contrário, como mostrou a literatura, a ênfase do processo educacional recai na extensão cultural (HOZ, 2018) para além dos muros da universidade, em que as instituições escolares são “educam” a sociedade e a sociedade “educa” essas instituições escolares. A educação integral de orientação filosófica e racional prevê, portanto, o planejamento de escolhas em um plano específico de ação, alicerçado sobre uma série de juízos de valor que podem ser compreendidos pelas categorias mencionadas anteriormente. Para estimular o pensamento crítico de sujeitos ativos (ou, em termos vigotskianos, sujeitos interativos) e perscrutadores, torna-se necessário: avançar para além do senso comum, com uma técnica de compreensão da realidade que considere o sujeito como agente histórico-político; substituir o trabalho repetitivo por atividades criativas; perceber os indivíduos em sua dimensão social, e não apenas individual; propor uma mudança estrutural na educação para superar a alienação (SAVIANI, 1991; MÉSZAROS, 2005; FREIRE, 1996).

As representações sociais permitem, assim, a representação social do grupo, como ensina Chartier (1995). Os idosos participantes do NETI manifestam suas ações nas práticas de extensão, com o intuito de aprender e disseminar conhecimento por meio de oficinas, apresentações, seminários e cursos. Buscam, dessa forma, usufruir da oportunidade educacional não formal para obter maior qualidade de vida e, assim, obterem a manutenção de suas faculdades físicas, mentais e sociais. O rompimento de estigmas e o processo de inclusão são efeitos dessa estratégia coletiva em que se partilha um modo semelhante de vida que caracterizam esse grupo de idosos. A representação dos idosos se baseia em um ensino flexível e personalizado, em que os obstáculos da velhice são contornados pelo acolhimento, assistência e valorização da dignidade humana.

Ao triangular o questionário eletrônico à entrevista coletiva virtual e ao referencial teórico, percebeu-se a centralidade da qualidade de vida para os idosos que procuram o NETI. Entre as principais variáveis mencionadas, está a inclusão, presente por meio de uma rede de relacionamentos que permite o intercâmbio cultural e de conhecimentos sem o estabelecimento de uma hierarquia entre aluno e professor e sem a pressão por resultados. A educação, no âmbito não formal, produz resultados personalizados e potencialidades no aprimoramento físico, manual e intelectual. Ainda que haja bloqueios e limitações, inerentes à idade, são diversas as oportunidades de aprendizado, como exemplificadas nos cursos oferecidos durante a pandemia do COVID-19.

O processo de ensino e aprendizado se baseia, em uma perspectiva vigotskiana (VIGOTSKI, 2011), na troca de saberes e na socialização por meio de atividades em grupo. Busca-se o potencial real de cada indivíduo, rompendo-se a noção de estigma, a fim de que o professor atue como moderador e o participante, como sujeito ativo na produção do conhecimento. Além disso, a transformação dos papéis sociais é compreendida sem resistência, já que o diálogo entre os participantes os leva a aceitar novas situações (maior tempo livre, perda de entes queridos, viuvez, relação com os filhos, netos e bisnetos). Embora inevitável, a velhice torna-se, conforme a representação social dos participantes, uma fase da vida com potencialidades, sejam elas educacionais, sociais ou pessoais. Essa forma de encarar a vida repercute sobre os aspectos físicos e psicológicos que, quando aprimorados, produzem maior bem-estar e, conseqüentemente, maior qualidade de vida. Como ensina a literatura e se percebe em iniciativas como o NETI/UFSC, o indivíduo aprende, por meio da representação social, a olhar para si por meio do coletivo (CHARTIER, 1985; SANTOS, 2009).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou os pressupostos da abordagem crítica para, em um segundo momento, contrabalanceá-la à prática de educação não formal e à captação da representação social dos idosos participantes do NETI, a partir de Chartier (1985). Além disso, o *hardcore* dessa abordagem foi apresentado sob a forma de categorias centrais do marxismo que também apareceram no estado do conhecimento, tendo em vista o alinhamento entre a teoria crítica e a literatura do campo educacional brasileiro. Como resultado dessa dinâmica, buscou-se refletir sobre os aspectos históricos que envolvem a velhice, bem como indicar a pertinência da inclusão social e destacar as políticas educacionais destinadas aos idosos.

O ponto de partida foi a caracterização do objetivo de estudo: o NETI/UFSC, compreendendo seu modelo de organização, que possui características mistas – relação horizontal e vertical entre participantes e professores – e o contexto histórico de sua fundação. Assinalaram-se alguns avanços em relação a seu funcionamento, que, inicialmente, era destinado a atender aos aposentados da UFSC (refletindo uma forma de privilégio), mas que hoje abarca toda a comunidade ao se alicerçar nos princípios da extensão universitária. Além disso, verificaram-se pontos de convergência entre o NETI, as outras iniciativas brasileiras e a criação das UATIs em outros países, pela demanda crescente dos idosos por essas atividades.

Todo o debate foi permeado, portanto, de uma reflexão sobre o conceito de idoso, os papéis sociais dos idosos – assim como da família e da comunidade no âmbito microssocial – e a relação entre qualidade de vida e as práticas educacionais. O Capítulo 3 mostrou como a dignidade humana fundamenta uma educação integral e alicerçada na democratização da sociedade. Os sujeitos do processo educacional podem ser compreendidos como perscrutadores e ativos. No ensino, isso significa que os discentes buscam melhorar seus recursos autoeducativos e, simultaneamente, compartilham os conhecimentos e contam a orientação do professor em sala de aula. Essa prática educacional se ancora em pressupostos valorativos, ou seja, decorre de um planejamento de escolhas dentro de um plano de ação que considera aspectos descritivos da realidade e juízos de valor. Essa concepção educacional se contrapõe, portanto, às correntes que enfatizam a instrumentalização humana ou a massificação da comunidade.

A terminologia marxista caracteriza a dinâmica dialética como força propulsora da mudança social que, no âmbito educacional, depende da conscientização do sujeito em relação à sua alienação. Assim, percebe-se que o processo de educação integral envolve ensinar para o trabalho, mas também valores, compreensão do papel sócio-histórico individual e busca por

justiça social. Como produto histórico e coletivo dos homens, a educação pode servir à humanização ou à alienação. Por isso, os autores marxistas enfatizam o processo de conscientização a partir da compreensão da totalidade concreta que, por sua vez, é marcada por contradições sociais, especialmente em relação às condições de trabalho. Defendem, portanto, uma *práxis* revolucionária capaz de romper a hegemonia do modo de produção capitalista. No campo político, o termo cidadania é usado como pretexto para lutar pela consecução dos direitos sociais, sob a bandeira da inclusão social (CARVALHO, 2013; SANTOS, 2009).

Mas a inclusão social, como abordado no desenvolvimento desta pesquisa, envolve olhar o outro por sua dignidade enquanto ser humano, e não por um estigma atribuído para desqualificações *a priori*. Em outras palavras, a literatura lembra que a diferença não significa descrédito porque este, em situações-limite, produz isolamento, ansiedade e depressão (GOFFMAN, 1981). Como processo social, os autores mencionam a exclusão e um sistema político-econômico que poderia se ater às demandas da população em detrimento de interesses corporativistas. Por outro lado, a crítica sistêmica revela certa abstração se não for contrastada à uma ação cotidiana que valoriza, assiste e acolhe os idosos. O intercâmbio social é, portanto, fundamental a todo indivíduo, especialmente aos idosos, e se realiza desde a esfera micro, no âmbito familiar e comunitário, até a macrossocial.

O exame conceitual de trabalho, com o recorte do tempo laboral e da função vital do trabalho, forneceu espaço à relação envelhecimento-labor. A perspectiva analítica apresentou, assim, os idosos como trabalhadores que envelheceram submetidos a determinadas condições (diversas e, por vezes, adversas) em uma sociedade inerentemente heterogênea. Esse referencial apresentou a organização social em diversos segmentos, permeados por relações de produção e de propriedade que reproduzem contradições sociais (SCORTEGAGNA, 2016). Por meio dos processos inclusivos, questionou-se a compreensão da realidade e da educação como ideologia à serviço da criação de mais valor e como a reprodução hegemônica do modo de produção vigente (SPRING, 2018). Ao refletir sobre a totalidade concreta, mostrou-se a importância das múltiplas determinações dessa realidade, seja por meio dos aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e históricos, seja pela contribuição de ciências-irmãs da área educacional, como a antropologia, sociologia, arqueologia e ciências biológicas.

No Capítulo 4, debateu-se sobre o processo educacional ao longo da vida. O aprendizado ocorre de diversas formas, sejam elas formais, informais ou não formais, mas sempre com a premissa de atualização dos conhecimentos ou de educação permanente. As mudanças demográficas sinalizam a pertinência do debate sobre o envelhecimento na agenda

pública e, na academia, as pesquisas mostram as alternativas propostas pela gerontologia educacional. Existem modelos formais, com o intuito de certificar a aptidão individual em determinado nível educacional ou área do conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, há modelos não formais, que se pautam na interação entre os participantes e no compartilhamento de conhecimentos e vivências, com o professor orientando esse processo (CACHIONI, 2003).

Verificou-se, nas pesquisas, o predomínio do enfoque qualitativo e da perspectiva marxista, que compreende o idoso como ex-trabalhador desgastado e alienado – este conceito, como mencionado anteriormente, remete à separação das ações físicas e mentais. Santos (2011) enfatiza, por exemplo, a importância de valorizar o papel dos idosos na comunidade como forma de inclusão social concomitante à difusão local de valores e modo de vida. Essa extensão cultural sugerida pelo autor se entrecruza com a proposta da extensão universitária, materializada em iniciativas como o NETI/UFSC, que oferece um intercâmbio de conhecimentos à comunidade. A tônica do debate acadêmico se concentra, assim, no debate sobre inclusão/exclusão e sobre uma velhice bem-sucedida/com qualidade de vida. A discussão proposta por Tavares (2020) e Scortegagna (2016), por exemplo, evidencia as contradições sociais existentes e manifestadas em casos de idosos que se desgastaram excessivamente por condições de trabalho precárias ou que não participam de atividades culturais em seu tempo livre porque não tiveram acesso à educação formal de qualidade durante sua trajetória de vida.

Tanto a representação da idade quanto da qualidade de vida são aspectos subjetivos, ainda que as mudanças funcionais e as classificações etárias tenham sua funcionalidade. Além disso, procurou-se apresentar, historicamente, a evolução do conceito de envelhecimento a partir da literatura estudada no estado do conhecimento, de modo a refletir criticamente como os conceitos varia no espaço-tempo e como os casos de discriminação, abandono e outras formas de violência não se restringem às classes sociais, tendo em vista que ultrajam o princípio da dignidade humana. Na perspectiva materialista, a velhice é um conceito plural, que envolve aspectos biológicos – decorre do processo de envelhecimento – e simbólicos – relação dialética da sociedade com o idoso, conjecturando que o idoso é marginalizado em um sistema capitalista socialmente legitimado. Em relação à singularidade, o indivíduo é compreendido a partir de suas experiências e vivências particulares (BEAUVOIR, 1990).

A educação não formal como prática social de aprendizagem, enfatiza importância do aprendizado na vivência em grupo e no compartilhamento de experiências e conhecimentos (GOHN, 2008). É uma modalidade que independe da idade porque busca, no primeiro plano, inserir o indivíduo em uma sociedade dinâmica e em transformação. Assim, percebe-se como a

prática apresenta abrangência, remetendo de uma educação pouco formal ou hierarquizada até a propósitos de transformação social – como propõe a ótica crítica, através da noção de autonomia do sujeito historicamente situado e com papel transvalorativo. As UATIs remetem à essa forma de ensino e, para compreender sua efetivação, remontou-se ao quadro legislativo nacional e internacional que culminaram nesse modelo de educação de idosos.

Em relação aos caminhos pedagógicos indicados na literatura, a matriz crítica enfoca, portanto, que o docente examine a relação professor-aluno para, em seguida, realizar abstrações teóricas e usar o método dialético a fim de compreender a educação em suas múltiplas determinações (PIRES, 1997). Em tese, busca-se uma atitude humanizadora que confira sentido ao trabalho do professor, como categoria vital à vida humana – em contraste à alienação do próprio professor e às correntes que defendem somente a eficiência ou atributos egoísticos. Para além da dimensão da eficiência das famílias, discentes e instituições escolares, está a demanda individual dos idosos a ser atendida, de modo personalizado, e considerando o propósito educacional do docente e a interatividade dos participantes (VIGOTSKI, 2011).

Por sua vez, o Capítulo 5 articula o debate proposto anteriormente pela literatura – Capítulos 3 e 4 – à captação da representação social dos idosos participantes do NETI. Inicialmente, foi descrito o perfil socioeconômico e aspectos físicos, psicológicos e sociais relacionados às atividades educacionais do Projeto de Extensão. Os dados da amostra ( $n = 21$ ), por inferência, sinalizam que a maior parte dos participantes possui entre 60 e 69 anos – com média de 66,71 anos –, participa do NETI há mais de dois anos, é mulher, casada e com, no mínimo ensino superior – no entanto, a gama de escolaridade é diversa, indo do ensino fundamental à pós-graduação –, tem casa própria, uma renda relativamente alta (vide Gráfico 9, que mostra o motivo de se optar pelo termo relativo), aposentada e não trabalha nem trabalhou na UFSC. No entanto, é importante lembrar que os valores médios não refletem necessariamente a variabilidade da amostra.

Em relação aos aspectos físicos, sociais e psicológicos, constatou-se que a maior parte dos participantes indicou que as atividades desenvolvidas no NETI lhe trazem: (a) benefícios no desempenho físico; e (b) contribuição no aprendizado e uso da memória. No entanto, em relação à convivência com os colegas, houve maior discrepância, o que pode decorrer do contexto da pandemia do COVID-19 e das atividades virtuais. Constatou-se, ainda, que os idosos participam do NETI, respectivamente, pela vontade de aprender e se atualizar, conhecer novas pessoas, para melhorar sua qualidade de vida e ocupação do tempo e por indicação de amigos e parentes (vide Gráfico 16). As mudanças na qualidade de vida depois de ingressar no

programa remetem, respectivamente, dentre outros fatores, a fazer novas amizades, renovar a autoestima e atualizar os conhecimentos (vide Gráfico 17). Em relação aos professores, foi observado que eles são atenciosos e pacientes e motivadores, dentre outros aspectos mencionados no Gráfico 19.

A variabilidade de idades entre os participantes do NETI sinaliza que cada indivíduo se prepara para a aposentadoria, vive sua aposentadoria ou atualiza seus conhecimentos de uma forma singular, considerando seu tempo livre, seus interesses e papéis sociais. Assim, retomase, nesse aspecto da análise, o conceito subjetivo de idade. Por outro lado, conjecturas que consideram os idosos como obsoletos ou desatualizados em relação às transformações da sociedade podem ser contrastadas por iniciativas dos próprios idosos se continuarem aprendendo e compartilhando conhecimentos. O professor, nesse processo, atua de forma a neutralizar marcas de experiências negativas e a reverter entraves físicos, psicológicos ou sociais. O resultado é a consolidação de uma identidade subjetiva no contexto das UATIs, com o intuito de prover maior qualidade de vida por meio do processo educacional.

O estado do conhecimento indicou como a permanência dos idosos nesses projetos se associa ao uso do tempo livre, destacando a importância que o educando confere à aquisição de conhecimentos e à adaptação social – levando em consideração as transformações tecnológicas, a reflexão sobre os novos papéis sociais desempenhados, o interesse em determinado ramo do conhecimento, entre outros. Os pressupostos da autonomia e bem-estar propostos pelas UATIs dialogam, assim, com as condições previstas na educação não formal. A matriz crítica postula, ainda, o caráter de transvalorização e autonomia da coletividade, colocando o enfoque interativo em primeiro plano e dilatando o aprendizado à ação político-social. Essa proposta educativa de transvalorização, aludida por Brandão (2007), parte da empiria e gera sucessivas abstrações teóricas para apreender a totalidade concreta. A dinâmica envolveria, em tese, discentes e docentes, pela constante crítica à realidade, de modo a captar as contradições sociais e, em última análise, realocar a categoria do trabalho em sua função vital. A natureza contra hegemônica oferece, ao educador, uma didática específica em que ele percebe o conflito como inevitável e o trabalho alienante (ou educação alienante) como meros reprodutores de uma condição social pré-estabelecida (PIRES, 1997; MÉSZÁROS, 2005).

Como resposta provisória ao problema proposto, o pesquisador considera, portanto, que se deve refletir sobre 4 aspectos centrais ao analisar as representações dos idosos participantes do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI/UFSC), tendo em vista o debate

sobre a qualidade de vida, educação não formal, a inclusão enquanto processo social e o envelhecimento:

- (1) A partir da relação signo-significado, constatou-se que a representação da velhice e a compreensão do envelhecimento refletem aspectos subjetivos. Portanto, a representação que o idoso confere à essa etapa de sua vivência influencia seu modo de vida (com maior ou menor qualidade). Também se destacou a função social dos idosos, especialmente por compartilharem memórias e vivências que aproximam as gerações e evidenciam as marcas do processo histórico.
- (2) Evidenciou-se como o acolhimento, a valorização e a assistência aos idosos dependem de ações cotidianas no âmbito comunitário e familiar. Casos de maus tratos, abandono e outras formas de violência devem ser denunciados por ferirem o princípio da dignidade humana, que embasa o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Além disso, do ponto de vista do direito à educação, ressaltaram-se os benefícios (físicos, psicológicos e sociais) das atividades educacionais.
- (3) A extensão universitária, em projetos como o NETI, possui um papel social relevante ao interligar o universo estudantil à comunidade. Projetos que levam em conta a inclusão social rechaçam a ideia de uma sociedade focada somente em aspectos econômicos – isso porque noção de cidadania abrange aspectos sociais, como direitos que asseguram a dignidade humana, relações intergeracionais frutíferas e diversas formas de redes de apoio da sociedade.
- (4) O processo de aprendizagem pode decorrer da via formal, não formal ou informal. Quando se aborda a educação não formal, o professor deve levar em consideração os interesses, aptidões e possibilidades de desenvolvimento do participante, de forma personalizada. Metodologias maçantes, como aulas longas e expositivas e que desconsideram a interação dos participantes, tendem a enfrentar resistência do grupo de idosos matriculados no curso.

Também se destaca que a dificuldade de acesso aos participantes, por causa da pandemia do COVID-19, representou um entrave à pesquisa, que precisou passar por diversas alterações metodológicas, como abordado anteriormente, já que os idosos foram classificados como grupo de risco pela autoridade sanitária. Como consequência: (a) houve dificuldades no uso da tecnologia por alguns participantes do NETI, complicando a obtenção de mais respostas



no questionário eletrônico e a formação de um grupo maior na entrevista coletiva virtual; e (b) prejudicou o tamanho da amostra que, em tese, deveria ser maior para que o questionário fosse representativo da população estatística. Em pesquisas futuras, será pertinente: (a) aprofundar o perfil laboral dos idosos aposentados (setor público, privado ou terceiro setor), com o intuito de verificar o alcance das oportunidades educacionais conforme a função desempenhada; e (b) captar as representações sociais dos docentes do NETI para aprofundar o debate sobre os processos de ensino-aprendizagem usados na educação não formal.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. A. P. **Narrativas de história de vida de mulheres idosas: memória, subjetividade e relações de gênero.** 02/02/2018 272 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. . As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ARAÚJO, M. F. . **O lazer e sua articulação com a educação: concepções de alunos e professores de um curso de extensão universitária sobre educação e envelhecimento.** s01/04/2008 105 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ARGENTIN, F. F. . **Os exercícios lógico-matemáticos e os relatos memoriais de idosos em um espaço de educação não formal.** 07/03/2019 179 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, Americana.
- ARRUDA, I. E. A. . **Análise de uma Universidade da 3ª idade no município de Campinas.** 01/02/2009 90 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- BEAUVOIR, S. . **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERTELLI, T. R. . **A instituição de ensino superior e a efetivação as políticas de atendimento ao idoso: conhecer para a vida, viver para conhecer.** 01/05/2006 96 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- BOTH, A. . **Identidade existencial na terceira idade: mediações do Estado e da universidade.** 01/10/1998 332 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
- BOSI, E. . **Memória & sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo: T.A. Editor, 1979.
- BRANDÃO, C. R. . **A educação como cultura.** Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A canção das sete cores: educando para a paz.** São Paulo: Contexto, 2005
- \_\_\_\_\_. **O que é educação popular.** São Paulo: Brasiliense; 2006.
- \_\_\_\_\_. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense; 2007.
- BRASIL. **Lei nº. 5.379**, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Câmara dos Deputados, Brasília, 15 dez. 1967. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. MEC. Ensino de 1º e 2º grau. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.853**, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, entre outros. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm)>. Acesso em: 6 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**. LDB – Leis de Diretrizes e Bases, 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein\\_9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf)>. Acesso: 26 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Política Nacional do Idoso**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/politica\\_idoso.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. [Estatuto do idoso]. **Lei nº 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acesso em: 26 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.535**, 15 de dezembro de 2017. Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13535.htm#:~:text=Alterar%20o%20art.,pelas%20institui%C3%A7%C3%B5es](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13535.htm#:~:text=Alterar%20o%20art.,pelas%20institui%C3%A7%C3%B5es)>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos**, v. 3, n. 2, 2016. Disponível: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738/1630>>. Acesso: 19 nov. 2020.

BRUE, L S. . **História do Pensamento Econômico**, Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUKHARIN, N. . **Economia mundial e o imperialismo**: esboço econômico. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

CACHIONI, M. **Envelhecimento bem sucedido e participação numa universidade para a terceira idade: a experiência dos alunos da Universidade de São Francisco**. 01/08/1998 130 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade**. Campinas (SP): Alínea, 2003.

\_\_\_\_\_. Bem-estar subjetivo e psicológico de idosos participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 20 (3), maio-jun. 2017.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAPUZZO, D. B. **Elementos para educação de pessoas velhas**. 01/08/2012 138 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

CARVALHO, A. E. S. R. **A importância da educação para o envelhecimento saudável em idosos longevos**. 12/12/2016 126 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CARVALHO, J. M. . **Cidadania no Brasil - O longo Caminho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, R. E. . **Escola Inclusiva?** A reorganização do trabalho pedagógico. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CEPAL. Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e Direitos dos Idosos na América Latina e no Caribe, 2003, 2007, 2012, 2017. Disponível em: . Acesso em: 26 ago. 2020.

CHARTIER, R. . **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad.Maria Manuela Galhardo. Instituto de Cultura Portuguesa, 1985.

CHESNAIS, F. . **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLOS, M. . Algumas considerações sobre a teoria de Vigotsky e o processo de aprendizagem na velhice. Portal do Envelhecimento. Publicado em 24 ago. 2010. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/artigos/algumas-consideracoes-sobre>>. Acesso em: 22 abr. 2021.>

COMTE-SPONVILLE, A. . **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.

CUSTÓDIO, L. F. O. . O processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2 a 7 de dezembro de 2018**. Vitória (ES): UFES, 2018.

DEBERT, G. G. . **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP, 1999.

DELORS, J., et al. **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI**. Paris: Unesco. Rio Tinto: Asa, 1996. FAURE, E. et al. **Aprender a ser**. Lisboa: Portugal, 1972.

DOLL, J. . Educação e envelhecimento – fundamentos e perspectivas. **A terceira idade**, São Paulo, v. 19, n. 43, p. 7-26, 2008.

DUARTE, M. M. . **Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS): análise das ofertas de cursos em educação permanente frente a determinadas ocorrências epistemológicas no país**. 26/08/2016 180 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

DUBET, F. . O que é um escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FERNANDES, C. R.; MOTA, K. A. G. . **A responsabilidade civil e criminal decorrente do abandono do idoso**. Jus.com.br, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62149/a-responsabilidade-civil-e-criminal-decorrente-do-abandonodo-idoso>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

FINATO, M. S. S. . **A Universidade Aberta à Terceira Idade e as Redes de Apoio Afetivo e Social do idoso**. 01/08/2003 155 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESU / MEC. **Política Nacional de Extensão Universitária – PNEU**. Manaus, 2012.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia para Todos**. Tradução de Antonio Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Presença Ignorada de Deus**. Tradução de Walter Schlupp e Helga Reinhold. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. . Educar o cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, Fiocruz, v. 1, n. 1, março de 2003, p. 45-60.

FRIGOTTO, G. . **A Produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, M. . **A educação contra a educação**. São Paulo: Ática, 1987.

GALBRAITH, J. K. . **O Pensamento Econômico em Perspectiva: Uma História Crítica**. Tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo, Editora Pioneira/EDUSP, 1989

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

GIDDENS, A. . **Sociologia**. 4a. edição. Porto Alegre: Artmed, 2005

GOFFMAN, E. . **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC, 1981.

GOHN, M. G. . Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor, 4ª Edição, São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação: Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, Porto, Portugal, n. 1, p. 35-50, 2014.

GOLDSTEIN, L. L. . No comando da própria vida: a importância de crenças e comportamentos de controle para o bem-estar na velhice. In: NERI, A. L.; FREIRE, S.A. (Org.). **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papyrus, 2000, p.55-67.

GUIMARÃES, M. C. T. V. . **Velhice: perda ou ganho?**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. UFSC, 1997.

HARVEY, D. . **O novo imperialismo**. São Paulo, Loyola, 2005.

HEGEL, G. W. F. . **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOZ, V. G. . **Educação Personalizada**. Campinas: Kírion, 2018.

HOOYMAN, N.; KAWAMOTO, K.; KIYAK, H. **Aging Matters: An Introduction to Social Gerontology**. Boston, MA: Pearson. 2015.

HUNT, E. K. . **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LOETZ, C. . **Ganho médio, em SC, é de 2,3 salários mínimos**. NSC Total, 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/loetz/ganho-medio-em-sc-e-de-23-salarios-minimos>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&view=noticia>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INOUE, K.; ORLANDI, F. S.; PAVARINI, S. C. L. P.; PEDRAZZANI, E. S. . Efeito da Universidade Aberta à Terceira Idade sobre a qualidade de vida do idoso. **Educação e Pesquisa**, vol. 44, e142931, 2018.

IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. **Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI)**. Blumenau, 2009. Disponível em: <<https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/PPPI.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Campus Blumenau/SC**. Setembro, 2017. Disponível em: <[blumenau.ifc.edu.br/pedagogia/wp-](https://blumenau.ifc.edu.br/pedagogia/wp-)

content/uploads/sites/14/2016/02/PPC-PEDAGOGIA-versao-final.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

IPEA. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. **Comunicados do IPEA**, nº. 9324, maio 2011.

JOÃO PAULO II. **Carta do Papa João Paulo II aos Anciãos**. Libreria Editrice Vaticana, 1999. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_01101999\\_el\\_derly.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf_jp-ii_let_01101999_el_derly.html)>. Acesso em: 26 ago. 2020.

LA VILLE, C.; DIONNE, J. . **A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte, Editora UFMG , 1999.

LAKATOS, I. . **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1978.

LEAL, V. N. . **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEE, S. B., OH, J. H., PARK, J. H., CHOI, S. P., & WEE, J. H. (2018). Differences in youngest-old, middle-old, and oldest-old patients who visit the emergency department. **Clinical and Experimental Emergency Medicine**, 5(4), 249-255.

LENIN, V. . **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo, Global, 1985.

LIMA, E. C. M. M. . **Memórias de leituras de idosos da UATI/UEFS: ressignificando suas histórias**. 29/07/2016 130 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Feira de Santa, Feira de Santana.

LORETO, E. S. G. . **Inclusão digital na terceira idade: estudo do curso de informática de uma UNATI**. 01/07/2012 101 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

LUXEMBURGO, R. . **Imperialismo e acumulação de capital**. Lisboa, Edições 70, 1972.

LEHER, R. . Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros. In, **Brasil de Fato**, 01/07/2015.

\_\_\_\_\_. **Luta de classes e mercantilização da educação brasileira. III Conferência Internacional e Conflitos Sociais: abordagens históricas combinadas ao conflito**. Anais de 2016, p. 959-971, 2016. Barcelona, Bellaterra: Cefid-UAB, 2016.

MACIEL, D. M. B. . **Temática ambiental na Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI/UERJ)**. 01/06/2008 133 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

MARQUES, A. M. . **Velhices problematizadas: Redes discursivas sobre envelhecimento em Santa Catarina, no Brasil e no contexto das décadas de 1970 a 1990**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARX, K. . **O Capital**. Livro I. 9. ed. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro III, volumes 4 e 6. São Paulo, Difel, 1989.

MATOS, M. L. **Análise da evolução da extensão da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1997 a 2003**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2004.

MEDEIROS, I. M. . **A gênese e o desenvolvimento do Programa de Extensão – AFRID – da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia: de 1989 a 2014**. 29/08/2017 122 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MÉSZÁROS, I. . **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_, I. . **Marx e a Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINAYO, M. C. S. . Visão antropológica do envelhecimento humano. In: SESC. **Velhices: reflexões contemporâneas**. São Paulo: Sesc/PUC-SP, 2006.

MOROSINI, M. C. . Estado do conhecimento e questões do campo científico. **Educação (Santa Maria)**, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015.

MOSCOVICI, S. . **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, M. C. . **A tomada de consciência como possibilidade de proteção dos idosos: uma experiência pedagógica com o jogo de quarto na UNATI/UEM**. 15/02/2016 170 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

NETI - Núcleo de Estudos da Terceira Idade. Disponível em: <<https://neti.ufsc.br>>. Acesso em 26 ago. 2020.

NERI, A. L. Psicologia do Envelhecimento. Uma área emergente. In A. L. Neri (org.). **Psicologia do Envelhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-34, 2006.

OLIVEIRA, M. G. M.; QUINTANEIRO, T. . Karl Marx In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.



OLIVEIRA, R. C. S.; PONTAROLO, R. S. . Terceira Idade e Educação: uma breve discussão. **Publicatio UEPG (Ponta Grossa)**, v. 1, p. 1-10, 2008.

OLIVEIRA, L. . **Manual de Sociologia Jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ONU. **Governos Afirmam Conceito de ‘Sociedade para Todas as Idades’**. Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, 2002. Disponível em: <<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/Assembl%C3%A9ia%20Mundial%20Idosos%202002.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas**. Resolução nº. 46/91. Assembleia Geral da ONU, 1991.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento**. Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, Viena 1982.

PEREIRA, F. A. **Educação de pessoas idosas: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins**. 03/06/2016 218 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PETERSON, D. A. . Educational gerontology: the state of the art. **Educational Gerontology: An international Quarterly**, vol. 1, p. 61-73, 1976.

PINO, A. . **As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2017. Disponível em: . Acesso em 26 ago. 2020.

PIRES, M. F. C. . **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface — Comunic, Saúde, Educ, v. 1, n. 1, agosto, 1997.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE, 2019. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 25 out. 2020.

QUADAGNO, J. . **Aging and the life course. And introduction to social gerontology**. 3<sup>a</sup> ed. New York: Mc Gray Hill, 2006.

RAMOS, M. C. L.; SOUZA, J.; RAMOS, J. L.; SANTIAGO, M. D.; MAY, P. R.; MARXREITER, V. L. F. . A Biblioteca Universitária e seu papel social: inclusão de pessoas idosas integrantes do Núcleo da Terceira Idade - NETI/UFSC. **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU**, Florianópolis, 2014.

REBELO, R. A. . **Saberes docentes na educação do idoso: compreensões de professores do programa de educação permanente – FURB**. 31/10/2013 142 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

RICARDO, D. . **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROCKWOOD, K; FOX, RA; STOLEE, P; ROBERTSON, D.; BEATTIE BL. Frailty in elderly people: an evolving concept. **CMAJ**, 1994,150(4):489-95.

RODRIGUES, P. M. A.; MAFRA, S. C.; PEREIRA, E. T. O Direito da pessoa idosa à educação formal no Brasil: um caminho para o exercício da cidadania. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 29, n.2, p. 187-209, 2018.

ROSENTHAL, G. . *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. Tradução de Tomás da Costa e revisão de Hermílio Santos. 5 ed.. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ROSSETTO, T. R. . **Processos criativos na velhice num contexto de educação não-formal: o desenho e a pintura como conhecimento estético e artístico**. 22/02/2013 194 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SANTOS, A. L. P. **Educação-Cuidado de si. Representações sociais de idosos amazônidas participantes da Universidade Aberta à Terceira Idade**. 2011. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Pará, Belém.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SAVIANI, D. . **Escola e Democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. Desafios atuais da pedagogia histórico-crítica. In: SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; SEVERINO, A. J. (Org.). **Dermeval Saviani e a educação brasileira: o simpósio de Marília**. São Paulo: Cortez, 1994.

SECCOMBE, K., & ISHII-KUNTZ, M. . Perceptions of problems associated with aging: Comparisons among four older age cohorts. **The Gerontologist**, 31, 527–533, 1991.

SCORTEGAGNA, P. A. . **Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses**. 11/03/2016 275 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

SCHUMPETER, J. A. . **Creative Destruction**. Disponível em: <<https://fee.org/articles/creative-destruction/>>. Acesso em: 26 de maio 2021.

\_\_\_\_\_. Sociologia dos Imperialismos. In: **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultura, 1997.

SIH/SUS – Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Comitê de Estatísticas Sociais do IBGE, 2015. Disponível em: < <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio->

da-saude/sistema-de-informacoes-hospitalares-do-sus-sih-sus.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

SILVA, F. M. . **Reflexões sobre a Universidade da Terceira Idade (UnTI) na gestão das universidades públicas federais brasileiras**. 2017. 245 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, UFSC, Florianópolis, 2017.

SIMÕES, R. **Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo do idoso**. 3 ed. Piracicaba: Unimep, 1998.

SMITH, A. . **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA NETO, C. P.; SARMENTO, D. E. **Direito Constitucional – Teoria, História e Métodos de Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Fórum, 2014.

SOUZA, S. K.; FREITAS, M. T.; JOBIM, S. . (orgs.). 2 ed. **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2007.

SPRING, J. . **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2018.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

WEBER, M. . **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. A Ciência como Vocação. In: **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

TAVARES, M. A. . Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista. **Revista Katálisis**, 23 (01), Jan-Apr 2020.

TEIXEIRA, S. M. . Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Serviço Social e Sociedade**, (137), Jan.-Apr. 2020.

TEODORO, M. F. M. . **UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso**. 01/05/2006 176 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis.

TRILLA, B. J. . **La educación informal**. Barcelona, PPU, 1987.

TIBBITS, C. . Can We Invalidate Negative Stereotypes of Aging?, **Gerontologist** 10, 11, 1979.

UFSC. **Anais do I Salão de Cultura e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2000.

UNESCO. **Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?**. Brasília: UNESCO Brasil, 2016.

VALER, D. B.; BIERHALS, C. C. B. K. B.; AIRES, M.; PASKULIN, L. M. G. P. O significado de envelhecimento saudável para pessoas idosas vinculadas a grupos educativos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, 2015; 18(4):809-819.

VALIENTE, V. R. B. . **Histórias de vida de mulheres idosas: um novo espaço de aprendizagem**. 20/03/2018 66 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VERAS, R.P.; RAMOS, L.R.; KALACHE, A. . Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e consequências na sociedade. **Revista de Saúde Pública**, S. Paulo, 21:225-33, 1987.

VIGOTSKI L. S. . **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

\_\_\_\_\_. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, 37(4), 863-869, 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022011000400012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012)>. Acesso em: 12 dez. 2020.

## APÊNDICE A

11/11/2020

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVER...

# EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE PARA TERCEIRA IDADE (UATI/UFSC)

Pesquisa desenvolvida por Ricardo Florêncio dos Passos, com orientação da prof<sup>a</sup>. Idorlene da Silva Hoepers, no Instituto Federal Catarinense - Campus (Camboriú) conforme estabelecido pelo Comitê de Ética da instituição.

\*Obrigatório

1. Você aceita participar desta pesquisa? Se aceitar participar, você receberá por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou, caso preferir, poderá acessá-lo neste link: [https://drive.google.com/file/d/1Xn5tMlr\\_Fw07y-5PHsvdZ4Nn3G7Efrvt/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1Xn5tMlr_Fw07y-5PHsvdZ4Nn3G7Efrvt/view?usp=sharing) \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não *Pular para a seção 7 (null)*

Perfil sociodemográfico

2. Você tem 60 anos ou mais? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não *Pular para a seção 7 (null)*

3. Qual é a sua idade? \*

---

Perfil sociodemográfico

11/11/2020

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVER...

## 4. Sexo: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Masculino
- Feminino
- Outro: \_\_\_\_\_

## 5. Há quanto tempo você frequenta o NETI? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de um ano *Pular para a seção 7 (null)*
- Entre um e dois anos *Pular para a seção 7 (null)*
- Dois anos
- Mais de dois anos
- Outro: \_\_\_\_\_

## Perfil sociodemográfico

## 6. Estado civil: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- Outro: \_\_\_\_\_

11/11/2020

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVER...

7. Com quem você mora? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Companheiro(a)
- Filhos
- Netos
- Amigos
- Sozinho(a)

8. Escolaridade: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 1 a 4ª série
- 5 a 8ª série
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-Graduação lato sensu
- Pós-Graduação stricto sensu

9. Qual é a sua condição de moradia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Casa própria
- Casa alugada
- Casa cedida
- Não possui moradia fixa
- Outro: \_\_\_\_\_

11/11/2020 EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVER...

10. Como você se locomove até o NETI? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Veículo próprio
- Transporte público
- Carona com familiares ou amigos
- Caminhando
- Outro: \_\_\_\_\_

11. Qual é a sua renda mensal? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Até dois salários mínimos
- De dois a quatro salários mínimos
- De quatro a dez salários mínimos
- De dez a vinte salários mínimos
- Acima de vinte salários mínimos
- Outro: \_\_\_\_\_

12. Trabalhou ou trabalha na UFSC? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

13. Você é aposentado? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não



## Aspectos físicos, psicológicos e sociais

14. As atividades desenvolvidas no NETI lhe trazem benefícios no desempenho físico? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sempre
- Frequentemente
- Algumas vezes
- Raramente
- Nunca *Pular para a pergunta 14*

15. Você considera que as atividades do NETI contribuem para o aprendizado e uso da memória? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sempre
- Frequentemente
- Algumas vezes
- Raramente
- Nunca

16. Você convive com sua família? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sempre
- Frequentemente
- Algumas vezes
- Raramente
- Nunca

11/11/2020

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVER...

17. A convivência com os colegas do NETI lhe traz ânimo? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sempre
- Frequentemente
- Algumas vezes
- Raramente
- Nunca *Pular para a pergunta 21*

18. O que levou você a participar do NETI? \*

Marque todas que se aplicam.

- Vontade de aprender e se atualizar
- Conhecer novas pessoas
- Para melhorar sua qualidade de vida e ocupação do tempo
- Por indicação de amigos ou parentes

Outro:  \_\_\_\_\_

19. Percebeu mudanças na sua qualidade de vida depois de ingressar no programa? Poderia apontar alguns dos benefícios que você observou? \*

Marque todas que se aplicam.

- Fez novas amizades
- Renovou sua autoestima
- Atenuou o sentimento de solidão
- Atualizou seus conhecimentos
- Nada mudou

Outro:  \_\_\_\_\_

11/11/2020

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVER...

20. Quantas vezes por semana você frequenta o NETI? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Uma vez
- Duas vezes
- Três vezes
- Quatro vezes
- Cinco vezes

Percepção individual

21. Como você define o envelhecimento (a velhice)? \*

---

---

---

---

---

22. O que você considera mais importante no NETI? \*

---

---

---

---

---

23. O que você mais gosta no NETI? \*

---

---

---

---

---

11/11/2020

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVER...

24. Quanto ao desenvolvimento das atividades, você considera que os professores são: \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Atenciosos e pacientes  
 Utilizam materiais adequados  
 Têm dificuldade em atuar com idosos  
 Preocupados com o bem estar de cada um(a)  
 Motivadores

Outro:  \_\_\_\_\_

25. Durante este tempo de isolamento social, ocasionado pela pandemia, os professores e gestores do NETI utilizaram a estratégia de criar grupos de Whatsapp para manter o contato com vocês. Você considera que essa estratégia é: \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Importante e adequada para manter a autoestima elevada  
 Importante e adequada para ter com quem conversar  
 Um meio eficiente para ter acesso a textos e materiais dos cursos  
 Invasiva

Outro:  \_\_\_\_\_

Clique em "Enviar" para concluir e registrar sua resposta.  
Obrigado por participar desta pesquisa!

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## APÊNDICE B

### **Roteiro de questões para o grupo focal virtual/entrevista coletiva virtual:**

1. Por que estudar no NETI nessa fase da vida (motivação, objetivos, incentivos)?
2. Qual é o papel do NETI na sua qualidade de vida? Como o NETI contribuiu na preparação para a sua aposentadoria, na atualização dos seus conhecimentos ou na gestão do seu tempo livre?
3. Vocês perceberam diferenciação do encaminhamento das atividades nas diferentes faixas etárias? Há alguma limitação por causa de problemas físicos, psicológicos ou fatores pessoais?
4. O professor do NETI é alguém que (a) socializa sua experiência de vida ou o seu conhecimento ou (b) alguém que exerce o magistério? Como é a relação entre professor e aluno na instituição?
5. Existe uma proposta pedagógica direcionada ao participante do NETI? Como é a dinâmica das aulas?
6. O que mudou ao participar do NETI na modalidade presencial e na modalidade virtual? Como tem sido o acompanhamento das atividades a distância?

## ANEXO A



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE PARA TERCEIRA IDADE (UATI/UFSC), COM VISTAS À INCLUSÃO

**Pesquisador:** Idorlene da Silva Hoepers

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 26163319.6.0000.8049

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 3.834.162

**Apresentação do Projeto:**

O município de Florianópolis (SC) possui expressivo contingente de idosos: 11,49% da população local, conforme o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As pesquisas em gerontologia educacional revelam que a população mais idosa convive com a discriminação social, a aceleração de patologias e o preconceito. A educação permanente, destinada aos adultos com mais de 60 anos, surge como uma tentativa de superar os estereótipos negativos ao contornar obstáculos biológicos, sociais e psicológicos. As Universidades Abertas para Terceira Idade (UATI) mostram-se mais flexíveis do que os programas governamentais direcionados ao ensino secundário, porque aquelas oferecem novas aprendizagens sem a necessidade de se obter um diploma. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as percepções dos idosos participantes da UATI da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com vistas à inclusão. A pesquisa será qualitativa por meio de grupos focais, formados de idosos que participaram ativamente da UATI em Florianópolis durante o ano letivo de 2018/2019. Como resultado esperado, deve haver correlação entre a educação e a qualidade de vida dos idosos engajados em atividades fomentadas por universidades para terceira idade.

Metodologia da Pesquisa.

Propõe-se pesquisa qualitativa para analisar a percepção dos idosos de Florianópolis que frequentam uma Universidade Aberta para Terceira Idade (UATI), com vistas à inclusão. Sugere-se

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br





INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.834.162

dividir os idosos em grupos para realizar a pesquisa de campo: cada grupo focal será composto de idosos que participaram ativamente da UATI durante o ano letivo de 2018/2019. Para integrar o grupo focal, será exigida a frequência de pelo menos 75% nas atividades, ter completado os dois semestres do curso, aceitar de forma livre e esclarecida a pesquisa e ter 60 anos ou mais. Tudo isso após aprovação do projeto de pesquisa pela UFSC, sob o parecer formal dos coordenadores da UATI, e pelo Comitê de Ética do Instituto Federal Catarinense. Embora participem aproximadamente 600 idosos do programa UATI/UFSC, a própria coordenação do NETI fará a seleção dos idosos interessados em participar dos grupos focais – esse aspecto referente à amostra é uma exigência da própria Coordenação do NETI para a realização da pesquisa. As entrevistas dos grupos focais deverão ocorrer dentro da instituição, para proporcionar interação maior entre os participantes.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar as percepções dos idosos participantes da Universidade Aberta para Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (UATI/UFSC), com vistas à inclusão.

Objetivo Secundário:

Compreender os aspectos históricos que envolvem a velhice e os projetos das Universidades Abertas para Terceira Idade no âmbito mundial, brasileiro e do município de Florianópolis.

Discutir os direitos da população idosa, assim como o próprio conceito de idoso a partir do estado da arte das pesquisas educacionais e gerontológicas.

Problematizar os dados obtidos com os grupos focais sob o contexto da educação ao longo da vida.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Em uma pesquisa que se propõe a realizar questionário e grupo focal, com uma amostra constituída de pessoas idosas, entendemos que podem ser considerados riscos o fato de tais instrumentos provocarem algum tipo de desconforto (de ordem subjetiva), entre os quais podemos mencionar:

invasão de privacidade; responder a questões sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados; disposição de tempo para participar de entrevista ou responder ao questionário. Nestes casos, as medidas/providências tomadas serão dar liberdade ao participante do grupo focal para não responder a perguntas que julgar constrangedoras ou que não queira responder por qualquer outro motivo e ter livre escolha para desistir de participar da

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.834.162

pesquisa, se assim desejar.

Os pesquisadores estarão habilitados ao método de coleta dos dados e não violarão a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras), caso sejam oferecidos pelos participantes. É assegurado o acesso aos resultados da pesquisa que será divulgada em formato de dissertação. Também será garantido o anonimato nas respostas dos questionários, a confidencialidade e privacidade das respostas das entrevistas, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico financeiro. Salienta-se que, quando pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa. Destaca-se também que, por se tratar

do público idoso, cuja autonomia pode estar reduzida, o pesquisador adotará todas as medidas cabíveis para proteger o participante de qualquer forma de risco, sempre buscando a precaução e a prevenção do dano e a maximização dos objetivos/benefícios que tangem a compreensão de relação entre as UATIs e a qualidade de vida da população idosa.

**Benefícios:**

Quanto aos benefícios, entendemos que esta pesquisa oferecerá subsídios para se compreender as percepções dos idosos que participam de um projeto de Universidade Aberta para Terceira Idade, considerando a amostra de idosos que aceitarem o convite de participar da pesquisa. Desse modo, a relevância da pesquisa sobressai-se em um momento em que ocorre a transição demográfica no Brasil, assim como o planejamento de políticas públicas amparadas no Estatuto do Idoso. Garante-se, assim, o respeito à eticidade da pesquisa, que envolve respeitar a dignidade e a autonomia, respeitar os direitos dos participantes, não ser fútil, ser junto e equitativo, ter relevância social, evitar danos previsíveis, ponderar riscos e benefícios.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br





INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.834.162

**Recomendações:**

Recomenda-se manter o CEPESH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio da Emenda de Protocolo, para análise.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A partir do exposto o protocolo está aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 510/16.

Em conformidade com a normativa em vigor do Sistema CEP/CONEP, os projetos aprovados pelos CEPs, ao serem finalizados, o pesquisador deve apresentar junto a Plataforma Brasil, o Relatório Final do mesmo (o documento deverá ser encaminhado até 30 dias após a última data prevista no cronograma de execução da pesquisa).

**Considerações Finais a critério do CEP:**

No caso de dúvidas, os esclarecimentos poderão ser obtidos pelo contato com o CEPESH localizado no Campus Camboriú, cujo horário de atendimento é de segunda a sexta das 13:30 as 16:30, ou entrar em contato pelo email cepsh@ifc.edu.br ou telefone 47 2104-0882.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1477726.pdf	13/01/2020 21:58:17		Aceito
Outros	TermodeAnuencia.pdf	13/01/2020 21:56:25	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	13/01/2020 21:54:56	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/01/2020 21:54:37	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	25/11/2019 14:50:55	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.834.162

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMBORIU, 12 de Fevereiro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Michele Catherin Arend**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br

## ANEXO B



INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DA EMENDA**

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: PERCEPÇÕES DOS IDOSOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE PARA TERCEIRA IDADE (UATI/UFSC), COM VISTAS À INCLUSÃO

**Pesquisador:** Idorlene da Silva Hoepers

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 26163319.6.0000.8049

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.344.134

**Apresentação do Projeto:**

O município de Florianópolis (SC) possui expressivo contingente de idosos: 11,49% da população local, conforme o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As pesquisas em gerontologia educacional revelam que a população mais idosa convive com a discriminação social, a aceleração de patologias e o preconceito. A educação permanente, destinada aos adultos com mais de 60 anos, surge como uma tentativa de superar os estereótipos negativos ao contornar obstáculos biológicos, sociais e psicológicos. As Universidades Abertas para Terceira Idade (UATI) mostram-se mais flexíveis do que os programas governamentais direcionados ao ensino secundário, porque aquelas oferecem novas aprendizagens sem a necessidade de se obter um diploma. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as percepções dos idosos participantes da UATI da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com vistas à inclusão. A pesquisa será qualitativa com coleta de dados por meio de questionário semiestruturado no "Google Forms" enviado por meio dos grupos de "Whatsapp". Os participantes da pesquisa serão os idosos que participaram das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da UFSC nos anos de 2018 e 2019. Como resultado esperado, deve haver correlação entre a educação e a qualidade de vida dos idosos engajados em atividades fomentadas por universidades para terceira idade. Dessa forma, será possível (1) compreender os aspectos históricos que envolvem a velhice e os projetos UATI no âmbito mundial, brasileiro e local; (2)

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br





Continuação do Parecer: 4.344.134

discutir os direitos dos idosos, assim como o próprio conceito de idoso a partir do estado da arte das pesquisas educacionais e gerontológicas; (3) problematizar os dados obtidos via questionário sob o contexto da educação ao longo da vida. É preciso, portanto, compreender criticamente o contexto sociocultural que envolve os idosos e, para isso, problematizam-se as percepções referentes às políticas educacionais direcionadas a essa parcela da população.

Os critérios de inclusão serão a frequência de pelo menos 75% nas atividades, ter completado os dois semestres do curso, aceitar de forma livre e esclarecida participar da pesquisa e ter 60 anos ou mais. Inicialmente será realizado um teste piloto com um pequeno grupo de idosos, via grupo de "Whatsapp" com formulário no "Google Forms" para se verificar a viabilidade dessa metodologia que será realizada por meio das seguintes etapas: Um vídeo (com duração de dois a três minutos) explicará os objetivos da pesquisa e possibilitará que os participantes conheçam o pesquisador. Após o vídeo, antes de iniciar o questionário, será apresentado o TCLE e caso aceite participar da pesquisa, na sequência, o idoso responderá o questionário. Também será enviada uma cópia do TCLE para seu email ou para seu "Whatsapp". Uma vez constatada a eficácia dos procedimentos, as ações serão replicadas para a totalidade do grupo de idosos do NETI conforme critérios de inclusão indicados. O questionário semiestruturado será individual e composto de perguntas mistas.

Justificativa da Emenda: Em função da pandemia de COVID-19, houve modificações nos processos metodológicos tendo em vista que os idosos são grupos de risco. Foi necessário adequar a pesquisa: ao invés de grupos focais, faremos um questionário semiestruturado via "Google Forms", enviado aos grupos de whatsapp criados pelo NETI, com o objetivo de coletar dados socioeconômicos dos idosos e a percepção deles sobre as atividades realizadas no NETI, entre os anos de 2018 e 2019. Esclarecemos que as alterações referentes a esta emenda do projeto se referem exclusivamente aos procedimentos metodológicos e cronograma.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** Analisar as percepções dos idosos participantes da Universidade Aberta para Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (UATI/UFSC), com vistas à inclusão. **Objetivo Secundário:** Compreender os aspectos históricos que envolvem a velhice e os projetos das Universidades Abertas para Terceira Idade no âmbito mundial, brasileiro e do município de Florianópolis. Discutir os direitos da população idosa, assim como o próprio conceito de idoso a partir do estado da arte das pesquisas educacionais e gerontológicas. Problematizar os dados

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 88.340-055  
**UF:** SC **Município:** CAMBORIU  
**Telefone:** (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 4.344.134

obtidos via questionário sob o contexto da educação ao longo da vida.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Em uma pesquisa que se propõe a realizar questionário semiestruturado, com uma amostra constituída de pessoas idosas, entendemos que podem ser considerados riscos o fato de tais instrumentos provocarem algum tipo de desconforto (de ordem subjetiva), entre os quais podemos mencionar: invasão de privacidade; responder a questões sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados; disposição de tempo para responder ao questionário. Nestes casos, as medidas/providências tomadas serão dar liberdade ao participante para não responder a perguntas que julgar constrangedoras ou que não queira responder por qualquer outro motivo e ter livre escolha para desistir de participar da pesquisa, se assim desejar. Os pesquisadores estarão habilitados ao método de coleta dos dados e não violarão a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras), caso sejam oferecidos pelos participantes. Ressalta-se, como mencionado anteriormente, que todos os procedimentos vão contar com a garantia de que uma via do termo assinada pelo pesquisador e pela pessoa participante da pesquisa será entregue ao participante e de que será garantido ao participante o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa, caso ocorram. É assegurado, ainda, o acesso aos resultados da pesquisa que será divulgada em formato de dissertação. Também será garantido o anonimato, a confidencialidade e privacidade nas respostas dos questionários, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico/financeiro. Sabe-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos variados, mas, em última análise, objetiva-se minimizar esses riscos aos participantes. Portanto, após definir a gradação do risco que eventualmente podem resultar dos procedimentos adotados, considera-se que seja possível elevar as medidas de precaução e proteção para evitar dano ou atenuar seus efeitos (conforme consta na Resolução n. 510/2016). Salienta-se que, quando pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa. Destaca-se também que, por se tratar do público idoso, cuja autonomia pode estar reduzida, o pesquisador adotará todas as medidas cabíveis para proteger o participante de qualquer forma de risco, sempre buscando a precaução e a prevenção do dano e a maximização dos objetivos/benefícios que tangem a compreensão de relação entre as UATIs e a qualidade de vida da população idosa.

**Benefícios:** Quanto aos benefícios, entendemos que esta pesquisa oferecerá subsídios para se

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br





Continuação do Parecer: 4.344.134

compreender as percepções dos idosos que participam de um projeto de Universidade Aberta para Terceira Idade, considerando a amostra de idosos que aceitarem o convite de participar da pesquisa. Desse modo, a relevância da pesquisa sobressai-se em um momento em que ocorre a transição demográfica no Brasil, assim como o planejamento de políticas públicas amparadas no Estatuto do Idoso. Garante-se, assim, o respeito à eticidade da pesquisa, que envolve respeitar a dignidade e a autonomia, respeitar os direitos dos participantes, não ser fútil, ser junto e equitativo, ter relevância social, evitar danos previsíveis, ponderar riscos e benefícios

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O protocolo, com adição da Emenda está aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 510/16.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Recomenda-se manter o CEPESH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio de submissão para análise da Emenda de protocolo, bem como solicita-se apresentar o Relatório final (12 meses após a aprovação) - Conforme Resolução CNS 510/16.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1636120 E1.pdf	25/09/2020 11:35:31		Aceito
Outros	projetodetalhado_commodificacoestachadas.pdf	25/09/2020 11:30:37	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
Outros	termodeconsentimentolivreesclarecido_commodificacoestachadas.pdf	25/09/2020 11:30:00	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
Outros	emenda.pdf	25/09/2020 11:26:05	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016  
 Bairro: CENTRO CEP: 88.340-055  
 UF: SC Município: CAMBORIU  
 Telefone: (47)2104-0882 E-mail: cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 4.344.134

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	25/09/2020 11:24:59	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivre esclarecido.p df	25/09/2020 11:24:31	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
Outros	TermodeAnuencia.pdf	13/01/2020 21:56:25	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	25/11/2019 14:50:55	RICARDO FLORENCIO DOS PASSOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMBORIU, 16 de Outubro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Michele Catherin Arend**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 88.340-055  
**UF:** SC **Município:** CAMBORIU  
**Telefone:** (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br